

Elizabete Ribeiro Albernaz

“Deus e o Diabo na terra do sol”: visões de espaço público, ética profissional e moral religiosa entre policiais militares evangélicos do Rio de Janeiro.

Dissertação apresentada à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), para obtenção do título de Mestre em Antropologia Social, junto ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS), área de concentração em antropologia da religião, estudos de polícia e segurança pública.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Aparecida Vilaça

Rio de Janeiro  
2009

---

ALBERNAZ, Elizabete R.

“Deus e o Diabo na terra do sol”: visões de espaço público, ética profissional e moral religiosa entre policiais militares evangélicos do Rio de Janeiro. – Rio de Janeiro, 2009.

211 páginas.

#### Bibliografia

Dissertação (mestrado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.  
Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Aparecida Vilaça.

1. Palavras-chave: polícia militar, religião, evangélicos, ética profissional e espaço público.

# **“Deus e o Diabo na terra do sol”: visões de espaço público, ética profissional e moral religiosa entre policiais militares evangélicos do Rio de Janeiro.**

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do Título de Mestre em Antropologia Social (PPGAS) e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, nível de mestrado da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em 06 de março de 2009.

Apresentada à Comissão Examinadora, integrada pelos Professores:

---

Profª. Drª.: Clara Cristina Jost Mafra, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

---

Profª. Drª.: Jacqueline de Oliveira Muniz, Universidade Cândido Mendes, Programa de Pós-Graduação em Direito.

---

Prof. Dr.: Luis Fernando Dias Duarte, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social.

---

Profª. Drª.: Aparecida Vilaça, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social.  
Orientadora

Rio de Janeiro, 06 de março de 2009.

Para Estela, Pedrinho e Eliane, as pessoas mais  
importantes da minha vida.

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer muitíssimo o apoio e compreensão de minha querida orientadora, Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Aparecida Vilaça, que soube dosar com rara sabedoria os elogios, cobranças e críticas ao meu trabalho, sem a qual nada disso seria possível.

Agradeço também as amigas e eternas “chefas” Haydée Caruso e Luciane Patrício, que me apresentaram a polícia como tema de estudos, iluminando com brilhantismo os caminhos de uma ainda pedida estudante do 4º período de graduação em Ciências Sociais. Amigas, muito obrigada, essa dissertação tem muito de vocês duas! Agradeço também a ONG Viva Rio, na qual trabalhei por quatro anos, onde pude conhecer melhor a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro e iniciar minha carreira como especialista em segurança pública. Saúdo também os amigos queridos e profissionais altamente qualificados com quem trabalhei neste período de minha vida. Obrigada por compartilharem seus conhecimentos comigo!

Sou muito grata ao Coronel PM Ubiratan Ângelo, Comandante Geral da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro na época em que realizei minha pesquisa de campo, em 2007. Com sua autorização, pude visitar com tranquilidade todas as unidades policiais selecionadas para pesquisa, nas quais sempre fui muito bem recebida. Minha eterna gratidão a todos os policiais militares, evangélicos e não-evangélicos, que se prontificaram em despendeu horas e horas de seu precioso tempo em entrevistas, visitas guiadas e explicações sobre as questões de seu cotidiano. Em especial, gostaria de agradecer aos sargentos dirigentes e todos os envolvidos com as atividades das congregações evangélicas do BOPE (Laranjeiras), 5ºBPM (Saúde), 13ºBPM (Centro), 14ºBPM (Bangu), 24ºBPM (Queimados), 2ºBPM (Botafogo), Hospital Central da Polícia Militar (HCPM-Estácio) e Batalhão Especial Prisional (BEP-Benfica). Dentre estes sargentos dirigentes, gostaria de ressaltar o nome do Sargento Carmargo, do 13ºBPM, policial dedicado, evangélico tenaz e um grande colaborador da pesquisa. Obrigada, Camargo! Dentro do movimento evangélico organizado da PMERJ, agradeço muitíssimo ao Pr. Liodir Barreto, ex-dirigente da União dos Evangélicos da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro e toda a sua equipe; ao Capitão Lacerda, capelão evangélico e atual diretor da UEPMERJ; e ao Tenente Coronel Távora, chefe da Capelania e do Serviço de Assistência Religiosa da PM em 2007.

Quero deixar registrado o meu grande apreço pelo Sargento PM Carlos Fernandes, meu amigo, companheiro de trabalho e assistente de campo. Ao aceitar embarcar num experimento de pesquisa inovador, descobriu-se um ótimo entrevistador, um talento nato, cujo olhar crítico e a perspicácia foram cruciais na concretização do presente trabalho dissertativo. Obrigada, Fernandes! Formamos uma boa equipe.

Gostaria de agradecer também a todos os amigos e parentes que me indicaram os caminhos para as entrevistas e observações de campo da primeira fase de minha pesquisa, em que me aproximei do trabalho de algumas denominações evangélicas. Serei eternamente grata a todos os entrevistados, que se propuseram a conversar comigo e atender as minhas curiosidades com relação às suas opções religiosas. Dentre eles, quero agradecer especialmente a Dona Ivoneide, da Igreja Adventista do Sétimo Dia de Olaria, onde pude desenvolver um intenso trabalho de campo, mas também conhecer pessoas maravilhosas, com corações enormes e bondosos. Deus abençoe a todos vocês!

Por fim – mas não menos importante – agradeço aos meus parentes e amigos queridos pelos momentos de carinho, apoio e descontração. Meu amor eterno a Karina Maldonado e Márcio Santos, meus melhores amigos e companheiros de sempre! Para Cláudio Souza, meu amor, meu companheiro, minha vida. Para meu sobrinho Pedro, por ser tão lindo. Para minha irmã Eliane e meu pai Pedro. A Terine Husek, minha amiga querida e assistente, que me ajudou muitíssimo na fase final de organização da dissertação. Agradeço muito às minhas novas amigas paulistas, Daniela Caldeirinha, Heather Sutton e Michele Oliveira. Sem o apoio do “quadrado mágico” eu não teria suportado a distância da família, amigos e todos os contratemplos de minha mudança para São Paulo.

Acima de tudo, agradeço eternamente a minha mãe, amiga, confidente, apoiadora e patrocinadora, Estela Maria Silva Ribeiro. Amo-te mais que tudo, mãe. Sem você, no sentido mais estrito da expressão, nada disso seria possível. Obrigada!

“Rio 40 graus, cidade maravilha, purgatório da beleza e do caos”.

Fernanda Abreu e Fausto Fawcett

## **RESUMO**

Gerada no âmbito do conturbado relacionamento entre a polícia e as camadas pobres urbanas cariocas, fortaleceu-se no debate público sobre segurança uma concepção de mal como anomalia social, um lugar ocupado hoje majoritariamente pela figura do tráfico de drogas e da violência urbana em geral. Em um campo semântico altamente maniqueísta, “o traficante” encarnaria o poder nefasto e desagregador das forças do mal, que estabelecem o caos social; em oposição encontrar-se-iam os policiais, representantes dos esforços do bem em restabelecer a ordem pública. Na prática, entretanto, sabe-se que essas dicotomias não se sustentam com clareza, servindo apenas para polarizar discursos e atitudes em torno do tema. Analisando as políticas de segurança pública adotadas pela gestão estadual desde 1983, pode-se perceber que a demonização do crime tem sido utilizada como embasamento ideológico para uma série de violações perpetradas contra segmentos marginalizados da sociedade, como os moradores de favelas e periferias. As ações arbitrárias e violentas da polícia acabam sendo legitimadas pelo medo de uma sociedade que erigiu a segurança pública como um fim em si mesmo, independente dos meios e custos humanos. Para os policiais militares evangélicos, o imperativo de trilhar o caminho da salvação em um campo impregnado de maniqueísmos tende a submeter os sujeitos a um amplo espectro de tensões entre suas opções religiosas e condutas profissionais concretas. Os riscos, perigos e tentações do cotidiano do policiamento apresentam-se para estes atores como reflexo da guerra ontológica entre as milícias celestes e as odes demoníacas, cujos desdobramentos atualizar-se-iam nas escolhas sobre os procedimentos adotados em cada ocorrência concreta atendida. Revelada pela conversão, essa realidade transcendente parece informar a construção de padrões éticos evangélicos de atuação policial, em que os conflitos cotidianos são encaminhados como expressões visíveis da influência nefasta do demônio, responsável pelo crime, devassidão e toda sorte de comportamentos socialmente reprováveis.

## **Hino da Polícia Militar do Rio de Janeiro**

Composição: Coronel PM Jorge Ismael Ferreira Horsae

Em cada momento vivido  
uma verdade vamos encontrar  
Em cada fato esquecido  
uma certeza nos fará lembrar  
Em cada minuto passado  
mais um caminho que se descobriu  
Em cada soldado tombado  
Mais um sol que nasce no céu do Brasil

Aqui nós todos aprendemos a viver  
demonstrando valor, pois o nosso ideal  
é algo que nem todos podem entender  
na luta contra o mal !

Ser Policial  
é, sobretudo, uma razão de ser  
É, enfrentar a morte,  
mostrar-se um forte  
no que acontecer

Em cada pessoa encontrada  
mais um amigo para defender  
Em cada ação realizada  
um coração pronto a agradecer  
Em cada ideal alcançado  
uma esperança para outras missões  
Em cada exemplo deixado  
mais um gesto inscrito em nossas tradições

Em cada instante da vida  
nossa polícia Militar  
será sempre enaltecida  
em sua glória secular !  
Em cada recanto do Estado  
deste amado Rio de Janeiro,  
faremos ouvir nosso brado,  
o grito eterno de um bravo guerreiro !

Ser Policial  
é, sobretudo, uma razão de ser  
É, enfrentar a morte,  
mostrar-se um forte  
no que acontecer.

## **Hino Oficial da União dos Evangélicos da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro**

Os Guerreiros Se Preparam  
Harpa Cristã

Os guerreiros se preparam para a grande luta  
E Jesus, o Capitão, que avante os levará.  
A milícia dos remidos marcha impoluta;  
Certa que vitória alcançará!

Eu quero estar com Cristo,  
Onde a luta se travar,  
No lance imprevisto  
Na frente m'encontrar.  
Até que O possa ver na glória,  
Se alegrando da vitória,  
Onde Deus vai me coroar!

Eis os batalhões de Cristo prosseguindo avante,  
Não os vês com que valor combatem contra o mal?  
Podes tu ficar dormindo, mesmo vacilante,  
Quando atacam outros a Belial?

Dá-te pressa, não vaciles, hoje Deus te chama  
Para vires pelejar ao lado do Senhor;  
Entra na batalha onde mais o fogo inflama,  
E peleja contra o vil tentador!

A peleja é tremenda, torna-se renhida,  
Mas são poucos os soldados para batalhar;  
Ó vem libertar as pobres almas oprimidas  
De quem furioso, as quer tragar!

<b>SUMÁRIO.....</b>	10
<b>Introdução.....</b>	12
<b>Capítulo 1.</b>	
Movimento evangélico: um breve panorama estatístico, sócio-histórico e etnográfico.....	19
Introdução.....	19
I - Os Evangélicos em Números .....	20
II - Os Evangélicos em “Ondas” .....	24
III - Os evangélicos: panorama etnográfico. ....	27
III.1) Igreja Universal do Reino de Deus .....	30
III.2) Assembléia de Deus .....	39
III.3) Igreja Batista .....	51
III.4) Igreja Adventista .....	57
<b>Capítulo 2.</b>	
A Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro: origens históricas, identidade Institucional e políticas de segurança do império à democracia .....	65
I - Voltando às origens: a Guarda Real de Polícia .....	65
II - Ser policial, ser militar: alguns antecedentes para uma dupla vinculação identitária. ....	72
III - “Pé na porta” x “direitos humanos”: o caráter pendular das políticas de segurança pública no estado do Rio de Janeiro (1983-2008). ....	80
III.1) Breve panorama das políticas de segurança pública no Rio de Janeiro.....	83
<b>Capítulo 3.</b>	
A Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro: estrutura, funcionamento e cultura organizacional .....	95
I - Estrutura e organização .....	95

II - Formação e Treinamento .....	102
II.1) A formação das praças .....	106
II.2) A formação dos oficiais .....	113
III - Na fronteira entre o bem e o mal: violência institucional, cidadania e desvios de conduta .....	125
<b>Capítulo 4.</b>	
Os Evangélicos na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro .....	132
I – O movimento evangélico organizado .....	132
I.1) O Serviço de Assistência Religiosa da PMERJ (SAR-PMERJ) .....	132
• A religiosidade no cotidiano policial militar .....	140
I.2) A União dos Evangélicos da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro .....	145
II – Em busca da santificação: experiências evangélicas acerca do universo policial militar .....	160
II.1) Conversão .....	160
II.2) O caminho da santificação .....	163
• Entre a “rua” e o “expediente” .....	169
• O exercício da autoridade policial, o uso da arma e o “não matarás” .....	178
Considerações Finais .....	186

## **ANEXOS**

Registro fotográfico do trabalho de campo junto às congregações nos batalhões:

Fotos 13ºBPM .....	205
Fotos 5º BPM .....	207
Fotos 40º Aniversário da UEPMERJ.....	209
Fotos BOPE.....	214
Fotos 14º BPM .....	219

## INTRODUÇÃO

Meu interesse pela polícia enquanto tema de pesquisa teve como marco o ano de 2002, quando fui aprovada no processo seletivo da ONG Viva Rio, para estagiar num projeto de capacitação policial chamado “Curso de Aprimoramento da Prática Policial Cidadã”. Na época, estava no 4º período de graduação em Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio de Janeiro e buscava uma área de interesse para conduzir meus estudos. Em princípio, a oportunidade no Viva Rio não me atraiu enquanto tema, situação que mudou radicalmente a partir dos primeiros contatos com a dinâmica de campo do projeto. Em linhas gerais, tratava-se de uma proposta de capacitação continuada<sup>1</sup> para a Polícia Militar com base na metodologia de estudo de caso, englobando temas como abordagem e preconceito, violência doméstica, uso da força etc. Os casos selecionados, além de questões legais e técnicas, eram trabalhados de modo a problematizar também aspectos culturais e históricos do ambiente social em que operam os policiais militares. A idéia era trabalhar o tema da cidadania e dos direitos humanos de forma crítica e concreta, pensando coletivamente os procedimentos mais adequados para casos retirados da rotina do policiamento. Em contato com essa metodologia descobri como o lugar da polícia no Estado é interessante para pensar criticamente o enraizamento cotidiano dos princípios democráticos, da cidadania etc. Para minha surpresa, muitos dos policiais militares com quem tomei contato tinham uma visão muito crítica quanto ao seu papel na sustentação de um modelo de sociedade formalmente igualitária, mas que reivindica na prática o reconhecimento das desigualdades.

Os conteúdos do curso eram ministrados por uma dupla de sargentos – graduação que desempenha um papel importante enquanto figura de chefia e de experiência na corporação

---

<sup>1</sup> Capacitação realizada de forma regular, em horário de serviço, nas unidades dos próprios policiais instruendos, sem que haja a necessidade de deslocar parte do efetivo para os centros de formação e aperfeiçoamento da polícia. No capítulo sobre a organização da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro o tema da formação será abordado em maior profundidade, onde aparecerão questões sobre a periodicidade dos cursos, foco e uso do efetivo nos centros de formação.

–, formados pela equipe do Viva Rio. Meu papel no projeto era monitorar as aulas destes “sargentos multiplicadores” em seus batalhões, verificando o funcionamento, a aplicação da metodologia, o apoio do comando da unidade, a estrutura e os recursos disponíveis para as instruções. As aulas aconteciam diariamente em quase todos os batalhões do estado do Rio de Janeiro. Por conta disso, no período de um ano e meio, estive regularmente em contato com policiais de todas as unidades da PMERJ incluídas no projeto. As experiências adquiridas e os relatórios produzidos nessa época foram amplamente utilizados em minha dissertação para caracterizar aspectos estruturais e cotidianos do universo policial militar.

Motivada pela experiência do projeto, comecei a buscar a bibliografia disponível sobre segurança pública, violência, cidadania, polícia, bem como interar-me das pautas políticas municipais, estaduais e nacionais para a área, acessando um tipo de material mais técnico. Depois de formada, fui efetivada no Viva Rio e me mantive em contato com o debate público e teórico sobre o tema, envolvendo-me em iniciativas de gestão, diagnóstico e implementação de ações de segurança pública. Uma das mais importantes foi a realização do Diagnóstico Institucional para Novo Plano Diretor da Polícia Militar do Rio de Janeiro. Em 2005, eu era pesquisadora assistente do Programa de Ações em Segurança Pública da organização, quando um grupo de oficiais da PM teve a iniciativa de buscar o Viva Rio para a realização de um projeto conjunto. A idéia central da proposta era retomar os pontos do último plano diretor – editado em 1983 pelo então comandante geral da PMERJ, Coronel Carlos Magno Nazareth Cerqueira – e fazer uma avaliação de suas propostas, a partir do diagnóstico da estrutura administrativa e operacional da corporação. Tomados como referências, os pontos do plano de 83 deveriam ser discutidos e atualizados para a realidade do trabalho da PMERJ em 2005. Todos os setores da polícia militar foram consultados durante a realização do diagnóstico: pessoal, saúde, finanças, logística, operacional, serviço reservado, planejamento e comunicação.

Em razão do meu trabalho como pesquisadora no diagnóstico – responsável pela realização de entrevistas, levantamento de bibliografias, materiais técnicos e pela

sistematização dos conteúdos –, adquiri grande parte dos conhecimentos estruturais, técnicos e jurídicos de que disponho hoje sobre a PMERJ. Além disso, pude estreitar laços com o futuro comandante geral, Coronel Ubiratan Ângelo, grande articulador da parceria com o Viva Rio, e que comandaria a PMERJ durante todo o ano de 2007, período em que realizei minha pesquisa de campo. Esse foi o fator crucial para o meu acesso aos policiais militares evangélicos em seu ambiente de trabalho. Com uma autorização do Comandante Geral em mãos, pude realizar entrevistas, tirar fotos, ter acesso à materiais e circular livremente pelas unidades policiais selecionadas para a pesquisa: BOPE (Laranjeiras), 5ºBPM (Saúde), 13ºBPM (Centro), 14ºBPM (Bangu), 24ºBPM (Queimados), 2ºBPM (Botafogo), Hospital Central da Polícia Militar (HCPM-Estácio) e Batalhão Especial Prisional (BEP-Benfica). Encerradas as atividades de campo, em dezembro de 2007, começaram a aparecer os primeiros indícios de uma séria crise interna à corporação. Um grupo de oficiais reuniu-se para reivindicar pautas salariais e foram duramente repreendidos pelo governador Sérgio Cabral. O aumento das tensões levou a queda do Coronel Ubiratan Ângelo e ao temporário fechamento da PMERJ como campo de estudos.

Ao longo destes anos de trabalho com a corporação, meu interesse em relação ao movimento evangélico começou a configurar-se ainda durante o trabalho no Curso de Aprimoramento da Prática Policial Cidadã. Envolvida na seleção dos futuros “sargentos multiplicadores”, percebi que a proposta parecia ser bastante atraente para os evangélicos, pois tendiam a mostrar-se mais interessados, figurando em maior número entre os voluntários para o projeto. Posteriormente, durante a pesquisa de campo do mestrado, descobri que os sargentos são justamente a graduação mais representativa no movimento evangélico organizado na PMERJ. São eles os responsáveis pelas congregações evangélicas dos batalhões. A partir dos primeiros contatos com este grupo de “sargentos multiplicadores” evangélicos, comecei a questionar-me sobre o modo como conseguiam conciliar sua opção profissional e religiosa. Inicialmente, minha principal curiosidade residia na relação do policial evangélico com a sua arma: como pode um evangélico andar

armado? E se ele tiver que tirar a vida de uma pessoa, como fica a história do mandamento de “não matarás”? perguntava-me. Até aquele ponto, a idéia que eu tinha do trabalho policial militar não coincidia em nada com os atributos que eu vinculava ao estereótipo de uma pessoa evangélica.

Sem grandes pretensões teóricas, passei a sondar os “multiplicadores” acerca de sua religião, tentando desvelar possíveis relações com a proposta do curso e com a idéia de uma “polícia cidadã”. Nessa época, de modo bastante superficial, tomei contato com uma das primeiras fontes de tensão entre a experiência policial e a moral evangélica: o policiamento de rua. Ao serem voluntários para o projeto, estes sargentos buscavam tipos de serviços mais tranqüilos dentro da corporação e atraia-lhes a prerrogativa de exclusividade, que impedia o comando do batalhão de utilizá-los em qualquer outra atividade. A afinidade com a proposta também era um fator importante, bem como a oportunidade de falar aos colegas policiais sobre formas éticas de atuação, religião, valores familiares etc. Entretanto, o fato do curso possibilitar seu afastamento de algumas dinâmicas presentes nas ruas figurava entre os principais motivos para o seu voluntarismo. Em princípio, cogitei que o policial militar evangélico não se envolvia com o policiamento ostensivo tentando evitar o contato com as “armadilhas do inimigo”, que o levariam ao pecado: ofertas de corrupção, possibilidade de troca de tiros, a proximidade com situações de violência, assédio feminino etc<sup>2</sup>. Muitos anos depois, a pesquisa de campo permitiu-me uma melhor elaboração desta visão, a partir de uma análise mais apurada de seus fatores estruturais, éticos e doutrinários.

Num primeiro momento, para conseguir alcançar um nível interessante de análise sobre estas questões, eu precisava lidar com o fato de não possuir pouca experiência de pesquisa na área de religião. Em razão disso, minha orientadora sugeriu que dividíssemos a pesquisa em duas etapas: uma primeira, entre março e junho de 2007, em que realizei entrevistas, visitas e aprofundei-me na bibliografia disponível sobre o movimento

---

<sup>2</sup> Obviamente que grande parte do trabalho ostensivo da polícia militar é essencialmente monótono, envolvendo rotinas assistenciais, gestão do trânsito e demandas diversas da população. Muitas vezes o policial pode ficar um turno inteiro parado em sua viatura sem ser mobilizado para ocorrências mais tensas. Sempre existe, entretanto, a possibilidade de se tomar contato com algumas das situações listadas acima, também presentes na dinâmica das ruas.

evangélico; a segunda, entre julho e dezembro do mesmo ano, já com os policiais militares, em que realizei entrevistas e observações entre evangélicos e não-evangélicos da PMERJ.

Esta organização do campo permitiu que eu tomasse contato com os rituais, o estilo devocional e núcleos doutrinários de quatro denominações evangélicas, qualificando meu olhar para a segunda etapa da pesquisa. Neste período, foram visitadas a Primeira Igreja Batista do Rio de Janeiro (Estácio), a Assembléia de Deus (Sans Pena), a Igreja Universal do Reino de Deus (Sans Pena e Del Castilho) e a Igreja Adventista do Sétimo Dia (Olaria). Além dessas, fiz algumas visitas pontuais na Igreja de Nova Vida da Praça Seca e na Assembléia de Deus de Vila da Penha. Foram entrevistados membros de todas estas denominações, acessados através de amigos em comum, perfazendo um total de 21 conversas gravadas: cinco entrevistas na IURD, três na Igreja Batista, cinco na Assembléia de Deus, três na Igreja Adventista. Os tempos de observação de campo em cada denominação variaram em torno de duas semanas. Durante esse período, consegui reunir um material bastante interessante a partir da observação dos cultos, acumulando um acervo significativo de publicações, folhetos e outros escritos, distribuídos durante as pregações. Além da perspectiva daqueles que fazem parte das denominações, procurei também conversar com pessoas não-crentes vizinhas aos templos, como moradores e comerciantes locais

Na polícia militar foram realizadas 37 entrevistas com oficiais (tenentes, capitães, maiores, tenente coronéis e coronéis) e praças (soldados, cabos, sargentos e subtenentes), evangélicos e não-evangélicos. Deste universo, 10 entrevistas foram realizadas no presídio Ary Franco, onde ficam presos os ex-policiais condenados pela justiça comum e expulsos pela corporação. Não fui autorizada a realizar entrevistas no Batalhão Especial Prisional, mas assisti a um culto na congregação e conversei com policiais detidos na unidade. Especificamente no Ary Franco, todos os entrevistados eram praças, convertidos antes de entrar para a PM, cujo afastamento da fé cristã-evangélica se deu a partir do engajamento em certos tipos de serviços de rua. Com a prisão – entendida como designio de Deus para refrear seus ímpetos e trazê-los de volta para o “caminho da salvação” – estes policiais

retornaram para o Evangelho. Como tinha pouca ingerência sobre a seleção das entrevistas, essa coincidência de trajetórias não foi alcançada de modo intencional. Das 27 entrevistas realizadas na PMERJ, 7 foram feitas com policiais não-evangélicos e 20 com evangélicos de todas as patentes e graduações da corporação.

Sobre a amostragem de policiais militares, grande parte das entrevistas e observações de campo foram feitas entre as praças, seja porque são maioria na corporação (92% do efetivo total), mas também em razão de seu maior envolvimento no movimento evangélico organizado. Não existem dados oficiais sobre isso, entretanto, a partir de minha inserção no campo, o movimento evangélico da PMERJ me pareceu um movimento de praças, mais especificamente de sargentos. Encontrei dificuldades também em acessar pessoas que trabalhassem no policiamento ostensivo, o que fez com que a grande maioria de minhas entrevistas fossem realizadas com policiais em setores administrativos. Muitos possuíam experiência de rua – muitas vezes vasta –, mas trabalhavam internos na época da pesquisa. Essa limitação com relação ao acesso aos policiais nas ruas levou-me a buscar meios alternativos para recolher depoimentos junto a esse público. Como minha pesquisa se restringia ao ambiente interno das unidades, decidi contratar um experiente sargento evangélico como meu assistente de campo, em razão de sua intimidade com o tema e da facilidade de trânsito entre os colegas nas ruas.

O Sargento Carlos Fernandes já colaborava ativamente com as pesquisas da equipe do Programa de Ações em Segurança Pública do Viva Rio desde 2002, estando bem familiarizado com as técnicas e questões metodológicas dos projetos da ONG. Quando decidi trabalhar com o tema, Fernandes foi meu primeiro entrevistado, ajudando-me a organizar as idéias iniciais sobre o movimento evangélico na PMERJ. Para que pudesse realizar um conjunto de cinco entrevistas, conversamos longamente sobre meus interesses teóricos, problemas práticos, público-alvo, bem como sobre metodologia e roteiro de perguntas. Antes de engajar-se totalmente na pesquisa, Fernandes fez uma entrevista piloto, cujos pontos fortes e fracos foram trabalhados entre nós. Seu ótimo desempenho como entrevistador e olhar apurado para as questões do campo fizeram dele um colaborador importantíssimo, com quem discutia muitos dos resultados da pesquisa. Graças a ele pude captar um pouco das percepções dos policiais evangélicos que trabalham nas ruas da cidade

do Rio de Janeiro, aos quais não tinha acesso em razão das limitações do trabalho de campo nas unidades policiais.

Todos os materiais recolhidos durante a pesquisa foram aqui organizados em quatro capítulos temáticos. O **capítulo 1** apresenta os resultados da primeira etapa da pesquisa de campo, em que foram visitadas quatro denominações evangélicas. De modo a contextualizar essas informações, inicio o capítulo apresentando um breve panorama estatístico e teórico sobre a organização do campo religioso brasileiro e do crescimento evangélico no país, com especial ênfase no estado do Rio de Janeiro. No **capítulo 2**, apresento resumidamente a história da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro – que remete suas origens à chegada da família real no Brasil, em 1808 – e um panorama das políticas de segurança pública do estado desde 1983. Com isso busco apresentar um pouco da trajetória histórico-social de especialização e profissionalização que conformaram a organização atual da PMERJ, marcada pela forte influência institucional das forças armadas, pelo afastamento das demandas da sociedade e pela violência contra as classes populares urbanas. No **capítulo 3** procuro apresentar a estrutura organizacional da Polícia Militar – formação e treinamento, distribuição das hierarquias, tipos de serviços, regulamentos etc. –, bem como desenvolver alguns aspectos de sua cultura institucional. A etnografia principal encontra-se detalhada no **capítulo 4**, em que apresento os resultados das entrevistas e observações entre os policiais militares evangélicos. Nesse último capítulo procuro reunir dados e relatos em torno dos dilemas dos sujeitos e suas soluções criativas na realização de uma síntese que para muitos pode parecer improvável, entre “ser policial” e “ser evangélico”.

# CAPÍTULO 1.

## MOVIMENTO EVANGÉLICO: UM BREVE PANORAMA ESTATÍSTICO, SÓCIO-HISTÓRICO E ETNOGRÁFICO

### INTRODUÇÃO

Segundo o último Censo do IBGE, o catolicismo ainda é a religião dominante no cenário nacional, com 73,7% de adeptos em todo o país, cifra que nos coloca no topo da lista das maiores nações católicas do mundo (IBGE, 2000). Ex-religião estatal<sup>3</sup>, o catolicismo estabeleceu um monopólio de filiação por nascimento, a partir da prática do batismo infantil, marco de ingresso na vida cristã<sup>4</sup>. De modo geral, a tenra identificação dos brasileiros, entretanto, não costuma significar uma adesão de fato aos ritos e doutrinas oficiais da Igreja Católica na vida adulta<sup>5</sup>. A figura do “católico não-praticante” encarna este processo emblematicamente. Para nós brasileiros, de maneira geral, ser um “não-praticante” significa professar uma fé não-exclusiva, de múltiplas freqüências e pertencimentos religiosos, altamente suscetível aos ajustamentos e conveniências pessoais. Este modelo de adesão religiosa, característico da chamada “cultura católico-brasileira”, não implica em grandes transformações para a vida cotidiana de seus adeptos. Neste sentido, é possível afirmar que o fenômeno da conversão, enquanto reorientação existencial total, é relativamente novo para a sociedade brasileira (Sanchis, 1994).

Essa concepção “não-praticante” de religião sofreu transformações radicais nas últimas três décadas, com a progressiva pentecostalização do campo religioso brasileiro<sup>6</sup>. A cordialidade e o ecumenismo católicos, de propensões sincréticas, cederam lugar a um “ser

<sup>3</sup> O processo de separação entre poder secular e poder temporal no Brasil, sagrado inicialmente pela Constituição de 1891, resultou na manutenção da centralidade da Igreja Católica, chamada a prolongar-se enquanto elemento na construção difusa da identidade nacional (Sanchis, 1994; Montero & Almeida, 2000)

<sup>4</sup> O batismo infantil por aspersão, realizado na Igreja Católica, é alvo de pesadas críticas entre os evangélicos, que entendem o rito batismal (por imersão) como o marco de um « novo nascimento », que envolve, em primeiro plano, o reconhecimento individual da « condição humana degenerada e pecadora ». Segundo afirmam, uma criança « não tem pecado », além de não possuir o discernimento e o mínimo de experiência de vida necessários para protagonizar esta revisão retrospectiva e autocritica de sua incipiente trajetória.

<sup>5</sup> Principalmente nos assuntos que tangem as esferas da vida privada moderna, mesmo os católicos ditos mais fervorosos tendem a demonstrar uma maior abertura para o questionamento da dogmática católica, principalmente no que se refere aos arranjos familiares, práticas afetivo-sexuais e reprodutivas (Duarte 2005, 2006).

<sup>6</sup> Para Antoniazzi (1994), os mesmos fatores sócio-culturais que favoreceriam a expansão das igrejas pentecostais – cuja ênfase carismática nos dons do espírito santo avança, inclusive, sobre o universo protestante histórico –, tendem a sedimentar um terreno propício também para o crescimento da chamada “Renovação Carismática Católica” (:19).

religioso” bastante diferente: mais belicoso, exclusivista, expansionista, engajado, portador de um *ethos* totalizante, cujas franjas extrapolam o campo religioso e alcançam todos os aspectos da vida.

Uma forma tão radicalmente diversa de pertencimento religioso não poderia passar incólume. Qualquer pessoa hoje, chamada a refletir minimamente sobre estas transformações, tende a chamar a atenção para o espantoso crescimento do movimento evangélico no país, não só em termos numéricos, mas de visibilidade institucional, em razão de sua projeção na mídia, na política, etc. Mesmo um olhar pouco atento não é displicente o suficiente para ignorar os efeitos da presença e do proselitismo agressivo dos “crentes”, como são popularmente conhecidos. Quem nunca pegou um trem com um pregador evangélico solitário (ou entrou no vagão evangélico por acidente!)? Quem nunca passou pelo Largo da Carioca, no centro da cidade do Rio de Janeiro, e deparou-se com dezenas destes assíduos evangelistas? Viver e falar “da palavra de Deus” são imperativos de primeira ordem para estas pessoas. Sua figura característica, roupas, vocabulário e estilo de culto expansivo, marcam a paisagem do Brasil contemporâneo de maneira inconfundível.

## I - OS EVANGÉLICOS EM NÚMEROS

Nos últimos 50 anos, o crescimento dos que professam a fé cristã-evangélica tem apresentado fortes tendências de aceleração, recrutando novos adeptos, principalmente, entre as chamadas “classes populares urbanas”. Seguindo uma tendência inversa, o catolicismo vê-se enfraquecido em sua representatividade populacional à cada nova consulta censitária. Segundo o estudo de tendências demográficas do IBGE (2004), em 1950 os católicos representavam 93,5% da população, contra apenas 3,4% de evangélicos; em 2000, ano da última consulta nacional, essa porcentagem havia passado para 73,7% e 15,4%, respectivamente. Uma projeção para o ano de 2003, feita pelo Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas, com base nos dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares do IBGE (2003), indicou que a porcentagem de evangélicos na população tinha chegado à 17,88% em três anos, passando de pouco mais de 26 milhões de adeptos em 2000, para 33,74 milhões de pessoas em 2003. Nesse mesmo período, houve pouquíssima

variação percentual para os católicos, que permaneceram na casa dos 73% de representatividade. As igrejas de linha pentecostal são o carro-chefe deste acelerado ritmo de crescimento. Em 1991, os pentecostais representavam 5,59% dos evangélicos, contra 4% de adeptos das chamadas denominações históricas, vindas da Europa para o Brasil durante o Império (séc. XIX). Em 2003, estas porcentagens modificaram-se drasticamente, passando à 12,49% e 5,39%, respectivamente. Como pode-se perceber, as igrejas pentecostais têm vivenciado uma intensa efervescência conversionista no cenário nacional<sup>7</sup>. Dentre as principais denominações evangélicas pesquisadas, a Assembléia de Deus é a que reúne o maior número de adeptos (5%), seguida pela Igreja Batista (1,82%), a Igreja Congregacional Cristã do Brasil (1,8%) e a Igreja Universal do Reino de Deus (1,5%) (FGV/IBRE, CPS, 2007). Destas igrejas, apenas a Batista é considerada de linhagem histórica. A Assembléia e a Congregacional representam o pentecostalismo do início do século 20, que chega ao Brasil a partir dos movimentos “avivalistas” americanos. A Igreja Universal, por sua vez, pertence a um movimento recente, classificado por Mariano (1999) como neopentecostalismo.

Em termos regionais, as maiores concentrações de evangélicos estão no extremo Norte do país, enquanto os católicos predominam no Nordeste. O Rio de Janeiro, dentre as unidades da federação, é o quarto maior estado em porcentagem de população evangélica (21%), perdendo apenas para Rondônia (27,9%), Espírito Santo (24,96%) e Roraima (22,49%). É também um dos estados menos católicos do país, com 56,19% de fiéis em sua população, e o que apresenta as maiores porcentagens de pessoas que se auto-declararam “sem religião”, com 15,8% de representatividade (IBGE, 2004).

Frente à constatação generalizada de crescimento “do povo evangélico” no país, um corpo substantivo e qualificado de pesquisas acadêmicas tem sido chamado a contribuir para uma percepção mais acurada das nuances deste processo. Essas pesquisas concluíram que a expansão evangélica – principalmente, pentecostal – não se dá de maneira uniforme, sendo altamente sensível aos recortes de classe, gênero, idade, padrões urbanísticos, culturais, fluxos migratórios etc.

---

<sup>7</sup> Segundo Mariano (1999), as denominações do protestantismo histórico, entre os censos de 1980 e 1991, apresentaram porcentagens de crescimento muito baixas (9,1%), menores, inclusive, que a da própria população brasileira (23,4%). Por mais espantoso que possa parecer, os históricos tiveram um desempenho pior que o da Igreja Católica, que cresceu 15,1%. Nesse mesmo período, as denominações pentecostais cresceram doze vezes mais (111,7%).

O Censo Institucional Evangélico (CIN), realizado pelo Instituto Superior de Estudos da Religião (ISER), entre os anos de 1990 e 1992, analisou esta tendência de expansão para a região metropolitana do Rio de Janeiro: 63% das organizações religiosas fundadas na cidade em um período de dois anos eram templos evangélicos, o que representava uma média de cinco novos templos abertos a cada semana (Fernandes, 1994, p. 166). A pesquisa também revelou que este volume de crescimento distribuía-se desigualmente pelos espaços, em função do padrão sócio-econômico das macro-regiões da cidade: quanto mais pobre a área, maior a densidade de templos por habitantes e de templos por domicílio. A Baixada Fluminense, por exemplo, apresentava números quatro vezes maiores que a zona sul, em termos de presença evangélica (*Ibid.* p. 168).

Quase cinco anos depois, a pesquisa “Novo Nascimento”, também realizada pelo ISER, possibilitou um detalhamento ainda maior sobre o perfil médio dos evangélicos cariocas. Embora apresentem diferenças interdenominacionais significativas, pode-se afirmar que, quanto mais pentecostal a denominação – ou seja, quanto mais distante do chamado protestantismo histórico –, maior é a representatividade de parcelas da população menos educada, mais pobre, de cor negra e parda entre os seus membros. Em comparação ao perfil sócio-econômico da população brasileira, fornecido pelo Censo 1991, os evangélicos como um todo apresentavam um desempenho significativamente pior para os indicadores renda e escolaridade (Fernandes *et all*, 1998, p. 23-26).

A pesquisa realizada pelo Centro de Políticas Sociais da FGV, mencionada anteriormente, chegou à conclusões bastante similares, relacionando as chamadas “crises metropolitanas” – como desemprego, violência, favelização etc. – ao crescimento acelerado dos evangélicos pentecostais nas periferias e demais aglomerados subnormais nos centros urbanos brasileiros. Quando comparadas pessoas em condições similares (geografia, sexo, idade etc.), a pesquisa indica que àquelas sujeitas a maior percepção de violência, entre outros indicadores de caos urbano, têm maiores chances de gravitar para fora da órbita católica e do protestantismo histórico, aproximando-se do pentecostalismo (FGV/IBRE, CPS, 2007).

Outro recorte interessante, amplamente explorado pela literatura sobre gênero e religião, é o perfil numericamente dominante do sexo feminino nas fileiras de membros destas igrejas, sejam históricas ou pentecostais. Ainda segundo a pesquisa “Novo

Nascimento”, a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) apresenta as maiores porcentagens neste quesito, com 81% de membros do sexo feminino em seus templos (*Ibid.* p. 90). Apesar de numericamente superiores, estas mulheres ainda apresentam uma baixa representatividade em cargos de liderança religiosa (pastoras, diaconisas, presbíteras etc.)<sup>8</sup>. As resistências internas às organizações são muitas. De maneira geral, os adeptos de algumas denominações tendem a aceitar melhor a presença feminina em cargos administrativos intermediários, como secretárias, tesoureiras etc. À medida que sobe o nível de responsabilidade na hierarquia eclesiástica, a aceitação tende a diminuir significativamente. A Assembléia de Deus, por exemplo, apresenta uma elevada aceitação de mulheres em sua administração: 93% dos entrevistados pela pesquisa afirmaram aceitar a presença feminina nestes casos, enquanto apenas 46% têm a mesma opinião sobre o cargo de pastora. Na IURD, o quadro é bastante diferente: 83% dos entrevistados afirmam aceitar mulheres como pastoras, 80% como presbíteras e 68% como bispas (*Ibid.* p. 115-116)<sup>9</sup>.

Enquanto religião de conversão, o cristianismo evangélico produz uma intensa movimentação no campo religioso brasileiro, cuja consequência principal seria uma maior fluidez de suas fronteiras doutrinárias e a construção de passagens entre as diversas práticas de culto. Ao nos afastarmos de uma “situação de monopólio” (católico) para uma “situação de mercado” (evangélico), grande linha de força do pluralismo religioso moderno (Freston, 1994; Steil, 2001), as tendências de trânsito passam a seguir uma lógica de maior/menor apelo e atratividade entre as diversas alternativas religiosas disponíveis. Uma série de pesquisas realizadas sobre o tema do “trânsito religioso” apontam para a existência de fluxos migratórios preferenciais entre opções de culto, bem como para a diversidade de apropriações e resignificações implicadas nestas transferências (Benedetti, 1994; Machado & Mariz, 1994; Rolim, 1994; Almeida & Monteiro, 2001; Teixeira & Menezes, 2006; dentre outras referências). A relação entre a IURD e as chamadas “religiões afro-brasileiras” é um exemplo clássico, amplamente analisado, deste processo: depois da Igreja Católica, é entre os adeptos das religiões afro que a Universal apresenta os maiores índices

<sup>8</sup> Sobre a questão, ver : Machado (1999, 2005) Mariz & Machado (1996, 1997), Mafra (1998).

<sup>9</sup> O número elevado de mulheres nas igrejas evangélicas brasileiras, ao que parece, é expressão de uma tendência mais ampla, mundialmente difundida, de associação entre religião, família e o papel de gênero feminino (Velho, 1998 ; Duarte, 2006). No caso específico dos « crentes », estudiosos apostam no caráter repelente da moral sexual evangélica, em relação ao chamado « padrão ibero-americano de masculinidade »: enquanto o último afirma valores de virilidade e de liberdade sexual masculina, a pesquisa Novo Nascimento mostrava que 69% dos evangélicos entrevistados concordavam que « o homem deve chegar virgem ao casamento » e 89% que « a moral sexual do homem e da mulher deve ser igual » (Fernandes, 1998 p. 85-94).

de sucesso proselitista, bem acima da média das demais denominações<sup>10</sup>. Os Batistas, por sua vez, apresentariam um sucesso acima da média entre os fiéis católicos e abaixo entre os adeptos da umbanda e do candomblé (Fernandes, 1998, p. 35-37).

Estes fluxos preferenciais de adeptos também ocorrem interdenominacionalmente. Segundo Fernandes (1998), 25% dos entrevistados pela pesquisa Novo Nascimento, em algum momento, já pertenceram à outra denominação evangélica, sendo esta a média de circulação interdenominacional nos municípios analisados<sup>11</sup> (p.72). As igrejas do protestantismo histórico tendem a perder mais que incorporar novos membros, cedendo fiéis preferencialmente para as denominações pentecostais. Parte representativa dos estudiosos do tema fala em uma progressiva “pentecostalização” do campo religioso brasileiro, cuja expressão mais evidente seria os diversos processos de “avivamento” ocorridos no seio das igrejas do protestantismo histórico, bem como o próprio fortalecimento do Movimento Carismático Católico (Velho, 1997; Mariano, 1999).

## II - OS EVANGÉLICOS EM “ONDAS”

A história de implantação do movimento evangélico no Brasil apresenta dois períodos bem marcados: 1) as missões protestantes da segunda metade do século XIX, que começam a chegar ao Brasil ainda no período pré-republicano, vindas dos Estados Unidos, como a Presbiteriana (Rio de Janeiro, 1859) e a Batista (São Paulo, 1879); 2) o marco do “pentecostalismo clássico”, com a fundação da Congregação Cristã do Brasil (São Paulo, 1910) e da Assembléia de Deus (Belém, 1911).

As missões puritanas do século XIX, além da mensagem da salvação, traziam uma nova proposta de sociedade, baseada na doutrina do Destino Manifesto americano, cuja justificação religiosa era superar a idolatria e o paganismo do povo e promover a modernização das “crenças” nativas:

<sup>10</sup> Para os autores que estudam o tema, a prática do exorcismo seria a principal ligação entre o aparato simbólico-ritual da IURD e “complexo religioso afro-brasileiro” (Sanchis, 1994: 38). Ver também: Fry & Howe (1975), Soares (1993), Birman (1994, 1996), Rabelo, Motta & Nunes (2002).

<sup>11</sup> A abrangência da pesquisa foi definida com base na listagem de domicílios localizados nos setores censitários da PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD / IBGE 1992) – para os municípios da região metropolitana do Rio de Janeiro. Foram excluídos, entretanto, os municípios de Guapimirim, Itaboraí, Itaguaí, Japeri, Magé, Mangaratiba, Maricá, Paracambi e Queimados (Fernandes, 1998: 14).

“...É de alta importância para seu presente e para seu bem-estar futuro que a mente nacional [brasileira] esteja imbuída de idéias e princípios religiosos corretos, e esses deverão proceder, em primeiro lugar, de nosso país [Estados Unidos]” (citado por Mafra, 2001: 9).

Surgido já no século XX, o pentecostalismo, como vimos, é hoje o segmento evangélico mais representativo para as impressionantes cifras de crescimento do movimento. Sua visibilidade – talvez acentuada pelo caráter contra-cultural da proposta pentecostal para as “classes populares” brasileiras<sup>12</sup> – chamou a atenção do mundo acadêmico. No Brasil, Freston (1993) foi o primeiro a propor a metáfora sócio-histórica de divisão em três “ondas”, estabelecendo um diferencial em relação às classificações anteriores, que dividem o movimento em dois grandes períodos:

“O pentecostalismo brasileiro pode ser compreendido como a história de três ondas de implantação de igrejas. A primeira onda é a década de 1910, com a chegada da Congregação Cristã do Brasil (1910) e da Assembléia de Deus (1911) (...) A segunda onda pentecostal é dos anos 50 e início dos 60, na qual o campo pentecostal se fragmenta, a relação com a sociedade se dinamiza e três grandes grupos (em meio a dezenas de menores) surgem: a Quadrangular (1951), Brasil para Cristo (1955) e Deus é Amor (1962). O contexto dessa pulverização é paulista. A terceira onda começa no final dos anos 70 e ganha força nos anos 80. Suas principais representantes são a Igreja Universal do Reino de Deus (1977) e a Igreja Internacional da Graça de Deus (1980) (...) O contexto é fundamentalmente carioca” (Freston *apud* Mariano, 1999: 28-29).

O próprio Mariano (1999) propõe uma nomenclatura classificatória alternativa para as três fases de desenvolvimento pentecostal, estruturadas anteriormente por Freston. O autor mantém a denominação “pentecostalismo clássico” para o período de 1910-1911, mas adiciona os nomes “deuteropentecostalismo” e “neopentecostalismo”, respectivamente, para a segunda (50-60) e terceira (70-80) fases do movimento de expansão (p. 32). Embora sustente grande parte da proposta de Freston para as duas primeiras “ondas”, Mariano produz uma discussão bastante interessante e aprofundada sobre aquilo que organizou sob o

<sup>12</sup> Segundo Sanchis (1994), a presença dos pentecostais nos bairros populares marca diacriticamente o clima cultural local, a partir da introdução de uma ética dualista, que alcança todos os aspectos da vida e modifica a «relação com a família, a vida profissional e o trabalho, o corpo, o sexo, o uso do tempo e o preenchimento das horas de lazer, o álcool, a aparência física, etc». A diferença em relação ao «campo católico brasileiro», só parcialmente regulado do ponto de vista da ética, acaba chamando a atenção para um estilo de vida totalmente englobado pela dimensão religiosa entre os adeptos do pentecostalismo (:56-57).

rótulo de “neopentecostalismo”. Majoritariamente centrada em duas denominações – a Igreja Universal do Reino de Deus e a Igreja Internacional da Graça de Deus –, a tese principal do autor é que os neopentecostais, sob diferentes enfoques, representam um estágio avançado de acomodação do movimento pentecostal às linhas de força da cultura brasileira, rompendo com a lógica tradicional de “usos e costumes” e “santidade”:

“Antes, reconhecia-se um crente a uma centena de metros de distância. Com o neopentecostalismo, a demarcação identitária dos crentes tornou-se problemática, algo a ser indefinidamente redefinido e reconstruído em outras bases. O que se que dizer é que esse novo crente, particularmente o neopentecostal, à primeira vista passa facilmente por um descrente. Nos mais variados ambientes, nada há na aparência e resta pouco no comportamento que o distinga efetivamente dos outros” (*Ibid.* p.233).

Este tipo de divisão, que obedece a uma linearidade mais histórica, é de grande valia para a organização do campo de estudos, tornando possível uma classificação para o fenômeno evangélico. Entretanto, esta cronologia em “ondas” mostra-se bastante limitada quando a idéia é traçar conexões que dêem conta da complexidade estruturante dos múltiplos fluxos interdenominacionais. Em constante movimento, os sentidos destas migrações constituem o cerne do incrível potencial de atualização da mensagem evangélica, atribuindo-lhe um caráter exponencialmente diversificado. O grande desafio que se impõe a qualquer organização sistemática do fenômeno é, justamente, esse: produzir estruturas de análise para dar conta de um campo de estudos complexo, marcado por superposições, deslocamentos, latências e influências mútuas entre as alternativas religiosas disponíveis (Sanchis, 1994).

### **III - OS EVANGÉLICOS: PANORAMA ETNOGRÁFICO**

Apresento detalhadamente, no capítulo introdutório, a organização de meu trabalho de campo em duas etapas, cujo primeiro investimento etnográfico, realizado entre os meses de março e junho de 2007, consistiu na realização de visitas e entrevistas em quatro denominações evangélicas: Igreja Universal do Reino de Deus, Assembléia de Deus, Igreja

Batista e Igreja Adventista do Sétimo Dia. Devo admitir que, tendo em vista minha relativa inexperiência sobre o tema, este campo preliminar foi fundamental para organizar algumas idéias e preparar meu olhar para a etnografia principal, com os policiais militares evangélicos. Conseguí reunir um material bastante interessante: além das 20 entrevistas realizadas, pude observar os cultos e acumular um acervo significativo de publicações, folhetos e outros escritos, distribuídos durante as pregações.

Além da perspectiva daqueles que fazem parte das denominações, procurei também conversar com pessoas não-crentes vizinhas aos templos, fossem moradores ou comerciantes locais. Parte significativa dos relatos recolhidos, registrados em bate-papos informais, caracteriza o “povo evangélico” sob dois aspectos dominantes: 1) os fiéis, em geral, aparecem como “pobres alienados”, extorquidos em sua inocência pelos “pastores ladrões”; 2) ou em relação ao tom exaltado das pregações e orações, quase sempre potencializadas por amplificadores e aparelhagens de som<sup>13</sup>.

Circulando pelos espaços vizinhos, pude observar que parte significativa dos não-evangélicos da vizinhança tenderam a tecer comentários do tipo: “isso é uma gritaria”, “Deus deve ser surdo”, “isso é uma falta de respeito”, entre outros argumentos sobre a suposta incivilidade ou “falta de amor ao próximo” dos evangélicos. Dentre estas pessoas, nenhuma demonstrou qualquer interesse em saber um pouco mais sobre o que acontecia nos tais cultos, muito pelo contrário. O volume das pregações, entretanto, imprimia na localidade sua dinâmica de funcionamento, à despeito do interesse de seus vizinhos, que demonstraram um grande conhecimento sobre dias, horários, expressões características e etapas das cerimônias.

Para os membros das denominações com os quais pude conversar, esta expansividade nas pregações seria mais um elemento no conjunto de estratégias de que dispõem para a “salvação de almas”. “As boas novas precisam ser anunciadas em alto e bom som, para aquele que tiver ouvidos, até que Cristo venha arrebatar a sua igreja”, explica um jovem músico, membro da igreja Nova Vida, reconhecida nos meios evangélicos por seus

---

<sup>13</sup> Em diversos municípios brasileiros, a inserção dos templos evangélicos nas leis de controle de poluição sonora tem sido o pano de fundo de uma série de conflitos entre moradores locais e membros das igrejas. Bares, boates, casas de show e carros com som alto também são alvo deste tipo de regulamentação municipal. No caso dos templos, a mediação do poder público tende a traduzir a justificação religiosa em termos jurídicos como, por exemplo, “perturbação do trabalho ou do sossego alheio”. Um rápido levantamento na internet mostra que a questão divide o público evangélico: parte comprehende que existem exageros e apoiam a ampla regulamentação da poluição sonora; outros entendem-na como perseguição e intolerância religiosa, cujo pano de fundo é a batalha entre os escolhidos de Deus e as forças demoníacas.

ministérios de louvor. Ao que parece, a vertente apocalíptica que condiciona a segunda vinda de Cristo à difusão da mensagem cristã é uma variável importante neste sentido: somente quando toda a criatura vivente tiver conhecimento da palavra de Deus, o “Cristo julgador” virá arrebatar a sua igreja, condenar os infiéis à danação e separar os justos para a vida eterna.

A seguir descrevo resumidamente uma situação, retirada de meu diário de campo, que fornece um bom foco de reflexão sobre a questão, seja sob o prisma da vizinhança não-crente (“gritaria”), seja daquele dos membros (proselitismo/“anunciar as boas novas”):

“Certa quarta-feira, na Assembléia de Deus, uma mulher, vestida com o uniforme do trabalho, subiu para o culto das 18:00 horas. Por duas vezes ela retornou, no mesmo horário, antes que eu pudesse falar com ela. Seu semblante transparecia certa angústia. Sua pouca intimidade com a performance devocional era clara, mas ela tentava seguir os demais membros. Falei com Dalila, diaconisa da Assembléia de Deus e minha principal interlocutora: ‘Já é a segunda vez que vejo essa menina e ela parece precisar de ajuda’. Sugerí a ela que conversasse com a tal visitante. Ao final do culto, acompanhei a conversa. A mulher afirmou estar passando por grandes dificuldades em seu casamento. Com os olhos marejados, ela disse que trabalhava num estabelecimento próximo e que passava todos os dias em frente à igreja. Ao que parece, em meio ao ritmo frenético, em plena hora do *rush*, o volume das pregações chamou sua atenção para um sobrado comercial, encoberto pela vegetação, em uma movimentada rua do bairro da Sans Pena. Reconhecendo alguma eficácia transformadora nas igrejas evangélicas, a angustiada mulher resolveu dar uma chance àquela ruidosa celebração que marcava seu caminho para casa”.

[anotações de campo]

Ao que parece, embora não seja a principal estratégia proselitista entre os evangélicos, a própria presença dos templos em uma localidade, associada à um estilo expansivo de pregação, apresenta alguma eficácia nesse sentido. Embora os “vizinhos” não-evangélicos com quem pude conversar se refiram aos freqüentadores destes espaços, genericamente, como “evangélicos”, “crentes” etc., é possível perceber que, dentre as denominações pesquisadas, foram as igrejas pentecostais as mais criticadas nestes termos.

O estilo devocional das orações e pregações das chamadas igrejas históricas tende a ser bem mais comedido e mais centralizado na figura do pastor, se comparado às igrejas de linha pentecostal e neopentecostal. Nestas últimas, os cultos não parecem seguir qualquer tipo de liturgia formalizada, mas é clara a existência de elementos recorrentes, acionados de maneira bastante livre: o momento de arrecadação de dízimos e ofertas, os louvores,

orações, testemunhos, estudos bíblicos. Entre os históricos, que compartilham deste mesmo conjunto básico de elementos rituais, as celebrações parecem bem mais rotinizadas, menos espontâneas. A palavra encontra-se monopolizada por um orador autorizado, aquele que conduz o rito e marca as passagens entre um momento e outro. As manifestações do espírito santo são bem mais sutis, com a expressão de alguns dons de ministério: da palavra, de louvor, etc. Entre as denominações pentecostais e neopentecostais pesquisadas, encontrei importantes diferenças neste sentido: a IURD, por exemplo, apresenta uma tendência a centralizar a condução dos cultos também na figura do pastor, apresentando uma estrutura eclesiástica bem desenvolvida e altamente hierarquizada; a Assembléia de Deus, por sua vez, apresenta características bastante diferentes, com uma estrutura bem mais flexível e cultos bem mais inclusivos, em relação à participação de outros atores e seus “dons” específicos.

Nas páginas que seguem, tentarei descrever algumas das principais características das denominações visitadas nesta primeira etapa da pesquisa. O detalhamento abaixo refere-se a um conjunto de características institucionais e devocionais, expressos em veículos oficiais (*sites*, livros, folhetos, etc.) e nas falas de meus interlocutores. Dada a imensa diversidade interna ao campo evangélico, creio não ser preciso ponderar o caráter não-exaustivo do investimento descritivo abaixo. Mesmo em se tratando de uma mesma denominação, podemos encontrar variações significativas entre os diferentes templos, possivelmente influenciadas pelas dinâmicas sociais locais e pela trajetória específica de cada ramo institucional analisado.

### **III.1) IGREJA UNIVERSAL DO REINO DE DEUS**

Organizada no Rio de Janeiro em 1977, um dos dois principais expoentes da chamada “terceira onda pentecostal”, a Igreja Universal do Reino de Deus surgiu como movimento de dissidência da Igreja de Nova Vida<sup>14</sup>. Seu mito de origem remonta a ousadia e o carisma de seu líder, Bispo Edir Macedo, que, “inspirado pelo espírito santo”, teria dado início aos seus trabalhos de evangelização pregando ao ar livre, no velho coreto do Jardim do Méier.

---

<sup>14</sup> Deste mesmo movimento de cisma nos quadros da Nova Vida saíram a Igreja Internacional da Graça de Deus, fundada em 1980 e chefiada por R.R. Soares, um dos principais articuladores na fundação da IURD; e a Cristo Vive, do pastor Miguel Ângelo. Para um maior detalhamento sobre as origens e características distintivas da IURD ver FRESTON (1994), MARIANO (1999) e ORO, CORTEN & DOZON (2003). Boa parte das características inferidas de maneira indireta à IURD no presente capítulo foram retiradas destas referências bibliográficas; as demais encontram-se devidamente citadas ao longo das análises do material de campo.

Na época da fundação de sua primeira sede, num galpão alugado no bairro da Abolição, chamava-se “Igreja da Benção” e, desde então, marcou o cenário brasileiro com seu modelo religioso peculiar e cifras impressionantes de crescimento<sup>15</sup>. Em 1989, a IURD adquiriu a Rede Record de Televisão e, em pouco mais de uma década de existência, alcançou níveis de diversificação de suas bases sociais, de inserção política e midiática impressionantes para o então padrão protestante brasileiro.

Uma rápida pesquisa bibliográfica sobre os últimos 30 anos de produção acadêmica sobre religião no Brasil atesta esta rápida projeção social, refletida no volume de publicações encontrados sobre o fenômeno *iurdiano*. Nos dias atuais, qualquer pesquisador interessado em escrever sobre a Igreja Universal encontrará uma vasta gama de materiais disponíveis: publicações acadêmicas (artigos, livros, dissertações, teses etc.), uma longa lista de publicações institucionais (jornais, revistas, livros, folhetos etc.<sup>16</sup>), programas de rádio e televisão, bem como uma boa cobertura na *web*, com *sites* institucionais, transmissão *on-line* dos cultos, divulgação de testemunhos de fé etc.

Além destes referenciais, cuja abundância permitiu uma compreensão mais global e diversificada do fenômeno, minha pesquisa de campo tomou como *lócus* etnográfico dois templos da Igreja Universal, ambos situados na zona norte do Rio de Janeiro: a Catedral Mundial da Fé, em Del Castilho; e a unidade da Sans Pena. Foram visitados todos os cultos temáticos<sup>17</sup>, pelo menos em um horário por dia, durante três semanas consecutivas. Estas visitas geraram relatórios de campo e reuniram uma quantidade expressiva de material utilizado nas “correntes de propósito”<sup>18</sup>, no recolhimento de ofertas, dízimos etc.

Através de amigos comuns, pude selecionar um grupo de cinco pessoas para a realização de entrevistas: três mulheres e dois homens, de profissões variadas, com idades

<sup>15</sup> Em menos de 20 anos a IURD já contava com 2.014 templos no Brasil e 236 em outros 65 países. O primeiro templo aberto no exterior data de 1985, no Paraguai; entretanto, as pretensões expansionistas da IURD no cenário internacional só ganham força com a chegada aos Estados Unidos, em 1987. Segundo informações retiradas de seu *site* oficial, a Universal sustentaria hoje a marca de 8 milhões de fiéis no Brasil, contando com cerca de 9.600 pastores, espalhados por seus 4.700 templos em 172 países, gerando mais de 22.000 empregos diretos (<http://www.igrejauniversal.org.br/histiurd-mundo.jsp>, em 07/04/08). Para maiores informações sobre a trajetória, organização e estratégias de expansão da IURD, no cenário nacional e internacional, ver CAMPOS (1999), KRAMER (2003), MARIANO (2004) e ORO (2004).

<sup>16</sup> Universal Produções, em <http://www.universalproducoes.com.br/>.

<sup>17</sup> Os cultos temáticos referem-se à aspectos específicos da vida do cristão. Por exemplo, na segunda-feira, a IURD realiza um culto voltado para a realização financeira, chamado « Nação dos 318 », que se assemelha muito à um congresso empresarial ; na terça-feira acontecem os cultos de libertação, onde os pastores realizam exorcismos para libertar os fiéis do jugo de entidades maléficas; aos sábados é a vez da « Terapia do Amor », voltada para o restabelecimento de casamentos, a busca de um(a) companheiro(a) etc. Maiores informações sobre a agenda de cultos temáticos semanais da IURD no site <http://www.igrejauniversal.org.br/>.

<sup>18</sup> Ao participar de uma «corrente de propósito» o fiel iurdiano busca concentrar suas energias e intenções em torno de um objetivo específico, seja em relação à vida familiar, amor, finanças, libertação de demônios etc. O objetivo da corrente depende do tema do culto e realiza-se num determinado período, através de algum ponto focal material. Por exemplo, em uma corrente pela família, todos os domingos do mês foram dedicados à oração por um membro do núcleo doméstico, que era representado por uma foto colada em um dos ramos de um tipo de árvore genealógica, reproduzida em um folheto, que deveria ser levado em todas as reuniões naquele período.

entre 20 e 55 anos. Deste universo, apenas um homem e uma mulher tinham um pouco mais de 15 anos de conversão, tendo migrado de outras denominações (Batista e Assembléia de Deus) para a Universal; os demais converteram-se há menos de 5 anos, na própria IURD. Todos os entrevistados apresentaram concepções muito próximas frente às perguntas, mesmo aqueles com pouco tempo de conversão. Esta percepção surpreende, tendo em vista o baixo investimento institucional da IURD nas tradicionais escolas bíblicas dominicais e atividades de estudos aplicados<sup>19</sup>.

A partir da análise das entrevistas e relatórios de campo, sobressai o impacto de uma mensagem simples – centrada na trilogia cura-libertação-prosperidade – repetida à exaustão e massificada através dos cultos, transmissões de rádio, televisão, publicações temáticas etc. Enquanto as outras denominações pesquisadas valorizam o aprofundamento individual na leitura e estudo da Bíblia, a Universal tende a se colocar institucionalmente como mediadora desta leitura. Durante os cultos que pude assistir, os pastores apoiavam suas pregações em pequenos trechos bíblicos, impressos em folhetos e distribuídos aos fiéis pelos obreiros. A seguir, reproduzo um trecho de um relatório de campo sobre a “Ressurreição da filha de Jairo”, tema de uma das pregações que assisti:

“Foi distribuído também, nesta quinta-feira, um estudo sobre a ‘Ressurreição da Filha de Jairo’ (Lucas 8.40-42 e 49-56). Ao interpretar o texto bíblico, o pastor chama atenção para, basicamente, três aspectos da história: 1) a postura do servo de Jairo que, teoricamente, vem dissuadi-lo de levar Jesus à sua casa para informar sobre a morte de sua filha; tratar-se-ia de um dos ardis do demônio; 2) a postura das pessoas que velam e choram o corpo da filha de Jairo que, ao ouvir Jesus dizer que ela não estava morta, riem e fazem pouco dele; por um lado mostra a ação do demônio, que faz com que as pessoas mudem subitamente de postura para desqualificar o Cristo, por outro, trata-se da perseguição e descrédito que os fiéis vivenciam até hoje em suas vidas; 3) o pedido final de Jesus para que ninguém comente sobre o evento, pois o andar da jovem, que outrora estava morta, será o testemunho mais poderoso do ocorrido”.

[anotações de campo]

Além de uma estrutura eclesiástica/empresarial altamente centralizada e coesa ideologicamente, este efeito de massificação do núcleo doutrinário da IURD pode estar associado também, em algum grau, ao que Mafra (1998) chama de “dialética da

<sup>19</sup> A pesquisa “Novo Nascimento: os evangélicos em Casa, na Igreja e na Política”, realizada pelo ISER, mostra que a Igreja Universal, naquela época, era a que menos investia na escola dominical, enquanto estratégia de reprodução institucional: 38% dos entrevistados tinham freqüentado a escola dominical naquele período. Em comparação, a mesma pesquisa mostra que as denominações de maior profundidade histórica tenderiam a investir mais nesta estratégia: com 74% dos batistas e 62% dos *assembleianos* alegando ter freqüentado a escola dominical (FERNANDES et al. 1998: 47-48).

perseguição”, que tenderia a reforçar um movimento identitário de contraste externo e coesão interna<sup>20</sup>. Reproduzo abaixo um trecho do livro “O Princípio das Dores”, de 2005, uma das várias publicações do Bispo Edir Macedo. Nela pode-se notar uma pequena amostra desta tendência persecutória, presente, em diferentes proporções, em quase todos os livros que pude ler da Universal Produções:

“(...) Serão usados mil argumentos para a promoção da perseguição aberta. Por enquanto, mudanças nas leis estão sendo trabalhadas, para tentar impedir o crescimento do Reino de Deus. Aliás, esse mesmo ardil já tem sido promovido pela Babilônia. Não é à toa que uma nova Bíblia está sendo produzida, de forma a agradar a ‘gregos e troianos’... A História registra que, no tempo do Império Romano, verdadeiros cristãos foram feitos de bodes expiatórios para livrar o pelo dos ‘Neros’. E os mesmos espíritos imundos daqueles tempos estão agindo nos ‘Neros’ de hoje” (:16).

Com exceção do porte, da arquitetura e da infra-estrutura de serviços disponíveis, as diferenças atestadas entre os dois templos visitados foram quase nulas: os cultos temáticos distribuem-se da mesma maneira ao longo da semana, em horários idênticos ou aproximados, todos os dias; partem de uma mesma metodologia e estilo devocional, com ampla utilização de “correntes de propósito”, “pontos de contato”<sup>21</sup> e a ênfase doutrinária na trilogia cura-exorcismo-prosperidade. Embora ambas as unidades façam uma ampla utilização de meios audiovisuais e cenográficos para envolver, física e mentalmente, a platéia, esta característica encontra-se mais desenvolvida em Del Castilho, possivelmente em razão de sua elevada arrecadação de dízimos, ofertas e sacrifícios. Vejamos a seguir uma breve descrição do aparato cenográfico de um culto na Catedral Mundial da Fé, retirada de meu caderno de campo:

---

<sup>20</sup> Mafra (1998) analisa o que chama “dialética da perseguição” enquanto eixo estruturante da proposta neopentecostal da Igreja Universal do Reino de Deus, que adota “teorias persecutórias” como fonte de sentido privilegiado, realizando um importante deslocamento: da perseguição como lógica de vitimização, para a de competição, acentuando jogos de contraste externo e identificação interna (1998:62). Para Mafra, o resultado deste processo seria um certo reencantamento do mundo, onde a indeterminação é abolida, dando lugar a intencionalidade e a determinação dos desejos do Inimigo (demônio), seus propósitos maléficos subjacentes aos eventos. Embora mais acentuada no contexto *iurdiano*, os discursos persecutórios parecem ser amplamente difundidos no meio evangélico, principalmente entre os pentecostais e neopentecostais que colaboraram para a presente pesquisa. Sempre remetendo a perseguição sofrida pelos apóstolos na igreja primitiva, entendem que esta condição indica que estão no caminho certo, pois estariam sendo alvo das sabotagens do “inimigo”.

<sup>21</sup> No livro *Doutrinas da Igreja Universal do Reino de Deus 2*, o Bispo Macedo define “pontos de contato”: “(...) são elementos usados para despertar a fé das pessoas (...) Muitas pessoas têm dificuldades para colocar sua fé na prática, por isso precisam de pontos de contato, que podem ser o óleo de unção, a água, a rosa e outros elementos” (2002:101).

“A IURD tem toda uma preocupação com o cenário de seus cultos temáticos, utilizando amplamente recursos audiovisuais, sempre norteados por propósitos específicos. Neste, em se tratando do ‘desafio da cruz’ e das ‘cinco sextas-feiras da ressurreição total’, havia duas cruzes vermelhas, iluminadas, com cerca de sete metros cada, posicionadas como portais ao fim dos corredores de acesso ao altar. Nele, ao centro, havia um simulacro da catacumba em que o corpo de Jesus foi depositado depois da crucificação, cenário também de sua posterior ressurreição. Dentro da catacumba era possível visualizar a frase: ‘Ele não está aqui, mas ressuscitou’, um trecho do evangelho de Lucas. A idéia central, que era transmitida aos fiéis através de toda a parafernália de som e cenário, das palavras do pastor e dos propósitos a serem seguidos, era que se Jesus acreditou no Pai e venceu a morte, cada um deles poderia também ‘ressuscitar aquilo que estava morto em sua vida’: seja no aspecto financeiro, seja no familiar, seja na saúde física ou espiritual (ou sobrenatural), o que chamam de os quatro aspectos da vida do crente. Esta ‘morte’, chamada também de ‘maldição’, ‘amarração’, etc., era resultado da ação de ‘espíritos’, do ‘inimigo’, do ‘demônio’, do ‘diabo’, que, aos berros, o pastor ordenava que saísse da vida das pessoas e ‘deixasse o que é delas’”.

[anotações de campo]

Os tipos de “correntes” para cada uma das reuniões temáticas semanais variam de unidade para unidade, bem como o montante de arrecadação que delas decorre. No primeiro semestre de 2007, quando o governo federal votava um aumento para o salário mínimo, a sede da Sans Pena realizou uma corrente de desagravo à medida, por considerá-la um ultraje ao “sofrido povo brasileiro”. Ao final do culto, perguntei a uma obreira se poderia entregar a minha contribuição em Del Castilho, ao que ela respondeu negativamente, pois aquela corrente só estava acontecendo na unidade da Sans Pena. Ao que parece, a chamada “corrente de propósitos” constitui o principal elemento organizador das estratégias *iurdianas* de focalização da fé e reforço da idéia de transformação, realizada com o auxílio de “pontos de contato”:

“Em seguida, o pastor fez propaganda do evento principal daquela semana, o ‘Domingo de Transformação da Família da Água para o Vinho’, que ocorreria às 10 da manhã do domingo seguinte. Era o primeiro dia de uma nova corrente de propósitos ligados à família. O pastor pediu aos obreiros que distribuissem para o público o ‘Álbum da Sagrada Família’, em que cada um deveria colar as fotos de seus familiares e, no bloco ao lado, escrever um pedido de transformação para cada domingo, de uma série de seis no total. Estes pedidos, segundo o pastor, serão depositados em uma talha de água em que, posteriormente, os ‘servos de Deus’ derramarão o vinho ‘para que haja uma transformação em sua família’”.

[anotações de campo]

A ênfase desta transformação, entretanto, está visivelmente no tema da libertação e da prosperidade, em alcançar “as bênçãos aos quais os servos de Deus têm direito”. Muito embora as mudanças estéticas e comportamentais sejam um objetivo, elas não parecem estar em primeiro plano quando a questão é definir as características do “verdadeiro cristão”.

“Então, eu acho que é onde eu vejo as pessoas se libertar, entendeu, é na Universal. Apesar de que as outras igrejas também, ela prega a palavra de Deus, é a palavra de Deus, mas a que eu tô é a única que eu vejo, entendeu, que, porque não é roupa que vai fazer você ser fiel a Deus não. Não é um batom que você coloca não. Você tem que ser fiel espiritualmente, entendeu? Você tem que ser fiel a Deus no dízimo, nas ofertas, ser fiel a Deus nos propósitos, entendeu, cumprir com Deus, o que Deus pede no seu coração. Eu acho que é por aí”.

**Mulher evangélica, 30 anos de idade, 4 anos de conversão na IURD.**

“Eu, eu adoro a Universal, adoro, que ela não exige muitas e muitas doutrinas, mas ela exige sim, a palavra, entendeu? Porque ela exige que se não quiser trazer o dízimo na Universal leva pra Assembléia de Deus, leva pra Batista. O bispo lá, fala isso pra gente, entendeu, mas não fica com o que é teu, com o que não é teu, porque 10% é de Deus, é dízimo, tá na bíblia. Por isso é que ela ensina sempre a doutrina certa. As outras igreja não falam, não têm coragem de falar isso, mas eles falam isso ai, tá entendendo?”.

**Mulher evangélica, 40 anos de idade, 16 anos de conversão, há 8 anos na IURD.**

Principal difusora da chamada “Teologia da Prosperidade” no Brasil<sup>22</sup>, a IURD trabalha com o princípio de que a expressão do cristão verdadeiro, o atestado de sua graça, está do volume de suas conquistas alcançadas. Para o fiel *iurdiano*, é clara a idéia de que “o verdadeiro servo de Deus” não está neste mundo para sofrer. Se ele aceita de coração o sacrifício redentor de Jesus Cristo, passa pelo batismo das águas, pelo batismo do espírito e cumpre com suas obrigações de dizimista, teria que estar liberto de toda a “ação do maligno” sobre a sua vida. Entretanto, se os espíritos demoníacos continuam a exercer sua influência nefasta, a culpa recai sobre o comportamento inadequado do próprio cristão, que

<sup>22</sup> Mariano (1999) faz uma ótima descrição da trajetória sócio-histórica de assimilações e empréstimos que estruturaram as bases doutrinárias da Teologia da Prosperidade nos Estados Unidos, situando também seu processo de incorporação à lógica do neopentecostalismo brasileiro.

não estaria permitindo o “agir de Deus em sua vida”. Os motivos acionados para o infortúnio são exponencialmente diversos. Entretanto, no caso específico da Universal, costumam girar em torno da irregularidade no pagamento dos dízimos e ofertas, ou do “baixo empreendedorismo” do cristão. Nas palavras de um pastor, durante o culto dominical, na Sans Pena: “você tem que fazer um desafio com Deus, tem que ter visão; se você recebe 200 mil de uma causa e você não dá a parte de Deus, ele também não vai honrar a parte dele contigo, e não adianta achar que vai estar enganando Deus não, porque ele sabe tudo que vai no teu coração; tem que tomar posse do que é teu, tem que alcançar a graça; e como é que a gente alcança a graça? É ganhando 200 mil e, ao invés de deixar 20 mil, deixa 50, deixa 100, que Deus vai te honrar, vai te devolver 100 vezes mais que o teu sacrifício”.

A ênfase na ação do demônio como fonte de malefícios também é uma característica marcante no discurso dos entrevistados da IURD. Se o bom cristão não prospera, a culpa é, em última instância, das influências demoníacas; o sofrimento não está nos planos de Deus para o seu povo fiel. Todo o mal do mundo teria se originado da rebelião de Lúcifer e seus anjos decaídos que, banidos do reino dos céus, viriam a formar as “hordas infernais”: um exército altamente organizado que, reproduzindo a estrutura hierárquica dos anjos de Deus, distribuem-se espacialmente em principados, potestades e domínios<sup>23</sup>. Sua principal missão seria introduzir o caos, o desequilíbrio na perfeita obra divina, exercendo sua influência maligna sobre a alma humana, distanciando-a da salvação e de seus benefícios materiais e espirituais.

“De luta, com certeza, espiritual, isso com certeza, oh, o diabo só quer ver a tua destruição. Se você pensar, o diabo. Eu acho o seguinte, não é porque eu sou da Universal não, mas é a única, a única igreja que expulsa demônio, é a única igreja que manda manifestar o demônio. Que tiver no corpo de alguém, é a única, é a única que a gente vê a cura, é a única que a gente vê o milagre acontecer”.

**Mulher evangélica, 20 anos de idade, 2 anos de conversão na IURD.**

---

<sup>23</sup>A publicação “Doutrinas da Igreja Universal 2”, escrita por Macedo (2002), oferece maiores esclarecimentos sobre esta divisão territorial/hierárquica: os principados seriam ocupados por demônios em posição de autoridade política sobre países, estados e municípios, podendo agir, inclusive, através de seus representantes políticos seculares; as potestades agiriam junto a execução do poder religioso; os domínios, por sua vez, seriam ocupados por *espíritos imundos* que tornam a mente humana escrava da razão e do conhecimento secular, afastando o cristão das coisas da fé. Macedo inclui ainda mais uma categoria demoníaca: as forças espirituais do mal, “espíritos imundos, espíritos de enfermidade, que atuam no sentido de levar as pessoas aos sofrimentos físicos e espirituais, tais como doenças e surtos, desastres, medo, insônia, constantes dores no corpo, depressão, desejo de suicídio, etc. Esses espíritos são os que mais facilmente são identificados, pois a sua área de ação é no povo em geral” (:58). Pelo que pude perceber, a literatura sobre a chamada “batalha espiritual” é vastíssima na UniPro (Universal Produções), bem como sobre o tema do “sacrifício” (dízimo, oferta, desafios).

“Era demônio muito, era ele [o pastor] só com uma flor, aquela flor que ele pede a unção do Senhor Jesus. Ele botou assim, mandando ela abrir os olhos, e ela com os olho fechados, com o demônio nela. E ele conseguiu abrir os olhos dela com a palavra de Deus, expulsou esse demônio dela, entendeu? Ela, esse demônio já tinha matado a mãe dela, já tinha feito, levado a família dela quase toda ao precipício, e ela tava no mesmo caminho, matou a criança dela e tudo, é a verdade é essa”.

**Homem evangélico, 45 anos de idade, 3 anos de conversão na IURD.**

Dentre as entrevistas realizadas, onde pude conversar com evangélicos de várias denominações, muitas foram as manifestações de desagravo à relevância atribuída ao dinheiro e à figura do demônio nos cultos da IURD. Entretanto, mesmo com a manutenção de uma postura crítica, muitas pessoas reconhecem a eficiência com que a Universal lida com os males causados por influências demoníacas. Alguns entrevistados, inclusive, admitiram freqüentar os cultos de libertação da IURD quando precisam de um “remédio mais forte”, como num tipo de unidade de tratamento espiritual intensivo.

A principal diferença entre esta freqüência eventual e a postura do *iurdiano* típico é que os últimos tendem a não estar predispostos a aceitar outras causas para os sofrimentos em suas vidas, senão a ação demoníaca. Além disso, a Universal dispõe de um tratamento diferencial, altamente eficiente, tópico e eficaz, contra as influências nefastas do “devorador de almas”: o exorcismo. Neste sentido, os rituais de libertação da IURD reencontram algumas linhas de força do campo religioso brasileiro tradicional, marcado pelo complexo religioso afro-brasileiro, pelo transe e pela possessão. Multiplicam-se os espíritos demoníacos em nomes já bem conhecidos: os exus, as pombas-gira, os caboclos (Sanchis, 1994).

“Então a Universal, ela não tem medo, ela não tem medo de demônio, ela não tem medo, porque as outras igrejas diz ‘inimigo’, ‘um inimigo’; lá não, eles chamam mesmo o nome desses demônios que tá aí na rua mesmo, é Exu-Caveira, Exu não sei o que, e chama mesmo, diz mesmo, entendeu? Procura saber quem é ele pra expulsar e queimar, em nome de Jesus. Que Deus botou seu servo no mundo pra pregar a palavra Dele, e o homem de Deus pra pregar a palavra dele, pra expulsar o demônio só com o nome Dele, e é expulso, que Jesus expulsava demônio, entendeu, é isso que eu tenho pra falar pra você, minha filha”.

**Homem evangélico, 55 anos de idade, 15 anos de conversão, há 5 na IURD .**

A partir da observação dos cultos de libertação, pude perceber a grande familiaridade de fiéis, obreiros e pastores, com os nomes, características e procedimentos relativos ao pantheon de entidades dos cultos afro-brasileiros<sup>24</sup>. Quando uma pessoa chega a “manifestar o demônio”, os obreiros imediatamente tiram-na de seu assento, conduzindo o “endemoniado” ao palco, onde será exorcizado pelo pastor. De olhos fechados, mãos retorcidas para trás, o “demônio” é interrogado: “Quem é você? Qual o teu nome? Como você entrou na vida dessa pessoa? Quem te mandou fazer isso? O que te deram em pagamento?”, são as perguntas mais comuns. Até que se chegue à sua identidade, o pastor faz questão de dar várias demonstrações de poder e autoridade sobre o “espírito imundo”, fazendo chacota de suas pretensões maléficas. Cumpridas todas as etapas preliminares ao exorcismo, o pastor pede o auxílio da platéia, que responde com orações fortes e gritos de “sai”, “queima” etc. Presenciei três tipos de respostas destes “demônios”: eles podem sair imediatamente, sem muito alarde; podem resistir, por exemplo, fingindo que foram expulsos, mas logo voltam a se manifestar; e o caso extremo da pessoa que manifesta vários demônios seguidos, que precisam ser exorcizados um a um.

Em seu livro, “Orixás, Caboclos e Guias: deuses ou demônios”, o bispo Edir Macedo (2002) faz associações muito interessantes entre os tipos de “demônios” e as enfermidades causadas por eles:

“Este é realmente um ponto muito interessante. Há uma relação muito grande entre os nomes usados pelos espíritos demoníacos e a ação de cada um deles (...) Omulu, por exemplo, que se intitula rei da calunga, é um dos grandes responsáveis por esse tipo de enfermidade [ataques epiléticos]. Da mesma forma, pessoas que sofrem de doenças e chagas que os médicos não conseguem curar e ficam anos com as pernas feridas (...) Já oramos muitas vezes por pessoas viciadas em tóxicos, bebidas alcoólicas, cigarros ou jogo, e na maioria dos casos o responsável por tudo é o exu chamado ‘zé pelintra’ ou ‘malandrinho’ ou outro dessa casta. Prostitutas, homossexuais e lésbicas sempre são possuídos por pombas-gira (marias-molambo, etc.). Nos casos em que pessoas estão perdendo

<sup>24</sup> As atividades rituais e de proselitismo da IURD estão majoritariamente centradas no combate aos chamados “cultos de possessão”, identificados como expressão das forças malignas e de toda a aflição individual. Partindo de uma forma propriamente neopentecostal de construir a possessão, a Igreja Universal considera a prática do exorcismo como parte constitutiva do percurso de libertação de seus adeptos. Para uma ótima discussão sobre as passagens entre o universo simbólico e ritual das religiões afro-brasileiras e o pentecostalismo (ou neopentecostalismo, ou pentecostalismo autônomo), ver Birman (1994, 1996). É interessante salientar também que a Universal exerce um forte apelo proselitista junto às próprias religiões afro-brasileiras. Depois dos católicos, esta seria a segunda maior fonte de novos adeptos para a IURD (Fernandes et al. 1998: 35-37).

tudo o que têm e caíndo em desgraça, normalmente, por trás estão demônios que se dizem chamar ‘exu do lodo’, ‘da vala’ e outros” (:47).

Muito embora o texto acima faça menção a Omulu, enquanto “espírito demoníaco” passível de ser exorcizado, nunca cheguei a presenciar a expulsão de algum orixá nos cultos de libertação. Ao que parece, os exus e pombas-gira são os grandes freqüentadores destas cerimônias. É interessante notar que, na literatura sobre a “macumba” carioca, estas entidades costumam estar ontologicamente mais próximas das dinâmicas cotidianas das chamadas “classes populares”, de suas paixões e ambigüidades: habitam as encruzilhadas, os prostíbulos, circulam pelos bares e casas de jogo, bebem, fumam e dançam; podem fazer o bem ou o mal, dependendo das intenções daquele que as “contrata”<sup>25</sup>. Este imaginário do feitiço, da inveja, do “olho-grande”, da ação maligna do “povo de rua”, foi habilmente englobado na figura do demônio pela Universal. Os interrogatórios espirituais, etapa preliminar do exorcismo, revelam um tipo de “sistema de feitiçaria” que acompanha as linhas de conflitos socialmente reconhecidas: entre vizinhos, entre cônjuges, familiares, supostos amigos, invejosos de toda a ordem. Seu elevado potencial agregador talvez resida, justamente, na incorporação de categorias deste imaginário familiar, reorganizadas sob uma lógica fechada e maniqueísta: a batalha entre Deus e o diabo pelas almas humanas. A tríade cura-libertação-prosperidade, além de anunciar a felicidade enquanto estado normal do ser humano, ofereceria um leque de explicações plausíveis para a dimensão de imprevisibilidade do dia-a-dia dos relacionamentos humanos. Nas palavras de Sanchis (1994):

“Mas aqui da ‘culpa’ não se é totalmente responsável, e a ‘penitência’, mais do que simples metanóia, conversão e arrependimento, é marcada pela ‘libertação’ do poder maligno e exterior que pesava sobre o livre-arbítrio do homem e orientava (determinava?) o seu comportamento (...) Faço a hipótese de que esta relativização do ‘pecado’, sem prejuízo da ‘novidade’ da conduta de quem entrou no ‘caminho da salvação’ pela fé, integra em boa posição o rol dos elementos que fazem a sedução dos grupos neopentecostais, conseguindo uma ponte entre o rigor ético do pentecostalismo (e protestantismo) e as tradições afro- e/ou católico-popular-braisileiras” (:55).

---

<sup>25</sup> Para uma descrição da centralidade ritual das narrativas sobre a intervenção cotidiana do chamado “povo de rua” nas *macumbas* cariocas, ver CARDOSO (2007).

### III.2) ASSEMBLÉIA DE DEUS

Nas palavras de um membro da Igreja Batista, entrevistado por mim, “a Assembléia de Deus (AD) pega fogo!”. Este jovem, convertido há cerca de cinco anos, me explicava as diferenças entre as principais denominações e aconselhou-me uma visita a AD, onde eu poderia testemunhar manifestações concretas do poder do espírito santo. Ele admitiu freqüentar alguns cultos na Assembléia, em busca de uma experiência espiritual mais viva; entretanto, em razão das restrições estéticas e comportamentais aplicadas à membresia *assembleiana*, este jovem descarta qualquer possibilidade imediata de vinculação formal. Neste caso, o impedimento principal não reside tanto na doutrina ou no fundamentalismo bíblico – características distintivas da AD enquanto denominação –, mas em seus reflexos para aquilo que os *assembleianos* chamam de “usos e costumes”:

“A doutrina bíblica gera bons costumes, mas bons costumes não geram doutrina bíblica. Igrejas há que têm um somatório imenso de bons costumes, mas quase nada de doutrina. Isso é muito perigoso! Seus membros naufragam com facilidade por não terem o lastro espiritual da Palavra. (...) À luz da Bíblia, doutrina é o ensino bíblico normativo terminante, final, derivado das Sagradas Escrituras, como regra de fé e prática de vida, para a Igreja, para seus membros, vista na Bíblia como expressão prática na vida do crente, e isso inclui as práticas, usos e costumes. Elas são santas, divinas, universais e imutáveis”<sup>26</sup>.

Precursora do movimento pentecostal no Brasil, a Assembléia de Deus foi fundada em Belém do Pará, em 1911<sup>27</sup>, a partir de um movimento de avivamento e dissidência da Igreja Batista local, liderado por Gunnar Vingren e Daniel Berg: missionários suecos, batistas, com passagem pelos Estados Unidos, onde tomaram contato com o pentecostalismo norte-americano e foram batizados pelo espírito santo. A própria decisão de vir para o Brasil foi consolidada a partir de inspiração profética. A história oficial conta que Vingren e Berg nem mesmo sabiam a localização geográfica do Pará, nome da região profeticamente anunciada, e procuraram mapas para situar seu futuro destino missionário (Conde, 2000).

<sup>26</sup> Trecho retirado do site oficial da Confederação Geral das Assembléias de Deus no Brasil (CGADB) [http://advi.com.br/cgadb/index.php?option=com\\_content&task=view&id=39&Itemid=36](http://advi.com.br/cgadb/index.php?option=com_content&task=view&id=39&Itemid=36), em 26/04/2008.

<sup>27</sup> O nome Assembléia de Deus só foi adotado, oficialmente, em 1918. Em 1911, quando os cerca de 19 membros da Igreja Batista de Belém do Pará foram desligados, seu nome era Missão de Fé Apostólica (Conde, 2000).

A passagem gradativa de liderança dos missionários suecos para os pastores brasileiros foi concluída em 1930, por ocasião da criação da Confederação Geral das Assembléias de Deus no Brasil (CGADB), cujas finalidades encontram-se expressas no Art. 3º de seu estatuto:

“**1.** manter e zelar pelo seu patrimônio; **2.** promover a união e o intercâmbio das Assembléias de Deus no Brasil; **3.** atuar no sentido da manutenção dos princípios morais e espirituais das Assembléias de Deus no Brasil; **4.** zelar pela observância da doutrina bíblica, incrementando estudos bíblicos e outros eventos; **5.** manter o controle de seus órgãos, da Casa Publicadora das Assembléias de Deus – CPAD e das demais pessoas jurídicas existentes ou que venham a existir, quando necessário, propugnando pelo desenvolvimento dos mesmos; **6.** promover e incentivar a proclamação do evangelho de nosso Senhor Jesus Cristo, através da obra missionária; **7.** promover o desenvolvimento espiritual e cultural das Assembléias de Deus, mantendo a unidade doutrinária; **8.** promover a educação em todos os seus níveis e a assistência filantrópica; **9.** inscrever e credenciar como membros, os ministros das Assembléias de Deus no Brasil, exercendo ação disciplinar sobre os mesmos, conforme normas estabelecidas neste Estatuto e Regimento Interno; **10.** orientar a prática da cidadania dos seus membros; **11.** reconhecer e inscrever as Convenções Estaduais ou Regionais da mesma fé e ordem”.

Ao que parece, o processo de nacionalização das AD, com a criação da CGADB, tendeu a resguardar uma grande proximidade em relação aos princípios doutrinários e comportamentais estabelecidos pelos missionários suecos. Esta eterna referência às origens, retomadas para o resguardo da “identidade institucional” *assembleiana*, constituem o ponto focal de uma série de controvérsias e disputas internas entre as diversas convenções regionais, ministérios e igrejas locais. Por exemplo, recentemente, a Confederação Nacional das Assembléias de Deus do Ministério de Madureira (CONAMAD), dissidência da CGADB, gerou uma grande polêmica entre os *assembleianos* com a ordenação de uma pastora, durante sua 37ª convenção, em 2006. A CGADB é frontalmente contrária à ordenação feminina. Entretanto, as divergências internas existem, mesmo dentro da CONAMAD, responsável pela ordenação de Cassiane, famosa cantora gospel<sup>28</sup>:

“Durante a 37ª Convenção realizada no mês passado na cidade de Paulina em São Paulo, a Conamad (Convenção Nacional de Madureira da Assembléias de

<sup>28</sup> Segundo os dados da pesquisa Novo Nascimento do ISER (Fernandes 1998: 116), enquanto 83% dos fiéis da IURD entrevistados são favoráveis a consagração de mulheres pastoras, este índice cai para 46% entre os *assembleianos*. Em relação as funções de diaconisa/presbítera e bispa, 80% e 68% dos membros da IURD admitem a nomeação de mulheres; entre os *assembleianos* os índices dos que aceitam a participação feminina nestas funções cai para 61% e 42%, respectivamente.

Deus), ordenou a cantora gospel Cassiane como pastora. A consagração pegou todo mundo de surpresa, inclusive a cantora e causou polêmica que ainda dura até hoje. Cassiane estava na Convenção para cantar quando o pastor Samuel Ferreira, dirigente da denominação, disse que ‘sentiu a direção de Deus’ para ordenar a artista, cujo marido, o cantor e arranjador Jairinho Manhães, também foi ordenado. Cassiane já era missionária comissionada por sua igreja, a Assembléia de Deus de Nova Iguaçu, no Rio de Janeiro. O surgimento da primeira pastora *assembleiana* do país pode ter agradado aos fãs, mas também gerou e vem gerando críticas. A Convenção Geral das Assembléias de Deus do Brasil (CGADB), o maior segmento da denominação, já reiterou que o pastorado feminino não está nos seus planos. A CGADB e a Conamad nutrem rivalidade desde 1989, ano em que se separaram. ‘Essa ordenação contraria a ortodoxia da doutrina das igrejas da denominação e é totalmente nula’, declara o evangelista Salan Nemer, da Assembléia de Deus Ministério Brás, em São Paulo, filiada a Convenção de Madureira. Ele afirma que os ministros da igreja sequer foram consultados sobre a consagração de Cassiane. ‘A decisão é exclusiva da dinastia Ferreira que dita as regras’, protesta. Há três anos, a Conamad causou outra polêmica quando elevou seu presidente, Manoel Ferreira, à condição de bispo - contrariando a tradição *assembleiana* que não prevê tal título no seu ordenamento eclesiástico. A CGADB é contrária a ordenação de pastoras!'<sup>29</sup>.

Em detrimento de uma certa recorrência no que se refere a seus posicionamentos formais, adotados pelas confederações nacionais, pude observar uma grande diversidade de posturas concretas entre as duas congregações da AD por mim visitadas: em Vila da Penha e Sans Pena, no Rio de Janeiro. Minha freqüência mais intensa, entretanto, deu-se nesta última, onde pude assistir toda a programação semanal e realizar três entrevistas. Tratava-se, na época, de uma pequena congregação, recém instalada no bairro. Na Vila da Penha, realizei uma visita e uma entrevista. Embora não tenha podido assistir aos cultos, fiz uma entrevista também com um membro da Assembléia de Deus de Vila Nova, em Barra Mansa.

Na Sans Pena, fui surpreendida pela presença de uma diaconisa e uma pastora, ordenadas pela congregação, responsáveis pela condução de cultos e campanhas específicas: culto das mulheres, culto de avivamento (busca o batismo no espírito santo e a manifestação de dons), culto de oração pela família e relacionamentos. Chamou-me a atenção também uma certa tendência à flexibilização das restrições estético-comportamentais, tradicionalmente impostas aos membros da AD: a presença de mulheres maquiadas, usando calças compridas, jovens com roupas mais modernas etc. Os cultos abundam em manifestações do espírito santo: muitos membros falam em línguas, bailam no

---

<sup>29</sup> Trecho de reportagem retirado do site [www.programaprimeiroamor.com.br/aconteceu.htm](http://www.programaprimeiroamor.com.br/aconteceu.htm), em 26/04/2008.

espírito, profetizam, fazem revelações e têm visões. Um dos pastores executa um tipo de ritual de revelação muito interessante, a “revelação da chave”: todos os presentes depositam suas chaves (de casa, do carro, do trabalho etc.), anonimamente, quando chegam ao culto e o pastor faz a revelação ao final, trazendo mensagens e orientações para seus donos.

Na Vila da Penha, sede da CGADB, o clima me pareceu bem mais tradicional, tanto em termos doutrinários, quanto para a questão dos “usos e costumes”. Chama a atenção, entretanto, as pregações do pastor Silas Malafaia, nome forte da CGADB na atualidade, à frente de um ministério<sup>30</sup> próprio, a Associação Vitória em Cristo. A impressão que tive era de que, em diversos momentos, Malafaia se aproximava de concepções doutrinárias da Teologia da Prosperidade, pregando uma versão mais *assembleiana* desta vertente: o renascido em Cristo tem direito às benção de Deus (saúde, felicidade, prosperidade material e espiritual); se ele não as alcança é porque não está vivendo segundo a “palavra de Deus” (Bíblia), está vivendo em pecado ou sob a ação de forças malignas. Diferentemente da IURD, onde não existe a possibilidade de sofrimento para aquele que segue um caminho de santificação, a mensagem vitoriosa do ministério de Malafaia admite que as atribulações podem fazer parte da vida do bom cristão.

Posteriormente, em pesquisas na internet, tomei contato com diversos fóruns de discussão interdenominacionais em que Silas Malafaia é acusado, por membros de várias igrejas, de pregar a Teologia da Prosperidade<sup>31</sup>. Para as bases doutrinárias oficialmente sustentadas pelas Assembléias de Deus no Brasil, voltadas para a evangelização das camadas populares, a contenção material, o afastamento dos padrões mundanos e a valorização da força da fé dos humildes, esta é uma acusação bastante séria<sup>32</sup>.

---

<sup>30</sup> Um ministério é uma vocação, talento ou dom, concedido por Deus, o qual o fiel desenvolve institucionalmente. Por exemplo, quando se afirma que uma pessoa possui um ministério de louvor significa que ela manifestou o dom de cantar ou tocar um instrumento, o qual ela aplica de alguma maneira em sua igreja, seja formando um coral, possuindo uma banda gospel, coordenando um projeto musical no grupo jovem etc. No caso do pastor, que possui o dom da palavra, o ministério caracteriza-se pela pregação, que deve ser exercido em um espaço de culto.

<sup>31</sup> Um bom exemplo pode ser encontrado no blog Jesus *OnLine*, em que cristãos de várias denominações travam um debate bastante acalorado sobre a troca de acusações entre Silas Malafaia e Caio Fábio: sobre o primeiro, recai a pecha de “mercenário da fé”, em função de suas pregações e atividades de televendas; sobre o segundo, de adúltero, pois teria rompido seu casamento por razões não aceitas pelo público evangélico em geral. Ver <http://online-jesus.blogspot.com/2007/10/caio-fbio-x-silas-malafaiainsensatez-e.html>, em 26/04/2008.

<sup>32</sup> Para Preston (1994), não é possível compreender as características contemporâneas da AD sem analisar a trajetória de construção do que o autor chama “ethos sueco-nordestino” (*ibid.* p. 76). Com raízes na Suécia da virada do século XIX, as bases daquilo que viria a se tornar a Assembléia de Deus foram lançadas em um ambiente religioso e cultural homogeneizante, marcado pela estagnação econômica, pelo monopólio estatal da fé e por baixos índices de diferenciação social. A Igreja Luterana, baluarte da religião oficial, representava o alto *status quo* político e social do país, com seu clero culto, abastado e teologicamente liberal. Privilegiado em sua relação com o Estado, este clero luterano perseguia as vertentes protestantes minoritárias da Suécia, impulsionando uma forte tendência migratória entre seus fiéis e representantes. É a partir deste contexto – estruturado sob um modelo monopolista de religiosidade formal e aristocrática, de exclusão social e perseguição religiosa – que devemos situar os desdobramentos doutrinários da chegada de Gunnar Vingren e Daniel Berg à Belém, pais fundadores da Assembléia de Deus no Brasil.

“Então, as bênçãos de Deus não são materiais. É por isso que se fala ‘Buscai primeiramente as coisas que são dos céus’ Porque é espiritual, você tem que se fortalecer primeiramente o lado espiritual porque por mais que você não tenha um carro ou você não tenha uma casa você vai ver que você tá tendo os frutos de Deus porque Deus está te dando condições pra dormir, pagando aluguel, e, independente se tiver dificuldade você sabe que Deus... o crente sempre está rindo, começa a observar mais o crente, principalmente o que é mais humilde; não observa muito o que tem não porque é muito fácil você falar que é crente quando você tem; observa aquele mais humilde, humilde mesmo, você vai ver uma diferença muito grande; você vai ver um semblante diferente. Vê aquela pessoa que é velha e não tem nada, aquela senhora velha e uma pessoa velha e tem tudo, você vai ver uma diferença muito grande, o sorriso daquela pessoa é diferente, ela tem mais conselhos pra te dar, ela tem mais coisas pra te contar da vida. Então, é isso que acontece porque as pessoas, muitas vezes, fazem questão dos frutos e os frutos, muitas vezes, não são materiais são espirituais”.

**Homem evangélico, 37 anos de idade, 20 anos de conversão na AD.**

Ainda em termos doutrinários, a importância atribuída às noções de “testemunho de vida” e “santificação”, me parece um bom ponto de partida para algumas problematizações sobre um dos traços distintivos do pentecostalismo *assembleiano*, encarnado na perspectiva de “viver uma vida separada para Deus”. A categoria “testemunho” aparece nas entrevistas associada aos relatos de conversão, ou de recebimento de bênçãos, recursos freqüentemente utilizados para demonstrar a eficácia transformadora do poder de Deus. Entretanto, um outro significado possível apresenta o testemunho como a manifestação física aparente de uma vida transformada, encarnada na postura e no comportamento efetivo do cristão. “Um cristão precisa brilhar como um cristão, as pessoas tem que olhar para ele e pensar ‘ali vai um cristão’”, explicou-me um entrevistado da AD, defendendo a centralidade doutrinária da diferenciação entre o cristão e o “mundo”. Para entrevistados de todas as denominações, esta transformação, testemunhada com o corpo do cotidiano, também aparece como um importante recurso proselitista.

“A doutrina, por ser bíblica, não pode sofrer adaptações, conforme as circunstâncias da época. Na Palavra de Deus não se pode mexer. Nos costumes sim. Eles são facilmente manipulados, porque o ‘deus deste século’ (2 Co 4.4) é quem dita as tendências da moda aos estilistas ou decide o que deve ser veiculado nos meios de comunicação, conforme as suas conveniências malignas. Eis as razões porque a Igreja não pode aceitar os costumes deste mundo. Nós

não somos cidadãos deste mundo e o nosso governo é o Senhor Jesus Cristo. Os padrões do mundo são contrários aos princípios bíblicos (1 Jo 5.19). A Igreja, como ‘sal da terra’, deve influenciar nos padrões e costumes do mundo. (...) Igreja, literalmente, significa ‘chamado para fora’. Isto quer dizer que fomos chamados para deixar o mundo e pertencer a Deus. Ora, se fomos chamados para fazer a diferença, não podemos aceitar os mesmos costumes e práticas do mundo, de onde saímos”<sup>33</sup>.

“Independente de onde você esteja, seja um seguidor de Cristo; a luz de Cristo tem que resplandecer na sua vida; porque existe uma coisa muita séria que é o testemunho nosso e a gente vê, às vezes, o nosso testemunho ser tão chacoalhado na sociedade... outro dia nós vimos aquela igreja Renascer que os bispos se envolveram aí em negócio de lavagem de dinheiro, estão presos, então são coisas que denigrem a imagem do evangelho. Então, a gente tem que procurar levar uma vida reta diante de Deus porque, se nós começarmos a achar que somos cristãos mas não estamos procedendo de modo igual Jesus nos falou então não vai adiantar nada”.

**Homem evangélico, 35 anos de idade, 10 anos de conversão na AD.**

Observar este brilho resplandecente em um cristão significa, em última instância, o atestado de uma vida baseada na “palavra”, sobre a “busca da santificação”, centrada nos exemplos fornecidos pelo próprio Cristo. Neste sentido, a Bíblia – em seu caráter inspirado, literal e atemporal – desempenha um papel fundamental: aparece nas entrevistas como um tipo de “manual do bem viver”, onde se pode encontrar todas as dicas para uma boa vida cristã. Para os *assembleianos* com quem pude conversar, “ter uma experiência verdadeira com Deus” deve traduzir-se em transformação de vida, em mudança de comportamento, em disciplina corporal e estética. A AD tem uma grande preocupação em estabelecer formalmente os padrões de um “bom testemunho de vida cristã”. O interessante, no entanto, é perceber como todo um campo de disputas é acionado pelos entrevistados em torno dos sentidos possíveis de um “bom testemunho”. Oficialmente, a idéia de “usos e costumes” ainda é bastante central para este tipo de definição: o cultivo de uma vida humilde, que se traduz em uma estética da contenção, no evitamento de extravagâncias e, principalmente, na postura adversa aos costumes ditados pelo “mundo”<sup>34</sup>.

<sup>33</sup> Fonte: [http://advi.com.br/cgadb/index.php?option=com\\_content&task=view&id=37&Itemid=35](http://advi.com.br/cgadb/index.php?option=com_content&task=view&id=37&Itemid=35), em 23/04/2008

<sup>34</sup> Para Sanchis (1994), o “estilo pentecostal” exerce este efeito contracultural majoritariamente nos bairros populares, marcando diacriticamente o clima cultural popular: seja na relação com a família, na vida profissional, na relação com o corpo, o sexo, o uso do tempo e no preenchimento das horas de lazer (*ibidem*. p. 57).

A 22<sup>a</sup> Convenção Geral das Assembléias de Deus no Brasil, reunida em Santo André (SP), em meados dos anos 70, estabeleceu uma relação de oito princípios doutrinários para o que chama de “usos e costumes”. Estes princípios, listados abaixo, acompanham as linhas gerais do imaginário estético tradicional brasileiro sobre o comportamento do “crente”: mulheres de cabelos compridos, sem adornos ou maquiagem, o corpo coberto por longas vestimentas, a bíblia embaixo do braço, homens de terno e gravata, enfim, todos os atributos que conformam um certo estereótipo da pessoa evangélica<sup>35</sup>:

“**1.** Uso de cabelos crescidos, pelos membros do sexo masculino; **2.** Uso de traje masculino, por parte dos membros ou congregados, do sexo feminino; **3.** Uso de pinturas nos olhos, unhas e outros órgãos da face; **4.** Corte de cabelos, por parte das irmãs (membros ou congregados); **5.** Sobrancelhas alteradas; **6.** Uso de minissaias e outras roupas contrárias ao bom testemunho da vida cristã; **7.** Uso de aparelho de televisão – convindo abster-se, tendo em vista a má qualidade da maioria dos seus programas; abstenção essa que justifica, inclusive, por conduzir a eventuais problemas de saúde; **8.** Uso de bebidas alcoólicas”<sup>36</sup>.

Para aqueles que não atendem ao conjunto de expectativas e normatizações sobre o comportamento do cristão *assembleiano*, existe a possibilidade formal de exclusão do rol de membros. Uma vez excluído de uma congregação, o ex-membro não pode, oficialmente, ser incorporado a nenhuma outra ramificação da AD. Se este funda uma denominação, ou torna-se responsável por uma congregação de uma igreja já existente, nenhuma unidade da AD está autorizada a manter relações de ordem institucional com ele<sup>37</sup>. Existe, entretanto, um coro de vozes dissidentes quanto aos procedimentos e implicações da exclusão: é melhor afastar ou aproximar o pecador do convívio congregacional? Embora muitas linhagens da complexa rede de expansão da AD busquem manter-se “firmes na doutrina” – seguindo as recomendações sobre “usos e costumes” estabelecidas pelos órgãos reguladores

---

<sup>35</sup> Embora esta ainda seja uma imagem forte entre os não-evangélicos em geral, começa a ser modificada, gradativamente, pelo fenômeno neopentecostal, que busca flexibilizar padrões estéticos e comportamentais adotados pelo pentecostalismo tradicional (Mariano, 1999)

<sup>36</sup> Trecho retirado do site [http://igrejassembleiadeus.org/usos\\_e\\_costumes.htm](http://igrejassembleiadeus.org/usos_e_costumes.htm), em 23/04/2008.

<sup>37</sup> “Esta Convenção resolve manter relações fraternais com outros movimentos pentecostais, desde que não sejam oriundos de trabalhos iniciados ou dirigidos por pessoas excluídas das ‘Assembléias de Deus’”, declara a Convenção Geral das Assembléias de Deus no Brasil em seu site oficial ([http://igrejassembleiadeus.org/usos\\_e\\_costumes.htm](http://igrejassembleiadeus.org/usos_e_costumes.htm), em 24 de abril de 2008).

nacionais – outras tantas inserem pequenas inovações e problematizações em relação ao tema<sup>38</sup>.

“Sim, eram excluídos, afastados, até pela própria sociedade que ajudava porque sabia que você era crente e se você cometesse um pecado e isso, às vezes, fica dentro do grupo ali; mas às vezes foge ou alguém viu você fazendo. Então, se você fazia alguma coisa errada ‘É crente’ E por pensar dessa forma eu via os irmãos se afastarem, um ou um outro, mas eu já tinha um outro pensamento nessa época que em vez de afastar ‘Você errou então vai fazer o seguinte, você vai ficar na igreja, você vai freqüentar mais a igreja, você vai procurar fazer isso na igreja’...Então eu penso assim, porque não faz isso? Porque se eu tirar... se ela ver que está excluída aí que ela vai praticar mais ainda.”

**Homem evangélico, 37 anos de idade, 20 anos de conversão na AD.**

“Aqui na nossa igreja, graças a Deus, ainda não identifiquei isso [exclusão de membros que não atendem expectativas comportamentais e estéticas mais rígidas]; mas algumas religiões, quer dizer, algumas denominações, perdão, tipo ‘Deus é Amor’, não queria falar, enfim, já foi, não aprovam o fato de colocar brinco e maquiagem. O que eu acho mais interessante é o fato do título da igreja ser ‘Deus é Amor’ e eles não conseguirem exercer, porque o amor não é isso, não é julgar o que é certo ou é errado; o amor é você acolher, abraçar e introduzir a pessoa à presença de Deus, enfim. É só ler a bíblia e viver o que ela está dizendo que você consegue, verdadeiramente, ser um homem e uma mulher de Deus. Agora viver da maneira que acham ser corretas entendeu? Porque eu acho, no meu ponto de vista, o que é pecado não é o fato de você usar maquiagem e se sentir bem consigo, bonita, e tal; eu acho que pecado é você não conseguir amar uma pessoa, julgar e magoar o coraçõzinho dessa pessoa. Isso eu considero pecado”.

**Mulher evangélica, 30 anos de idade, 8 anos de conversão, 7 anos na AD.**

“Antigamente não se podia assistir televisão e eu era uma pessoa rígida e não via realmente, mas o problema não estava no aparelho e sim no que eu estava vendo e isso não foi passado pra mim dessa forma ou eu não interpretei dessa forma. Certa vez eu perguntei assim ‘Irmão, você está vendo aqueles irmãos da Batista?’ ‘Estou’ ‘Você crê que eles vão ser salvos?’ ‘Creio’ ‘Então, porque irmão que nós estamos excluindo os nossos jovens porque estão usando short ou porque usam um pouco de maquiagem?’ ‘Ah é a questão da doutrina’ ‘Ah, tá bom, a questão da doutrina’. A região de Volta Redonda e Barra Mansa nós estávamos numa linha de rigidez, em Madureira os irmãos iam à praia, nós aqui não podíamos nem entrar na piscina juntos, entendeu, porque era pecado entendeu? Aí depois se mudou, não estou dizendo que aquela base estava errada,

---

<sup>38</sup> “A Convenção Geral das Assembléias de Deus, órgão máximo de denominação, na realidade é um centro fraco. (...) A Convenção Geral não tem poderes para demitir ou nomear pastores, nem qualquer poder legal sobre as convenções estaduais” (FRESTON, 1994 p. 87).

foi ótima; essa base foi ótima, pra nós foi muito boa, entendeu? As irmãs faziam roupas de manga comprida até aqui, a saia tinha que ser lá embaixo, entendeu? Não podia haver nenhum tipo de sensualidade”.

**Homem evangélico, 37 anos de idade, 20 anos de conversão na AD.**

“O corpo do cristão é o vaso do espírito santo”, dizem os evangélicos. Apenas um corpo limpo pode ser “vaso”, pode ser “instrumento”. A centralidade da disciplina corporal, da “busca pela santificação” e de um “bom testemunho de vida”, está diretamente associada àquilo que nutre, que aviva, que atribui sentido à religiosidade pentecostal da AD: o recebimento dos dons do espírito santo. Apenas um “vaso limpo” pode ser habitado pelo espírito santo, um vaso “separado”. Nas entrevistas realizadas com membros da AD, mesmo com a constatação da inevitabilidade de certos níveis de contato com o “mundo”, ainda é nítida a fronteira moral que se impõe nos discursos, contrastando os “valores mundanos” (lascívia, inveja, intempestividade, prostituição etc.) e os “valores cristãos” (mansidão, humildade, fé, amor ao próximo etc.).

“Na verdade foi um processo gradativo, passo a passo, não foi muito rápido, e, na verdade, eu a cada dia eu sinto mais intensa essa força de mim e sinto mais necessidade de limpeza, de purificação, de santificação, de varrer de mim as coisas que me afastam de Deus. Eu fico ainda presa a algumas coisas do mundo, as coisas do mundo significam... prostituição, lascívia, inveja, bebida, droga, você mentir, desejar mal... não que eu vivia nisso mas quando nós estamos num mundo estamos propícios, porque eu vivo no mundo a que pertenço e não posso fugir disso mas eu posso passar um antídoto que não permite isso entrar no meu corpo eu que preciso conduzir as outras pessoas a viver bem consigo próprias; a ter essa paz interior; a ter alegria independente das circunstâncias adversas, a fé, o amor”

**Mulher evangélica, cerca de 30 anos, 8 anos de conversão, 7 anos na AD.**

“É muito recompensador. Eu falo ‘Meu Deus, eu não tenho experiência de tantas coisas...’ Mas na hora Deus ele te dá a direção, se move no sentido da sua direção e te move. Você pode até, talvez, nunca ter ouvido falar daquilo mas os meus lábios funcionam como um canal e é como se não fosse eu, como se meus lábios estivessem emprestados pra transmitir a mensagem diante do problema que a outra pessoa que está passando e aquela pessoa, que até então estava chorando vem até você ‘Irmão, voltei com meu esposo ou consegui passar na faculdade ou Deus abriu uma porta de emprego’.

**Homem evangélico, 37 anos de idade, 20 anos de conversão na AD.**

Frente à constatação inevitável de que o cristão habita fisicamente este mundo e nele deve realizar suas abordagens proselitistas, muitos entrevistados entendem que uma atitude radical de separação das “coisas do mundo” e das pessoas que nele vivem tende a desencadear reações antipáticas do público em relação ao “povo evangélico”.

“E o que eles falam lá na escola dominical. Nós somos o sal da terra e a luz do mundo, mas nós temos que estar sempre conversando com eles e não deixar a amizade até porque se eu pregar a palavra pra ele e fizer um convite pra igreja ‘Vamos sim porque o cara é meu amigo e tal’ Mas se for ao contrário ‘O cara não fala com ninguém’ Como eu vou convidar o vizinho pra ir pra igreja? Se eu não falo com ninguém e quando passo viro a cara? Não pode ser assim, só não pode estar muito colado com eles, com o que eles fazem, porque senão vai cair, vai cair mesmo. Conversa, troca uma idéia, mas não senta na mesa dos escarnecedores”.

**Homem evangélico, 36 anos de idade, 3 anos de conversão na AD.**

Um “vaso impuro”, ao contrário, é morada do “senhor deste mundo”: está sob sua influência, guia-se pelos seus desmandes e não poderia servir de “instrumento de Deus”, ser “habitado pelo espírito santo”. A influência demoníaca – sempre buscando inserir imponderáveis no planejamento divino – espreita o livre-arbítrio do cristão, busca seus pontos fracos, usa de recursos ardilosos para afasta-lo da salvação. Ela é elemento fundamental para o dinamismo explicativo do sistema, cuja extensão recobre o passado, o presente e o futuro da biografia pessoal do “crente”.

“Naquele dia eu disse ‘Eu vou na sua casa, no culto no lar’ Quando chegou bem próximo da hora minha esposa chegou pra mim ‘Ah, eu quero ir no shopping ver um negócio lá’ ‘Tudo bem, vai lá sim’ Aí quando chegou pertinho do horário do culto ela começou a embromar, quer dizer, já é uma coisa maligna, porque existe, pra me tirar daquele caminho; mas quando a gente está no caminho não tem inimigo, não tem nada, porque Deus vai lá e te resgata e leva pras coisas boas que Ele tem pra dar pra gente”.

**Homem evangélico, 35 anos de idade, 10 anos de conversão na AD.**

“Aí saltou uma menina da van, parecia até modelo, eu dei uma olhada porque ela saltou em frente ao ponto de ônibus onde eu estava, eu e meu filho, aí ela ficou atrás da gente aqui assim; mas eu e meu filho estava conversando e demos aquela olhada, e o pessoal que passava no ônibus olhava para ela e tal, e eu sabia que ela tava aqui atrás. Não é questão que eu queria... é que o Espírito Santo de Deus fez que eu não tivesse prazer em olhar pra ela, tudo que dei aquela olhada quando ela saltou... mas meu filho falou que ela ficou olhando o tempo todo pra mim ‘Sério pai, o senhor estava de costas e ela olhando pro senhor’. O Inimigo não bota uma garota feia ou toda desarrumada”.

**Homem evangélico, 37 anos de idade, 20 anos de conversão na AD.**

Apenas um entrevistado da AD associou a ação do demônio aos chamados cultos afro-brasileiros. É interessante notar que, frente à possibilidade de ter sido “enfeitiçada”, a esposa deste homem *assembleiano* acionou as ferramentas disponibilizadas pela Igreja Universal do Reino de Deus para obter sua cura: o exorcismo e a libertação.

“Aí, quer dizer, é claro que se a pessoa se apegar a Deus não adianta... ninguém mesmo daqui vai te tocar mais, nenhum inimigo, porque as forças malignas existem mesmo aqui na terra. Então, quer dizer, a pessoa fica com o corpo assim... se o Espírito Santo habitar a pessoa com certeza. Agora, no momento, ela [esposa] está com duas feridas na perna porque ela teve um problema com uma menina lá e essa menina conhece pessoas que trabalham no meio de feitiçaria, da macumba... Ela já foi na igreja, já oramos, já ungimos ela com óleo, mas em nome de Jesus ela vai ser curada. Ela foi até na Universal ver esse negócio da perna e parece que ela está melhorando. Eu falei pra ela ‘Você está perdendo’. Você pode olhar por mim mesmo, é difícil eu pegar até resfriado; não é que não fica doente, fica, mas aquelas coisas que te mandam Deus não vai deixar, com certeza, Deus não vai deixar ninguém te mandar bruxaria nem feitiçaria”.

**Homem evangélico, 36 anos de idade, 3 anos de conversão na AD.**

Frente às questões aqui colocadas, a impressão é de que as possibilidades explicativas estão sempre em aberto, de que são proporcionais ao espectro de situações e demandas concretas da vida cotidiana. Muito embora exista claramente uma preocupação em manter uma “identidade *assembleiana*” na discussão sobre “usos e costumes” e “pureza doutrinária”, a vontade divina sempre é soberana na condução dos assuntos do espírito.

Toda a criação de Deus está à sua disposição na concretização de seus desígnios celestiais: pessoas, coisas, animais, plantas, céus e terras. Mesmo a ação do demônio opera sob o jugo da soberana vontade divina.

“Assim como o livro de Jó diz que havia um homem muito rico, com muitas propriedades, mas muito temente a Deus e dizia a Bíblia que ele se desviava do mal a todo instante e ele orava para que seus filhos também fossem assim e o diabo falou pra Deus o seguinte ‘Olha, mas também um homem rico, dono de propriedades... assim é fácil um homem desses te servir’. Mas Jesus conhecia o coração de Jó e falou pro diabo ‘Eu vou permitir que tu entres na vida de Jó, vou permitir que tu faças o que quiser, você só não toca na alma de Jó porque a alma de Jó me pertence’ e assim que Deus dá essa autorização, o diabo destrói propriedades; filhos morrem; filhas morrem; a mulher começa amaldiçoar a vida dele; ele é acometido de doença; a mulher revoltada com a situação falou assim ‘Agora amaldiçoa esse teu Deus e morre’ Ele falou ‘Louca, você não sabe o que diz se temos agradecido a Deus por ter nos privilegiado na abundância porque agora na pobreza nós faremos isso?’ Então, ele falava ‘Bendito seja o nome do Senhor’ O que importava para ele era Deus. Então, durante todo o tempo que Jó passou por isso nunca se afastou de Deus, então Deus fala para o diabo ‘Agora chega, já mostrei pra você que Jó é um homem que serve fielmente e verdadeiramente’ Então, ele devolveu pra Jó tudo que Jó havia perdido”.

**Homem evangélico, 37 anos de idade, 20 anos de conversão na AD.**

### **III.3) IGREJA BATISTA**

Fruto de rupturas e inovações dos primeiros séculos do protestantismo europeu, introduzidas no Brasil a partir de suas vertentes norte-americanas, os Batistas são hoje a denominação mais representativa do chamado “protestantismo histórico” no cenário carioca (Fernandes, 1998), bem como em todo o território nacional (IBGE, 2000)<sup>39</sup>.

Oriundos dos Estados Unidos, os primeiros batistas começam a chegar ao país a partir de 1866, época em que ainda não havia uma Igreja Batista oficialmente estruturada em território nacional. Apenas cinco anos se passaram quando, em 1871, foi sido fundada a Igreja Batista em Santa Bárbara d’Oeste, no interior de São Paulo, cujas prioridades concentravam-se na assistência espiritual às famílias dos colonos americanos. O desenvolvimento da denominação se inicia, efetivamente, com a fundação, em outubro de 1882, da primeira Igreja Batista do Brasil em Salvador, esta sim voltada para a conversão da população local. Da Bahia, os missionários batistas retornam para São Paulo, onde

<sup>39</sup> Fernandes (1994, 1998) inclui os Batistas na categoria “protestantismo histórico”, referindo-se às denominações que já se apresentavam como igrejas bem institucionalizadas no séc.19, introduzidas no Brasil por missões norte-americanas. O censo IBGE (2000) inclui as denominações batistas no grupo “evangélicas de missão”.

instalam, em julho de 1889, a segunda igreja nestes moldes, congregando brasileiros e americanos. Desde essa época, entre os pioneiros, as congregações locais contrastavam com o cenário religioso nacional, marcado pela presença de um catolicismo hegemônico (mas não exclusivista), elitista e, na opinião dos missionários, devocionalmente “morno” (Cavalcanti, 2001).

Além do estilo de culto e louvor, as igrejas fundadas sob os princípios doutrinários batistas destacam-se também por sua estrutura e funcionamento peculiares. Diferente da Igreja Católica – e de uma série de outras denominações evangélicas –, a Igreja Batista trabalha baseada em um tipo de regime local de gestão, onde as congregações gozariam de bastante autonomia administrativo-eclesiástica e de interpretação das sagradas escrituras. Partindo deste modelo federativo de funcionamento, a normatização dos trabalhos congregacionais assentaria sua eficácia sobre a aplicação de um conjunto de princípios bíblicos fundamentais, pactuados e resguardados pelas diversas convenções nacionais, regionais e igrejas locais. A lista de princípios abaixo foi proposta pela Convenção Batista Brasileira (CBB), mas guarda um caráter bastante abrangente, mesmo frente à diversidade de ramificações e movimentos dissidentes surgidos desde 1907, quando a CBB foi organizada<sup>40</sup>.

- “**1º** - Aceitação das Escrituras Sagradas como única regra de fé e conduta;
- 2º** - O conceito de igreja como sendo uma comunidade local, democrática e autônoma, formada de pessoas regeneradas e, biblicamente, batizadas;
- 3º** - A separação entre igreja e estado;
- 4º** - A absoluta liberdade de consciência;
- 5º** - A responsabilidade individual diante de Deus;
- 6º** - A autenticidade e apostolicidade das igrejas”.

#### **Declaração Doutrinária da Convenção Batista Brasileira**

---

40 Existem hoje diversas organizações batistas de abrangência nacional: a Convenção Batista Brasileira (CBB) [<http://www.batistas.org.br>], criada em 1907; a Convenção de Igrejas Batistas Independentes (CIBI) [<http://www.cibi.org.br>], organizada em 1952, com a finalidade de promover a “união de várias igrejas ‘independentes’ e que desejavam manter-se autônomas quanto ao seu sistema administrativo, estabelecendo-se como vínculo dessa união, o manual princípios de nossa fé”; a Convenção Batista Nacional (CBN) [<http://www2.cbn.org.br>], criada em 1967, quando 52 igrejas decidiram separar-se da CBB, fruto de um processo de “renovação espiritual”; a Convenção Batista Pentecostal (CBP) [<http://www.convencaobatistapentecostal.com>], criada em 1973; dentre outras. É interessante notar que estas convenções, embora dissidentes da CBB, primeiro organismo nacional, ainda resguardam grande parte de seus princípios organizacionais originais, baseados na autonomia das congregações locais, de suas assembleias e processos decisórios participativos. As divergências, ao que parece, surgem sobre movimentos de avivamento, de “renovação espiritual”, em que o cristão batista passa a receber e operar vários dons do espírito santo: “Sabedoria, Fé, Ciência, Dons de Curar, Operações de Maravilhas, Profecia, Discernimento, Línguas, Interpretação de Línguas, como também Cânticos Espirituais, Revelações, Visões e Orações pelos Enfermos” [<http://www.convencaobatistapentecostal.com/conheca.htm#historico>, em 01/05/08].

Uma outra importante característica tradicional do empreendimento missionário batista no Brasil é o investimento maciço na construção de escolas e seminários teológicos. Para o chamado “protestantismo histórico” de uma maneira geral, a educação sempre foi um ponto de especial atenção no contexto das missões. Consideravam que sua grande obra não consistia apenas em evangelizar os gentios, mas em sedimentar valores, promover uma determinada concepção de vida em coletividade, amplamente associada à suas origens norte-americanas: uma população analfabeta e ignorante não poderia compreender a mensagem cristã, muito menos exercer sua cidadania, ou possuir qualquer sentido de solidariedade, democracia, liberdade e responsabilidade individual (Almeida, 2002). É interessante notar que, dentre os entrevistados batistas, ambos os homens complementam seus estudos bíblicos com alguma atividade educacional oferecida pela igreja: um deles fez teologia em um seminário batista, o outro afirma participar de vários grupos de aprendizado e aprofundamento nos temas da Bíblia. Todos, entretanto, alegam ter se aproximado da Igreja Batista em razão da centralidade atribuída ao “estudo aprofundado da palavra de Deus”. Embora esteja partindo de um universo bastante reduzido de relatos e observações, é possível sugerir que esta valorização produziu algum tipo de impacto sobre o padrão educacional e cultural dos entrevistados: seja na elevação de seu nível formal (graduação em teologia), seja em aspectos mais sutis do processo comunicativo. Frente à situação de entrevista, estas pessoas, todas de origem humilde, demonstraram uma boa desenvoltura discursiva e confiança, com o emprego de um vocabulário bastante razoável.

“Eu louvo a Deus pela vida dos batistas porque nós batistas, nós conhecemos a palavra de Deus através do estudo da própria palavra e isso é primordial hoje na vida da igreja, conhecer a palavra de Deus e isso só se conhece através do estudo, nós temos muitos estudos: plano de leitura diária; plano de leitura anual; nós temos congressos; nós temos pregações; evangelizações; seminários. Então, tudo isso é centrado na palavra de Deus. Então, é a denominação que eu me aproximei justamente por esse empenho que a pessoa tem de aprender cada vez mais”.

**Homem evangélico, 43 anos de idade, 8 anos de conversão na IB.**

“Não, quando as pessoas morrem, segundo o estudo da Teologia, existe uma coisa que existe pré-céu onde você vai estar antecipando as maravilhas do reino de Deus e que você vai ter que esperar o dia do Juízo, pra que você veja

verdadeiramente mas a sua alma já está preservada, né? [Caramba...é a entrevista mais longa que eu já fiz destas últimas entrevistas. sem dúvida você é muito hábil pra falar pra falar da palavra de deus, é incrível... sua graduação é em teologia né? (observação da entrevistadora)] Eu fiz uma parte em Teologia, agora tem que iniciar outra parte ainda, talvez ano que vem eu comece de novo, né?”.

#### **Homem evangélico, 40 anos de idade, 20 anos de conversão na IB.**

As observações de campo, realizadas na Primeira Igreja Batista do Rio de Janeiro (PIBRJ), foram bastante superficiais, não permitindo uma abordagem etnográfica mais apurada em relação aos princípios e características apresentados acima. Isso se deveu, em parte, a limitações do cronograma de pesquisa: embora a PIBRJ possua uma extensa programação temática, direcionada à sua membresia, os cultos só ocorrem as quartas (19:30h) e domingos (10h e 19h)<sup>41</sup>. Para um trabalho de uma semana e meia, isso significou uma amostra de, no máximo, três visitas à igreja. Entretanto, a falta de um interlocutor na PIBRJ talvez tenha sido o empecilho principal. Dado o caráter preliminar da presente abordagem – e frente às limitações apresentadas –, entendi que não caberia o investimento em atividades mais fechadas, direcionadas para um público habitual e mais restrito. Foram entrevistados três membros de igrejas batistas ligadas à CBB na cidade do Rio de Janeiro: dois homens e uma mulher, com profissões variadas, mesmo grau de escolaridade (ensino médio) e perfil sócio-econômico. A despeito destas limitações da pesquisa, é possível traçar alguns contrastes e aproximações interessantes entre os batistas e as denominações pentecostais apresentadas nas sessões anteriores.

Em relação à centralidade ritual dos “louvores”, os cultos batistas são bastante musicais e aproximam-se, neste sentido, dos pentecostais. Não pude observar, entretanto, nenhuma manifestação de qualquer dom do espírito santo na PIBRJ. Mesmo o dom de “falar em línguas” – sinal exterior do “batismo no espírito santo”, cujo significado e importância são amplamente compartilhados pelas diversas ramificações denominacionais evangélicas, principalmente entre as pentecostais – não ocorreu naquele período. Ao que parece, para os batistas entrevistados, a manifestação do dom de “línguas” ocorre em

---

<sup>41</sup> A PIBRJ [<http://www.pibrj.org.br/>], fundada em 1884, é ligada a Confederação Batista Brasileira (CBB) e encontra-se situada no bairro do Estácio, em frente ao Hospital Central da Polícia Militar. Este foi um dos motivos principais para a escolha desta igreja para a realização das observações de campo. Tive a oportunidade de assistir ao culto de aniversário da União dos Evangélicos da Policia Militar (UEPMERJ) na semana de pesquisa.

ocasiões bastante específicas, como um tipo de confirmação do processo de conversão, evento que ratifica publicamente sua nova condição. Tendo passado pelo “batismo de fogo”, os entrevistados vêem sua salvação legitimada frente à congregação de membros, assumindo propriedades ligadas à revelação das “verdades divinas”: os olhos se abrem para um “novo entendimento” do mundo, dos desígnios de Deus, ocultos para a visão obscurecida dos pecadores.

“Então, esse tipo de coisa é só quando o Espírito Santo de Deus habita em nosso coração, aí você vai compreender. Eu não comprehendia, eu procurava o porque que as pessoas tinham que seguir a Cristo; porque eles pregam que eles são perfeitos, eu também sou perfeito, eu também sou perfeito, porque eles pregam essa perfeição? Eu procurava entender e não entendia e por mais que eu me esforçasse, tentasse, às vezes, eu ia à igreja e ficava ouvindo o pastor falar, ou qualquer outra pessoa que falava, mas aquilo pra mim não dizia nada, absolutamente nada, eu não comprehendia né? Não tinha como, e, às vezes, eu via meu filho lá na frente, naqueles eventos de crianças, mas eu não entendia, nem que eu quisesse eu conseguia entender, porque as coisas de Deus elas vão se revelando espiritualmente de uma tal forma que só você conhecendo a Cristo é que você pode entender. Só quando eu aceitei Jesus no meu coração, que eu passei pelas águas e pelo fogo, é que eu fui entendendo”.

**Homem evangélico, 43 anos de idade, 8 anos de conversão na IB.**

A centralidade do “testemunho”, enquanto conduta diária, parece ser uma característica comum ao universo evangélico em geral. Para históricos e pentecostais, um bom testemunho cristão é a manifestação exterior de uma vida inspirada nos exemplos do próprio Jesus Cristo, relatados no Novo Testamento. Novamente, a Bíblia Sagrada aparece como o grande manual do bem viver. Nela as pessoas afirmam encontrar a sabedoria necessária para seguir nos caminhos da salvação da alma. Isso significa, em termos pragmáticos, negar grande parte dos valores e hábitos pelos quais opera o “mundo”. Entre os batistas, entretanto, esta linha divisória não me pareceu tão rígida e sectária. Parecem bem menos contraculturais, por exemplo, que os *assembleianos* de Irajá e da Sans Penha. A IURD, por sua vez, parece bem mais acomodada ao ambiente cultural mais amplo (Mariano, 1999, 2004), apesar de sustentar um discurso bastante antagonista e belicoso em relação ao mundo exterior à igreja.

Para os entrevistados, as palavras são sempre um meio de expressão limitado para explicar sua “experiência pessoal com Deus”. O “testemunho de uma vida transformada”, incorporado em seu proceder diário, constitui a mais importante ferramenta para a difusão

da mensagem cristã evangélica. Num dos cultos que pude assistir, o pastor responsável pela PIBRJ, João Soares da Fonseca, – que afirmou realizar suas pregações sempre com o jornal nas mãos, para que os fiéis possam ter uma reflexão cristã sobre os problemas da sociedade – comentou o “péssimo testemunho do casal da Igreja Renascer”, Sônia e Estevam Hernandes. Em sua opinião, são estes exemplos que ajudam a denegrir a imagem do Evangelho, já tão perseguido e desacreditado nos dias de hoje.

“Diz um texto de João e o crente fala muito nessa questão de ser crente, de servir a Cristo, de ser um servo de Deus, a pessoa, às vezes, não entende; e a gente não consegue porque é algo muito espiritual e você só vai poder mostrar com seu exemplo de vida. Tomé tinha essas dúvidas e ele perguntava a Jesus ‘Como eu posso saber o caminho?’ E Jesus dizia ‘Eu sou o caminho, a verdade e a vida’ Jesus deixa essa mensagem pra Tomé ‘Eu sou o caminho, a verdade e a vida’ Ninguém vai a Deus a não ser por Jesus, então, o intermediário entre a figura central pra que você possa, verdadeiramente, conhecer a Deus é preciso que você aceite a pessoa de Jesus Cristo na sua vida no seu coração”.

**Homem evangélico, 40 anos de idade, 20 anos de conversão na IB.**

“E tem mais, você não pode guardar pra você aquilo que você recebeu, você tem que falar de que forma Deus te transformou. Então, Deus ele quer que nós sejamos multiplicadores da obra dele porque Ele começou a obra mas Ele falou ‘Vocês farão obras maiores do que a minha’ Porque Ele esteve aqui e preparou (...) e subiu aos céus e deixou-nos com essa responsabilidade de expandir o evangelho por todo mundo, por isso que Ele fala em Marcos XVI-XIV ‘Ide e pregai o evangelho pra todas as criaturas’ É uma ordem imperiosa que Deus que Deus nos dá. Onde está o nosso mundo? Esse mundo é o que nos cerca, nossa vizinhança, nosso trabalho, aonde quer que estejamos a gente tem que estar dando testemunho desse amor. É por isso que nós não podemos passar uma imagem de desânimo, de vencido; de cansado sim, abatido não”

**Mulher evangélica, cerca de 37 anos de idade, 14 anos de conversão na IB.**

Para os batistas, a figura do “inimigo”, mesmo esmaecido em seu vigor determinista, também exerce um papel importante na organização de seu modo de ver o mundo. Muito embora estejam preparados para aceitar o infortúnio como parte inerente da trajetória do cristão, sabem que é preciso estar atento aos sinais cotidianos da grande batalha entre as forças divinas e as hordas inimigas. Esta dinâmica de polaridades inversas, de modo geral, move o mundo visível de modo mais sutil, do que foi observado no caso das denominações

pentecostais pesquisadas. Entretanto, não seria incoerente afirmar que a crescente “popularidade” da figura do demônio, central para as cosmologias pentecostais, possa influenciar o discurso sobre ética e infortúnio do protestantismo histórico, frente ao contexto de “pentecostalização” do campo religioso brasileiro. Além disso, associado à figuras tradicionais do imaginário nacional (feitiço, “mau-olhado”, “olho-gordo”), o demônio já desempenha um importante papel para o dinamismo explicativo dos discursos cotidianos da pessoa comum sobre aqueles eventos que fogem ao espectro do previsível.

"Depois de pregação, louvor, tem uma coisa que se chama apelo ‘Quem é que quer aceitar Jesus hoje?’ Geralmente é o que o pastor, ou pregador, da noite geralmente faz. Eu esperava esse momento pra confirmar essa decisão que eu tinha tido de manhã; mas o meu filho começou a ter uma dor de cabeça muito forte e eu falava pra ele ‘Espera um pouco filho que o culto está acabando’, eu não tinha falado nada pra ele porque era uma surpresa que eu ia fazer pra ele, mas ele falava muito que a dor de cabeça aumentava, aumentava, aumentava, e em dado momento eu te falei ‘Vou te levar pra casa’. Eu levei ele pra casa e quando eu descia, era uma subidinha onde ele morava, deixei ele em casa e voltei descendo, eu vim pensando comigo mesmo ‘Isso aí deve ser uma artimanha do diabo pra que eu não possa ir pra igreja’. Aí voltei e passei na porta da igreja, aí já tinha terminado o culto né?".

**Homem evangélico, 40 anos de idade, 20 anos de conversão na IB.**

De modo geral, a percepção de que, em seu dia-a-dia, os batistas estão expostos aos desdobramento desta “grande disputa pelas almas humanas”, condiciona um olhar específico sobre as escolhas individuais. A idéia de que as vontades devem ser suprimidas (“fazer morrer o meu eu”) e que tudo deve ser “colocado no altar” – para que o fiel receba um tipo de “parecer” divino, transmitido através de sinais do cotidiano – é ponto pacífico entre as denominações pesquisadas. A decadência, o desvio, moram na vontade, no desejo, brechas para o principal ardil do demônio: a mentira.

Por outro lado, este olhar transcendente sobre a armadilha inescapável das escolhas individuais apresenta um argumento reconfortante sobre a própria frustração. Sim, um bom cristão coloca todas as opções “no altar”, mas sempre existe aquela que lhe atrai mais. Quando esta não se concretiza, o sentimento, na verdade, é de alívio, pois a escolha divina mostrou que a pessoa, se tivesse seguido a sua vontade, teria feito a escolha errada. Embora está lógica esteja implicada, de maneira ampla, em todos os aspectos da vida dos cristãos

evangélicos entrevistados, um bom exemplo é fornecido pelos relacionamentos afetivo-sexuais.

“Sem dúvida. Eu falo para os jovens da minha igreja, porque eu sou muito entrosado com os jovens da minha igreja, não procurem o casamento misto entre vocês porque eu sou uma experiência viva de um casamento misto que não deu certo. Então, vocês procurem primeiro pedir a orientação de Deus para aquela pessoa que você acha que vai ser aquela pessoa que vai estar ao seu lado, eu falo pra eles, mas primeiro orem a Deus pra que Deus mostre, realmente, se é aquela pessoa porque mesmo na igreja a gente não está livre de fazer coisa errada, de dar um passo errado”.

**Mulher evangélica, cerca de 37 anos de idade, 14 anos de conversão na IB.**

### **III.4) IGREJA ADVENTISTA**

Os adventistas do sétimo dia remontam suas origens a terras norte-americanas, quando, no ano de 1844, um cisma, doutrinário e institucional, se produziu no seio do adventismo tradicional da época. Este cisma teve como marco a chamada “Grande Decepção”, quando o grupo de seguidores do pregador William Miller vêem frustradas suas predições sobre a volta de Cristo: inicialmente prevista para 1843, a data foi remarcada para o dia 22 de outubro de 1844. Para a decepção destes adventistas, depois de um ano de espera e expectativa, o advento também não ocorreu. Vendo seu principal fundamento doutrinário questionado, o adventismo pulverizou-se e quase desapareceu do cenário religioso. Duas décadas conturbadas se passaram, até que, em 1863, a Igreja Adventista do Sétimo Dia se organizasse enquanto instituição formal, a partir das mensagens proféticas de Ellen G. White. Durante um culto familiar no sul de Portland, o “espírito de profecia” anunciou, através de Ellen, a reestruturação da crença no advento: os cálculos em torno da data estavam corretos, o equívoco residiria naquilo que havia sido pređito acontecer (Schunemann, 2003)<sup>42</sup>. O ano de 1844 representaria, não a data da volta de Cristo, mas o

<sup>42</sup> A figura carismática de Ellen G. White é central para os adventistas do sétimo dia. Muitos dos preceitos seguidos nas igrejas, até os dias de hoje, teriam sido entregues à Ellen pelo “espírito de profecia”: a reinterpretação do advento, as prescrições sobre a importância da saúde na realização da obra de Deus, mesmo a própria criação da Casa Publicadora para difusão da mensagem adventista. Dentre as críticas direcionadas a IASD no campo evangélico, a principal também está associada a sua figura: muitos afirmam que os escritos de Ellen são colocados em pé de igualdade com a Bíblia Sagrada, o que lhe rende a alcunha difamatória de “seita”. Para uma biografia resumida de Ellen G. White acessar <http://www.centrowhite.org.br/egw/biografia.pdf> [em 04/05/2008].

início da segunda etapa de seu “ministério expiatório”, em que os seres humanos ainda disporiam da benevolência divina para a redenção de sua natureza pecadora:

“Há um santuário no Céu. Nele Cristo ministra em nosso favor, tornando acessíveis aos crentes os benefícios de Seu sacrifício expiatório oferecido uma vez por todas, na cruz. Ele foi empossado como nosso grande Sumo Sacerdote e começou Seu ministério intercessório por ocasião de Sua ascensão. Em 1844, no fim do período profético dos 2.300 dias, Ele iniciou a segunda e última etapa de Seu ministério expiatório. O juízo investigativo revela aos seres celestiais quem dentre os mortos será digno de ter parte na primeira ressurreição. Também torna manifesto quem, dentre os vivos, está preparado para a trasladação ao Seu reino eterno. A terminação do ministério de Cristo assinalará o fim do tempo da graça para os seres humanos, antes do Segundo advento. (Heb. 1:3; 8:1-5; 9:11-28; Dan. 7:9-27; 8:13 e 14; 9:24-27; Núm. 14:34; Ezeq. 4:6; Mal. 3:1; Lev. 16; Apoc. 14:12; 20:12; 22:12)”<sup>43</sup>.

O nome Adventista do Sétimo Dia faz referência a dois elementos fundamentais da doutrina cristã: a gênese e o juízo do mundo. O termo “adventista”, como vimos, está associado à profecia apocalíptica do segundo advento de Cristo, ocasião em que os “ímpios” serão julgados e a verdadeira igreja cristã será arrebatada para a vida eterna. O “sétimo dia”, por sua vez, refere-se ao último dia da criação, quando a Bíblia relata que Deus teria descansado. Listado como um dos 10 mandamentos, que teriam sido entregues à Moisés pelo próprio Deus, a guarda do sábado adventista significa render homenagens a este esforço criativo perfeito.

“Deus é o Criador de todas as coisas, e revelou nas Escrituras o relato autêntico da Sua atividade criadora. ‘Em seis dias fez o Senhor os Céu e a Terra’ e tudo que tem vida sobre a Terra, e descansou no sétimo dia dessa primeira semana. Assim Ele estabeleceu o sábado como perpétuo monumento comemorativo de Sua esmerada obra (...).”<sup>44</sup>.

O sábado (sétimo dia) é um dia sagrado para o adventista e deve ser dedicado exclusivamente às atividades religiosas. Nenhum esforço ou trabalho de ordem secular pode ser realizado entre às 00:00 horas de sexta e às 18:00 do sábado. Esta restrição implica

---

<sup>43</sup> Trecho retirado do site [http://www.portaladventista.org/site/index.php?option=com\\_content&task=view&id=11&Itemid=2](http://www.portaladventista.org/site/index.php?option=com_content&task=view&id=11&Itemid=2), em 04/05/2008.

<sup>44</sup> Sexto princípio do manifesto “No que cremos?”, retirado do site <http://www.jesusvoltara.com.br/doutrinas.htm>, em 03/05/08.

em uma série de dificuldades e demanda algumas adaptações para o estilo de vida da pessoa adventista. Além de ajustamentos mais simples, envolvendo as rotinas domésticas diárias, tomei contato com muitos relatos sobre questões mais complexas vividas pelos adventistas: jovens que não puderam fazer simulados, assistir aulas ou participar de provas do vestibular; militares que receberam prisão administrativa por cumprir a guarda do sábado; pessoas que negaram ofertas de trabalho, dentre outros exemplos.

Além das justificações bíblicas, as pessoas com quem tive contato – ao longo das duas semanas de trabalho de campo na Igreja Adventista do Sétimo Dia de Irajá – tendem a situar a guarda do sábado no contra-fluxo do ritmo de vida moderno. Enquanto o pecador vive uma vida desprovida de sentido, sempre apressado, o adventista aparece como uma pessoa equilibrada, que administra bem seu tempo e suas obrigações. A tranqüilidade e o cultivo da convivência familiar são características bastante valorizadas no sábado adventista.

“O problema da humanidade sabe qual é: nós como cristãos nós respondemos às perguntas básicas da vida; se você perguntar às pessoas aí fora, as pessoas têm uma dúvida danada ‘De onde eu vim? Quem sou? Pra onde vou?’”. Nós não, nós sabemos da onde viemos, quem somos e pra onde vamos. Então, isso dá uma alegria uma alegria, um referencial, uma satisfação. Veja você, nós estamos num sábado à tarde aqui, tranqüilos, conversando. Eu poderia estar na rua ganhando dinheiro hoje, mas eu estou perdendo dinheiro? Não, não estou ganhando dinheiro, não; estou com minha família estou e estou com minha cabeça tranqüila; lá fora está rolando mil coisas aí fora e eu estou sem preocupação de nada. Olha que paz aqui, como é que a gente pode gozar de uma paz melhor que essa? Se eu tivesse numa praia estaria curtindo mas não traz paz; se eu estivesse ganhando dinheiro estaria com a cabeça a mil”.

**Homem evangélico, 56 anos de idade, 25 anos de conversão na IASD.**

A guarda do sábado é a característica mais conhecida do adventismo nos meios evangélicos. Não por coincidência, também é a mais polêmica e criticada delas: muitos chamam a IASD de “seita” por resguardar um fundamento da lei mosaica, anterior ao cumprimento profético do nascimento de Cristo. A polêmica em torno do “sabatismo”, entretanto, é apenas o carro-chefe de um debate teológico bem mais amplo<sup>45</sup>. Para os

<sup>45</sup> Outros tantos são os pontos de polêmica em torno da IASD, entretanto, alguns são mais recorrentes. Além das acusações de “legalistas”, “seita”, os adventistas são duramente criticados por sua concepção exclusivista e sectária de salvação. No vídeo institucional “O Grande Conflito” (nome de uma das obras mais famosas de Ellen G. White), na comunicação “A Estratégia do Inimigo”, o pastor

críticos da IASD, o apego legalista aos mandamentos é vazio e equivocado, pois valorizaria a “justificação pelas obras”, vigente no Velho Testamento: a salvação é restrita àqueles que cumprem todos os preceitos da lei. A “salvação pela graça”, por sua vez, seria a tônica da expansão da igreja primitiva para os gentios, promovida, segundo a Bíblia, pelo apóstolo Paulo: todos os pecados são perdoados e a salvação garantida mediante a aceitação verdadeira da morte vicária e redentora de Jesus Cristo. A alcunha de “legalista” também é tradicionalmente aplicada aos católicos, em oposição ao modelo de salvação evangélico.

A grande maioria dos adventistas com quem pude conversar entende que o grande diferencial de sua denominação reside, justamente, em “estudar a Bíblia de cabo à rabo”, tomando o Velho e o Novo Testamento como referenciais de vida cristã. Negam a acusação de “legalismo”, defendendo a plena vigência da “fé e da graça” como veículos de salvação em ambos os testamentos.

“Você tem que buscar, procurando ver a verdade porque você tem hoje muitas ramificações do cristianismo e você busca saber, entre elas, qual é que se aproxima mais da bíblia; e eu encontrei na igreja adventista a que se aproxima mais da bíblia (...) Isso, porque a própria bíblia diz que toda escritura é inspirada por Deus, e toda é toda não é a metade, nem o princípio e nem o fim... é de ponta a ponta mesmo. As pessoas puxam muito aquilo que lhe agrada, tá entendendo? Tiram do contexto aquilo que a bíblia tem de exato porque você tira mensagens pra você, tira proveito para a sua vida de todo o contexto da bíblia desde a primeira folha até a última. Agora, você tem que ver as mensagens que são adaptadas ao Velho Testamento, algumas né? E as outras do Novo Testamento, onde Jesus viveu; mas a bíblia toda fala de uma só fé, a salvação é unicamente pela graça, e a fé sempre existiu tanto no Velho quanto no Novo. Então, é por isso eu creio em toda bíblia... porque Deus só tem um plano de salvação, desde o princípio da raça humana até hoje Ele só tem um plano, Ele não tem dois. O que eu ouço é que no Velho Testamento as pessoas viviam pela lei e o Novo as pessoas vivem pela graça; mas Deus não tem estes dois planos, Deus só tem um plano, é graça do princípio ao fim. Agora, nós, adventistas do sétimo dia, ainda guardamos a lei de Deus porque nós somos obedientes à palavra de Deus; porque não encontramos na bíblia nada que abolisse a lei, porque na bíblia existem algumas leis e a lei da qual nós estamos falando é a lei moral dos dez mandamentos, então, não há nada na bíblia, nem no Novo Testamento, que me diga que a lei moral dos dez mandamentos foi abolida, não foi”.

**Mulher evangélica, 42 anos de idade, 20 anos de conversão na IASD.**

---

adventista Luis Gonçalves Evangelista fala dos subterfúgios desleais de satanás para impedir a propagação da verdade e a salvação de almas. O principal subterfúgio do “inimigo” seria o engano. Em Apocalipse 17:3-9, a Bíblia fala da “Grande Babilônia”, passagem que o pastor interpreta como um aviso sobre o surgimento da “igreja de satanás” e de suas “filhas prostituídas”. No vídeo, o pastor chama, abertamente, o catolicismo de “igreja de satanás” e subentende que suas “filhas prostituídas” são as denominações evangélicas surgidas a partir da Reforma Protestante.

Uma outra característica diferencial dos adventistas é a sua marcante preocupação com o cultivo de hábitos saudáveis: alimentação balanceada, realização de exercícios físicos regulares, exposição aos raios solares em horários controlados, de menor incidência de radiações agressivas etc. Na opinião dos entrevistados, um corpo fisicamente fortalizado é crucial para o exercício cotidiano de sua fé, enquanto morada do espírito.

“Pro adventista, o Homem é uma unidade indivisível de corpo, mente e alma. Então você tem que manter a harmonia entre essas três coisas, senão nada vai funcionar, entendeu? Você não tem que levar uma vida santificada para ser ‘vaso’? Alimentar as coisas do espírito? Mas você tem um corpo carnal, não dá pra fugir disso, né. Esse corpo, pra poder adorar as coisas de Deus, tem que ser um corpo limpo e saudável. Então, por isso que você vê que os adventistas muitos são vegetarianos. Já saiu até uma reportagem de uma revista importante ai sobre isso, sobre a saúde do adventista, que é muito boa. Mas isso por causa da nossa fidelidade total à palavra de Deus, velho e novo testamento, a Bíblia de cabo a rabo”.

**Homem evangélico, 56 anos de idade, 25 anos de conversão na IASD.**

Além dos cuidados com a saúde do corpo material, os adventistas também advogam por uma certa separação em relação aos hábitos e costumes dos não-evangélicos. Muito mais flexíveis, se comparados às restrições impostas pela Assembléia de Deus, meus interlocutores, entretanto, demonstram uma forte tendência isolacionista, restringindo-se, quase que totalmente, aos círculos de amizade fornecidos pela igreja. É recomendável que o cristão adventista evite "se sentar à mesa com os escarnecedores (pecadores)". Aos jovens, inclusive, é aconselhado manter relações com outros jovens da mesma denominação, se possível, da mesma sede. Relacionamentos amorosos com evangélicos de outras igrejas também não são recomendados.

“A igreja funciona como um hospital e todos nós somos doentes, o meu defeito não é o seu defeito e cada um tem um defeito, uma dificuldade, que não é a mesma do outro. Então, nós estamos ali buscando o que? Buscando a cura. Nós vamos ficar curados? Vamos, mas não vamos ser perfeitos nunca, mas vamos sempre estar buscando o tratamento. Você está lutando contra a natureza humana. nasceu humano não tem jeito. Nós temos duas naturezas uma carnal e uma espiritual, qual das duas vai vencer na nossa vida? Vai vencer aquela que nós alimentarmos mais; se eu começar a ver filme que não presta...filme pornográfico, de terror... Se eu começar a ler coisas que não prestam e a andar

com pessoas que não prestam, como é que posso ser bom? Não posso. Agora, se eu seleciono o que eu vou ler, com quem eu vou andar, você passa a viver uma vida mais tranquila porque você passa a alimentar mais sempre o seu lado espiritual. Então, a parte que se sobressai é a que nós alimentamos mais, a bíblia fala ‘a boca fala do que está cheio o coração’”.

**Mulher evangélica, 22 anos de idade, 10 anos de conversão na IASD**

“Se torna um pouco mais difícil, realmente, mas não se torna desagradável quando você aprende a conviver com uma situação e procura você ser a luz para aquele que não está na luz tem um ditado que diz que ‘Quando um não quer dois não brigam’. Então, você aprende a conviver com cada pessoa, cada um com seu estilo de vida, mesmo ela tendo essas dificuldades você procura conviver, mas o ideal é que todos fossem iguais. É por isso que a gente pede e sempre pede pra que os jovens sempre procurem jovens cada um na sua classe: evangélico com evangélico, batista com batista, então, cada um na sua classe porque na crença quando os dois são iguais a probabilidade de dar certo é grande. Agora, quando os dois são diferentes um quer ir pra um lugar e outro quer ir pro outro e isso pode gerar brigas, gerar problemas, entendeu? Então, se torna mais difícil; mas quando todos são iguais é mais fácil”.

**Homem evangélico, 56 anos de idade, 25 anos de conversão na IASD.**

Um sábado adventista na unidade de Irajá começa bem cedo, em torno das oito da manhã, com a realização da Escola Sabatina. Antes disso, os professores das classes (divididas por faixa etária, grau de avanço na doutrina e temas específicos) já estão reunidos para uma conversa preliminar sobre as lições, informes para as classes, programações especiais, campanhas etc. Fui primeiro apresentada aos principais membros da igreja – professores, diáconos, anciões etc. – nesta reunião. Por sorte, minha principal interlocutora, dona Iara, é uma das pessoas mais engajadas e consideradas pela comunidade de membros. Ela explicou o motivo da minha presença a todos, disse que eu precisaria fazer entrevistas, acompanhar as atividades do sábado, o que foi prontamente aceito por todos com certo entusiasmo.

A primeira providência do grupo foi me incluir na classe de novos membros da Escola Sabatina, onde pude assistir a duas aulas, ao longo de duas semanas de trabalho de campo. Na classe de novos membros são ensinados os princípios doutrinários fundamentais dos adventistas: a inspiração divina da Bíblia, o significado redentor do sacrifício de Jesus, a importância de guardar o sábado, os dez mandamentos, a origem do mundo (estudo do

livro de Gênesis), a origem do mal (rebelião de Lúcifer), o advento do Cristo julgador etc. A aula tem duração de uma hora e logo em seguida começam as atividades do culto de sábado. A direção pastoral e a composição do conselho de anciões e diáconos – que se posicionam atrás do púlpito durante toda a cerimônia, cada um realizando uma leitura ou atividade específica – varia de sábado para sábado. Uma pessoa da escola sabatina é escolhida para fazer a leitura do “relato missionário”, uma carta enviada por igrejas de outros países, descrevendo as dificuldades e vitórias dos “desbravadores” daquela congregação em difundir a mensagem cristã adventista. A idéia da difusão mundial da palavra é muito forte, pois o advento só se realizará quando “toda a criatura sobre a terra conhecer as verdades bíblicas e a figura redentora de Cristo Jesus”.

Em função da centralidade da missão difusora das igrejas, a estrutura organizacional à qual estão subordinadas é extensa, indo da congregação local à Associação Geral da Igreja Adventista do Sétimo Dia, órgão de abrangência mundial. Na Igreja Adventista de Irajá a estrutura mundial fazia-se sentir claramente na dinâmica local. Seja nas fontes literárias – que abundam em livros de Ellen G.White –, seja, por exemplo, nos propósitos de arrecadação para projetos desenvolvidos em igrejas com sede em outros países: doações para construção do centro educacional para a formação de missionários na Índia, campanhas para a consolidação da primeira igreja adventista em algum local remoto da África, para equipar o hospital adventista etc. As pessoas são chamadas a dedicar suas orações diárias a estas iniciativas.

Depois do culto – que conta com várias atrações musicais, pastores visitantes –, as pessoas se reúnem para almoçar, descansar e, em seguida, dar início às atividades da parte da tarde. Para a concretização destas atividades, a solidariedade entre os membros é crucial: as refeições são feitas nas casas mais próximas, os carros utilizados para o deslocamento são compartilhados etc. Os membros se dividem em grupos de trabalho para fazer visitas de oração e aconselhamento às casas de colegas com problemas de saúde, familiar, financeiro; pessoas não-associadas também solicitam a sua presença. O dia termina com o chamado Pequeno Grupo, que consiste numa reunião de estudo de lições bíblicas nos lares. O morador solicita, junto ao coordenador dos Pequenos Grupos, que este passe a ser realizado em sua casa, mediante a disponibilidade de pessoas dedicadas a este tipo de trabalho na

igreja. Além do estudo bíblico, o espaço do pequeno grupo pode ser utilizado para a realização de palestras e outras atividades informativas<sup>46</sup>.

---

<sup>46</sup> Eu mesma tive a oportunidade de apresentar uma palestra sobre cidadania num Pequeno Grupo de Bonsucceso.

## CAPÍTULO 2.

A Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro: origens históricas, identidade institucional e políticas de segurança do império à democracia

### I - VOLTANDO ÀS ORIGENS: A GUARDA REAL DE POLÍCIA<sup>47</sup>.

“Porque lá, desde as origens da polícia, lá na Guarda Real, que o nosso trabalho é correr atrás de negro fugido, é garantir os interesses da elite, dar porrada em pobre, já desde lá, entendeu? A gente é capataz, capitão-do-mato (...) A polícia sempre foi o braço armado do Estado e às vezes ela exerce o papel de braço armado da injustiça. Tá tudo errado, mas chama lá a polícia pra dar um jeito no negócio. Te vira polícia (*sic*), dá teu jeito!”.

Cabo, 12 anos de polícia, não-evangélico.

Em 07 de março de 1808, as naus portuguesas despontam em horizontes brasileiros, trazendo à bordo a Dinastia de Bragança e seu projeto de unidade territorial e política para o país. Com Napoleão à sua porta, D. João VI decide transferir a família real e a corte portuguesa para o Brasil, último reduto de seu decadente império colonial.

Já desde o século XVIII, quando o Brasil havia se tornado a principal fonte de riquezas para o Império Português, uma série de reformas, inspiradas no “despotismo esclarecido” europeu – as chamadas “Reformas Pombalinas” – foram implantadas na administração colonial. Com isso, a metrópole lusitana vinha responder a preocupações políticas e econômicas muito claras, tanto em relação ao aprimoramento do sistema de exploração e evasão de riquezas, quanto à intensificação do combate aos movimentos de cunhos liberal e nacionalista em terras brasileiras. As resistências locais à proposta centralizadora de Portugal tornavam-se cada vez mais fortes, situação esta, na opinião dos

<sup>47</sup> As referências históricas deste tópico foram retiradas, majoritariamente, do livro “História do Brasil”, de Boris Fausto (1997). As referências específicas sobre a fundação e desenvolvimento da PMERJ foram retiradas de publicações diversas, de historiadores reconhecidos no campo de estudos de polícia, como Marcos Bretas (1988, 1997, 1998) e Thomas Holloway (1993), bem como de outros pesquisadores do tema.

administradores metropolitanos, facilitada pelo modo displicente e pouco sistemático com que se havia conduzido os negócios coloniais até aquele momento.

A partir de 1808, a transferência das instituições monárquicas para a colônia e a subsequente elevação do Brasil ao estatuto de sede provisória do Império Português acirrou as tensões entre os interesses das elites locais e dos patrícios de além-mar: os primeiros, comprometidos com uma proposta política liberal e nacionalista; os outros, empenhados em seu projeto centralizador de Estado e de unidade territorial, aos moldes do absolutismo europeu<sup>48</sup>. É a partir deste quadro de disputas que se deve contextualizar, em um primeiro plano, a criação das polícias brasileiras e as escolhas que conformaram seu modelo organizacional: instituições altamente centralizadas, de vocação totalitária, voltadas para a manutenção da ordem, do *status quo* e, em última instância, dos interesses do soberano. Sua origem esteve vinculada à um investimento do Império Português na desarticulação das elites provinciais e na contenção do avanço liberal no país, vistos como grandes ameaças à manutenção da condição colonial brasileira. Neste sentido, a substituição dos arranjos de segurança e justiça vigentes representou uma vitória bastante significativa para a proposta centralizadora portuguesa, tendo em vista o importante papel desempenhado por estas instituições na arquitetura dos poderes locais no Brasil.

Um outro plano de análise importante para a contextualização histórica do processo de criação das polícias brasileiras refere-se à rápida transformação do perfil populacional e urbanístico da cidade do Rio de Janeiro, desencadeada pela transferência da corte para o país. Subitamente elevada à condição de capital do Império Luso-Brasileiro, a cidade estava longe de possuir a infra-estrutura necessária para comportar quase 15 mil novos habitantes, muito menos para oferecer-lhes um padrão de vida digno da aristocracia portuguesa. Antes de 1808, a cidade do Rio de Janeiro – capital da colônia brasileira desde 1765 – não poderia ser considerada uma cidade propriamente pequena, muito embora estivesse bem distante da efervescência cosmopolita dos grandes centros urbanos europeus do início do século XIX. Era uma capital colonial simples, de casas térreas, ruas estreitas, boa parte delas insalubre e

---

<sup>48</sup> Esta oposição, entretanto, não era tão cartesiana. A oposição entre brasileiros e portugueses não correspondia, para todos os casos, àquela entre a proposta absolutista e a liberal. Muitos membros das elites locais estavam alinhados aos ideais monarquistas/absolutistas, assim como os próprios liberais não constituíam um grupo homogêneo. Os chamados *liberais moderados* proponham uma maior autonomia provincial, com o fim do Poder Moderador e do Senado vitalício, mas sem o final da Monarquia Constitucional. Já os *liberais exaltados* proponham uma mudança radical no sistema, com a transformação do Império em República Federalista. A partir de 1835, com a ascensão do Regente Feijó, partidário do liberalismo moderado, muitos monarquistas passaram para o lado dos liberais, outros abandonaram a política e outros tantos passaram a defender o retorno do antigo imperador ao trono.

sem calçamento, recortada por charcos e pântanos, de topografia montanhosa e clima abafado. Os atrativos sociais “apropriados” eram poucos e bastante limitados. As boas famílias cariocas, quando circulavam pelo espaço da cidade, restringiam-se à freqüência de igrejas, procissões, festas religiosas, caminhadas no Passeio Público e em outras poucas áreas destinadas aos abastados.

Como se pode facilmente deduzir do breve relato acima, o impacto da transferência da corte sobre a infra-estrutura da cidade foi gigantesco, desencadeando uma série de problemas de abastecimento, moradia e segurança. E foi justamente para responder ao desafio de tornar a cidade do Rio de Janeiro habitável e em condições de assumir a posição de sede do Império Luso-Brasileiro que foi criada a Intendência Geral de Polícia da Corte e do Estado do Brasil, em 10 de maio de 1808<sup>49</sup>. Antes disso, o Brasil não possuía instituições policiais independentes do sistema de justiça colonial. Os Vice-Reis, apoiados por seus Ouvidores Gerais, eram os encarregados de conciliar atribuições administrativas, judiciais e policiais, executadas com o auxílio de grupos semi-profissionais como os Quadrilheiros e o Corpo de Guardas Vigilantes.

O Intendente Geral, em consonância com a prática administrativa vigente, representava a autoridade central do monarca, gozando de posição análoga a de um ministro de Estado. Seu cargo englobava um amplo espectro de atribuições de caráter legislativo, executivo e judiciário: a fiscalização de obras, construção de ruas, expedição de passaportes, fiscalização de diversões, tipificação de condutas criminais, julgamento de “infratores”, execução de sentenças etc. Para a época, a própria idéia de policiamento possuía conotações bastante amplas, envolvendo todo um conceito de nação, cultura e aprimoramento civilizatório, correção de comportamentos considerados inaceitáveis e afirmação de novos costumes, inspirados nos padrões do Velho Mundo (Holloway, 1993).

Quase um ano depois, em 13 de maio de 1809, dia do aniversário do Príncipe Regente D. João VI, foi criada a Divisão Militar da Guarda Real<sup>50</sup>, organização policial de tempo

---

<sup>49</sup> Considera-se que a criação da Intendência Geral de Polícia representa o ponto de origem do que hoje chamamos Polícia Civil. Entretanto, fazendo um paralelo com a atualidade, o papel do Intendente se aproximaria muito mais do de um prefeito, do que propriamente de um delegado de polícia civil.

<sup>50</sup> A criação da Guarda Real, por sua vez, é considerada a origem das Polícias Militares. Diferente da Intendência Geral, as atribuições originais da Guarda aproximavam-se bastante das desempenhadas pela PM nos dias de hoje, com sensíveis afastamentos no que se refere à profissionalização e aos constrangimentos legais impostos às policiais contemporâneas. Seu primeiro comandante, major Miguel Nunes Vidigal (1745-1843), foi eternizado no livro “Memórias de um Sargento de Milícias”, de Manuel Antônio de Almeida (1831-1861): “O Major Vidigal era o rei absoluto, o árbitro supremo de tudo o que dizia respeito a esse ramo de administração, era o juiz que julgava e distribuía a pena, e ao mesmo tempo o guarda que dava caça aos criminosos; nas causas da sua imensa alçada não havia testemunhas,

integral, estruturada sobre bases paramilitares e subordinada diretamente à Intendência Geral de Polícia. Enquanto suporte ostensivo da Intendência, suas atribuições oficiais envolviam a manutenção da ordem pública, o controle de distúrbios civis, a repressão sistemática aos crimes de rua e à todo tipo de posturas, vestimentas e comportamentos considerados inadequados para o espaço público (e, muitas vezes, privado também). Qualquer tipo de “ameaça” à paz e tranqüilidade dos bons cidadãos cariocas da época era objeto de intervenção dos agentes da força pública. No ato de sua criação, a estrutura burocrática da Guarda Real foi organizada a partir do modelo fornecido pelo Exército brasileiro, com cavalarias, infantarias, patentes militares etc. (Bretas, 1998; Muniz, 2001).

Produto de uma sociedade escravocrata, altamente polarizada e desigual, a Guarda Real constituiu um importante instrumento de controle e dominação do Estado sobre as “classes perigosas” da época, compostas por escravos, forros e homens brancos livres, representantes das camadas pobres urbanas. Sua missão era defender a ordem e a estabilidade das instituições imperiais frente às ameaças constantes oferecidas por uma população tida como irremediavelmente desordeira e indolente. Como podemos perceber, as bases ideológicas que sustentaram a criação, não só da Guarda Real, mas de todo o sistema policial do Império, envolveram um projeto de sociedade altamente desigual, totalitário e elitista, em que convinha garantir os padrões de civilidade aristocrática frente as inclinações arruaceiras de negros, mestiços e pobres no ordenamento do espaço público. Herança de uma polícia à moda de França, trazida para o Brasil pela corte portuguesa<sup>51</sup>, a lógica de atuação das polícias imperiais era marcada pela truculência e arbitrariedade – na grande maioria das vezes, respaldadas nas leis ou na total ausência de regulamentações em torno dos procedimentos policiais – cometidas contra os membros menos abastados da sociedade.

Curiosamente, o recrutamento para os efetivos de baixa patente da Guarda Real era conduzido no seio dessa mesma classe de homens pobres e livres, convocados compulsoriamente a exercer o poder coercitivo estatal sobre os seus iguais. Esta

---

nem provas, nem razões, nem processo; ele resumia tudo em si; a sua justiça era infalível; não havia apelação das sentenças que dava; fazia o que queria e ninguém lhe tomava as contas. Exercia, enfim, uma espécie de inquisição policial”.

<sup>51</sup> Pesquisadores do tema assinalam a existência de dois grandes modelos paradigmáticos de organização policial moderna: o que chamamos de “polícia à moda de França”, centralizada, militar e voltada para a garantia dos interesses do Estado, modelo surgido das pretensões expansionistas de Paris sobre o resto do território francês; e o “Bob inglês”, representação do modelo de organização da Policia de Londres, criada em 1829, em oposição ao modelo francês, cuja origem esteve vinculada à pauta dos direitos civis e de ampliação da cidadania na Inglaterra (Muniz, 1999).

característica paradoxal das organizações policiais – que persiste na atualidade – era motivo de grande preocupação para os gestores públicos da época, que buscavam maneiras de evitar que os “vícios” deste segmento da população contaminassem a máquina de repressão do Estado. A disciplina e hierarquia militares foram originalmente adotadas com esse propósito, enquanto uma espécie de instrumento de blindagem institucional contra a indisciplina e os maus hábitos das camadas populares. Com a profissionalização das instituições policiais, a formação foi progressivamente assumindo um importante papel como ferramenta de separação entre a “identidade civil” do candidato e sua nova “identidade policial”.

O engajamento na Guarda Real ocorreu de forma compulsória até 1830, quando começam a aparecer registros de recrutamento voluntário, por um período determinado de dois anos, com possibilidades de renovação. Antes disso, os “candidatos” eram recolhidos nas ruas, entre os jovens e robustos das camadas populares, e obrigados a servir por períodos que variavam de um a três anos. As deserções eram freqüentes, mesmo antes de esgotarem-se todos os recursos e procedimentos institucionais de baixa do serviço policial. A possibilidade de engajamento na Guarda Real só não era pior que a de recrutamento para o Exército que, além de remuneração inferior, possuía uma disciplina muito mais rígida e abria precedentes para transferências entre quartéis em todo o território nacional. Como punição, era bastante comum que as praças (patentes inferiores) indisciplinadas fossem transferidas da Guarda para as fileiras do Exército brasileiro.

Muito embora as condições de trabalho não fossem as melhores, as possibilidades de ascensão na carreira militar tornaram-se progressivamente um atrativo relevante para o ingresso voluntário na Guarda Real. O engajamento na força pública era feito a partir do grau hierárquico mais baixo, de onde o agente poderia ser promovido até os cargos de patentes superiores, ocupados, em grande parte, por oficiais transferidos do Exército. Mesmo com essa tímida mudança no tipo de recrutamento a partir de 1830, com uma maior incidência de voluntários nas fileiras policiais, as vagas disponibilizadas nunca foram totalmente preenchidas durante toda a existência da Guarda Real (Bretas, 1998).

Com a abdicação de D.Pedro I (1831), Diogo Feijó, então Ministro da Justiça – um liberal monarquista e futuro Regente Único – extinguiu a Divisão Militar da Guarda Real de Polícia, em razão da sublevação do 26º batalhão de infantaria do Exército, a qual teria

sido apoiada pela referida força pública. Desde a independência (1822), o Brasil já vivia momentos de instabilidade política e social intensa. Monarquistas e liberais digladiavam-se a todo o tempo e um forte sentimento anti-lusitano tomava conta da cidade. A partir de 1833, diversas revoltas populares eclodiram por todo o território nacional, mostrando que a crise não se restringia à então capital carioca: a Cabanagem no Pará (1835-1840), a Guerra dos Farrapos ou Farroupilha no Rio Grande do Sul (1835-1845), a Sabinada na Bahia (1837-1838) e a Balaiada no Maranhão (1838-1841) são exemplos bastante representativos do período. Frente à constatação de que o governo regencial não poderia mais confiar nas forças regulares de segurança, Feijó decidiu criar, em 1831, a Guarda Nacional e o Corpo de Guardas Municipais Permanentes. O problema de recrutamento e o baixo prestígio do “serviço das armas”, entretanto, parece ter persistido durante todo o período regencial, como nos mostra o relato transscrito abaixo:

“Nem nos podemos embalar com a esperança de poder o Corpo de Permanentes ser elevado ao seu estado completo, e por conseguinte absorver o crédito para ele notado, porque a experiência de longos anos tem demonstrado a impossibilidade disso, resultante não só da repugnância, que tem o povo brasileiro para o serviço das armas, mas também do pequeno incentivo que oferece a lei aos soldados do Corpo de Permanentes, cujo trabalho sendo improbo, e a disciplina severíssima, não são compensados por vantagens correspondentes”. [15/10/1853, IJ6 216. Citado por Bretas, (1998:08)]

Com a criação do Município Neutro da Corte em 1834, foi organizada, no ano seguinte, a Guarda Policial da Província do Rio de Janeiro, com sede no antigo estado do Rio, região que hoje corresponde à área de policiamento dos municípios do interior e da Baixada Fluminense<sup>52</sup>.

Entre 1864 e 1870, o país ingressou na Guerra do Paraguai, em oposição ao ambicioso projeto expansionista de Solano Lopes, que ameaçava a soberania territorial de brasileiros, argentinos e uruguaios. Os longos anos de conflito em solo estrangeiro geraram sérias dificuldades para as tropas brasileiras, drasticamente reduzidas em razão dos combates, mas também devido às epidemias e a deficitária alimentação das tropas. Na época, como o Brasil não dispunha de um contingente militar suficiente para repor suas

---

52 Os chamados “treme-terrás”, como eram conhecidos, tiveram um desenvolvimento paralelo ao então Corpo de Guardas Municipais Permanentes, futura PMERJ, até 1975, quando ocorre a unificação dos municípios e, consequentemente, das duas corporações policiais.

perdas humanas, o governo imperial se viu forçado a criar os chamados "Corpos de Voluntários da Pátria", que contaram com a participação do então Corpo Policial da Corte, responsável pelo policiamento da capital do Império. O grupo de oficiais e praças – denominado "31º Corpo de Voluntários da Pátria"<sup>53</sup> – partiu do Quartel dos Barbonos da Corte, local onde hoje está situado o Quartel General da PMERJ.

Devido a constante utilização da polícia militar como força combatente em território nacional ou em terras estrangeiras, essa manteve-se afastada das atividades regulares de policiamento entre 1866 e 1889, sobretudo na antiga capital carioca. O cotidiano do trabalho de manutenção da ordem urbana passou a ser exercido, principalmente, por outras instituições, semi-profissionais, menores e de curta existência como, por exemplo, as guardas municipais e as guardas urbanas. Além das Guardas, a Intendência de Polícia (origem das Polícias Civis) e os "inspetores de quarteirão" (voluntários civis não-remunerados e nomeados pelos Juizes de Paz) também complementavam as atividades de patrulha urbana (Muniz, 2001:182).

Em 1889, com a Proclamação da República, o que viria a se tornar a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro passa a chamar-se Corpo Militar de Polícia da Corte. Até aquele momento, a corporação já havia passado por diversas reformas, de maior ou menor impacto, em resposta às transformações políticas e sociais do período, tendo mudado de nome seis vezes. Sua estrutura, entretanto, permaneceu militar, inspirada pelos valores da hierarquia e disciplina do Exército brasileiro.

Em 80 anos de existência, a atual polícia militar havia obtido alguns avanços no sentido de uma maior profissionalização, tanto no que se refere ao recrutamento e formação, quanto a organização da carreira<sup>54</sup>. A despeito disso, seu lugar privilegiado no policiamento das ruas da cidade do Rio de Janeiro, então capital federal, estava longe de estar consolidado. Pelo contrário, as lacunas deixadas pelas décadas de afastamento das atividades de policiamento urbano fizeram das ruas da época palco para um série de disputas e conflitos entre as diversas forças, públicas e privadas, que passaram a dividir os espaços com a polícia (Bretas, 1988).

---

<sup>53</sup> Nome do atual Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (CFAP), o que atesta a importância atribuída pela corporação à sua participação nas movimentações militares da Guerra do Paraguai.

<sup>54</sup> Nas palavras de Bretas (1988), “a construção da polícia enquanto profissão implica na formação de uma unidade corporativa capaz de produzir comportamentos e objetivos comuns a seus membros” (7-8).

Abaixo, para encerrar este tópico, tive o cuidado de reproduzir o quadro histórico resumido da confusa trajetória onomástica das corporações que deram origem a atual PMERJ, entre 1809 e 1889, período aqui abordado.

<b>Ano</b>	<b>Antiga Guanabara</b>	<b>Antigo Estado do Rio de Janeiro</b>
<b>1809</b>	Divisão Militar da Guarda Real de Polícia	
<b>1831</b>	Corpo de Guardas Municipais Permanentes	
<b>1833</b>	Corpo Municipal Permanente da Corte	
<b>1835</b>		Guarda Policial da Província do Rio de Janeiro
<b>1844</b>		Corpo Policial da Província do Rio de Janeiro
<b>1858</b>	Corpo Policial da Corte	
<b>1865</b>		Corpo Policial Provisório da Província do Rio de Janeiro
<b>1866</b>	Corpo Militar de Polícia da Corte	
<b>1889</b>	Corpo Militar de Polícia do Município Neutro	Regimento Policial do Rio de Janeiro

**Quadro 1:** Evolução Onomástica e Galeria dos Ex-Comandantes Gerais, Arquivo Geral-AJG/PMERJ (Muniz, 1999).

## **II - SER POLICIAL, SER MILITAR: ALGUNS ANTECEDENTES PARA UMA DUPLA VINCULAÇÃO IDENTITÁRIA.**

Como vimos, desde sua origem a Polícia Militar esteve vinculada de diversas maneiras ao Exército brasileiro, compartilhando com ele estruturas hierárquicas, administrativas, regimes disciplinares, treinamento, recrutamento e pessoal. Estas semelhanças tenderam a se acentuar com o tempo e, em sua estrutura atual, a PM e o Exército compartilham uma série de categorias organizacionais, como: Estado Maior<sup>55</sup>, cadeia de comando, batalhões, regimentos, companhias, pelotões, destacamentos, tropas, “nomes de guerra”<sup>56</sup>, fardamentos e as diversas insígnias e apetrechos que costumam adornar os uniformes militares.

Para quem conhece a rotina de um batalhão de polícia militar, fica bastante claro que essas aproximações estão para além do mero compartilhamento de estruturas organizacionais, traduzindo-se também nos corpos, *ethos* profissional e nas práticas

<sup>55</sup> O Estado-Maior é uma instância de assessoramento direto ao Comando Geral, responsável pelo planejamento e execução das estratégias institucionais para a área de finanças, pessoal, saúde, operações policiais, logística, ensino e instrução, relações públicas, inteligência, comunicação e sistemas de informação. Para isso, o Estado-Maior é composto por uma série de diretorias e seções especializadas: Diretoria Geral de Saúde, Diretoria Geral de Pessoal etc.

<sup>56</sup> Nome pelo qual o militar é conhecido entre seus pares, durante o serviço. Na PMERJ, o “nome de guerra” é atribuído, normalmente, durante o recrutamento e escolhido entre os sobrenomes menos comuns dos alunos-policiais, de maneira a reduzir ao máximo as chances de repetição em uma mesma turma ou pelotão nas escolas de formação.

cotidianas de policiamento destes agentes. Para os pesquisadores que estudam o tema, esta dupla vinculação, policial e militar, estaria na raiz do que Muniz (2001) chamou de “crise identitária” das polícias militares brasileiras<sup>57</sup>. Submetidos a uma lógica disciplinar e modelos de formação extremamente militarizados, prosperam entre estes policiais visões de um espaço público em guerra, onde o combate e a eliminação dos inimigos da boa ordem aparecem como prioridades operacionais. A morte dos opositores, em um contexto de guerra, é o principal objetivo da ação militar que, para isso, está autorizada a lançar mão de todos os meios e níveis de força disponíveis, independente de qualquer avaliação de proporcionalidade. Por essa lógica, as baixas de ambos os lados tornam-se variáveis inerentes à situação de conflito. Essa visão, entretanto, não é coerente com a atuação de forças policiais em sociedades que reivindiquem para si a alcunha de “democráticas”. Uma operação militar e uma operação policial, por definição, não compartilham dos mesmos objetivos e métodos.

Nas estratégias de policiamento civil, a possibilidade de uso da força está sempre implicada em qualquer interação entre os cidadãos e as instituições policiais, autorizadas pelo Estado a empregá-la como ferramenta de mediação de conflitos no espaço público. Em última instância, é por causa dessa autorização que o cidadão chama a polícia. Entretanto, diferente das forças armadas, a atuação policial exige parâmetros e procedimentos claros, que indiquem as possibilidades técnicas e níveis de força de que dispõe o agente para atuar sobre as solicitações que lhes são encaminhadas. As opções disponíveis vão do simples comando de voz, até o uso da força letal, último recurso para a ação das forças de segurança pública (Muniz, Proença Jr. & Diniz, 1999). No caso da Polícia Militar do Rio de Janeiro, além da ausência de parâmetros claros para o uso qualificado da força, os armamentos utilizados no policiamento ostensivo são altamente letais. A munição de fuzil – um tipo de arma bastante empregado em contextos de guerra – consegue atingir padrões de velocidade e rotação capazes de vencer quase qualquer barreira física que se oponha ao seu trajeto. Quando atinge uma pessoa, as lesões provocadas reduzem drasticamente as chances de sobrevivência da vítima. Em um contexto de guerra, que exige uma intervenção militar, está morte é algo previsível, mesmo desejado. Para a ação policial, ela deve representar a

<sup>57</sup> Sobre os aspectos e desdobramentos implicados nesta dupla vinculação identitária das polícias militares brasileiras: ver Nummer (2004) para a Brigada Militar do Rio Grande do Sul; Muniz (1999), Caruso (2004) para a Polícia Militar do Rio de Janeiro; Albuquerque (1999) sobre a Policia Militar da Bahia; Sá (2002) sobre a Polícia Militar do Ceará; Silva (2002) sobre a Polícia Militar de Goiás; e tantos outros.

falência do Estado em garantir o direito à vida, sem o qual não se pode acessar qualquer outra garantia individual e coletiva.

“Uma operação militar tem como objetivo a destruição ou eliminação do inimigo, ou quando menos, da sua vontade de lutar. Já uma operação policial visa a proteção dos indivíduos. Em consequência, numa operação militar, a morte do opositor pode ser vista como uma consequência colateral ao propósito fundamental, como uma "baixa". No entanto, numa ação policial a morte de um opositor é sempre um mal, mesmo que possa ser inevitável, pois o morto era também um cidadão sob a proteção do Estado. Uma morte em confronto constitui, enfim, um fracasso da ação repressiva do Estado que não conseguiu o controle do desvio social sem o recurso à violência extrema nem a re-socialização do suposto criminoso” (Cano, 1997:7).

A grande maioria dos policiais militares identifica uma série de incongruências entre o modelo militar de polícia e as demandas cotidianas de seu trabalho, no policiamento das ruas da cidade. Adestrados para obedecer ordens, os agentes são lançados em ambientes de extrema imprevisibilidade e incerteza, nos quais precisam tomar decisões entre os cursos possíveis para a sua ação. Em frações de segundos, são impelidos a tentar equacionar, a partir dos recursos técnicos disponíveis, as várias demandas, expectativas e limitações implicadas em sua ação (Muniz, 1999). Nesse sentido, frente à um universo social cada vez mais complexo e diversificado, o modelo militar mostraria-se bastante inadequado e obsoleto para as atividades de policiamento civil, típicas das sociedades modernas contemporâneas.

Embora tenham havido avanços bastante significativos em algumas unidades da federação, ainda pesa sobre os ombros das polícias ostensivas brasileiras o fardo de sua ascendência militar. Além da histórica vinculação institucional ao Exército, um outro fator parece ter especial relevância para este quadro: o intercâmbio constante de pessoas entre as corporações. Desde 1809, em razão da ausência de quadros qualificados para o comando da corporação na época, um volume significativo dos membros da Guarda Real de Polícia (atual PMERJ) era composto por oficiais cedidos pelo Exército. Posteriormente, à medida que os critérios de ascensão foram sendo estabelecidos e a polícia alcançou um maior grau de profissionalização, tornou-se mais comum a figura do “oficial de carreira”, oriundo das próprias fileiras da força pública. Além disso, o intercâmbio de pessoas entre as instituições

dava-se também por meio das punições disciplinares. Era bastante comum que os policiais acusados de cometer alguma transgressão fossem submetidos compulsoriamente ao serviço militar, como punição por seu suposto mau comportamento (Bretas, 1998). Os indisciplinados – geralmente membros dos segmentos de baixa patente – eram vistos como péssimas influências para as tropas do Exército e logo eram devolvidos à força policial, retomando em seguida suas atividades regulares. Do início do século XIX até um passado bastante recente, pouca coisa havia mudado, pelo menos nas relações entre os altos escalões do oficialato de ambas as corporações. Um bom exemplo disso pode ser encontrado na Galeria de Ex-Comandantes Gerais da PMERJ. Durante grande parte de sua história, a atual Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro teve como comandantes oficiais de altas patentes do Exército. O quadro abaixo resume bem esta característica: em seus 200 anos de existência, a PM foi comandada por oficiais de carreira policial por apenas 41 anos.

<b>Histórico dos Comandos das Polícias Militares do Estado do Rio de Janeiro</b>		
<b>Polícia Militar da Corte, do Distrito Federal e da Guanabara</b>		
<b>Período</b>	<b>Origem dos Ex-Comandantes</b>	<b>Tempo Total de Comando</b>
1809-1870	Exército	61 anos
1870-1878	Polícia Militar	8 anos
1878-1961	Exército	83 anos
1961-1965	Polícia Militar	4 anos
1965-1975	Exército	10 anos
<b>Polícia Militar do Antigo Estado do Rio de Janeiro</b>		
<b>Período</b>	<b>Origem dos Ex-Comandantes</b>	<b>Tempo Total de Comando</b>
1835-1892	Exército	57 anos
1892-1893	Polícia Militar	1 ano
1893-1919	Exército	26 anos
1919-1922	Polícia Militar	3 anos
1922-1975	Exército	53 anos
<b>Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ)</b>		
<b>Período</b>	<b>Origem dos Ex-Comandantes</b>	<b>Tempo Total de Comando</b>
1975-1982	Exército	7 anos
1983-2008	Polícia Militar	25 anos

**Fonte:** Evolução Onomástica e Galeria dos Ex-Comandantes Gerais, Arquivo Geral-AJG/PMERJ (Muniz, 1999).

Mesmo nos dias atuais, o intercâmbio de pessoas entre o Exército e a Polícia Militar ainda é bastante comum. Durante os meus sete anos de projetos e pesquisas na corporação, ouvi e coletei muitos relatos de policiais – de diversos níveis hierárquicos, funções e tempos de serviço – que entraram para a PM a partir do fim de seu período regular no

Exército. As trajetórias são bastante semelhantes: jovens, em torno de seus 20 anos, recém egressos das fileiras das forças armadas, sem perspectivas imediatas de emprego, em busca da estabilidade do serviço público, vêem na PM uma possibilidade de aplicação do saber adquirido durante os anos de serviço militar.

“Eu tive a idéia de entrar para a PM através do militarismo, né? Como eu disse, eu fui engajado do Exército; foi um ano pra servir, engajei, talvez até mesmo... sei lá, opção de emprego na época, né? Eu engajei e depois a gente vai seguindo na seqüência, né? No Exército ou eu ficava ou arrumava outro emprego, e eu tive oportunidade de conseguir ser polícia, que na época tinha um salário muito atrativo (...) O que eu senti de diferente? Não sei, acho que me ajudou muito, porque o militarismo do Exército é mais sério, né. Então eu senti diferença pra menos. O da polícia é um militarismo mais frouxo, sei lá, mas é mais opressivo também”.

**Sargento, 46 anos de idade, 23 anos de polícia, não-evangélico.**

Um outro exemplo interessante pode ser observado na dinâmica de recrutamento e seleção para o BOPE. Os candidatos a policial militar que já foram “caveiras”, ou seja, ex-membros de tropas especiais das forças armadas (fuzileiros, submarinos, selva, etc.) são enviados prioritariamente do curso de formação direto para o treinamento do Batalhão de Operações Especiais (BOPE). O relato abaixo fala exatamente dessa situação. Fornecido por um policial militar com uma considerável lista de autos de resistência<sup>58</sup> em seu currículo profissional, o trecho transcrito faz menção ao processo de “adaptação” desencadeado pelo trânsito entre as lógicas de atuação das forças combatentes (matar) e das forças de segurança (prender). É importante salientar também a menção do entrevistado à situação de “guerra” vivida pelas polícias do Rio de Janeiro.

---

<sup>58</sup> O indivíduo que se opõe com violência ou ameaça ao policial, ou ameaça a integridade física de terceiros, comete, em tese, o crime de resistência, previsto no artigo 329 do Código Penal: “Opor-se à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxílio”. Em seu artigo 292: “Se houver, ainda que por parte de terceiros, resistência à prisão em flagrante ou à determinada por autoridade competente, o executor e as pessoas que o autorizarem poderão usar dos meios necessários para defender-se ou para vencer a resistência, do que tudo se lavrará auto, subscrito também por duas testemunhas”. Em resumo, o auto de resistência é uma morte desencadeada pela ação policial, perpetrada em legítima defesa, ou na defesa de terceiros, frente a resistência violenta de seu opositor.

“No exército a gente é treinado ali pra guerra, você não é treinado para prender ninguém. Na polícia você aprende ali aquelas leis, porque o objetivo é prender, você tem que se adaptar na função de prender, não mais de matar. Se bem que a polícia vive em guerra né, guerra urbana, mas é diferente mesmo assim (...) Eu saí direto do estágio que a gente faz na formação, eu fiz no 6ºBPM, né. Eu saí de lá direto pro BOPE, porque eu tinha curso de ‘caveira’ do Exército. Mas eu não era voluntário e ai eles me mandaram para o 4ºBPM”.

**Cabo, 33 anos de idade, 10 anos de polícia, não-evangélico.**

Pelo menos desde o Segundo Reinado, as polícias militares brasileiras foram sistematicamente empregadas como efetivo combatente complementar às atividades do Exército, vide os exemplos da Guerra do Paraguai (1864) e da repressão às revoltas populares da primeira metade do século XIX, mencionadas acima. As Constituições republicanas, a partir de 1934, consolidaram esta prática tradicional em seus artigos e definiram as polícias militares como forças auxiliares e reservas do Exército<sup>59</sup>. Essa vinculação legal tendeu a acentuar o já proeminente papel das polícias militares nas atividades de segurança nacional, ou seja, de proteção à estabilidade das instituições, dos interesses do Estado, da soberania e da ordem interna. Nas palavras de Muniz (2001): “cabia às PMs ir para as ruas ‘manter’ a segurança do Estado através da disciplinarização de uma sociedade rebelde à ‘normalidade’ e a ‘boa ordem’” (:183). Diferentemente da proposta de criação da Polícia Metropolitana de Londres, em 1829, grande marco das modalidades de policiamento modernas, motivada pelas demandas de ampliação da cidadania e das garantias individuais na Inglaterra, as polícias brasileiras desenvolveram-se para a proteção prioritária do Estado e não da população.

A Constituição de 1988 seguiu a tradição estabelecida pelas cartas constitucionais que a antecederam e manteve a subordinação das polícias militares ao Exército brasileiro, consolidando o estatuto militar dos membros dessas corporações nos estados da federação. Enquanto força auxiliar e reserva, as polícias militares podem ser acionadas pelo comando do Exército para compor esforços contra graves ameaças à soberania nacional e as instituições democráticas. Em razão disso, devem manter uma estrutura organizacional

---

<sup>59</sup> Em 1967, foi criada a Inspetoria Geral de Polícia Militar (IGPM), órgão do Exército responsável pela supervisão de efetivos, material bélico e pela mobilização das polícias e corpo de bombeiros militares estaduais em caso de grave ameaça a soberania nacional. A IGPM ainda encontra-se em funcionamento. Para maiores informações sobre as atribuições específicas da inspetoria, visite o site <http://www.coter.eb.mil.br/3sch/IGPM/site%20IGPM/web%20site/html/atribuições.htm> [em 11/09/2008].

militarizada, compatível com a cadeia de comando e controle das forças armadas, para que possam ser anexadas aos efetivos do Exército sem prejuízos estratégicos e operacionais.

“Os membros das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares, instituições organizadas com base na hierarquia e disciplina, são militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios” (Art. 42, redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1988).

“As polícias militares e corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se, juntamente com as polícias civis, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios” (Art.144, IV, § 6º).

Pode-se dizer que em seus dois séculos de existência a polícia militar pouco foi empregada como uma força urbana e ostensiva, prioritariamente voltada para as atividades civis de policiamento<sup>60</sup>. A jovem democracia brasileira, estruturada a partir da Constituição de 1988, herdou uma força policial muito mais familiarizada com as questões de segurança interna e de defesa nacional, do que com as dinâmicas próprias à segurança pública. Em termos pragmáticos, isso se traduz, dentre outras coisas, em uma polícia ainda bastante arredia aos controles democráticos de sua atividade, distante da população e cujo perfil de atuação vincula-se ao modelo das forças combatentes, engajadas na eliminação do “inimigo”.

Essa característica perpassa todo o histórico de desenvolvimento das polícias brasileiras, acentuando-se ao longo do século XX em decorrência dos governos autoritários que se estabeleceram no país por várias décadas, a partir do Estado Novo (1937-1945), passando pelo famigerado golpe de 64, e encerrando-se em meados da década de 80. De modo geral, em ambas as ocasiões as polícias militares exerciam a função de polícia política e de tropa aquartelada, à disposição das Forças Armadas para atividades de inteligência, controle de distúrbios civis (greves, manifestações públicas etc.) e de policiamento de áreas estratégicas (torres de eletricidade, fontes de água potável, etc.),

---

<sup>60</sup> É interessante notar que a PMERJ retorna para suas atividades de patrulhamento urbano convencional durante a ditadura militar, na década de 70, quando se estabelece a configuração atual do sistema policial nos estados brasileiros, composto por duas polícias de ciclo incompleto: as Polícias Civis com funções de polícia judiciária e de polícia de investigação de crimes; e as Polícias Militares, responsáveis pelo policiamento ostensivo fardado (Muniz, 2001).

pautadas sob a chamada “Doutrina de Segurança Nacional”<sup>61</sup>. É amplamente reconhecido o papel destas instituições na perseguição, prisão e tortura de “elementos subversivos”, contrários ao regime autoritário.

Com a abertura democrática, coroada pela Constituição de 1988, as instituições policiais abandonaram progressivamente suas funções de polícia política, assumindo um papel central nas atividades de controle da criminalidade. No estado do Rio de Janeiro, especialmente, essa transição foi bastante turbulenta, marcada pela oscilação entre inflexões progressistas e autoritárias na condução das políticas de segurança pública. A alternância entre orientações contraditórias no executivo estadual teve consequências muito profundas para o processo de democratização das polícias e de suas práticas de policiamento, cujos desdobramentos são sentidos até os dias de hoje.

### **III - “PÉ NA PORTA” X “DIREITOS HUMANOS”: O CARÁTER PENDULAR DAS POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (1983-2008).**

Como podemos perceber, ao longo de toda sua história as instituições policiais têm ocupado um lugar estratégico entre os ramos da burocracia estatal brasileira. Não por coincidência, essas são também as instituições públicas que, tradicionalmente, sustentam os maiores graus de capilaridade e inserção no cotidiano das sociedades modernas contemporâneas. Para onde quer que se olhe, nas esquinas, à pé ou circulando em viaturas, deparamo-nos com a polícia, figura tão comum e, ao mesmo tempo, tão enigmática da paisagem urbana. Enquanto encarnações ambulantes do princípio da autoridade estatal, as organizações policiais são instrumentos regulatórios bastante eficazes na operacionalização cotidiana de uma proposta determinada de Estado, de ordem pública e de socialidade. Cabe ao policial nas ruas, situado nas franjas da burocracia estatal, a árdua e estratégica tarefa de

---

<sup>61</sup> A Lei de Segurança Nacional, promulgada em 4 de abril de 1935, definia crimes contra a ordem política e social. Sua principal finalidade era transferir para uma legislação especial os crimes contra a segurança do Estado, submetendo-os a um regime mais rigoroso, com o abandono das garantias processuais. Após a queda da ditadura do Estado Novo em 1945, a Lei de Segurança Nacional foi mantida nas Constituições brasileiras que se sucederam. No período dos governos militares (1964-1985), o princípio de segurança nacional iria ganhar importância com a formulação, pela Escola Superior de Guerra, da doutrina de segurança nacional, que estabelecia as diretrizes básicas de proteção do Estado e de repressão aos chamados crimes políticos. Por muitas décadas a criminalidade comum esteve incluída nas questões de segurança nacional, como objeto da máquina de repressão do regime militar. A partir da abertura política, mediante a pressão da sociedade civil organizada, a Lei de Segurança Nacional foi reeditada e encontra-se em vigor, passando a incluir a proteção ao “regime representativo e democrático, a Federação e o Estado de Direito” (lei nº 7.170, de 14 de dezembro de 1983). A Constituição democrática de 1988 estabelece, pela primeira vez, um capítulo dedicado à Segurança Pública, enquanto tema separado das questões de segurança nacional.

equacionar as incongruências surgidas do encontro entre o “mundo das leis” e as “leis do mundo” (Muniz, 1999).

Não por outro motivo, pelo menos desde o primeiro pleito eleitoral direto para governador do estado, em 1982, os temas polícia e segurança pública têm sido considerados pautas políticas importantes para o estado do Rio de Janeiro. Nesse mesmo ano, com a abertura política, o executivo estadual passou a ser o responsável pela gestão das instituições policiais, outrora subordinadas à União, em razão de seu papel no suporte às atividades do Exército e da doutrina de segurança nacional. Todos os governos de oposição eleitos em 82 encararam o desafio de propor um modelo alternativo para os assuntos de segurança pública e gestão policial, que fosse, a um só tempo, eficiente e democrático.

Segmentos militares e políticos contrários à transferência da área para o controle civil questionavam publicamente a capacidade dos oposicionistas estaduais no combate à criminalidade, difundindo teorias sombrias e alarmistas sobre a alegada “explosão da violência” nas grandes cidades<sup>62</sup>. Parcelas significativas da população carioca da época temiam os desdobramentos imediatos da abertura política, principalmente no que se referia à forma como a segurança seria tratada pelos novos governadores estaduais. O clima de incerteza tendia a favorecer os partidários de uma abordagem mais “linha dura” para a área, que tachavam as iniciativas de democratização das instituições policiais como permissivas e utópicas. Por sua vez, para os recém empossados governadores oposicionistas, comprometidos com a eficácia de suas teses democráticas, a influência militar no campo da segurança pública devia ser banida do cenário político como resquício nocivo dos anos de chumbo da ditadura militar. Como contrapartida ao discurso reacionário, esses governadores tenderam a adotar a bandeira da defesa dos direitos humanos e da reforma das instituições policiais. Nos estados brasileiros em que isso ocorreu, viu-se fortalecida nos meios policiais a teoria conspiratória de que essas medidas democratizantes seriam um tipo

---

<sup>62</sup> À despeito dos usos alarmistas desta constatação, entre os pesquisadores da área de segurança pública são bastante difundidas análises que apontam para a transformação do cenário da violência urbana brasileira pós-ditadura militar (Peralva, 1997, 2000; Zaluar, 2007). Tornam-se mais pronunciadas determinadas modalidades criminais e padrões de violência, outrora obscurecidos pelo funcionamento da máquina repressiva do governo autoritário. Segundo Adorno (2002), estas transformações teriam seguido quatro tendências básicas: “a) o crescimento da delinquência urbana, em especial dos crimes contra o patrimônio (roubo, extorsão mediante seqüestro) e de homicídios dolosos (voluntários); b) a emergência da criminalidade organizada, em particular em torno do tráfico internacional de drogas, que modifica os modelos e perfis convencionais da delinquência urbana e propõe problemas novos para o direito penal e para o funcionamento da justiça criminal; c) graves violações de direitos humanos que comprometem a consolidação da ordem política democrática; d) a explosão de conflitos nas relações intersubjetivas, mais propriamente conflitos de vizinhança que tendem a convergir para desfechos fatais” (88).

de revanchismo contra os órgãos de repressão da ditadura, perpetrado por ex-perseguidos políticos (Silva, 1990; Soares & Sento-Sé, 2000; Costa, 2004).

É nesse clima de disputas entre propostas conflitantes de Estado, exponenciadas pelos temores e expectativas da população, que se instaurou no Rio de Janeiro, a partir do início da década de 80, o que os especialistas caracterizam como uma tendência pendular para a área de segurança pública: a alternância periódica entre um modelo de atuação policial voltado para o confronto armado e violento à criminalidade, em que a segurança seria um fim em si mesmo, independente dos meios adotados (“pé na porta”); e uma abordagem que assume o discurso de submissão das ações policiais aos princípios da legalidade e da legitimidade, em defesa de parâmetros de eficácia e eficiência submetidos aos valores do Estado democrático (“direitos humanos”). Mais do que um simples esforço didático-classificatório, estas alternâncias no campo dos discursos do poder público mostram-se bastante eficazes para a compreensão do universo das práticas policiais efetivas. Um bom indicativo são os casos de autos de resistência reconhecidos pelo governo. Estas resistências que, legalmente falando, são mortes decorrentes da ação policial, perpetradas em legítima defesa, seguem uma tendência estatística crescente até os dias de hoje. Entretanto, podemos observar ritmos mais acelerados de crescimento durante os governos estaduais vinculados oficialmente à uma proposta de “guerra contra o crime”, em que a letalidade das ações policiais é naturalizada como uma variável inerente à situação de combate (Cano, 1997).

Nos últimos 10 anos, entretanto, esta alternância entre modelos apresenta uma forte tendência à estabilização, com o fortalecimento de formas institucionalmente violentas e discriminatórias de atuação policial no enfrentamento da criminalidade. Justificadas pelo suposto “estado de guerra” em que se encontra o Rio de Janeiro, estas formas de atuação expressam ambigüidades em relação ao estatuto da cidadania dos segmentos menos favorecidos, cujos direitos parecem não ser objeto das mesmas garantias dos grupos abastados (Leite, 2000). Para garantir o reconhecimento destas diferenças no espaço público, caberia à polícia a difícil e ingrata tarefa de operacionalizar sistemas classificatórios que lhe permitam identificar essas classes de cidadania no cotidiano<sup>63</sup>. Estes

---

<sup>63</sup> É bastante comum ouvir dos policiais militares a afirmação de que existiriam duas polícias no Rio de Janeiro, dualidade encarnada nas categorias “polícia da zona sul” *versus* “polícia da Baixada”. O termo “zona sul” parece generalizar um tipo de atuação policial característica dos bairros mais abastados, onde a PM agiria como prestadora de serviços de segurança para a população. A categoria

modelos ideais, construídos a partir das práticas diárias de policiamento, incorporam os preconceitos e os estereótipos de uma sociedade desigual, embora formalmente igualitária (Bretas, 1988; Muniz, 1999; Kant de Lima, 2003; Caruso, 2004). Tendo em vista a necessidade de viabilizar uma proposta altamente autoritária e discriminatória de sociedade, frutificam políticas de segurança pública voltadas para o que Loïc Wacquant chama de crescimento do “Estado Penal”: mais armas, mais policiais, mais prisões e o endurecimento das leis penais, cuja nefasta consequência seria a criminalização da pobreza e dos segmentos marginalizados.

Para o caso do Rio de Janeiro, a triste verdade é que, a despeito destes períodos de alternância, pouco se modificou a forma de atuação das polícias nas favelas e periferias cariocas. Vítimas contumazes da violência policial e de uma série de violações dos direitos humanos, os moradores dessas áreas dificilmente perceberiam qualquer mudança no *modus operandi* das instituições de segurança pública e justiça criminal ao longo desses anos.

### **III.1) BREVE PANORAMA DAS POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA NO RIO DE JANEIRO.**

A ação da polícia nas favelas e periferias já era objeto de polêmica no início da década de 80, durante o primeiro governo de Leonel Brizola (1983-1986), que colocou em pauta, de forma pioneira, a discussão sobre o modelo violento, autoritário e preconceituoso de atuação policial vigente. O principal alvo das críticas brizolistas era a ingerência das Forças Armadas sobre as instituições policiais e os prejuízos humanitários decorrentes de sua herança ditatorial, época em que foram amplamente empregadas nas atividades de “combate à subversão”. A pauta dos direitos humanos parecia ter ganhado um impulso inicial significativo no período, com recomendações expressas do governador para a redução da letalidade das intervenções policiais nas favelas, exigência de mandato judicial para a entrada dos agentes nas residências, etc.<sup>64</sup>

---

<sup>64</sup>“Baixada”, por sua vez, parece estender-se a todas as áreas pobres da cidade, onde o policial militar atuaria como “advogado, juiz e executor”, utilizando técnicas sumárias de manutenção da ordem.

<sup>64</sup> A indicação do Coronel Carlos Magno Nazareth Cerqueira para o cargo de comandante geral da corporação é bastante emblemática do posicionamento político do governo do estado no período. Tendo se tornado uma referência nacional, o Coronel Cerqueira foi Secretário de Estado de Polícia Militar – na época as atribuições da atual Secretaria de Segurança Pública eram distribuídas entre a Secretaria de Polícia Civil e a Secretaria de Polícia Militar – e comandante geral nos dois mandatos do Governador Leonel Brizola, nos períodos 1983-1987 e 1991-1994. Foi o primeiro policial de carreira, negro, a chegar ao comando geral, que até então havia sido exercido majoritariamente por oficiais do Exército. Seu interesse em dialogar com o universo acadêmico viabilizou a realização de diversos estudos e pesquisas na PMERJ, tendo sido o responsável pela concepção da Coleção “Polícia do Amanhã”, editada pelo Instituto Carioca de Criminologia do Rio de Janeiro. Foi uma figura central para a profissionalização da corporação como “força policial”, tendo sido o principal responsável também pela introdução da filosofia de policiamento comunitário na PM. Nazareth Cerqueira foi assassinado em 1999, crime que foi atribuído à um sargento, afastado da polícia por complicações psicológicas. As circunstâncias que envolveram o

A despeito do vigor com que se defendia a reestruturação da área de segurança pública, uma série de variáveis convergiu no sentido de deslegitimar as pretensões democráticas do poder público estadual. Tendo sido eleito para um governo de oposição, com uma péssima relação com a União e os demais estados situacionistas, Brizola era muito mal visto nos meios policiais, dos quais recebeu a alcunha de “defensor de bandidos”. Muito embora fosse uma figura política altamente reconhecida, sua aceitação pública degradou-se imensamente na época, em razão de diversas denúncias de corrupção e associação com a cúpula do jogo do bicho no Rio de Janeiro. A imagem de “agitador”, cultivada desde antes do golpe de 64, contribuiu para consolidar a percepção de que as restrições impostas por Brizola à atuação policial teriam sido as principais responsáveis pela desordem que se instalara no estado durante a sua gestão (Soares & Sento-Sé, 2000)<sup>65</sup>.

Este momento da política carioca ficou amplamente conhecido, no imaginário popular, como “a época em que a polícia não podia subir às favelas”. Mesmo hoje, quase 25 anos depois, essa teoria ainda agrega um valor explicativo substancial como a principal razão para o fortalecimento do narcotráfico e de toda sorte de mazelas que compõem a calamitosa situação da segurança pública no Rio de Janeiro. Entre os policiais, as análises sobre o período costumam trazer revelações sobre “os motivos ocultos” à suposta proibição, sendo usualmente acompanhadas de um tom saudosista, de idealização de uma época em que a instituição policial era respeitada pela “vagabundagem” e pela população. É interessante notar que este discurso do tipo “saudades dos velhos tempos” não acomete somente os policiais mais antigos, mas é bastante difundido também entre os segmentos mais jovens da corporação. Entretanto, são as explicações dos mais “cascudos” (antigos) – principalmente aqueles que falam com a propriedade de “quem esteve lá” – as que agregam mais elementos saudosistas e conspiratórios ao imaginário policial, seja entre os membros da Polícia Civil ou da Polícia Militar:

“A insegurança no Estado do RJ não nasceu da noite para o dia. Podemos afirmar (porque estávamos lá), que a política implantada pelo Sr. Leonel Brizola em seu primeiro governo foi o estopim de uma bomba que só veio a explodir 16 anos depois. Chamamos a atenção para a análise quanto aos efeitos de posicionamentos atuais que só irão refletir e ter consequências futuramente.

---

evento, entretanto, nunca foram bem esclarecidas. Maiores informações sobre a trajetória pessoal e profissional do Coronel Cerqueira em CERQUEIRA, C. M. N (2001). *O Futuro de uma Ilusão: o sonho de uma nova polícia*. Ed: Freitas Bastos, RJ.

<sup>65</sup> Para maiores informações sobre o período ver Holland (2005), *Policía e direitos humanos: Política de Segurança Pública no Primeiro Governo Brizola (Rio de Janeiro: 1983-1986)*.

Quando da campanha, Brizola utilizou um chavão que chamava a atenção: ‘BRIZOLA NA CABEÇA’. Para os alienados dava a impressão que o chavão em questão queria dizer que o candidato iria ganhar sem qualquer dificuldade. Porém ao mesmo tempo o termo BRIZOLA NA CABEÇA queria dizer uso de cocaína. As investigações deram conta de que Leonel Brizola fez um acordo com tráfico de entorpecentes do RJ prometendo que, se ganhasse, os morros e favelas seriam considerados ‘ZONA LIVRE’. Foi o que ocorreu. Brizola ganhou e a polícia foi proibida de fazer qualquer incursão contra o tráfico de entorpecentes nas favelas e morros fluminenses. As poucas vezes em que isto aconteceu foram operações ilegais, feitas à revelia das chefias, por policiais revoltados com a situação ou com aqueles que resolveram aproveitar a ‘liberalidade’ para ‘arrochar as bocas’. Com isso os traficantes passaram a montar um verdadeiro exército com armamentos sofisticados, etc. para defenderem seus territórios - não da polícia mas dos concorrentes” (...)<sup>66</sup>.

Dessa mesma época herdamos também a máxima “direitos humanos é coisa pra bandido” e suas variações, como “direitos humanos para humanos direitos”, dentre outras. Tendo sido a principal bandeira do primeiro governo Brizola, a questão dos direitos humanos passou a incorporar essa carga semântica negativa, como um tipo de empecilho ao trabalho policial e às atividades de controle da criminalidade. Esse posicionamento foi reforçado pela gestão do governador Moreira Franco (1987-1991), que, durante a sua campanha para o governo do estado, explorou bastante a falência do modelo brizolista de uma política de segurança pública pautada no respeito aos direitos humanos, colocando-se como alternativa ao caos e à permissividade teoricamente instaurados por seu antecessor. Sua proposta para a área era restaurar a ordem no estado em 100 dias, através da ação dura e implacável das polícias no combate ao crime organizado. O recrudescimento da política de segurança pública na gestão Moreira Franco, entretanto, não rendeu melhores resultados do que a abordagem anterior. A crise do Plano Cruzado – grande trampolim político dos candidatos do PMDB à época – contribuiu para agravar o quadro de insatisfação popular vivenciado no Rio de Janeiro no final dos anos 80. Ao invés de dissipar o caos, o governo Moreira Franco foi marcado por vários eventos de violência coletiva, lutas entre facções e denúncias sobre o aumento do poder bélico e da capacidade de cooptação do tráfico de drogas nas favelas (Soares & Sento-Sé, 2000).

Moreira Franco encerrou o seu mandato como o governador com o maior índice de rejeição pública até aquele momento. Em termos de política de segurança, seu governo

---

<sup>66</sup> Comentário retirado do grupo de discussões Polícia-BR, postado em 05 de março de 2002 por um delegado da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, aposentado [<http://www.mail-archive.com/policia-br@grupos.com.br/msg06669.html>].

representou um significativo retrocesso democrático, com a retomada de métodos de atuação policial vinculados à antiga Lei de Segurança Nacional, sustentados por segmentos reacionários, cujo espectro de influência havia sido bastante reduzido durante o primeiro governo brizolista. Em 1991, Leonel Brizola retorna ao governo do estado, vencendo as eleições no primeiro turno, com cerca de 60% dos votos válidos. Mais uma vez, o discurso do poder público retoma a questão dos direitos humanos e do respeito às leis como parâmetros de atuação policial. O cenário, entretanto, já era bastante diferente do quadriênio 1983-1986. As grandes famílias do jogo do bicho tinham dado lugar às facções de narcotraficantes que, no início da década de 90, encontravam-se já muito fortalecidas pelo milionário comércio de cocaína. O Comando Vermelho, primeira grande facção a surgir no Rio de Janeiro, estava cindido em dois outros grupos, o Terceiro Comando e os Amigos dos Amigos. Fortemente armados, estes novos atores do cenário criminal carioca disputavam visceralmente os pontos de venda de drogas da cidade, protagonizando cenas de ousadia e brutalidade sem precedentes, cujos efeitos eram (e ainda são) sentidos com mais intensidade nas favelas e periferias (Lima, 1991; Amorim, 1993).

A população, descrente, questionava a capacidade do poder público em oferecer respostas eficientes para o medo e insegurança cotidianos. Esse temor generalizado, foi progressivamente transformando a pauta da segurança pessoal em uma reivindicação em si mesma, não importando, para a maioria dos cariocas, os métodos ou a política adotada para alcançá-la. Para agravar esse quadro, vários eventos de violência policial vieram solapar a já cambaleante legitimidade das instituições de segurança, bem como a crença em seu potencial de oferecer soluções para os problemas da população. A chacina de Vigário Geral e da Candelária, ambas ocorridas em 1993, são exemplos emblemáticos do envolvimento de policiais com os chamados “grupos de extermínio”, cuja atuação concentrava-se (e ainda se concentra) nas áreas pobres e marginalizadas do Rio de Janeiro<sup>67</sup>.

A tendência de crescimento dos índices criminais se acentuou, mas em ritmos bem mais lentos, se comparados aos períodos anteriores. O medo, entretanto, tomava proporções

<sup>67</sup> Um exemplo recente e bastante emblemático da atuação destes grupos foi a chamada “Chacina da Baixada”, ocorrida em março de 2005, em que, durante um intervalo de menos de duas horas, 29 pessoas foram assassinadas na porta de suas casas, bares e trabalho, nos municípios de Nova Iguaçu e Queimados. Policiais militares lotados no 15º BPM foram acusados do crime. Organizações da sociedade civil mobilizaram-se imediatamente após a Chacina e criaram o Fórum Reage Baixada, que contou com a participação de instituições como o SOS Queimados, o Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Nova Iguaçu, Fase, Laboratório de Análises da Violência (UERJ), CESEC, Justiça Global e Viva Rio. Para saber mais sobre a atuação dos grupos de extermínio nos bairros periféricos do Rio de Janeiro, especialmente na Baixada Fluminense, ver Impunidade na Baixada – Relatório 2005, Comissão de Direitos Humanos e Minorias, Câmara dos Deputados, Brasília (2006). Para uma abordagem da saúde pública sobre o problema, ver Cruz-Neto & Minayo (1994), “Extermínio: Violentação e Banalização da Vida”.

endêmicas perigosas, alimentado pela ampla repercussão de uma série de eventos de violência e impunidade. Os segmentos mais abastados da sociedade carioca testemunharam, a partir do início da década de 90, o crescimento de uma nova prática delituosa, que viria a se tornar um traço marcante da dinâmica criminal do período: a extorsão mediante seqüestro<sup>68</sup>. Nas praias cariocas, no mesmo período, a população atônita testemunhava cenas de violência e ousadia jamais vistas na zona sul da cidade, quando bandidos promoveram arrastões em pleno alto verão. Nessa mesma época, a letalidade das disputas armadas entre facções do narcotráfico extrapolou o ambiente das favelas, com o aumento expressivo do número de mortes e ferimentos causados por “balas perdidas”.

Frente a esse contexto, a defesa dos direitos humanos – ridicularizada como utópica e ineficiente – vê-se completamente inviabilizada pela crescente popularidade de *slogans* políticos autoritários, como o famoso “bandido bom, é bandido morto”. Cresce também entre os cariocas a percepção de que o retorno democrático teria sido o grande responsável pela desestabilização da ordem e o aumento da criminalidade, discurso sustentado por segmentos militares saudosistas e defensores da chamada “linha dura” (ou “lei e ordem”). Os bons resultados obtidos com o emprego do Exército na segurança pública durante a ECO-92 fortaleceram a imagem das Forças Armadas como único esteio de salvação para o caos supostamente instaurado pelos mandatos de Leonel Brizola e Moreira Franco. A possibilidade de uma intervenção federal no Rio de Janeiro crescia proporcionalmente ao medo da população.

Em 1994, com a autoridade desgastada e planos para concorrer à Presidência da República, Brizola renuncia ao cargo de governador, transmitindo a chefia do executivo estadual para seu vice, Nilo Batista. A intervenção das Forças Armadas ocorre entre janeiro de 1994 e maio de 1995, com a chamada “Operação Rio”<sup>69</sup>, deflagrada simultaneamente às movimentações político-partidárias para as eleições estaduais. Marcello Alencar, que havia rompido com o PDT anos antes, se lança como candidato pelo PSDB, tendo como seu oponente o situacionista Anthony Garotinho, figura política tradicional do município de Campos dos Goytacazes. Beneficiado pelo favoritismo de Fernando Henrique Cardoso, seu colega de partido e forte candidato à presidência, Marcello Alencar conseguiu arregimentar

<sup>68</sup> Foram registradas pela Polícia Civil 369 ocorrências de seqüestro entre 1991 e 1994 (Garotinho et al, 1998).

<sup>69</sup> Para maiores informações sobre a intervenção das Forças Armadas no Rio de Janeiro, ver Coimbra (2001), “Operação Rio – o mito das classes perigosas: um estudo sobre a violência urbana, a mídia impressa e os discursos de segurança pública”.

os descontentamentos e temores cariocas em torno de uma proposta política altamente reacionária e violenta para a segurança pública do estado. Ao ser eleito para seu mandato de quatro anos (1995-1998), uma de suas primeiras medidas foi ressuscitar a secretaria de segurança pública – extinta por Brizola em 1983 –, colocando como seu titular o General Nilton Cerqueira, figura conhecida dos órgãos de repressão do Exército.

A gestão Marcello Alencar foi marcada por uma grande autonomia das instituições policiais, que receberam carta branca para utilizar os “meios necessários”<sup>70</sup> no combate à criminalidade. O exemplo mais paradigmático dessa política foi a instituição da chamada “premiação faroeste”, em que policiais recebiam promoções e bônus salariais pela quantidade de “bandidos” mortos em supostos conflitos armados com as forças de segurança. Analisando os impactos para o período de vigência da premiação, instituída em 1995, Ignácio Cano (1997) atestou incrementos expressivos nos índices de letalidade das intervenções policiais para o município do Rio de Janeiro, onde o exame dos laudos de óbitos apresentavam indícios muito consistentes de execução sumária: perfurações de projétil de arma de fogo na cabeça, disparados pelas costas (indicando que o indivíduo não oferecia resistência armada, mas corria em direção oposta ao policial), perfurações múltiplas, à queima-roupa etc<sup>71</sup>.

Depoimentos de policiais militares em atividade na época ilustram, com bastante propriedade, os efeitos nocivos desta política para o comportamento efetivo da tropa nas ruas. Transcrevo abaixo um pequeno trecho de entrevista, concedida a mim por um ex-policial militar, que hoje cumpre pena no presídio Ary Franco.

“Muita gente era promovida e recebia pecúnia e recebia bonificação de 500 reais. O pessoal da tropa trabalhava muito. Eu fui o primeiro a receber essa premiação lá no meu batalhão e, vou te falar, pela velocidade que eu vinha trabalhando por essa polícia, já era pra eu estar morto. Dez anos de polícia com mais de 110 autos de resistência [mortes de civis reconhecidas institucionalmente como legítima defesa], fora aqueles que não existem, né, é um número muito grande. Hoje tô aqui, já fui a julgamento, fui absolvido, e agora tô aqui nesse processo da chacina. Eu acho também que esse negócio também de entrar pra polícia com 18 anos, eu acho que não devia, porque o cara entra lá muito imaturo.(...) Você sentar num patamo e

<sup>70</sup> Amplamente utilizada nos meios policiais, a indefinição proposital contida na expressão “meios necessários” tende a significar que o agente se excede no uso da força, utilizando de violência contra seu opositor eventual. Para maiores esclarecimentos sobre a diferença entre “uso da força” e “violência”, ver Muniz, Proença Jr. & Diniz (1999), “Uso da força e Ostensividade na Ação Policial”.

<sup>71</sup> Ver também Verani (1996) “Assassinatos em nome da lei”. A Human Rights Watch (1997) produziu o relatório “Brutalidade Policial Urbana no Brasil”, que também fornece um panorama bastante interessante sobre o aumento da letalidade das ações policiais, fomentada pela “premiação faroeste”.

subir o Morro do Dendê, subir a Providência, Mangueira, é onde que sobe é bala comendo de 5 horas da tarde às 5 horas da manhã, é 12 horas de troca de tiro. Várias pessoas baleadas, mortas. Tu fica meio louco. E a polícia não faz um tipo de tratamento, um tipo de assistência psicológica. Pelo contrário, te dá uma medalha, te da um elogio, vai te incentivando a fazer mais uma vez isso. Ainda que tenha que condecorar, mas vamos afastar ele e colocar num serviço psicológico, pra ver se ele tá ali em condições psicológicas de voltar às ruas, .Mas não a polícia não quer isso, ela que botar o policial na rua”.

**Ex-policial militar, 33 anos de idade, 10 anos de polícia.**

Anthony Garotinho reaparece nas disputas eleitorais em 1998 e, pela primeira vez, o Rio de Janeiro vislumbra a possibilidade de uma plataforma política democrática e consistente para a segurança pública. Pelo menos foi esta a mensagem passada pelo então candidato, quando escreveu, junto com outros autores – dentre eles, Luis Eduardo Soares – o livro “Violência e Criminalidade no Estado do Rio de Janeiro: Diagnóstico e propostas para uma política democrática de segurança pública”, que foi recebido com grande entusiasmo por especialistas e pela sociedade civil organizada. Com análises bastante interessantes, a publicação abordava um amplo espectro de problemáticas tidas como prioritárias, desde a questão da violência doméstica, infância e juventude, violência policial, passando pelo perfil dos homicídios dolosos, até um estudo de caso sobre os prós e contras da intervenção do Exército durante a “Operação Rio”.

Eleito pela Frente Muda Rio (PDT, PT, PSB, PC do B, PCB), Garotinho anuncia uma curiosa combinação de nomes para a Secretaria Estadual de Segurança Pública: Luis Eduardo Soares (PT), antropólogo e cientista político, renomado especialista na área, assumiu o cargo de subsecretário, tendo como titular da pasta o General Siqueira, ilustre oficial do Exército Brasileiro e franco admirador da política de “premiação faroeste” de seu antecessor, o também General Newton Cerqueira. Como já era esperado, os desgastes entre Siqueira e Soares foram intensos, levando o governador a se posicionar pela demissão do general apenas alguns meses depois de ter sido empossado. O General Siqueira foi substituído pelo Coronel PM Josias Quintal. A nova combinação também não foi bem-sucedida e, no início do ano 2000, uma polêmica em torno do cineasta João Moreira

Salles<sup>72</sup> acirrou mais uma vez os ânimos na Secretaria de Segurança Pública. Antes mesmo que a polêmica se dissipasse, Luis Eduardo Soares entregou ao Ministério Público um dossiê com denúncias de envolvimento da cúpula do governo do estado com a chamada “banda podre” das polícias, responsável por esquemas de extorsão, lavagem de dinheiro, tortura, grupos de extermínio e de loteamento de delegacias, que eram distribuídas em função de seu valor no ranking de propinas do “jogo do bicho”. Enfurecido com o conteúdo das denúncias, Garotinho demitiu Soares pela televisão, em cadeia nacional.

Principal mentor e articulador do “Plano Estadual para a Área de Segurança, Justiça e Cidadania” (2000), a saída de Luis Eduardo representou uma nova inflexão no processo de democratização das instituições policiais no Rio de Janeiro. Entretanto, a despeito do curto período em que permaneceu no governo do estado, a parceria Soares - Garotinho conseguiu emplacar importantes resultados: o programa “Delegacia Legal”, que implementou transformações estruturais nos distritos policiais cariocas; a criação do Instituto de Segurança Pública (ISP), idealizado para ser um centro de planejamento integrado e estudos estratégicos na área; a criação das Áreas Integradas de Segurança Pública (AISP), da Ouvidoria de Polícia, da Corregedoria Geral Unificada, do Programa de Proteção à Testemunha etc. As estruturas criadas sobreviveram à crise, entretanto é inegável que a continuidade das reformas – que já se viam bastante prejudicadas pelas disputas entre propostas divergentes no interior da secretaria de segurança – foi severamente comprometida com a demissão de Luis Eduardo Soares<sup>73</sup>.

Nos anos que restaram à gestão Garotinho, prevaleceu uma orientação mais “linha dura” para a política de segurança pública, que se manteve centrada no combate pontual ao varejo do tráfico de drogas nas favelas, remetendo para segundo plano outros investimentos importantes para a área. A letalidade das ações policiais manteve-se ascendente. O número de civis mortos durante operações das forças de segurança passou de 289 para 900, entre 1999 e 2002, quadriênio correspondente à gestão Garotinho (gráfico 1).

Em 05 de abril de 2002, já quase no final de seu mandato, Anthony Garotinho renuncia ao governo do estado para lançar candidatura à Presidência da República pelo seu

---

<sup>72</sup> Rumores da época afirmavam que João Moreira Salles teria pago um “salário” de R\$ 1,2 mil ao traficante Marcinho VP, para que ele escrevesse sua autobiografia.

<sup>73</sup> Em seu livro “Meu Casaco de General: 500 dias no *front* da segurança pública do Rio de Janeiro”, Soares (2000) faz uma descrição detalhada dos bastidores políticos da época, falando sobre o início de sua relação com Anthony Garotinho, da elaboração de seu plano de segurança e dos eventos que precipitaram sua saída do governo do estado.

novo partido, o PSB (Partido Socialista Brasileiro). Em seu lugar, assume Benedita da Silva, vice-governadora, que chefia o executivo estadual por um breve período de tempo. Mesmo encontrando dificuldades em se manter na disputa presidencial, sofrendo pressões dentro do PSB para abrir mão de sua candidatura, Garotinho consegue 17,87% dos votos válidos no primeiro turno da eleição, um resultado bastante expressivo para uma trajetória política de baixa projeção nacional. A frustração de seu projeto presidencial, entretanto, não significou o fim dos investimentos políticos de Garotinho para o ano de 2002. Sua esposa, Rosinha Matheus, venceu as eleições para o governo do estado do Rio de Janeiro ainda no primeiro turno, mostrando a força que possuía o nome Garotinho junto ao eleitorado carioca.

Rosinha assumiu em janeiro de 2003 e, com menos de um mês no cargo, viu seu governo assolado por uma onda violentíssima de atentados: ônibus e veículos particulares foram queimados, um supermercado foi metralhado e outros tantos saqueados. Grupos de narcotraficantes ordenaram o fechamento de estabelecimentos comerciais em vários pontos da zona norte do Rio. Acusado de comandar as ações de dentro do Complexo de Bangu, Fernandinho Beira-Mar foi transferido para a penitenciária de segurança máxima de Presidente Bernardes, em São Paulo, numa tentativa de enfraquecer seu poder de articulação dos atentados. Frente à aproximação do carnaval e a ameaça de novos ataques, o governo do estado organizou a chamada “Operação Guanabara”, que mobilizou 39 mil agentes da polícia militar, da polícia civil e soldados do Exército, durante 15 dias de operações conjuntas. Quase imediatamente após o encerramento da operação conjunta, novos ataques ocorreram na cidade: bombas de fabricação caseira foram lançadas contra o hotel *Le Meridien*, no Leme, e o Norte Shopping, em Del Castilho; uma granada foi detonada em frente ao Rio Sul; o tradicional Hotel Glória foi metralhado etc. Vários policiais militares foram mortos em serviço e um microônibus da PMERJ foi parar dentro de um valão no Complexo da Maré, depois de ser atacado à tiros. A violência e a imprevisibilidade dos eventos instaurou o pânico total na cidade.

Visivelmente abatida, Rosinha vem à público afirmar a intencionalidade política dos atentados, cujo foco teria sido a desestabilização de seu governo. Em 23 de abril de 2003, a então governadora exonerou o secretário de segurança, Coronel Josias Quintal, substituindo-o por Anthony Garotinho, seu marido e – dizem as más línguas – real

articulador do executivo estadual. Retomando a pauta de modernização das polícias e de guerra contra o tráfico, Garotinho repete a estratégia populista e ineficiente de sua gestão como governador do estado. Em seu primeiro dia como secretário, prometeu desde helicópteros com câmeras para o policiamento ostensivo, até um convênio com a Secretaria de Administração Penitenciária para que os presos construíssem casas e costurassem uniformes para os policiais.

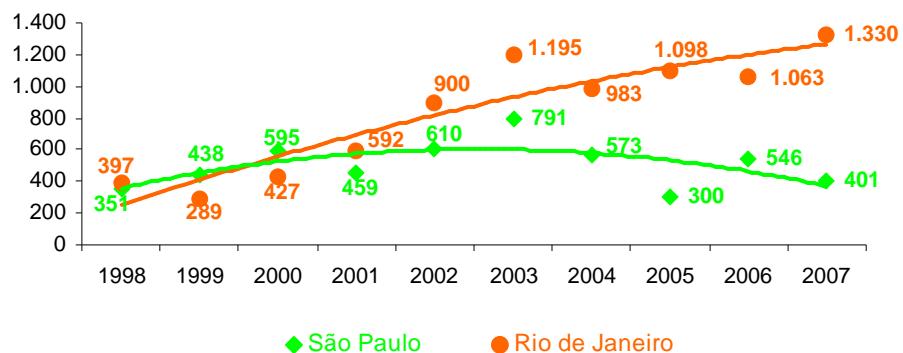
Mantendo a tradição de seus antecessores, o casal Garotinho era afeito às intervenções pontuais, imediatistas e espetaculares na segurança pública, sempre motivadas pelo clamor popular em torno de eventos de grande repercussão midiática. Durante todo o quadriênio, as respostas aos problemas complexos de violência e criminalidade do Rio de Janeiro foram sempre as mesmas: mais polícia na rua, mais viaturas, armas cada vez mais letais e mais operações policiais de combate ao varejo do tráfico. Grandes investimentos materiais, financeiros e humanos foram pulverizados em operações de nomes mirabolantes, como “Pressão Máxima” ou “Asfixia”, que consistiam na mobilização de um efetivo policial gigantesco para realizar incursões em favelas, apreender armas, drogas e matar traficantes. Encerrado o período de vigência destas operações, a polícia deixava o local e tudo voltava ao seu caótico estado anterior: parentes e amigos enterravam seus mortos, novos carregamentos de drogas e armas ingressavam misteriosamente nas comunidades, um novo chefe do tráfico assumia e recrutava seus correligionários entre as centenas de jovens ansiosos por ingressar nas fileiras do tráfico. Como a ação policial, por definição, tem um alcance limitado sobre as causas do fenômeno, esse tipo de estratégia pontual, além de muito custosa para os cofres públicos, mostra-se totalmente ineficiente – ou, como se diz no bom jargão policial, trata-se de uma política sistemática de “enxugar gelo”.

Desde a gestão de Marcello Alencar, frente ao crescimento ininterrupto da insegurança e do descrédito dos órgãos de segurança pública, pode-se afirmar que o estado do Rio de Janeiro ingressou num ciclo perverso de “pacificação violenta”, que perdura até os dias atuais: o medo generalizado endossa ações arbitrárias e violentas das instituições policiais, que, tendo em vista sua ineficácia desastrosa, voltam a incrementar o temor público e por aí vai. Essa tem sido a tendência para a área de segurança pública no Rio, encarnada emblematicamente pelo aumento contínuo – e, em alguns períodos específicos, acelerado – das mortes em confrontos com as forças policiais. A gestão de Sérgio Cabral,

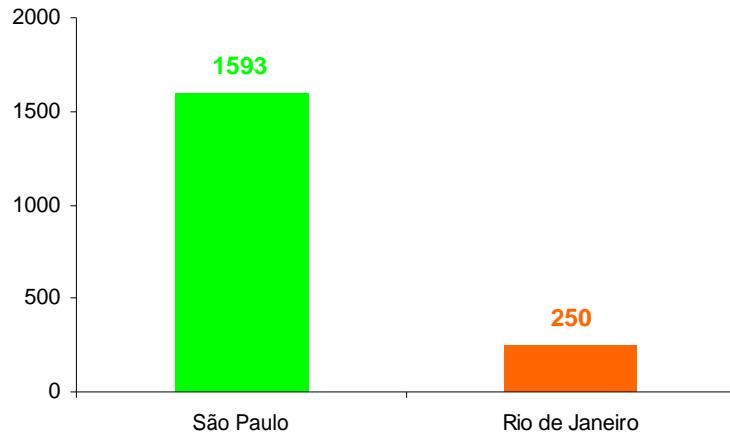
eleito em 2007, como sucessor de Rosinha Garotinho, tem batido recordes no quesito violência policial, sustentando os valores mais elevados da história de nossa jovem democracia. Cabral, em suas declarações públicas, endossa abertamente uma política de enfrentamento que, até o momento, não tem surtido efeitos relevantes para a redução dos elevados índices de criminalidade do estado, muito menos do tráfico ilegal de armas e drogas. Se comparados aos seus custos humanos e ao imenso retrocesso democrático que esta política tem representado, pode-se afirmar com facilidade que a polícia de Sérgio Cabral tem sido a principal protagonista de um extermínio seletivo e autorizado em nossas periferias e favelas.

Uma pesquisa realizada pelo CESeC (2008) mostra que, até o final de 2007, primeiro ano do governo de Sérgio Cabral, a polícia carioca havia matado 1.330 pessoas em decorrência de sua ação repressiva (autos de resistência). Fazendo um paralelo com as polícias de São Paulo, estado que possui quase quatro vezes a população do Rio, foram mortas 401 pessoas durante operações no mesmo período. Um outro indicador bastante elucidativo para medir a letalidade da ação policial é a proporção entre pessoas presas e mortas pela polícia: em São Paulo, para cada pessoa morta, 1.593 foram presas entre os anos 2000 e 2007; nas ações policiais do Rio de Janeiro, para cada pessoa morta foram realizadas apenas 250 prisões. Os números demonstram claramente que o foco da ação policial no Rio de Janeiro não é a prisão, mas a morte do opositor. Os gráficos 1 e 2 abaixo fornecem uma melhor visualização das dimensões do fenômeno:

**Gráfico 1 - Autos de Resistência, comparação São Paulo e Rio de Janeiro (1998 a 2007).**



**Gráfico 2 - Número de pessoas presas para cada pessoa morta pela Polícia, comparação São Paulo e Rio de Janeiro (2000 a 2007) (total)**



**Fonte:** Instituto de Segurança Pública (ISP-RJ) e Secretaria de Segurança Pública de São Paulo (SSP-SP). A análise dos dados foi feita pelo Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC, Julho de 2008).

Os policiais são orientados a oferecer respostas à altura das agressões recebidas por parte da “marginalidade”, com o mesmo potencial ofensivo, atribuindo ao problema contornos de uma guerra privada contra a “vagabundagem”. O trecho de reportagem transcrito abaixo fornece um bom exemplo dessa motivação “revanchista” das respostas do poder público à questão do controle da criminalidade. É bastante ilustrativa também a declaração do Major F. da Polícia Militar, instrutor de abordagem da PM, afirmando que a orientação passada aos agentes é de atirar apenas depois de identificados os ocupantes de um determinado veículo:

“No mesmo dia em que um homem morreu e uma criança ficou ferida durante um tiroteio, na Cruzada de São Sebastião , no Leblon, e dois policiais militares foram fuzilados na Lagoa , ambos bairros da Zona Sul do Rio, o governador Sérgio Cabral voltou a afirmar que a política de segurança não vai mudar. Durante a cerimônia de entrega de 97 novas viaturas para a Polícia Militar, nesta quinta-feira, Cabral disse que herdou uma cidade com a criminalidade em níveis insustentáveis e defendeu que PMs revidem quando são atacados por bandidos. ‘Esses episódios mostram que criminalidade do Rio é algo absolutamente grave, e que temos que enfrentar e vamos continuar enfrentando. Essa é nossa política. Não tem recuo na política de combate à criminalidade. Desde o início eu não

tinha ilusão. Eu sabia e sei que o trabalho é duro, mas a nossa política de segurança não é atirar, nossa política de segurança é combater o crime. Agora, não podemos aceitar que um marginal atire num policial e que a nossa polícia não reaja - disse o governador'. (...) Apesar da defesa de reação feita pelo governador, na quarta, num treinamento de reciclagem com policiais do Batalhão de Operações Especiais (Bope) e do [x]BPM, o chefe da Sessão de Instrução Especializada (Siesp), major F., há 20 anos na corporação, declarou que, em caso de abordagem de veículo, não se deve atirar antes de identificar os ocupantes. A declaração deixou o chefe de relações-públicas da PM, que estava presente no treinamento, numa saia-justa. Leitão afirmou que essa era uma opinião pessoal do major”<sup>74</sup>.

O que a experiência (e as pesquisas) tem demonstrado é que, ao contrário das expectativas dos governados estaduais que adotaram políticas “linha dura” para a segurança pública, a “guerra contra o crime” tende a colocar as instituições policiais em um lugar desagradável e delicado. Muitas vezes responsabilizadas pelo fracasso do poder público, as polícias (principalmente, a Polícia Militar) vêem sua imagem desgastada, gozando de baixos níveis de confiança junto à população. Uma boa prova disso são os resultados apresentados por uma outra pesquisa, publicada em agosto de 2008, a “Pesquisa de Condições de Vida e Vitimização – 2007”, realizada pelo Instituto de Segurança Pública (ISP): 56,1% dos entrevistados da região metropolitana do Rio de Janeiro não confiam na Polícia Militar, contra 42,9% para a Polícia Civil; 22,4% afirmam que seu maior medo é ser “confundido com bandido pela polícia ou por criminosos rivais”, uma porcentagem bastante elevada. Os maiores medos da população, entretanto, são “ser vítima de bala perdida”, com 57%, e “estar no meio de um tiroteio”, com 43,5% das respostas afirmativas (2007:66).

---

<sup>74</sup> Matéria publicada pelo Globo *Online*, caderno Rio, em 17/07/2008, intitulada: “Criminosos percebem que mudou o jogo. Hoje é combate mesmo”.

## CAPÍTULO 3.

### A Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro: estrutura, funcionamento e cultura organizacional

#### I - ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO

Desde sua origem, a estrutura da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ) está fundamentada no modelo das Forças Armadas, compartilhando com estas instituições militares uma série de categorias organizacionais, como batalhões, companhias, pelotões, patentes, graduações, fardamentos, insígnias, saudações, hierarquia, disciplina e todo tipo de regras e interdições que marcam o trânsito nos espaços, o fluxo do tempo e das relações. Dos cerca de 38 mil policiais militares em atividade no estado, a grande maioria, cerca de 92%, são praças (soldados, cabos, sargentos e subtenentes) e apenas 8% são membros do círculo de oficiais (tenentes, capitães, maiores, tenentes coronéis e coronéis). Os soldados, base da pirâmide hierárquica, constituem a graduação mais representativa, englobando cerca de 41% do total de policiais militares da corporação (VIVA RIO, 2005). Incorporadas ao efetivo da PMERJ desde 1981 (Lei Estadual nº456, de 11 de novembro de 1981), as mulheres ainda são minoria nos quadros da corporação, representando apenas 4% de seu efetivo total<sup>75</sup>.

No estado do Rio de Janeiro, a PM encontra-se dividida em organizações policiais militares executivas, setoriais e operacionais, sendo estas últimas as responsáveis diretas pelo policiamento ostensivo, atividade-fim da corporação<sup>76</sup>. A missão das polícias militares

<sup>75</sup> É interessante notar que, desta porcentagem total de mulheres, 40,5% estão concentradas no círculo de oficiais, que, por sua vez, corresponde há apenas 8% do efetivo total da PMERJ. Esta elevada concentração pode dever-se à dois fatores: 1) a regularidade do concurso de oficiais, que ocorre todos os anos sem distinção de gênero para ingresso, ao contrário do das praças, que estabelece se o efetivo incorporado é do sexo masculino ou feminino; 2) em razão da natureza burocrático-administrativa dos serviços tradicionalmente destinados às mulheres policiais militares, mais próxima das funções e características esperadas de um oficial. Quando incorporadas, em 1981, as PMFem (policiais militares femininas) foram direcionadas para uma companhia exclusiva, destinada à realização do policiamento de trânsito. Apenas em 1988, com a nova Constituição, consolidou-se o movimento de unificação dos quadros feminino e masculino do efetivo da PMERJ. Um dado bastante curioso sobre o emprego original das mulheres no trânsito é que, desta época, surgiu uma lenda sobre a incorruptibilidade feminina, motivo pelo qual as PMFem teriam sido retiradas do policiamento ostensivo. Musumeci (2005) testa a correspondência empírica da relação entre gênero e corrupção na pesquisa que deu origem ao livro “Mulheres Policiais: presença feminina na Polícia Militar do Rio de Janeiro”. O curioso é que a investigação colocou informações que apontam para uma sólida relação entre as variáveis, tanto a partir de dados da Corregedoria, Ouvidoria e do Disque-Denúncia, quanto nos relatos das próprias policiais, que descrevem, por exemplo, o incômodo que causam aos companheiros de trabalho menos afeitos à correção disciplinar e aos impedimentos legais (Musumeci, 2005: 53-73).

<sup>76</sup> Em termos concretos, as unidades operacionais são compostas por batalhões, companhias e grupamentos. As demais sub-unidades de apoio são utilizadas como bases para a dispersão espacial do efetivo ao longo da área de atuação das unidades operacionais, como os Destacamentos de Polícia Ostensiva (DPO), os Postos de Policiamento Comunitário (PPC), cabinas, polígonos de segurança, etc.

brasileiras encontra-se definida constitucionalmente (Art.144,§5º), estando vinculada à preservação da ordem pública e a realização exclusiva, em âmbito estadual, do policiamento ostensivo uniformizado. A Constituição Federal de 1988 – que, pela primeira vez na história nacional, dedica um capítulo inteiro à Segurança Pública – estabelece também, em seu artigo 144, a estrutura básica do sistema policial brasileiro, composto pela Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Ferroviária Federal, pela Polícia Civil, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar. Cada uma dessas instituições policiais possui mandatos específicos, complementares e restritos a uma determinada abrangência territorial<sup>77</sup>, cujo objetivo é atribuir-lhes poderes e responsabilidades para a produção de alternativas legais e legítimas de aplicação das leis e códigos de nossa sociedade (Muniz & Proença Jr., 2007).

A base territorial da PM, desde 1999, é estabelecida pelas chamadas Áreas Integradas de Segurança Pública (AISPs)<sup>78</sup>, que dividem o estado do Rio de Janeiro em 40 grandes setores de atuação policial, cuja responsabilidade gerencial é compartilhada entre as unidades da Polícia Civil e da Polícia Militar presentes em cada região. O número atribuído à uma AISPs corresponde ao número do batalhão territorial da área. Por exemplo, a AISPs 18 corresponde ao território do 18ºBPM (Jacarepaguá), na qual coexistem a 32ª (Taquara) e a 41ª (Tanque) Delegacia de Polícia Civil<sup>79</sup>, responsáveis pela gestão integrada da dinâmica criminal daquela região. Na época em que foram criadas, as Áreas Integradas de Segurança Pública tinham como principal proposta a reestruturação das divisões territoriais entre as unidades policiais, fazendo coincidir as áreas de atuação da Polícia Civil e da Polícia Militar. Dessa forma, buscava-se instituir uma política de gestão policial integrada, a partir do acompanhamento das estatísticas e resultados obtidos em cada AISPs.

Em termos de política de pessoal, a polícia militar também compartilha a estrutura de círculos hierárquicos das Forças Armadas, organizada em patentes e graduações, cujo encadeamento funcional se dá pelos valores da hierarquia e disciplina. As praças possuem graduações; os oficiais, patentes. O ingresso nos círculos se dá através de portas de entrada diferentes: a carreira de oficial PM começa na patente de tenente e vai até a de coronel; a de

<sup>77</sup> O mandato das polícias federais tem aplicabilidade em todo o território nacional; as polícias civis e militares operam em nível estadual.

<sup>78</sup> As AISPs foram criadas em 1999 pela Resolução SSP 263, de 26 de julho de 1999, que veio a ser reforçada, posteriormente, pela Resolução SSP 607, de 24 de março de 2003, ambas editadas durante a gestão do então governador Anthony Garotinho.

<sup>79</sup> Além disso, cada AISPs possui pelo menos um Conselho Comunitário de Segurança (CONSEG), órgão cujo objetivo é franquear a participação social na elaboração e avaliação das estratégias locais de segurança pública, que conta com a participação obrigatória dos responsáveis pela Polícia Civil e pela Polícia Militar da região.

praça PM começa na graduação de soldado e, em casos bastante raros e específicos, pode chegar até a patente de major, sendo terminantemente vedado o seu acesso aos níveis hierárquicos seguintes (tenente coronel e coronel). O foco de atuação institucional de cada nível hierárquico, para ambos os círculos, é fundamentado, internamente, pelo Estatuto da Polícia Militar (Lei nº 443/1981). O propósito destas especificações, segundo meus interlocutores, é possibilitar o trabalho articulado e integral da corporação, a partir das vinculações complementares entre as funções específicas de cada segmento. A partir dos subsídios fornecidos pelo referido Estatuto, reproduzo o quadro de patentes e graduações policiais militares, bem como suas atribuições específicas:

Postos do Círculo de Oficiais	
Oficiais Superiores	
Coronel PM	
Tenente-Coronel PM	
Major PM	O Oficial é preparado, ao longo da carreira, para o exercício de funções de Comando, de Chefia e de Direção
Oficiais Intermediários	
Capitão PM	
Oficiais Subalternos	
1º Tenente PM	
2º Tenente PM	
Graduações do Círculo das Praças	
Praças Especiais	As praças especiais cabe a rigorosa observância das prescrições dos regulamentos que lhes são pertinentes, exigindo-se-lhes inteira dedicação ao estudo e ao aprendizado técnico-profissional
Aspirante-a-Oficial PM	
Alunos-Oficiais PM	
Praças	Os Subtenentes e Sargentos auxiliam e complementam as atividades dos Oficiais, quer no adestramento e no emprego dos meios, quer na instrução e na administração; deverão ser empregados na execução de atividades de policiamento ostensivo peculiares à Polícia Militar
Subtenentes PM	
1º Sargento PM	
2º Sargento PM	
3º Sargento PM	
Cabo PM	Os Cabos e Soldados são, essencialmente, os elementos de execução
Soldado PM	

**Fonte:** Lei Estadual 443-81, Estatuto dos Policiais Militares.

Os soldados e cabos são considerados “elementos de execução” e formam a base da pirâmide hierárquica da PMERJ, sendo empregados, majoritariamente, nas atividades de policiamento ostensivo. Não é de se estranhar, portanto, que este seja um dos segmento que vivencia mais intensamente a dinâmica frenética das ruas, suas gramáticas, perigos e facilidades. O soldado, por exemplo, inicia inevitavelmente sua carreira policial militar na

atividade-fim: depois de formado, o emprego burocrático do soldado não é permitido por normas internas da PM (Araújo, 2004). À medida que estes soldados e cabos ascendem hierarquicamente, abrem-se maiores possibilidades para a realização de trabalhos internos, nas seções e departamentos administrativos da corporação.

Os sargentos e subtenentes desempenham o papel de “elo entre a tropa e o oficialato”, ocupando funções de gerencia intermediária, seja no comando operacional das guarnições e operações policiais, seja na área administrativa. Para chegar à graduação de sargento, o(a) policial militar deve possuir, no mínimo, 15 anos de profissão, ao longo dos quais acumula um precioso conhecimento sobre as “manhas da rua” e sobre o funcionamento da máquina burocrática e disciplinar da PMERJ. Este conhecimento atribui-lhes a alcunha de “cascudos”, policiais antigos, muito respeitados pela tropa em razão de sua vasta experiência. Quando chegam a este ponto da carreira, estes sargentos e subtenentes tendem a afastar-se das ruas, seja de forma voluntária, porque buscam ambientes mais tranqüilos de trabalho, seja por força das diversas mazelas ocupacionais que os acometem<sup>80</sup>. Muitos outros, entretanto, permanecem referências ativas nas ruas cariocas, transmitindo seu saber prático para as novas gerações de policiais militares<sup>81</sup>.

Os oficiais, de maneira geral, são preparados institucionalmente para ocupar cargos de “comando, chefia e direção”, seja nas atividades de policiamento ostensivo, seja na estrutura burocrático-administrativa da PMERJ. Sua missão institucional, entretanto, comporta diferenças relativamente marcantes em termos de atribuições e competências funcionais para cada patente do círculo de oficiais: os tenentes e capitães (oficiais subalternos) tendem a comandar estruturas mais próximas da atividade operacional, como companhias, pelotões e grupamentos; os maiores (oficiais intermediários) costumam chefiar

<sup>80</sup> Dentre as mazelas físicas e mentais podemos citar ansiedade, depressão, doenças cardíacas, insônia, hipertensão, transtornos de ordem psicológica, como a síndrome do pânico etc., desencadeadas pela exposição cotidiana ao risco. Ressalta-se também um número expressivo de casos de alcoolismo, abuso de substâncias ilegais e suicídio entre policiais. O peso dos equipamentos e os itens do fardamento individual tendem a desencadear problemas ortopédicos (coluna, nos joelhos etc.), agravados pelas longas horas que o policial permanece em prontidão durante seu turno de serviço de 24 horas. A questão das escalas, por sinal, também é bastante criticada como fator de agravio à saúde do policial: o tipo mais difundido é a de 24 horas de serviço, por 48 horas de folga. Para piorar, é bastante comum que os policiais utilizem parte significativa destas 48 horas de folga para o exercício de um segundo emprego, geralmente, na área de segurança privada, situação que os expõe aos impactos do “risco como profissão” mesmo fora do serviço. Para saber mais sobre mortalidade, morbidade, percepção de risco e vitimização entre policiais militares do estado do Rio de Janeiro ver Muniz & Musumeci (1998); Mynaio & Souza (2005); Mynaio, Souza & Constantino (2007).

<sup>81</sup> Para uma discussão mais aprofundada sobre os mecanismos informais de transmissão do “saber prático” entre as praças da PMERJ, ver Caruso (2004). É ilustrativa a explicação que a autora recolhe entre seus interlocutores sobre a categoria “bola-de-ferro”, expressão utilizada para designar o aluno-soldado em seu estágio-prático nos batalhões: “A explicação é enfática em afirmar que ‘bola de ferro’ é o recruta que fica preso ao policial ‘mais antigo’, como se este estivesse acorrentado e por isso não pode sair do lugar. Ao mesmo tempo, o praça anuncia que o ‘mais antigo’ carrega em seus ombros a responsabilidade de guiar este novato, não o deixando fugir de seus olhos (...) A convivência na rua traduz-se num ato de aprender a olhar, não só a dinâmica do local onde se atua mas, sobretudo, a olhar para o ‘mais antigo’ como ‘espelho’ que reflete o profissional de polícia que o novato será amanhã” (.98; 100).

seções e assumir postos de sub-comando em alguns batalhões; os tenentes-coronéis e os coronéis (oficiais superiores) chefiam diretorias, comandam batalhões e assumem cargos no Estado-Maior ou no Comando Geral<sup>82</sup>. Seguindo o mesmo princípio observado entre as praças, à medida que ascendem hierarquicamente, os oficiais tendem a afastar-se de suas atribuições de comando no policiamento ostensivo, assumindo funções de ordem burocrático-administrativas.

As relações hierárquicas são reguladas pelos princípios da disciplina militar, expressos formalmente no Regulamento Disciplinar da Polícia Militar – RDPM – (Dec. nº6.579/1983), cujos objetivos são: “especificar e classificar as transgressões disciplinares, estabelecer normas relativas à amplitude e à aplicação das punições disciplinares, à classificação do comportamento policial-militar das Praças e à interposição de recursos contra a aplicação das punições” (Título 1, Cap.1, Art.1º). Já em seu primeiro artigo, o RDPM deixa explícito o sentido predominante da aplicação das disciplinas cotidianas, geralmente impostas por oficiais sobre as praças, seus inferiores hierárquicos. Como vimos no capítulo anterior, o tema do controle disciplinar das praças já estava em voga durante os anos que procederam a criação da atual PMERJ, no Brasil do início do século XIX. Na época, parte da argumentação que sustentava a adoção do modelo militar pela força policial nascente era a necessidade de submeter as propensões desordeiras deste segmento, cuja composição social, até os dias de hoje, está vinculada aos membros das classes populares urbanas (Holloway, 1995; Bretas, 1998).

Muito embora o RDPM seja considerado um regulamento bastante rígido e opressivo pelas praças em geral, muitos policiais – principalmente, oficiais – ainda opõem-se a qualquer tipo de flexibilização disciplinar na corporação. Algumas praças mais antigas também se ressentem das transformações suscitadas pelas novas gerações de policiais, que ingressaram na PMERJ após o processo de democratização do país. Segundo afirmam esses saudosistas, a Polícia Militar estaria vivendo uma crise de valores, em que o número elevado de desvios de conduta estaria diretamente relacionado a falência dos instrumentos disciplinares e a falta de fiscalização sobre os jovens policiais. É muito comum que os discursos assumam também um tom de crise geracional, de decadênci da “regra de conduta antiga”.

---

<sup>82</sup> Para uma melhor visualização desta hierarquia de funções, ver a estrutura da PMERJ entre os anexos do presente trabalho dissertativo.

“A PM na época estava saindo de um período de repressão, ela foi usada pelas forças de segurança pra servir de testa de ferro das revoluções, né? Como controle de distúrbio. Então a população ainda tinha muito respeito pela gente por a gente pelo fato da gente ter sido órgão repressor no período de repressão junto aos governos militares. Quando eu entrei, em 82, a Polícia Militar ainda tinha esse estigma de órgão repressor e tinha muita gente magoada com a polícia; ao longo do tempo que as autoridades vem tentando desmanchar esta imagem. Mas ainda tem pai que apanhou, levou cacetada, que foram presos pela Polícia Militar. A nova geração já conhece outra polícia. Nós temos dificuldade de lidar com os novos policiais que estão saindo com a mente renovada. A gente como antigo está vendo o comportamento dos novos e a gente fala ‘Na minha época o cidadão não falava desse jeito com policial’. Eu acho que dentro do conceito de repressão interna eles estão sendo muito menos fiscalizados, por isso que a gente está vendo que o índice de desvio de conduta está sendo muito maior; nós da era antiga ainda temos a regra de conduta antiga, da escola, do CEFAP [Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças], que temos que respeitar os superiores, os cidadãos; e parece que eles não são muito exigidos na escola e quando chega aqui a gente tenta se aproximar e eles acham que eles estão certos; aí a diferença do policial antigo e do novo, pra gente que está dentro da caserna, a gente vê que é bem diferente... eles têm um comportamento diferente e até nos vêem como policiais bem diferentes. Quando eles entram na corporação já sabem do que ocorre através da imprensa, então, sabem dos índices de exclusão, eles sabem... a televisão, a mídia, já escracha o policial e antes até mesmo do policial ser julgado fazem um julgamento antecipado; e isso prejudica a imagem de quem se mantém íntegro aqui dentro, entendeu? E quando eles entram na Corporação já estão vendo que a política federal, a política de cima, tem muita gente boa, mas tem muita gente se corrompendo e a gente vê isso todo dia. E como eles vêem esta facilidade, pela falta de fiscalização interna, eles têm essa facilidade. Mas as pessoas que têm boa índole não vêm com essa idéia, elas se corrompem dentro do próprio ambiente de serviço depois que eles se formam. Já vem com esta mentalidade, e o nosso órgão de psicologia não tem conseguido detectar essas falhas na personalidade, no caráter, e eles entram assim mesmo. Quando chega aqui eles vêm como botão e depois nasce aquela rosa, que pode ser espinhosa ou não”.

**Sargento evangélico, 49 anos de idade, 28 anos de polícia, 12 anos de conversão.**

Mesmo entre aquelas que subscrevem a teoria da “crise geracional”, é bastante difundida entre as praças a percepção de que o Regulamento Disciplinar (RDPM) seria um tipo de instrumento maquiavélico de poder e dominação, à serviço dos membros do oficialato. Em algumas entrevistas e conversas informais com praças foram-me relatadas histórias sobre como os oficiais restringiram o acesso dos policiais ao RDPM, de modo a facilitar a imposição de suas vontades sobre uma tropa ignorante de seus direitos. A despeito da veracidade da história, a polêmica em torno do processo disciplinar expressa uma descontinuidade muito mais profunda entre os círculos hierárquicos, de caráter

estrutural. Como veremos no tópico seguinte, praças e oficiais ingressam por vias institucionais diferentes e recebem treinamentos diferenciados. Além disso, tudo no cotidiano da corporação marca esta diferenciação fundamental, mesmo durante a alimentação, quando as patentes e graduações são obrigadas a ocupar locais (“ranchos”) separados. Internamente, a estrutura de “dupla entrada” parece produzir uma espécie de fissura no espírito corporativo da PM, entre o ethos profissional de oficiais e praças.

Em termos de progressão hierárquica, os círculos representam comportamentos quase estanques ao fluxo de pessoas entre a base e o topo da carreira policial militar. As leis e regulamentos prevêem casos bastante especiais para esta passagem, formalizados nos dois principais documentos de referência sobre o tema: o Regulamento de Promoção das Praças (Dec. nº.7.766/84) e o Regulamento de Promoção de Oficiais (Dec. nº.216/1975). Para o soldado que ambiciona o oficialato, sua única via de acesso é o Quadro de Oficiais Auxiliares (QOA), podendo chegar à patente máxima de major e não mais que isso. Este oficial QOA, entretanto, nunca chega a exercer as funções de liderança e gerenciamento típicas dos oficiais regulares, tendendo a possuir um estatuto inferior na percepção de seus “pares”. A ascensão na carreira policial militar ocorre com base nos seguintes critérios: 1) antiguidade, que corresponde ao tempo de serviço e ao cumprimento do interstício obrigatório entre as patentes e graduações; 2) merecimento, baseado no desempenho do policial ao longo de sua carreira e em provas internas; 3) bravura, atribuída aos policiais que tenham realizado um ato de comprovada coragem e audácia; 4) post-mortem, que reconhece o merecimento do policial morto em ato de serviço.

A seguir, detalharei a estrutura de formação e treinamento da PMERJ, onde pode-se problematizar aspectos bastante interessantes da cultura (melhor, das culturas) policial militar. É na formação, por exemplo, que as bases da clivagem entre oficiais e praças são lançadas, onde grande parte dos futuros policiais toma contato, pela primeira vez, com os princípios formais e informais que regem a corporação.

## **II - FORMAÇÃO E TREINAMENTO**

Enquanto instituição militar, a PMERJ é responsável pela seleção, formação e treinamento daqueles indivíduos que decidem adotar a profissão de policial militar,

preparando-os para o ingresso no cotidiano corporativo e para a adoção de um estilo de vida bastante peculiar, fortemente marcado por concepções de risco, suspeição, vigilância e destemor. O ingresso nas escolas de formação marca o início de uma profunda imersão nas rotinas desta poderosa instituição disciplinar, cujo objetivo explícito seria produzir uma ruptura na trajetória civil dos candidatos; “expulsar o camponês” (Foucault, 2002:17) e imprimir sobre seu corpo, a partir de um sistema de coação calculada, a postura e a fisionomia de um verdadeiro soldado.

É interessante notar que parte considerável da produção acadêmica sobre a formação policial – um dos temas mais explorados, direta ou indiretamente, pelos pesquisadores da área – tende a atribuir um valor disruptivo semelhante ao processo educacional formal, concentrando nas escolas o peso da construção de um tipo de *ethos* policial militar. Frente ao trágico desfecho de uma operação policial mal-sucedida, bradam os jornais sobre o despreparo dos agentes envolvidos, depositando sobre a formação todo o peso, ao mesmo tempo, do problema e de sua solução<sup>83</sup>. Esta postura simplista desconsideraria a influência de fatores de ordem ideológica mais ampla, envolvidos na legitimação pública de um determinado tipo de “fazer policial” (Kant de Lima, 2003).

Gostaria de estabelecer, nas páginas que seguem, algumas ponderações etnográficas às concepções mais monolíticas da formação da chamada “cultura policial”, e mostrar como as possibilidades de atuação disciplinar corporativa podem ser ampliadas para além das estruturas constituídas de formação e treinamento. Tentarei mostrar também que, para a conformação de um determinado fazer policial, de uma sabedoria que retira legitimidade da experiência, outros fluxos precisam ser considerados, o que, de forma alguma, significa abrir mão da formação enquanto elemento-chave.

Sobre a chamada “cultura policial”, gostaria de citar as considerações de Robert Reiner (2004):

“A cultura da polícia, como qualquer outra, não é monolítica, embora certas análises tenham tido a tendência de retratá-las assim (por exemplo, Crank,

---

<sup>83</sup> Entendo que, devido à própria concepção de formação e treinamento das corporações militares, os policiais tendam a atribuir um peso ainda mais disruptivo à passagem pelas estruturas educacionais formais. A Universidade Federal Fluminense (UFF) realiza, em conjunto com a Escola Superior de Polícia Militar, desde 2000, a Pós-Graduação em Políticas Públicas de Justiça e Segurança Pública, cuja frequência é obrigatória para os oficiais que passarão a ocupar os postos de tenente-coronel e coronel na PMERJ. Levantamento realizado por Caruso (2006), junto as monografias dos alunos policiais militares, apresenta um volume bastante representativo de trabalhos cujo objeto é a formação policial, mostrando a relevância do tema para este público. Com frequência, o desenvolvimento da justificativa de relevância dos projetos e trabalhos monográficos tende a relacionar, diretamente, formação e transformações concretas na postura dos agentes, seja para o aprimoramento técnico, para a adoção de procedimentos policiais mais democráticos etc.

1998). Há variantes particulares – ‘subculturas’ – que se podem distinguir no interior da cultura policial mais geral, geradas por experiências distintas, associadas a posições estruturais específicas, ou por orientações especiais que os policiais trazem de sua biografia e histórias anteriores. Somado a isso, entre as forças, as culturas variam, modeladas por diferentes padrões e problemas de seus ambientes, e pelos legados de suas histórias” (:132).

Nesse sentido, tendo em vista o material coletado em minha pesquisa, gostaria de estabelecer uma primeira importante diferenciação entre as trajetórias institucionais facultadas àqueles que decidem tornar-se policiais militares: a divisão entre oficiais e praças. Em outro plano de análise, veremos que – devido a essas diferenciações estruturais e vivenciais – esta primeira divisão contém uma série de outros pares relacionais, como as oposições entre “teoria” e “prática”, “serviços de rua” e “serviços administrativos”, etc.

Para o ingresso na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro existem duas principais portas de entrada: o ciclo de oficiais ou o ciclo das praças, acessíveis a partir da realização de seleções separadas e formações também bastante diferenciadas. No primeiro caso, o processo seletivo é realizado pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e o candidato progride hierarquicamente a partir da patente de tenente, passando a capitão, major, tenente-coronel e coronel, posto mais alto na hierarquia das polícias militares no Brasil<sup>84</sup>. No segundo caso, a seleção é realizada pelo Centro de Recrutamento e Seleção de Praças (CRSP) e o candidato progride a partir da graduação de soldado, passando a cabo, sargento e, por último, subtenente. Para ambos os casos, a exigência de escolaridade mínima é o ensino médio completo. O número de vagas disponibilizadas varia em função de análises técnicas sobre a necessidade de efetivo, mas depende também da aprovação orçamentária do governo do estado, tanto para a realização do concurso, quanto para a incorporação efetiva dos aprovados. A seleção de oficiais acontece todos os anos, vinculada ao vestibular da UERJ; a de praças não possui uma regularidade estabelecida.

O candidato a policial militar – tanto praça, quanto oficial – é submetido a um longo processo de seleção, cujas etapas, todas eliminatórias, são as seguintes: exame intelectual, exame antropométrico, exame psicológico, exame médico, exame físico e a chamada

---

<sup>84</sup> Caracterizadas, constitucionalmente, como “forças auxiliares e reserva do Exército” (Art.144 §6º), as polícias militares estão submetidas à Inspetoria Geral das Polícias Militares, órgão do Exército Brasileiro, comandado por um General-de-Brigada da ativa. Para que não haja superposições hierárquicas, o Decreto-Lei nº.667/69, que cria a IGPM, define que o posto mais alto das polícias seja, portanto, o de coronel. O referido decreto estabelece também que o oficial do Exército sempre terá precedência hierárquica em relação à um oficial PM da mesma patente (Cap II, Art. 6º §6º).

pesquisa social e documental<sup>85</sup>, cujo objetivo é investigar a “sanidade social do candidato”, evitando que se incluam na PMERJ “pessoas perniciosas à instituição e à sociedade”<sup>86</sup>. Superadas estas etapas, os futuros policiais ingressam nas escolas militares de formação. Na PMERJ são três as principais escolas de formação e aperfeiçoamento: a Academia de Polícia Militar D. João VI (APM D.J.VI), onde hoje são realizados o Curso de Formação de Oficiais (CFO), o Estágio Probatório de Adaptação de Oficiais aos Quadros de Oficiais de Saúde e de Capelães<sup>87</sup> e o Curso de Investigação e Perícia Criminal; a Escola Superior de Polícia Militar (ESPM), onde estudam os oficiais intermediários e superiores (maiores, tenentes-coronéis e coronéis); e o Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças 31 de Voluntário (CFAP 31 Vol.), onde se realiza o Curso de Formação de Soldados (CFSd) e as demais instruções ligadas ao universo das praças.

As duas portas de entrada da PMERJ são, portanto, o Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças e a Academia D. João VI, onde estudam, em regime de separação quase total, os futuros soldados e os futuros oficiais da corporação. Como vimos na seção anterior, em termos de carreira policial a relação entre atividade-fim e ascensão hierárquica é quase inversamente proporcional, o que parece indicar uma desvalorização dos conhecimentos técnicos e habilidades práticas adquiridas pela vivência da atividade-final de polícia para aqueles que ocupam cargos superiores de chefia, direção, comando e planejamento. Esta característica tende a aprofundar o distanciamento entre o topo e a base da pirâmide hierárquica, entre a cultura profissional de oficiais e praças (Kant de Lima, 1996). Embora, teoricamente, exerçam atividades complementares, oficiais e praças, ao contrário, olham-se com estranhamento e desconfiança: de modo geral, para as praças, os oficiais vivem no “mundo da teoria”, distantes da verdadeira prática policial e agentes da

---

<sup>85</sup> Certa vez, enquanto limpava o quintal de minha residência, fui chamada por um homem, aparentando seus 40 anos, de óculos escuros, segurando uma prancheta. O homem identificou-se como policial militar, mostrou-me sua carteira profissional e perguntou se eu conhecia um rapaz que morava cinco casas depois da minha. Devido ao meu conhecimento específico sobre o processo de seleção da PM, logo identifiquei que se tratava de uma pesquisa social. Toda a conversa não demorou 10 minutos, podendo ser resumida da seguinte forma: “Você conhece fulano? O que você acha dele?”, perguntou-me o policial; eu disse, “pouco o vejo na rua, mas ele costuma ficar na porta de casa com amigos, mexendo no carro dele”; “ele usa drogas? Você já ouviu falar que ele era maconheiro, alguma coisa assim? Se ele é envolvido com alguma parada errada... Aqui na vizinhança ninguém comenta nada?”; eu disse “não, ele me parece ser uma pessoa bem tranquila, mas do que se trata, senhor policial?”, o homem então explicou-me que o tal rapaz havia feito prova para oficial de polícia militar e que a corporação sempre investiga a vida social de seus futuros componentes. Não sei qual é o peso desse tipo de informação para o processo seletivo, ou como ela é tratada internamente, mas lembro de ter pensado, depois que aquele homem foi embora, o quanto este método de investigação social era falho. Qualquer coisa que eu dissesse, boa ou ruim, não passava de rumores de vizinhança, fofocas sobre a vida de um jovem de 20 anos.

<sup>86</sup> <http://www.policiamilitar.rj.gov.br/ComoIngressar.asp>.

<sup>87</sup> Os capelães evangélicos, tendo sido aprovados no processo seletivo para oficial PM, participam deste curso, juntamente com os futuros capelães católicos e profissionais de saúde (médicos, dentistas, psicólogos, etc.) da corporação. Os regimentos internos da PMERJ não facultam às praças a possibilidade de compor o quadro de capelães.

opressão militarista; para os oficiais, por sua vez, as praças são mal preparadas e indisciplinadas, portadoras de um baixo refinamento técnico, em razão de sua exposição cotidiana ao caráter corruptor da dinâmica das ruas.

Esta clivagem perpassa toda a vida institucional, traduzindo-se, por exemplo, na própria disposição espacial das escolas de formação: muito embora ocupem o mesmo terreno na “Invernada dos Afonsos”, em Sulacap, zona oeste da cidade do Rio de Janeiro, as escolas de oficiais e praças constituem espaços apartados, de freqüência mútua restrita. O contato entre o aluno-praça e o aluno-oficial é evitado e desaconselhado. Estranhamente, em um futuro não muito distante, estes oficiais serão gestores policiais, responsáveis pelo planejamento e coordenação das ações executadas por estas mesmas praças. O papel de liderança do oficial em relação aos seus subordinados, fica portanto bastante prejudicado pelas rivalidades e descontentamentos, cultivados desde os primórdios de sua vida institucional.

“O critério da formação, da academia de polícia, o que acontece? Eles estão mais preocupados em manter aquela tradição daquele oficialato do que o conhecimento básico em si. Porque eles mantêm a tradição da questão da turma do primeiro, segundo e terceiro ano. Então, eles mesmos nesse período de três anos estão mais preocupados em ter o poder na mão. ‘Você tem que fazer o que eu estou mandando!’. (...) Agora, tinha que ser tudo uma coisa só, o cara entra soldado e sai coronel. Mas até pra comer a comida deles é diferente da nossa! Por que ele come doce de leite e eu como mamão todo podre, cheio de caroço? Por que o rancho dele é todo bonitinho, com ar-condicionado e eu como num calor dos infernos, com o cotovelo do cara entrando quase no meu prato? Você até na policlínica, tinha um oficial na fila, um tenente-coronel quis passar a frente. É mole? Mas o tenente-médico não deixou não. Por que tem isso, né, se o praça chega às 6 horas e o oficial às 10, ele é atendido na frente do praça”.

**Soldado, 26 anos de idade, 5 anos de polícia, não-evangélico.**

## **II.1) A FORMAÇÃO DAS PRAÇAS**

Enquanto base de sustentação da estrutura hierárquica da polícia militar e principal elemento de intervenção (“tropa de execução”), os soldados precisam ser incorporados em grande número e formados com certa rapidez para viabilizar as atividades de policiamento ostensivo da PMERJ. A despeito desta demanda, em raras ocasiões a polícia militar consegue incorporar pessoal suficiente para repor as perdas de efetivo anuais, ocasionadas

por falecimentos, aposentadorias, reformas, exclusões etc. Em razão disso, o Curso de Formação de Soldados acaba tendo uma duração média de 8 meses, ao final dos quais considera-se o recruta preparado para a incorporação no quadro de praças da PM. O ingresso no curso de formação não significa, entretanto, a efetivação definitiva do aluno. Os candidatos à soldado ainda podem ser excluídos durante o processo de formação, seja por baixo desempenho, por faltas disciplinares ou em razão de denúncias sobre “comportamentos socialmente reprováveis”, sustentados no âmbito de sua “vida de paisano”.

Durante o curso, os futuros soldados passam por um processo físico intenso, em regime de semi-internato, convivendo diariamente com seus colegas de formação, o que tende a estabelecer vínculos importantes entre os contemporâneos de uma mesma turma. As atividades diárias obedecem a horários e procedimentos previamente estabelecidos, cujo início se dá com a alvorada, às 6 horas da manhã, e tem fim por volta das 22 horas. Os cursos ministrados para os futuros soldados possuem uma grade curricular definida, composta por matérias teóricas e práticas, majoritariamente voltadas para o aprendizado da disciplina militar, dos estatutos e regulamentos da corporação e de técnicas policiais<sup>88</sup>. A grade disciplinar sofre constantes alterações, com o cancelamento de aulas devido à falta de instrutores, de salas etc., ocasião em que os alunos são realocados para atividades diversas. A despeito da irregularidade dos programas disciplinares, a ociosidade é frontalmente combatida e os horários vagos são preenchidos com atividades de ordem unida (marcha, comandos de postura) ou de serviços internos nas dependências das unidades escolares (varrer, capinar, pintar etc.)<sup>89</sup>.

É bastante comum ouvir de policiais militares, sejam eles mais antigos ou recém formados, que as instruções de tiro policial do Curso de Formação de Soldados (CFSd), por exemplo, costumam ser muito prejudicadas por diversos tipos de carências estruturais, como a falta de alguns calibres de munição para o treinamento prático, de armamentos, professores e estandes apropriados. Este quadro desolador, entretanto, não se restringiria ao curso de soldados, muito menos às mazelas estruturais das instruções de tiro policial. Além destas questões, em razão de demandas extraordinárias de policiamento, a PMERJ costuma

---

<sup>88</sup> Ver o Currículo do Curso de Formação de Soldados para o ano de 2005, na seção de anexos do presente trabalho dissertativo.

<sup>89</sup> As atividades de ordem unida e serviços internos possuem carga horária bastante representativa na grade de disciplinas do curso de soldados. Além das horas previstas no currículo, os futuros soldados também realizam este tipo de atividade quando há (e constantemente há) algum problema com as atividades regulares das demais disciplinas.

lançar mão dos policiais em treinamento para a realização de atividades não relacionadas à formação, como a segurança de shows, partidas de futebol, durante as eleições etc. A formação dos oficiais, de modo geral, é menos afetada por estas demandas extraordinárias, ao contrário das praças, em razão de sua condição de tropa de execução.

“Toda vez que você vai para um curso é sempre a mesma história. Acredito que tenha colegas com mais tempo de polícia do que eu. Se formaram e, se deram 20 tiros de um revólver velho no CEFAP foi muito. A realidade é essa aí. Não tem treinamento técnico... Tem policial que, se você der um fuzil na mão dele, ele vai pensar que é uma arma pré-histórica, porque não vai saber mexer. Não tem conhecimento. Acontece muito de ter um colega sendo baleado, não ter um manuseio bom do equipamento. Pra finalizar, de todos os cursos que têm na polícia, todos... sai uma coisa no edital, você chega lá e é totalmente outra. Você é empregado em jogo de Maracanã, você é empregado em policiamento vendido, que todo mundo sabe, em tal lugar. É nada mais que você pegar aquele efetivo ali e atribuir uma outra função, nada de curso. Tem colegas aí que fizeram o curso de cabo recentemente, tem que tirar 4 meses de PO [policiamento ostensivo]. O de sargento, a mesma coisa”.

**Cabo, 35 anos de idade, 13 anos de polícia, não-evangélico.**

“O critério de cursos na polícia eu acho horrível, porque toda vez que você vai pra fazer algum tipo de treinamento, as pessoas estão mais preocupadas em pegar o efetivo em si pra empregar em atividade, pra mostrar serviço à sociedade do que propriamente o seu conteúdo de ensino. 7 anos e alguns meses de polícia, sempre trabalhei na rua... Toda vez que eu fui designado pra fazer curso, geralmente em instituição é no CEFAP, no Centro de Formação... Toda vez que cheguei lá, a melhor parte que a pessoa quer adquirir de conhecimento, seriam atividades técnicas de abordagem, tiros entre si, nunca tem equipamento quando você vai dar tiro. Você vai dar 100 tiros, só dá 10... Equipamento não funciona. Todos os cursos que eu fiz na polícia, pra mim foi pura demagogia, não serviu de nada”.

**Soldado, 29 anos de idade, 7 anos de polícia, não-evangélico.**

Ao que parece, a capacidade do CFAP em receber e treinar adequadamente os policiais militares encontra-se hoje severamente comprometida, situação que, como mencionei, não se restringiria ao Curso de Formação de Soldados. Nas inúmeras visitas que realizei em suas dependências nos últimos 7 anos, pude constatar problemas bastante sérios de infraestrutura, como a falta de uma biblioteca, de salas de aula, de professores, de munição/armamento, de equipamentos de áudio/vídeo, de alojamentos adequados, de

artigos de higiene pessoal (que acabam sendo adquiridos, muitas vezes, pelos próprios alunos), banheiros fétidos, dentre outros. É nesse ambiente, totalmente inadequado para o aprendizado e o aprimoramento técnico, que os futuros soldados são apresentados ao universo policial militar.

Divididos em pelotões, os alunos vão sendo condicionados a identificar o esquadriamento dos espaços, observar os locais de freqüência permitida, aqueles nos quais eles não podem circular, as maneiras de acessar seus superiores hierárquicos e, principalmente, as implicações disciplinares da transgressão destas regras. O Corpo de Alunos é o setor responsável, institucionalmente, por apresentar os futuros soldados às condutas, regras e posturas do universo policial militar, marcado pelos valores da hierarquia e disciplina. Com os policiais mais antigos, alocados em setores administrativos do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CFAP), os alunos já começam a tomar contato com os códigos informais de conduta, as “manhas” adquiridas com a experiência e repassadas de geração em geração. Aprendem também, rapidamente, que acabaram de ingressar em uma instituição partida e que os oficiais são seus grandes opositores, símbolos da opressão e agentes do injusto “militarismo”<sup>90</sup>.

Neste ambiente, marcado pelo antagonismo entre praças e oficiais, o cinismo se torna uma importante ferramenta para o encaminhamento das atividades diárias: quando o supervisor (superior hierárquico) está presente, age-se conforme a sua vontade; quando distante, seu subordinado age conforme seu entendimento. Não é preciso dizer que, institucionalmente, essas rivalidades prejudicam a boa gestão policial, tanto para as atividades burocráticas, quanto para o policiamento ostensivo, em que o oficial teria o papel de supervisionar, coordenar e orientar as praças, seus subordinados.

“Na verdade, eu acho que são até duas polícias, porque o oficial vai pra escola de oficiais, na verdade fica lá 3 anos só aprendendo tudo de errado pra prejudicar o policial que é o praça. Já começa por aí. O curso deles... como ele

---

<sup>90</sup> Como vimos anteriormente, o Regulamento Disciplinar de Polícia Militar (RDPM) é a principal ferramenta interna para a regulação das relações entre superiores e inferiores hierárquicos. De maneira geral, foi possível detectar fortes reivindicações das praças por um maior conhecimento do RDPM – que, segundo afirmam, seria de acesso relativamente restrito – e por sua reformulação, amenizando as punições previstas e reduzindo as prerrogativas dos oficiais na aplicação no referido regulamento. O RDPM recobre quase todos os aspectos da vida militar, sendo visto como um tipo de instrumento de dominação dos oficiais em relação às praças. Esse sentido dos efeitos de poder, a partir do que Foucault (1995) chama de “operadores de adestramento” (:155), faz parte de todo um sistema de “vigilância hierárquica” (:153) difuso e capilarizado, em que todo aquele que se encontra em condição de subordinação hierárquica é, virtualmente, um ponto focal de submissão ao poder disciplinar.

falou aí, é dado por juiz, é dado por excelência, mas pode ficar lá 3 anos... Eu tenho amigos oficiais, que foram criados comigo, e eu te digo: se pegar uma prova e botar eu e ele, eu me acho muito mais capacitado do que ele. Isso eu vejo na prática. Eu vejo muito tenente lá no batalhão que, quando vai fazer uma averiguação, não sabe nem onde começa. Aí, sabe a quem ele recorre? Ao sargento. Porque tem muito sargento, eu não vou citar porque está sendo gravado, eu tive dois sargentos do meu batalhão, que poderiam ser tranquilamente coronel do meu batalhão, porque eles sabem desde faxina até um procedimento propriamente de polícia”.

**Soldado, 24 anos de idade, 5 anos de polícia, não-evangélico.**

“O que eu vejo de um curso de oficial? Eles têm a mais do que a gente, uma noção jurídica. Mas, numa conversa com oficiais, o que eles aprendem lá é mais uma lavagem cerebral. Porque, pra mim, eu acho que oficial na rua tem que instruir você. Você está com uma dúvida, ele tem que ir lá e sanar seu problema, mas não. E todo mundo na academia, aquela lavagem cerebral é para eles punirem o policial. É péssimo. Melhor é na parte jurídica, que eles aprendem, mas quando vem pra rua sai aspirante, até o cara sair 2º... 1º tenente, pegar a malandragem de rua, ele só quer ferrar o policial. Ao invés de orientar, supervisionar e fiscalizar o policial, só vai na intenção de punir. (...) A questão da estrutura da Escola de Oficiais não se compara com a estrutura da praça, que passa a dificuldade toda. Você come um lanche ridículo, enquanto eles lá comem uma comida recente. O curso deles é comprido, é seguido à risca, porque vem o dr. Juiz vai dar aula ai, então é correto, eles têm a hora deles de aula, a hora de estudar, mal ou bem eles recebem algum conhecimento. Enquanto que você não recebe conhecimento nenhum, o conhecimento que você recebe é o PO [Policimento Ostensivo], que você vai bancar, final de semana no Maracanã, então você não recebe instrução de nada. É como o cabo ali falou. É você chegar na rua e ter alguém que já tomou várias porradas, né, no modo grosseiro de dizer, aprendeu com a porrada que levou, ele vai te passar algum conhecimento, porque você vem da escola sem conhecimento nenhum. Eles não te passam nada e depois só agilizam pra te punir”.

**Cabo, 29 anos de idade, 9 anos de polícia, evangélico.**

Uma carga horária significativa do Curso de Formação de Soldados (CFSd) é reservada ao chamado “Estágio Prático Operacional”, ocasião em que os futuros soldados interromperiam as atividades no CFAP, sendo enviados aos batalhões para a realização de uma vivência, onde ficariam sob a responsabilidade de um policial “mais antigo”, normalmente um sargento. Entretanto, o que pude observar é que o aluno é empregado em atividades de policiamento extraordinário (jogos de futebol, shows etc.), em média, a partir do terceiro mês de formação, antes mesmo de possuir os conhecimentos técnicos

necessários para o exercício satisfatório da função policial. Esta lacuna na formação teórica dos futuros soldados costuma ser suprida pela convivência com policiais mais experientes, que transmitem seu “saber prático” ao jovem policial, que acaba assimilando também muitos de seus “vícios de profissão”.

Ao que parece, esta dimensão geracional do aprendizado, com forte ênfase na experiência, é parte constitutiva do processo de assimilação do ofício policial; talvez uma variável impossível de ser neutralizada. Entre as praças, entretanto, pude notar uma exacerbação desta visão empirista do aprendizado, cuja principal consequência é a desqualificação dos ensinamentos transmitidos pelas vias educacionais formais. Não me foi possível determinar, por exemplo, o quanto desta postura estaria relacionada ao próprio antagonismo entre oficiais e praças, em que os últimos encontram na dimensão da atividade operacional – seu grande nicho de atuação – fontes de legitimidade e prestígio alternativas às atribuídas pelo padrão de formação do oficialato. É inegável, entretanto, que a inconstância e inconsistência do treinamento recebido pelas praças exerce um importante papel na valorização destes saberes vivenciais.

Além disso, o contato com a “prática policial” revelaria o patente desajuste entre um tipo de formação extremamente militarizada, centrada em respostas rígidas a comandos pré-estabelecidos (adestramento militar), e as demandas reais do policiamento, em que o agente precisa estar preparado para pesar as implicações de suas decisões no calor dos acontecimentos, sob pressão.

“Você tá na rua, tá visível, tem aquela visibilidade mesmo, por mais que você tente passar a bola, chutar a ocorrência, qualquer outra coisa que seja, tentar dar uma enrolada, em algum momento, você vai ter que fazer, e aí, como é que tu vai fazer? Se a própria instituição, às vezes, não te dá uma qualificação boa para que você execute aquilo ali. Eu capinei foi muito, fiz muita ordem unida, ‘sim senhor, não senhor’ e ‘vambora pra rua, meu filho!’ (...) Uma coisa é você pegar o rádio: ‘Parâmetro 90, viatura tal, tal e tal!’. Outra coisa é você pegar o rádio tomado tiro de 762 e passando granada pela sua cabeça. Então, você tem que condicionar o policial na técnica junto com a prática no dia-a-dia, com a técnica propriamente de polícia, não adianta botar ele pra marchar, se ele vai fazer outra coisa na prática. Mas aí o que é que eu fiz? Me recolhi, continuei estudando, graças a Deus, continuei me qualificando, to terminando minha faculdade e as ocorrências que porventura caírem na minha mão, a gente leva, e quem quiser saber alguma coisa, eu tô disposto; agora, eu sou uma andorinha, né? Eu sou uma andorinha, um trabalho de formiga e da formiga bem xexelenta, bem pequenininha, miudinha, aquela menorzinha que você possa imaginar”.

**Sargento, 44 anos de idade, 24 anos de polícia, não-evangélico.**

Na “rua” (no policiamento ostensivo), a autonomia de fato dos policiais praças não corresponde, nem de longe, àquilo que lhes foi ensinado e que lhes é exigido por parte de seus comandantes. Como podemos observar no relato anterior, esta inadequação tende a produzir posturas de acomodação e reatividade, em que o policial foge das ocorrências para que não tenha que lidar com as inconsistências da tensão entre teoria e prática, entre o condicionamento militar e as demandas reais do policiamento<sup>91</sup>. Em contato com os imponderáveis da atividade policial contemporânea, fora dos muros dos quartéis e centros de formação, esses policiais engrossarão o coro de vozes que brada a premência da experiência, reforçando a máxima policial militar de que “é na rua que se aprende a ser polícia de verdade” (Muniz, 1999, 2001; Caruso, 2004). Tendo a acreditar também que, em muitos casos, existe um forte sentido de que as situações concretas a que os policiais são expostos no Rio de Janeiro são muito extremas, inconcebíveis para qualquer um que não as tenha vivenciado na prática (como falar ao rádio com tiros de 762 e granadas sob suas cabeças, por exemplo). Em sua vida institucional, essa idéia se refletirá, dentre outros aspectos, em um profundo respeito e admiração por aqueles “mais antigos”, grandes exemplos de resistência, superação e sabedoria. Quanto maior a experiência, principalmente de rua, maior a estima e admiração que o “mais antigo” suscita entre seus colegas de corporação.

“Eu acho que, durante a formação, caiu a ficha que eu tava virando polícia no estágio prático, porque você vai pro batalhão, toma contato com as coisas como são lá dentro, você pode ir para rua também. Já sente aquele sentido de polícia, né, uma adrenalina forte. Você fica sempre com um ‘mais antigo’ pra poder já ir vendo, já ir pegando os macetes. Mas polícia mesmo, só depois da escola, você vê na prática mesmo. Na teoria é tudo muito bonito, na prática você não sabe como o recruta vai reagir”.

**Cabo, 29 anos de idade, 9 anos de polícia, evangélico.**

<sup>91</sup> Além disso, a carência de recursos técnicos e táticos disponíveis para que o agente encaminhe as demandas diversas da população, tende a fazer com que os policiais se concentrem no atendimento de demandas claramente criminais, relegando à segundo plano solicitações de serviços e outras demandas agregadas. Esta situação é acentuada pela influência natural das prioridades governamentais sobre a atividade de polícia. Ao transformar o “combate à criminalidade” em bandeira, em resposta ao clamor popular por mais segurança, os governos tendem a produzir este tipo de especialização criminal das forças policiais (Bayley, 2001). No caso específico do Rio de Janeiro, a bandeira de “guerra aberta contra o tráfico de drogas”, sustentada pelo governo do estado, aliada a escassez de alternativas técnicas e táticas de resolução democrática de conflitos, e ao clamor popular por segurança a qualquer custo, transformou a PMERJ em uma máquina reativa de combate ao varejo do tráfico de drogas nas favelas. Tudo aquilo que não envolve um tipo de atividade criminal ou de combate – entendida como o “serviço propriamente policial” – é classificado como “feijoada”, ou seja, tipos de serviços para aquém das verdadeiras atribuições da polícia militar.

Por outro lado, a valorização da experiência de rua – o “verdadeiro trabalho de polícia” – também vincula-se de forma direta à concepção de que as atividades de cunho administrativo seriam “menos policiais”. Muito embora os oficiais também tendam a valorizar a dimensão vivencial de seu trabalho, as praças parecem retirar prestígio, institucionalmente, de sua ampla exposição à esse tipo de atividade. Sendo bastante reducionista, a “caserna” – o batalhão, onde se concentram as atividades burocrático-administrativas – é o lugar dos oficiais, da mulher e daqueles que buscariam fugir da “operacionalidade”; é também onde o policial tende a vivenciar, mais intensamente, a rotina e a disciplina militar. A “rua”, por outro lado, é o lugar da praça, do homem, do destemor, da flexibilização das regras, de uma maior liberdade de atuação<sup>92</sup>. A “operacionalidade” é tão valorizada que, ao passar para serviços administrativos, a “praça de rua” mantém seu prestígio e reconhecimento por parte dos colegas de farda. Afinal, uma vez operacional, sempre operacional, mesmo fora das ruas.

“Tem muita gente que fala que o polícia que trabalha interno é bundão, que o polícia é um covarde, que é frouxo, que não é de nada, porque não tá lá na rua fazendo o combate. Porque tem muitos companheiros que dizem que a atividade meio é pra FEM [policial militar feminino], né. Tem muitos colegas que falam isso ai. Mas eu não concordo com isso não”.

**Cabo, 32 anos de idade, 11 anos de polícia, não-evangélico.**

“Quando eu cheguei na polícia, ser administrativo é a única coisa que eu não queria. Eu gostava, eu queria, uma coisa assim tipo, eu gostava de rua, como gosto de rua, mas não podia executar o serviço; então, eu ficava mais na rua, mas eu não queria ser administrativo nunca, eu cai no administrativo por acaso, porque me machuquei e vim parar no administrativo e fiquei, mas eu gosto mesmo de rua. Essa declaração de que o pessoal do administrativo é quem tem medo do trabalho de rua eu não concordo muito não, porque em determinadas épocas aqui você vê que muitos caras que trabalham dentro da administração são policiais de uma disposição fora de série. Hoje em dia, por exemplo, também, você encontra muito, por exemplo, serviço tipo faxina, rancho e etc são policiais que já foram, é... como é que se poderia dizer? Operacionais, bastante operacionais, hoje eles ficam no rancho, às vezes o cara tá cansado, teve algum problema devido a operacionalidade dele, teve algum problema até mesmo físico e às vezes até de decepção mesmo, então, ele prefere ficar aqui dentro. Eu

<sup>92</sup> A especialização de gênero entre as atividades burocráticas (internas) e as “propriamente policiais” foi observada por Minayo & Souza (2003) também para a Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro. Na PCERJ, as mulheres encontram pouca ou nenhuma legitimidade na realização das atividades operacionais e investigativas, território legítimo do sexo masculino. As atividades internas, por sua vez, seriam associadas ao desempenho feminino.

já conheci muitos caras que trabalhavam aqui dentro mas que, na realidade, lá fora demonstravam uma disposição fora de série”.

**Sargento, 45 anos de idade, 22 anos de polícia, não-evangélico.**

## **II.2) A FORMAÇÃO DOS OFICIAIS**

“*Os profissionais não se improvisam e o mando deve caber ao mais digno e competente*”<sup>93</sup>. Essa frase, afixada no ponto mais alto do pátio da Academia D. João VI, traduz com muita propriedade a fundamentação ideológica que permeia os três anos de formação dos futuros oficiais da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Ao aluno-oficial, imediatamente após o seu ingresso na Academia, é dito que ele faz parte de um segmento restrito da PMERJ, cuja capacidade diferencial os elevou à posição de comando, ao vértice da pirâmide hierárquica. Enquanto oficial, sua função é ocupar cargos de chefia, gestão e planejamento, normalmente vinculados à dinâmica da atividade-meio, cujas peculiaridades implicam em uma relação bem mais episódica com a atividade-fim de polícia. Certamente existem oficiais que trabalham no policiamento ostensivo, seja de forma regular ou no comando de operações pontuais. Entretanto, devido às suas atribuições de tropa de execução, é inegável que existe uma vinculação amplamente reconhecida entre o chamado “serviço de rua” e o universo das praças.

O Curso de Formação de Oficiais (CFO) equivale a uma formação de nível superior<sup>94</sup>, facultando ao aluno-oficial, findados os três anos de Academia, concluir o curso de Direito em até um ano, em média. O quadro de disciplinas do CFO enfatiza conteúdos da área de administração militar, do Direito e outras instruções afeitas ao tema da segurança pública, divididas em dois grandes blocos: disciplinas de ensino fundamental e de ensino profissional<sup>95</sup>. Diversos autores, bem como alguns membros mais vanguardistas do oficialato, criticam a ênfase “legalista” da formação do oficial na PMERJ, afirmando a

<sup>93</sup> Fundada em primeiro de dezembro de 1920 com o nome de Escola Profissional e vindo a se chamar Escola de Formação de Oficiais (EsFO) a partir de 1951, a Academia de Polícia Militar Dom João VI, onde se realiza a formação dos futuros oficiais da PM, teve como fundador o General de Brigada José da Silva Pessoa, comandante geral à época, autor da célebre frase “*Os profissionais não se improvisam e o mando deve caber ao mais digno e competente*”, a qual encontra-se afixada no pátio principal da escola de oficiais. Somente em 19 de outubro de 1998, passou a chamar-se Academia de Polícia Militar Dom João VI, em homenagem ao Príncipe Regente, fundador da PM em 13 de maio de 1809.

<sup>94</sup> A Academia de Polícia Militar D. João VI se apresenta como Estabelecimento de Ensino Superior, de acordo com o parecer nº 233/82 do Conselho Federal de Educação, homologado pelo MEC conforme publicação contida no DOU nº 104, de 03/JUN/1982.

<sup>95</sup> Ver o Currículo do Curso de Formação de Oficiais para o ano de 2005, na seção de anexos do presente trabalho dissertativo.

inadequação entre a racionalidade jurídica e as demandas cotidianas da atividade policial. Este tipo de formação tenderia a produzir um olhar criminalizante sobre a ordem pública, que implica na desvalorização de toda sorte de solicitações e eventos classificados pelos agentes policiais como não-criminais (Muniz, 2001)<sup>96</sup>.

Se comparada à realidade das praças – especificamente, da formação de soldados –, a programação de aulas e instruções dos futuros oficiais costuma cumprir-se com muito mais regularidade, sem mencionar as visíveis diferenças, qualitativas e quantitativas, entre os recursos pedagógicos e materiais disponíveis para as duas escolas. Isso, entretanto, não significa afirmar que não existam dificuldades e demandas pelo aprimoramento da qualificação oferecida ao oficialato. A cada ano, o aumento da demanda operacional por efetivo tem forçado às escolas de formação a incorporarem um número cada vez maior de alunos, extrapolando, a cada novo processo seletivo, sua capacidade de recebê-los adequadamente. Em conversas com alunos e ex-alunos da Academia, ouvi relatos sobre fuzis de treinamento que foram direcionados para as unidades operacionais, prejudicando a instruções de tiro policial, falta de professores de disciplinas profissionalizantes, demandas pela instalação de sistema de refrigeração central, pelo aumento do número de exemplares disponíveis na biblioteca, da capacidade do auditório, de equipamentos para a sala de ginástica, reforma do salão de jogos etc.

Durante três anos consecutivos os alunos-oficiais vivenciam a extenuante rotina do internato militar, com horários e espaços bem demarcados para todas as atividades. Semanalmente, chegam à Academia D. João VI no final da tarde de domingo e só podem regressar aos seus lares no final do expediente de sexta-feira, por volta das 18 horas. O relato abaixo foi retirado do *blog* “Diário de um PM” e detalha a rotina diária da Academia de Polícia Militar (APM D.J.VI). O *post* teria sido motivado, segundo o proprietário da página, um jovem oficial, pelos pedidos dos candidatos à Academia, que aguardavam ansiosos o resultado do processo de seleção anual.

“Finalmente vou tocar num assunto que desperta interesse em pelo menos uma parte dos visitantes do blog. São os candidatos à Academia de Polícia Militar que fizeram o vestibular da UERJ este ano. Tenho recebido alguns e-mails e

---

<sup>96</sup> A incoerência reside no fato de que a menor parte de tudo aquilo que a polícia militar efetivamente faz envolve lidar com a dinâmica criminal. Um estudo realizado por Muniz (2002) sobre o perfil das ligações recebidas pelo serviço 190 mostra que apenas 23,9% do total de solicitações geraram ocorrências policiais entre agosto e novembro de 2002; desta porcentagem, apenas 20% poderiam ser caracterizadas como ocorrências criminais.

recados no Orkut dentre desesperados e curiosos que gostariam de saber como é a rotina da APM: ‘- O que vocês fazem lá?’’. A rotina da Academia de Polícia Militar D. João VI é mais ou menos assim: **Alvorada**. A rotina da Academia começa às **5:30 h**, quando nosso ‘boca-de-ferro’ (alto-falante) informa: ‘- Atenção Academia, são 5 e 30, Alvorada!’. Neste momento todos se levantam, mais um dia de trabalho começa. Higiene pessoal, tricotomia facial, arrumação da cama e do alojamento. É preciso ter pressa, porque logo logo o boca-de-ferro chamará novamente: ‘- Atenção Academia, todo o CFO deverá estar em forma no pátio para Educação Física’. Esse é um primeiro aviso. O boca-de-ferro sempre faz duas chamadas. Uma informativa e outra imperativa, quando acrescenta um ‘AGORA!’ ao final da frase. Quando vem a segunda chamada, a do ‘AGORA!’, é bom que corra bastante, afinal os alunos só têm 3 minutos para entrarem em forma. **Educação Física**. Então as 3 Companhias (primeiro, segundo e terceiro ano) entram em forma no pátio, para que os chefes de turma possam apurar se estão todos presentes. É feita uma chamada. Às **5:55 h** o corpo de alunos é apresentado ao oficial instrutor de Educação Física mais antigo que estiver presente. A Educação Física vai até as **7:00 h**. **Café da manhã e o ‘Paradão’**. As **7:00 h** é servido o café da manhã. O primeiro expediente ainda não começou. O aluno tem que estar às **7:45 h** em forma novamente, e é bom que não deixe nada desarrumado no alojamento: o comandante de companhia fará revista. O boca de ferro, como sempre pontual, às **7:40 h** já está avisando que o CFO deverá entrar em forma. Às **8:10 h** começa o primeiro tempo de aula, o corpo de alunos tem 15 minutos para fazer a parada diária e estar em sala com 10 minutos de antecedência, como de praxe. A apuração dos três anos está correta, estão todos ali. O comandante da parada ordena ao corneteiro, e este cumpre: ‘ordinário marche!’. O corpo de alunos se desloca até o local de hasteamento dos pavilhões nacional e estadual. Após as devidas honras aos símbolos é hora de voltar ao pátio da Academia, bradando canções militares, com postura marcial, cabeça erguida, e batendo o pé fortemente ao solo, seriedade! Cara de tigre! Assim é um bom paradão. As três companhias desfilam em continência ao oficial mais antigo presente, uma querendo mostrar mais vibração que a outra. Quanto mais alto gritar, quanto mais forte bater o pé, melhor. **1º Expediente**. E é assim que adentram a sala (ainda em forma) cantando e vibrando, alguns já quase sem voz. Deram mais um show! Ou melhor, menos um. Cada dia que passa é um leão que padece. Nesta parte da manhã são quatro tempos de aula de 50 minutos, com 3 intervalos, dois de 5 min e um de 10. Na APM, ‘5 minutos’ são mesmo 5 minutos! Ai de quem não estiver em sala ao término do tempo regulamentar. :) **Almoço**. As **11:50 h** começa a ser servido o almoço. As três companhias agora ‘avançam’ ao rancho, uma de cada vez, por ordem de antigüidade. Primeiro o terceiro ano, depois o segundo e em seguida o primeiro. E é em forma novamente (via de regra, os deslocamentos são sempre em forma). E urrando bem alto o brado da turma! Quanto mais alto melhor. Gritar para comer. O terceiro ano, merecidamente, ainda terá um tempo para descansar até que comece o segundo expediente, às **13:20 h**. O primeiro ano não tem a mesma sorte (ainda). **Segundo expediente**. As aulas e instruções do segundo expediente começam as **13:20 h**, mas os preparativos começam bem antes. Por volta de **12:55 h** o boca-de-ferro já começa a gritar que todo o CFO deverá entrar em forma no pátio. Haverá leitura de boletim. O corpo de alunos, após devidamente apurada a presença de todos, ouve a leitura dos pontos mais relevantes do Boletim Interno da Academia. E só então vão para a sala de aula. O segundo e último expediente vai começar. São mais quatro tempos de aula até **16:45 h**. A parte da tarde é um momento especialmente crítico. Todos acordaram muito cedo, fizeram alguma atividade física extenuante, desde então estão em intensa atividade. Após o almoço é duro manter a concentração e o pique. O fenômeno da ‘Maré Alcalina’ (aquela vontade de dar uma soneca depois do almoço) costuma tentar colocar o cadete nos braços de Morpheu. Mas ai de

quem dormir! Não haverá ciência ou mitologia grega capaz de livrá-lo de um licenciamento suspenso no final de semana. :D **Fim de expediente.** O cadete, que segundo a própria canção da Escola é ‘vigor e pujança’, resiste bravamente até **16:45 h**, quando acaba o expediente. A partir daí sua turma deve esperar em sala de aula até que o comandante da mesma a libere para que possam subir aos alojamentos. Não tem como prever que horas isso irá acontecer, mas considerando uma reunião rápida, poderá ser liberado às **17:00 h**. É o fim do expediente! **Janta e Revista do recolher.** Se não tiver prova no dia seguinte é bom que o aluno aproveite o tempo livre, que não é muito longo. Logo logo, às **18:30 h**, todos deverão estar (adivinha?) em forma de novo, prontos para o jantar. E, se demorar muito na janta, já poderá ficar por ali mesmo, conversando no pátio, pois dali a pouco (**19:55 h**) terão que entrar em forma novamente, para que o comando saiba se todos estão presentes. Afinal, o regime é de internato. Ninguém pode estar fora, a não ser que esteja devidamente dispensado pelo comandante de companhia. **Fim... desse dia.** Agora sim. Se tudo for bem rápido, não mais que **20:15 h** os cadetes finalmente estarão liberados. Não precisarão mais entrar em forma. Estão livres, finalmente, para serem donos dos seus horários. Mas é bom se apressarem, porque às **22:00 h** o boca-de-ferro (olha ele de novo!) avisa que é hora do silêncio, todas as luzes deverão ser apagadas e o silêncio deverá ser mantido. Aconselho até que durmam cedo, pois amanhã será mais um longo dia”<sup>97</sup>.

Na Academia, convivem diariamente cerca de 320 alunos, divididos em três turmas: 1º ano, 2º ano e 3º ano. A relação entre as turmas é marcada pelo binômio “bicho-veterano”, onde para cada aluno-oficial que ingressa no primeiro ano do curso de formação (“bicho”), existe um outro, correspondente ao mesmo número de classificação no exame de seleção, no terceiro e último ano (“veterano”). Os alunos do segundo ano transitam numa espécie de limbo institucional, não exercendo nenhum tipo de papel específico nesta relação, restando-lhes apenas esperar o ano seguinte, quando ascenderão à tão almejada condição de “veteranos”.

Chamados também de “adaptadores”, oficialmente a função dos “veteranos” é ser um tipo de tutor disciplinar para os alunos do 1º ano, que acabaram de ingressar na Academia e pouco sabem sobre as regras e rotinas da escola. Tradicionalmente, entretanto, parte de seu

<sup>97</sup> Relato retirado do blog “Diário de um PM”, escrito pelo Tenente Alexandre de Sousa (<http://www.diariodeumpm.net/2006/08/12/como-e-a-rotina-da-academia-de-policia-militar-d-joao-vi/>). A chamada “blogosfera policial” reúne um grupo bastante articulado de policiais civis e militares de todo o Brasil que, em rede, publicam matérias, artigos, promovem discussões, escrevem contos sobre a rotina policial, etc. Estes policiais são vítimas constantes de punições disciplinares por parte das instituições a que pertencem, devido a publicação de informações ditas restritas ou da realização de debates sobre temas delicados do dia-a-dia das forças policiais. Recentemente, ocorreram dois casos bastante emblemáticos. Em São Paulo, o blog “Flit Paralisante” foi retirado do ar por ordem judicial, devido ao apoio de seu proprietário à greve dos policiais civis do estado. No Rio de Janeiro, o Major Roberto Vianna foi preso administrativamente por ter postado um comentário em uma matéria publicada no blog do também Major Wanderby. Vianna trabalha no Centro de Recrutamento e Seleção de Praças e foi preso no final do expediente, quando, teoricamente, estaria indo para casa. O Major Wanderby, por sua vez, é alvo de constantes punições disciplinares, cujos processos são disponibilizados em seu blog, que tem como subtítulo: “cidadão fluminense, militar de polícia e ‘criminoso militar’ em série confesso” (<http://wanderbymedeiros.blogspot.com/>). Sua página é uma das mais populares da blogosfera policial.

papel envolve a aplicação dos chamados “sugas”, provações de cunho físico e psicológico, cujo objetivo é selecionar os “bichos vocacionados”. A idéia de vocação está muito presente também em parte significativa dos relatos sobre as motivações iniciais para o ingresso no oficialato da PMERJ, normalmente vinculadas à convivência com parentes e amigos policiais ou das Forças Armadas. Fazendo um paralelo com o universo das praças, a opção pela Polícia Militar tende a aparecer como uma possibilidade de inserção no mercado de trabalho para os jovens egressos do serviço militar obrigatório. A familiaridade com a vida militar está presente em ambos os casos. Entretanto, no primeiro, ela corrobora a idéia de vocação; no segundo, tende a vincular-se à falta de opções.

“Eu sempre quis a carreira militar, queria passar pelo ‘suga’. Você deve achar isso super estranho, mas porque você não é policial. Não vai entender. Quando eu virei ‘veterano’, eu fiz a mesma coisa. É doído quando você está no 1º ano, eu mesmo apanhei muito pra aprender certas coisas, mas é extremamente importante para estabelecer a vocação, para selecionar quem pode ser policial militar e quem vai ‘colar as placas’ [não conseguir reagir frente à situações de perigo]”.

**Aluno do 2º ano do CFO, 23 anos, não-evangélico.**

“Através do militarismo, né? Como eu disse, eu fui engajado do Exército; foi um ano pra servir, engajei, talvez até mesmo... sei lá, opção de emprego na época, né? Eu engajei e depois a gente vai seguindo na seqüência, né? No Exército ou eu ficava ou arrumava outro emprego, e eu tive oportunidade de conseguir ser polícia. Tinha outra coisa que eu tinha em mente também, porque eu tinha o 2º grau, tinha terminado o 2º grau, fazia muito curso pré-vestibular, mas emprego tá muito difícil, né? Você vê o pessoal formado em faculdade, trabalhando de garçom, não consegue vaga nos empregos, e eu achava que pra mim ia ser muito mais difícil ainda, então, a polícia foi uma opção. Então, depois a coisa foi fluindo, fluindo, tantos percalços, e muitas das vezes eu quis sair, até hoje, se der oportunidade eu saio”.

**Soldado, 31 anos de idade, 7 anos de polícia, não-evangélico.**

O ambiente da Academia é de intensa competitividade entre os alunos, o que se deve, em grande parte, ao *status* institucional atribuído aos melhores colocados, tanto nos exames de seleção, quanto durante os três anos de formação. Seu desempenho no ranking de avaliações – curriculares e disciplinares – implica em uma série de prerrogativas e benefícios dentro e fora da Academia. Depois de formados, por exemplo, a colocação do ex-aluno conta pontos para a promoção, acelerando o processo de ascensão profissional do

oficial, que tende a ocupar cargos de comando importantes na corporação. Os portadores das melhores classificações nem chegam a se tornar aspirantes, passando direto à patente de tenente.

O período de estágio prático é muito importante para a trajetória de formação dos futuros oficiais, pois representa a primeira oportunidade de entrarem em contato com aspectos mais práticos da atividade policial. Ao longo de todo o CFO, as expectativas geradas em torno deste momento tendem a constituir uma grande fonte de inquietação entre os futuros oficiais, que especulam constantemente sobre o mundo que os aguarda para além da Academia. Somente a partir do 3º ano, considera-se que os alunos estão habilitados a participar do estágio, cuja duração varia em torno de 9 meses, dependendo das necessidades de efetivo das unidades. No geral, quanto maior a urgência da demanda operacional, menor o tempo de estágio prático.

Muito embora constitua um marco do processo formativo, o período de estágio nas unidades ainda ficaria aquém da realidade dos oficiais na corporação. Em parte, esta análise deve-se a uma série de problemas e limitações referentes à execução do próprio estágio prático. Por outro lado, ela reflete as tensões inerentes à passagem entre o universo controlado dos saberes formais (teoria) e o caráter dinâmico e imprevisível da experiência policial cotidiana (prática). Nesse sentido, os relatos colhidos corroboram a idéia de que é no período pós-formação que esses jovens oficiais identificam o momento em que verdadeiramente tomaram contato com a realidade da atividade policial. Entretanto, ao contrário das praças, essa característica não necessariamente implica a desvalorização daquilo que lhes foi ensinado durante os três anos de Academia de Polícia. Quando chegam às unidades policiais, lhes inquieta a frustração de suas expectativas sobre o papel dos oficiais na corporação.

“A Academia é a ilha da fantasia, você sai de lá e vê que você é apenas mais um, que você não passa de números, peças de reposição. (...) Na verdade, são dois os impactos que você sofre: um é o dia a dia, o companheiro morto, etc. O outro é quando você vê que você é mais um no bolo, propenso a ser baleado, morto. Eu era mais um. Aquilo que dizem pra você na Academia, você vê na prática que não é bem assim. Você não é tão especial como disseram, o mando não cabe sempre ao mais digno e competente, como tá escrito lá no pátio da Academia. Uma série de coisas que você só vai pegando com o tempo, com a experiência. Eu hoje sou bem mais realista sobre o meu papel de oficial na corporação. (...) O oficial não tem o mesmo papel na teoria e na prática e o cara

chega aspirante, cheio de gás, todo empolgado, achando que isso é aquilo, e fica chocado. É um verdadeiro choque de realidade. Várias coisas.”

**Capitão, 33 anos de idade, 10 anos de polícia, não-evangélico.**

Em outro plano, o contato com a atividade-fim de polícia apresenta ao jovem oficial um universo inexplorado de conhecimentos vivenciais, para os quais a Academia jamais poderia prepará-lo. Entre os entrevistados, a importância dos oficiais mais antigos para a adaptação dos novatos à realidade das unidades apareceu com bastante freqüência. O perfil profissional destes jovens, os tipos de serviços pelos quais terão predileção e seu modo de atuação, serão amplamente condicionados pelo perfil de seus futuros mentores (oficiais mais antigos) e das unidades pelas quais passarão. “Se um oficial operacional me abraçar eu vou ser um operacional”, afirma emblematicamente um tenente da polícia militar, com menos de 4 anos de formado.

“E quando você chega na unidade operacional, no batalhão do Leblon, você aprende tudo, você tem trânsito, tem praia, tem policiamento de favela. Depois eu fui para um batalhão completamente diferente, o 22, lá em Benfica. E na época, com essa guerra ai, a gente chamava lá de Sarajevo. E realmente o 22º batalhão é cercado de favelas. Todo o Complexo da Maré, todo o Complexo de Manguinhos, as saídas todas do Jacarezinho, do Alemão, Morro do Adeus. Ai você conhece outra realidade completamente diferente da polícia militar. Eu aprendi muito nessa época, a gente ia muito pro confronto, era troca de tiro todos os dias (...) Na escola eu não me sentia PM. É engraçado, no grupamento turístico eu não me sentia PM, mas me sentia útil, digamos assim. Você era bem visto. Tinha um tratamento diferente. Você se sentia diferenciado. Acho que eu comecei a me sentir PM no 23, porque foi a primeira vez que eu participei de uma incursão na favela. ‘Vem cá ‘aspira’, vamos comigo, vamos pra favela’, fomos lá pra Rocinha. Ficamos quase 5 horas andando dentro da Rocinha, de cima pra baixo. Na época ainda não havia fuzil, eu tava com uma doze. Depois ‘vamos para o Vidigal’. Ai começou, fogos, tiro. Rolou um confronto com um tal de ‘gringo’, o cara aterrorizava na favela. E o confronto teve até o estouro de uma granada. Eu ouvi aquela explosão, achei que tinha morrido todo mundo. Houve o embate e o cara jogou a granada. Dois policiais ficaram feridos, mas não morreram não. Foi aquele primeiro estresse”.

**Major, 37 anos de idade, 17 anos de polícia, não evangélico.**

“Você não sabe tudo o que deveria saber, mesmo que a Academia ensinasse não seria suficiente, pela própria natureza do trabalho. Entendeu? Se o curso tivesse cinco anos, seis anos, não seria suficiente. Você vai para uma unidade, cada uma tem um perfil de trabalho diferente, cada uma tem um modo de proceder, um perfil das ocorrências. É por isso que dizem que cada batalhão é uma polícia

diferente. Vai pra outro é outra realidade. É tanta coisa que a formação que a gente recebe não tem como dar conta de tudo. Entendeu? Por exemplo, uma unidade problemática, onde existem muitas favelas e o confronto é iminente, tipo a ‘faixa de gaza’ [Complexo da Maré], área do 22 [22ºBPM], é um bom exemplo. A Vila Cruzeiro, o Complexo do Alemão, áreas em que o policial está sujeito a confrontos armados pesados constantemente. Onde a sua vida e a de seus companheiros encontra-se em risco constante. (...) A academia não prepara ninguém para o que você encontra nesses lugares”.

**Tenente-coronel, 44 anos de idade, 24 anos de polícia, não-evangélico.**

Institucionalmente, fica bastante claro que os(as) oficiais que possuem o perfil dito “operacional” são tidos em grande estima entre as praças, que nutrem por ele(a) uma certa empatia. Por outro lado, muitos dos oficiais entrevistados identificaram, no período imediatamente posterior à sua formação, uma certa cobrança por parte das praças, que buscariam testar a “disposição” do oficial novato para o trabalho de rua. Em última instância, esta situação é produzida pela estrutura bipartida das polícias militares brasileiras – a chamada “dupla entrada” –, em que um oficial recém-formado, com cerca de 23 anos de idade, sai da escola e é colocado para comandar policiais muitos mais velhos e experientes que ele. Esta crise geracional é acentuada pelo fato de seus subordinados diretos valorizarem o policiamento ostensivo como o “verdadeiro serviço de polícia”, desqualificando a aptidão de comando operacional do oficial que nunca tenha ido para o “front”, para o “combate”.

“Eles vêem um oficial recém-formado, tenente fresquinho da academia, ai falam ‘a lá um engomadinho’ e ficam te testando, até tu extrapolar o teu limite... Tem cara que não corresponde, ‘cola as placas’ [fica com muito medo, à ponto de paralisar durante uma operação] e pede pra sair né, vai fazer o serviço mais burocrático, mais de coordenação, que também é o papel do oficial mesmo. Mas a minha turma, do pessoal que é capitão hoje, não ‘colava as placas’ não, a gente caia pra dentro da bandidagem sem dó. Chegou ao ponto de ficarmos viciados em adrenalina. Se não trocasse tiro ficava mal-humorado. (...) Até hoje somos cobrados por aquilo que fazíamos nessa época (...) Para ser respeitado pela tropa tinha que ir na frente.”

**Capitão, 38 anos de idade, 15 anos de polícia, não-evangélico.**

“Todo mundo sabe, que em favela no Rio de Janeiro, se você não estiver trabalhando com uma técnica... Equipamento você já não tem, então você tem de

usar o quê? Tentar de outra maneira, um colega, o que vai te ensinar é a vida. Na realidade, o que está em risco é a sua vida. Então, como é que você procura buscar o conhecimento? Você busca o conhecimento à medida que procura preservar sua vida. Se você tiver de pular num buraco cheio de fezes, se jogar ali e ficar ali o dia inteiro, você vai ficar. Então, uma maneira de buscar o conhecimento é isso aí, você tomado... o seu dia-a-dia ali na rua, conversando com um colega, ‘aí, a minha situação sabe como eu resolvi? Dessa forma!’. Não vai você pensar que vai puxar um conhecimento com um oficial, porque ele não tem pra te ensinar, não! E tem um detalhe: diversas vezes um companheiro de turma aqui, oficial quando era aspirante do batalhão, chegou pra mim e falou: ‘Olha, não sei nada de rua, vou aprender com você!’. Hoje, se eu passar por ele, ele vai ficar com demagogia, ‘faz isso, faz aquilo’, mas ele bateu cabeça pra mim, porque ele não sabia nada, não sabe nada”.

**Cabo, 31 anos de idade, 8 anos de polícia, não-evangélico.**

“O que diferencia o trabalho de polícia? É a rua, é o operacional que define a polícia. Se eu não vou pra rua, se eu não faço o operacional, qual é a diferença entre mim e um funcionário público qualquer, que trabalha em uma repartição, atrás de uma mesa, entulhado de processo? Nenhum!”

**Soldado , 26 anos de idade, 3 anos de polícia, não-evangélico.**

Alimentado pelo histórico de rivalidades entre os dois círculos hierárquicos, é bastante comum que um oficial que goste desse tipo de serviço seja criticado por negar sua missão e vocação. Ao fazer o “serviço das praças”, o oficial se afastaria de seu campo de legitimidade e *status* institucional, vinculados ao exercício do comando e à sua formação diferenciada, ao conhecimento aprofundado das leis, regulamentos e procedimentos da PMERJ. Obviamente existem oficiais reconhecidamente “operacionais”. Entretanto, além de numericamente pouco expressivos, eles não possuem a vivência cotidiana das ruas, pois suas atribuições específicas os afastam do policiamento ostensivo regular. Certa vez, durante uma palestra, conversando com um grupo de alunos-oficiais do 3º ano, um deles teceu uma análise bastante interessante entre a divisão entre o “serviço de praça” e o papel dos oficiais:

“Mas aqui na academia também tem desse negócio, policial que se contenta em ser mais um [Mas como assim ‘ser mais um’?, perguntei]. Ah, que quer ir pra rua trocar tiro, fazer abordagem, revistar, quer fazer como as praças... e o papel do oficial não é esse, ele é formado pra coordenar, pra comandar... Não tô dizendo que é pra ele ficar escondido atrás da mesa de uma seção não, ele pode até trocar com ‘vagabundo’, mas ele tem que saber que a função precípua dele

não é essa. Não foi pra isso que ele fez Academia, pra ser mais um, pra ser um número. A formação do oficial, infelizmente, é muito superior; nós somos a elite da polícia. Nós já entramos acima de quase 40 mil, pra comandar às vezes gente até mais velha do que você, com mais experiência de polícia que você (...) A linguagem da formação é diferente, até porque as funções internamente são diferentes, né. A cobrança feita no CFO [Curso de Formação de Oficiais] é infinitamente maior, entendeu? Isso até dificulta, o nível baixo da tropa dificulta a comunicação. Nós estudamos 3 anos no CFO e vamos comandar uma praça que passou 8 meses na formação. A gente vai ter que trabalhar muito estes praças. Os vícios da rua que ele pegou, esquecendo os 8 meses de formação”.

**Aluno-oficial (3ºano), 23 anos, não-evangélico.**

É importante chamar a atenção para duas idéias contidas na declaração anterior. Em primeiro lugar, pode-se perceber que este aluno não tece críticas à atuação do oficial no policiamento ostensivo, ele condena aqueles que insistem em fazer o “serviço das praças”. Abordagens e revistas fazem parte do universo ostensivo, mas não fazem parte das atribuições de comando e planejamento dos oficiais. Os primeiros contatos com a rua, para ambos os círculos hierárquicos, constituem momentos de inflexão importantíssimos em suas trajetórias profissionais. Entretanto, pode-se observar que existem campos de atividades ostensivas que atribuem prestígio às praças e outros vinculados ao universo dos oficiais. Essas fronteiras ficam menos marcadas quando observadas sob a ótica da masculinidade, de um tipo de *ethos* guerreiro, em que a “rua” aparece como o lugar do combate, da bravura, da disposição e do destemor para ambos os segmentos<sup>98</sup>.

Ao mesmo tempo em que aparece como fonte de legitimidade e *status*, a vivência de rua é mencionada também em seu caráter corruptor dos bons procedimentos. Ouvi de outros oficiais essa idéia – enunciada quase sempre em tom de crítica – de que “a rua corrompe o procedimento”, de que a exposição cotidiana ao policiamento ostensivo consolida uma série de vícios e afasta o policial daquilo que ele aprendeu durante a sua formação. Em muitos sentidos, essa análise está correta. As instituições policiais, de modo geral, tendem a atribuir um valor dominante à experiência, a tudo aquilo que pertence à ordem do vivido, da prática cotidiana. Principalmente no caso das praças, que guardam a ostensividade como seu principal campo de legitimidade institucional, esta característica torna-se ainda mais proeminente.

<sup>98</sup> Para outras referências sobre a relação entre gênero, violência e masculinidade, ver Cecchetto (2004) e Paes Manso (2005). Para uma abordagem especificamente voltada para as organizações policiais, ver Cerqueira (2001) Calazans (2004) Durão (2004) Musumeci & Musumeci (2005) Souza et al (2007).

Diferentemente dos oficiais, que passam por qualificações periódicas mais longas e melhor estruturadas, as praças raramente voltam para as salas de instrução fora dos períodos previstos para a promoção<sup>99</sup>. As lacunas em sua formação, aliadas a uma forte tendência de desvalorização dos conhecimentos teóricos formais, inviabilizam a consolidação de procedimentos de atuação institucionalmente compartilhados. Os conhecimentos de ordem prática – adquiridos nas ruas, no contato com os colegas e na vivência de situações concretas – encontram-se fragmentados na experiência individual de cada policial. Ao transmiti-los às gerações mais jovens, os policiais mais antigos acabam perpetuando formas de atuação equivocadas, vícios profissionais e arcaísmos, dificultando qualquer iniciativa de reestruturação do modo de atuação das praças a partir das vias institucionais de formação e treinamento.

Para o caso específico dos oficiais, tendo em vista a regularidade das instruções e a tendência de valorização dos conhecimentos formais (leis, regulamentos etc.), pode-se observar uma maior adesão aos procedimentos institucionalizados. Talvez por isso, esse segmento hierárquico mostre-se mais sensível as iniciativas de reformulação que açãoem as estruturas de formação: mudanças de currículos, ementas de curso, carga horária etc. Essas transformações, entretanto, pouco afetariam a avaliação da população sobre o trabalho policial cotidiano, executado pelas praças. De qualquer maneira, as mudanças nas estruturas de formação devem ser acompanhadas por uma série de outras para que sejam eficazes, seja no campo da supervisão e controle do trabalho policial, seja na criação de estímulos internos para policiais que trabalhem dentro dos novos parâmetros institucionais.

Por mais completa que seja, nenhuma formação consegue dar conta dos desafios práticos impostos ao profissional. Para o caso da Polícia Militar, responsável por guardar a dinâmica frenética das ruas de nossas cidades, essa assertiva é ainda mais verdadeira. Seus agentes estão expostos ao universo exponencialmente infinito e imprevisível de demandas da população, que vê em cada policial militar uniformizado a possibilidade de acessar diretamente o Estado no encaminhamento de seus problemas. Nas palavras de Muniz

---

<sup>99</sup> Quando um soldado cumpre o tempo de interstício para passar a cabo (8 anos) ele faz o Curso de Formação de Cabos (CFC); quando vai passar de cabo a sargento (interstício de 7 anos), passa pelo Curso de Formação de Sargentos (CFS); quando passa de sargento a subtenente (interstício de 15 anos), o policial faz o Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos (CAS). Durante todo esse tempo, em razão da baixa disponibilidade de cursos, das demandas emergenciais do policiamento ostensivo ou devido ao próprio desestímulo profissional das praças, este segmento não estabelece quase nenhum contato com a estrutura de ensino formal da corporação. Além disso, são freqüentes as reclamações de que os cursos para praças na PMERJ servem apenas para reunir uma parcela do efetivo no CFAP para a realização de policiamento extraordinário: shows, jogos no Maracanã, eleições, apoio à operações etc.

(1999), as agências policiais são “o único meio de força legal, disponível diuturnamente, capaz de responder de forma imediata e emergencial às mais distintas e heteróclitas demandas citadinas por ordem pública” (:34). Por essa razão, quando precisamos de respostas imediatas para os nossos problemas, no aqui e agora dos acontecimentos, chamamos a polícia (mais especificamente, a polícia militar).

### **III.) NA FRONTEIRA ENTRE O BEM E O MAL: VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL, CIDADANIA E DESVIOS DE CONDUTA**

“O mundo é uma merda, e eu sou a mais fedorenta, porque limpo o mundo”<sup>100</sup>.

“Porque o ser humano, hoje em dia, apesar do desenvolvimento tecnológico... a gente consegue viver sem luz elétrica, por incrível que pareça... sem certos tipos de tecnologia... Mas, sem segurança pública, volta ao tempo das cavernas...”.

**Soldado, 26 anos de idade, 5 anos de polícia, não-evangélico.**

Durante meu trabalho de campo na PMERJ, pude perceber uma ampla representação do policial como um tipo de guardião das fronteiras da legalidade, da última linha de resistência civilizatória, para além da qual as vontades humanas restabeleceriam a barbárie. Para aqueles agentes que atuam no policiamento ostensivo, em contato com toda a sorte de situações, a árdua rotina das ruas pode vir a produzir uma visão sórdida da existência humana, um olhar sobre aquilo que há de pior em cada um de nós. De forma mais acentuada, esses policiais costumam caracterizar a sua atuação como um esforço de luta contra o mal, em que precisam também resguardar sua própria integridade moral. Alguns, entretanto, não conseguiram evitar o contágio e deixando-se envolver pelos apelos e facilidades ofertados àqueles que ocupam o lugar de polícia.

“Acredito eu que o mal realmente existe e o mal vai usar as pessoas que não têm fé, que não acreditam em nada, principalmente nós policiais que trabalhamos próximos do mal. Então, você se não tiver uma fé, você fica vulnerável de acontecer várias coisas de ruim, o mal pode brincar contigo. Entendeu? Nós, policiais militares, a gente vive na fronteira, na fronteira entre o bem e o mal. Eu

---

<sup>100</sup> Declaração retirada do blog policial *Culcoolfreak*, em 15 de janeiro de 2009 (<http://www.verbeat.org/blogs/cultcoolfreak/2009/01/um-129-aqui-um-121-ali.html>).

falo da posição de em cima do muro; enquanto você tá em cima do muro você vê os dois lados e ver os dois lados não é todo mundo que agüenta não... Tem colega que cai pra lá e não volta mais não, ou só volta morto [pausa, olha para mim e lembra do tema de minha pesquisa]... ou, sei lá, convertido né, vira crente, também tem essa”.

**Sargento, 45 anos de idade, 22 anos de polícia, não-evangélico.**

Muito embora esta visão degradada e maniqueísta da ordem pública seja bastante generalizada nos meios policiais, ela pode tornar-se mais pronunciada em razão de características específicas de algumas modalidades de policiamento, ou mesmo da região e horário em que essas são executadas. O policiamento de trânsito, por exemplo, é uma atividade ostensiva, desempenhada durante o dia e que consiste, em linhas gerais, na aplicação do Código de Trânsito e na gestão do fluxo de veículos. Trabalhando regularmente no trânsito, o policial toma contato com um determinado tipo de público e aprende a lidar com os “jeitinhos” e “carteiradas” típicas desse serviço. Embora também esteja exposto aos súbitos revezes da ostensividade, os locais, horários e características do policiamento de trânsito tendem a expor menos o policial militar a situações-limite, sendo considerada uma atividade relativamente tranqüila. Entretanto, para os policiais que trabalham no turno da noite, em uma das guarnições de Rádio Patrulha responsável pela área do Morro do Dendê, na Ilha do Governador, o cenário é bastante diferente. Em situação de conflito constante e iminente, um turno de trabalho pode envolver intensos confrontos armados, emboscadas, colegas mortos. Submetidos à essas circunstâncias regularmente, muitos policiais passam a olhar as questões de ordem pública sob a ótica da degradação humana, do combate ao mal, da limpeza social etc. O mesmo efeito pode ser suscitado pelo policiamento regular da Lapa, por exemplo, em que o contato com as figuras noturnas da boemia local – prostitutas, “travecos”, “trombadinhas”, “viciados” – pode mobilizar discursos bastante parecidos.

Ao longo de uma carreira, um policial militar pode passar por diversos tipos de funções, modalidades de policiamento, turnos de trabalho e unidades. Para aqueles que escolhem trabalhar nas ruas, a atividade policial apresenta-lhes uma ampla gama de situações concretas, desde momentos enfadonhos e previsíveis, passando por situações de empatia e sensibilidade, a contextos de extrema tensão e nervosismo. Parado ao lado de sua

viatura por horas a fio, entediado com o vai e vem de pessoas e veículos, o policial pode ser acionado pelo rádio subitamente, tanto para uma situação de troca de tiros, quanto para uma ocorrência de violência sexual, em que uma criança foi violentada por seu próprio padrasto. Em um mesmo turno de trabalho de 24 horas, a variedade de ocorrências atendidas é exponencialmente diversa, exigindo que o policial acomode seu padrão de resposta às exigências e expectativas presentes em cada uma delas. Com o tempo, entretanto, os policiais parecem blindar-se contra os desgastes físicos, psíquicos e emocionais acionados pela amplitude de vivências a que estão submetidos nas ruas – especialmente em uma grande cidade como o Rio de Janeiro –, assumindo uma postura próxima ao que Simmel chamou de caráter *blasé*<sup>101</sup>, uma certa apatia relativa a profundidade dos dramas humanos com que se deparam.

Certa vez, conversava eu com um amigo policial sobre um outro colega de farda, que na época trabalhava como motorista de uma autoridade pública de médio escalão. No passado, esse policial foi um “operacional” muito respeitado em sua unidade, mas, vitimado pelos sintomas da síndrome do pânico, pediu para ser afastado do policiamento ostensivo. O tal motorista tinha sido transferido para aquela função devido à sua boa relação com o comandante de seu antigo batalhão – muito satisfeito com “os frutos de sua operacionalidade” –, que teria acionado seus contatos de maneira a colocá-lo em uma função mais tranquila. Segundo esse meu amigo, um experiente sargento, com quase trinta anos de profissão:

“Pro cara que tá na rua, ele tá exposto a qualquer parada, principalmente se ele tirar o serviço de RP [rádio patrulha]. Ali ele pode pegar de tudo mesmo, da velhinha ao vagabundo, tudo pode chegar nele ali, do gatinho na árvore ao gatuno no telhado da casa do cidadão, tudo ele vai ter que responder. Aí o cara vai, troca tiro, mata alguém ou vê o companheiro tombar, ai vem o cidadão e pede informação pra ele: ‘aonde é rua tal, seu polícia’. Porra! Não sei! Dá vontade, né... Tem companheiro que não controla e é mal educado com o cidadão. Mas por que? Porque ele tá esgarçado, né (...) Na rua, em determinadas funções, ou você vira carcaça ou você fica maluco. Foi o caso do companheiro

---

<sup>101</sup> “Ele é inicialmente a consequência daqueles estímulos nervosos — que se alteram rapidamente e que se condensam em seus antagonismos — a partir dos quais nos parece prover também a intensificação da intelectualidade na cidade grande. Justamente por isso homens tolos e de antemão espiritualmente sem vida não costumam ser *blasé*. Assim como uma vida desmedida de prazeres torna *blasé*, porque excita os nervos por muito tempo em suas reações mais fortes, até que por fim eles não possuem mais nenhuma reação, também as impressões inofensivas, mediante a rapidez e antagonismo de sua mudança, forçam os nervos a respostas tão violentas, irrompem de modo tão brutal de lá para cá, que extraem dos nervos sua última reserva de forças e, como eles permanecem no mesmo meio, não têm tempo de acumular uma nova. A incapacidade, que assim se origina, de reagir aos novos estímulos com uma energia que lhes seja adequada é precisamente aquele caráter *blasé*, que na verdade se vê em todo filho da cidade grande, em comparação com as crianças de meios mais tranquilos e com menos variações” (Simmel [1903] 2005:581).

ali, foi com muita sede ao pote, recruta, novinho, cheio de gás, em menos de 10 anos tava pirado, pedindo pelo amor de Deus pra tirarem ele da rua”.

**Sargento, 49 anos de idade, 28 anos de profissão, não-evangélico.**

Esse quadro tende a ser agravado por uma série de características de ordem estrutural, associadas à disponibilidade de serviços, equipamentos, pessoal qualificado e de uma política sistemática de saúde ocupacional<sup>102</sup>. Entretanto, alguns aspectos da própria cultura policial das ruas talvez sejam ainda mais difíceis de serem superados neste sentido. Como falar sobre o tema em um ambiente que valoriza a bravura e o destemor enquanto características associadas ao “verdadeiro policial”? Em que demonstrações de medo ou sensibilidade podem ser interpretadas como sinal de fraqueza e “feminilidade”? Em um ambiente como esse, mesmo com toda a disponibilidade de serviços e infraestrutura, qual a probabilidade de um policial procurar o serviço de psicologia da PMERJ, por exemplo? De modo geral, o policial que procura o serviço de psicologia da corporação – admitindo algum suporte profissional para lidar com seus medos, tensões e frustrações – sofre uma série de estigmatizações, sendo classificado como louco, fracote, “mulherzinha”. Tendo em vista as atribuições específicas deste segmento no policiamento ostensivo, as praças acabam sendo as mais afetadas por estas questões.

Com relação ao serviço de psicologia, ainda existe outro agravante envolvido no atendimento aos policiais militares: todos os psicólogos da PMERJ são incorporados através do quadro de oficiais<sup>103</sup>. Em entrevistas e grupos focais sobre o tema saúde ocupacional<sup>104</sup>, os policiais afirmaram que o fato de o serviço de psicologia ser conduzido por oficiais inibiria sua disposição em falar abertamente sobre suas fontes de inquietação. Além das diversas implicações da baixa disponibilidade destes profissionais por unidade policial, os entrevistados afirmaram temer que suas confidências fossem transmitidas aos seus superiores hierárquicos, desencadeando punições e represálias. “Eles são tenentes, ai

<sup>102</sup> O quadro de doenças ocupacionais que afetam os policiais militares é bastante extenso: ansiedade, depressão, doenças cardiovasculares, alcoolismo, adição, distúrbios do sono, gastrites, úlceras estomacais, problemas ortopédicos diversos, dentre outros. Chama a atenção também o elevado número de suicídios entre policiais, se comparado com os números para a população em geral: 21 suicídios e 12 tentativas entre os anos 2000 e 2005 (PM/1, EM, PMERJ). Há um entendimento de que estes números ainda apresentem uma elevada subnotificação, em razão dos trâmites de solicitação de benefícios por parte dos familiares da vítima, que nada recebem em casos comprovados de suicídio.

<sup>103</sup> A lei nº.3617, de 19 de julho de 2001 estabelece a composição do Quadro de Oficiais de Saúde

<sup>104</sup> As referidas entrevistas e grupos focais foram realizados no âmbito da pesquisa “Diagnóstico Institucional para Novo Plano Diretor da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro”, realizada no ano de 2005 pela ONG Viva Rio, em que participei como pesquisadora.

você fala lá que fez e aconteceu, chega o comandante e pergunta pra eles ‘o que aquele polícia fez?’. Eles vão dizer não? Ele é militar, quem tá perguntando é o coronel, ele não vai responder?”, questiona-se um dos entrevistados (VIVA RIO, 2005).

“Tem assistência social, tem assistência, tem isso tudo, tem, vamos lá, se você perguntar a qualquer um aí, eles vão falar ‘Não, tem, com certeza tem’. Mas vai tentar chegar, tentar ir lá, tentar; nunca, não vai, não consegue, quando você consegue ter uma conversa com um psicólogo dentro da corporação, aí já... Além de ser oficial, que dificulta de você querer ir lá e falar, se abrir ali na sua situação, ele não tem muita força, não tem o poder de fala, de chegar e falar assim ‘Olha, esse policial necessita, eu avaliei, e ele necessita que seja afastado das funções dele para tratamento’. O psicólogo das unidades, eles são limitados a simplesmente ouvir, e se tiver que encaminhar alguém e se tiver que fazer algum tratamento, eles encaminham esse policial ao Centro de Psiquiatria do hospital; quer dizer, o cara não tá louco, esse policial hoje em dia, ele tem essa consciência ‘Eu não tô louco, o que é que eu vou fazer lá?’. Alguns até vão lá, ficam meio pancadas, loucos, não sei o que e acabam indo, não sem antes ter feito uma meia dúzia de merdas na rua... pra depois ir. Então, eu acho que a instituição tinha que evitar isso, evitar que aquele policial fizesse merda, que se humanizar essa questão pro policial, tornar o tratamento mais digno; não que o policial seja uma categoria mais elevada que outra, ela é diferenciada, em qualquer... qualquer um, vamos falar em termos humanitários”.

**Soldado, 31 anos de idade, 7 anos de polícia, não-evangélico.**

Em razão do caráter acessório dos diagnósticos do serviço de psicologia, muitos policiais considerados inaptos para o desempenho de atividades ostensivas acabam sendo mantidos nas ruas da cidade. Os que são retirados do policiamento ostensivo devido a problemas de ordem psico-emocional são classificados com SINA (Serviço Interno Não-Armado), passando a trabalhar dentro das unidades sem autorização para portar sua arma de serviço, tendo em vista a constatação de risco iminente para sua integridade física e de terceiros. De modo geral, para que um policial seja classificado como SINA é preciso que ele tenha dado demonstrações mais que consistentes de instabilidade e desgaste emocional.

“Nós escutamos aí, lá no caso que o colega acabou de contar, você ouviu aí, que contou uma história do colega que trocou tiro e tal e foi trabalhar na guarnição e ele fez um disparo no outro colega. Quer dizer, o cara troca tiro e tal, o colega morre do lado dele, aí ele não tem acompanhamento, aí morre outro colega e continua trabalhando. Para a polícia é como se nada tivesse acontecido com esses colegas. Como esse cara aqui da história, aí você entra na frente dele, ele não quer nem saber! Tem alguma coisa mudando dentro desse cara. É lógico, é

notório isso... A mente desse colega, o sentimento daquele colega...Tá fazendo uma carcaça externa, um robô, né. Um robô...”.

**Sargento, 45 anos de idade, 22 anos de polícia, não-evangélico.**

Para a maioria esmagadora dos policiais militares entrevistados, existiria uma forte conexão entre estas condições de desgaste psicológico e parte significativa dos desvios de conduta observados na tropa, principalmente para os casos que envolvem abuso de poder, violência e execuções sumárias.

“O atual momento vivido pela corporação torna urgente a reformulação e o aprimoramento técnico da sua tropa, o que inclui, entre tantas e mais medidas, o acompanhamento médico e psicológico dos Policiais Militares que, em decorrência do tipo de serviço desempenhado no combate à criminalidade reinante nas ruas do nosso Estado, tem por vezes levado a estes profissionais de segurança pública a se envolverem em situações que culminam no desvio de conduta e, consequentemente, à responsabilização perante a Justiça Comum e Militar (...) Por diversas vezes tenho observado bons Policiais Militares, chefes de família, os quais após participar de diversos confrontos armados contra marginais da lei, passam a adquirir comportamentos agressivos durante o desempenho das suas funções, quando de serviços ou no convívio com outros policiais militares” (Mendonça, 2001:01)<sup>105</sup>.

Frente ao trágico cenário atual, em que as intervenções da PMERJ sustentam níveis de letalidade elevados tanto para civis “não-envolvidos” quanto para os chamados autos de resistência, são bastante corriqueiras associações entre a suposta “falta de preparo” dos agentes e o elevado número de mortes em operações policiais. Seguindo essa linha de raciocínio, por não saberem manusear o armamento adequadamente, os policiais acabariam por vitimar pessoas inocentes. Mas e quando aqueles nem tão inocentes assim são mortos? Observando a reação da população às notícias sobre a ação da polícia militar em favelas, por exemplo, percebe-se uma apatia generalizada com relação às mortes de pessoas supostamente envolvidas com o tráfico de drogas nestas áreas. Ao que parece, afirmar que o falecido era traficante ou possuía antecedentes criminais isenta as forças policiais, perante

---

<sup>105</sup> Retirado aa monografia “A importância da Ressocialização do Policial Militar Apenado para a Sociedade: problemas e perspectivas”, apresentada pelo oficial superior da PMERJ Adailton Moura Mendonça, como pré-requisito para a obtenção do título de especialista em segurança e justiça criminal pela Universidade Federal Fluminense.

a sociedade, de qualquer prestação de contas relativa às mortes causadas em suas operações. As bases de legitimidade da ação policial, infelizmente, não encontram sustentação em valores democráticos, inclusivos. A impressão é que, para parcela significativa da população carioca, é preciso treinar as polícias, não para que matem menos, mas para que matem com maior precisão, eliminando os “inimigos” constituídos da boa ordem social<sup>106</sup>.

Mostra-se bastante plausível essa associação entre má formação e letalidade da ação policial, tendo em vista as óbvias implicações práticas das deficiências relativas ao treinamento de tiro. Entretanto, é possível questionar se o elevado número de mortes em operações policiais pode ser considerado “mau desempenho” ou “desempenho segundo um modelo que, na raiz, legitima as ações que estamos questionando” (Kant de Lima, 2003:243). É fácil conectar as irregularidades no currículo das praças com o desempenho cotidiano deste segmento, majoritariamente envolvido em operações e demais atividades de policiamento ostensivo. Partindo desse pressuposto, mudanças curriculares – com a inclusão ou aumento de carga horária para direitos humanos ou policiamento comunitário, por exemplo – seriam a grande solução para o problema da violência policial. Muito embora a reformulação das estratégias de ensino e instrução seja uma necessidade inegável, principalmente no que se refere ao círculo das praças, esta não pode ser considerada a única variável na compreensão do fenômeno. “A sociedade tem a polícia que merece”, afirma a sabedoria policial militar, que percebe a instituição como produto dos valores que permeiam uma sociedade altamente desigual e preconceituosa, que relegaria aos policiais a árdua tarefa de garantir um modelo de ordem social esquizofrênico, em que os direitos não estão (e nem devem estar!) distribuídos da mesma forma para todos (Muniz, 1999; Kant de Lima, 2003)<sup>107</sup>.

Essa postura é a expressão de um processo incompleto de expansão da cidadania, em que as diferenças implicam na construção de um tipo de dupla institucionalidade, subjacente às estruturas democráticas oficiais, que dita a não-inclusão de segmentos

<sup>106</sup> A revista Veja de 04 de julho de 2007 oferece um exemplo paradigmático para refletirmos sobre esta questão. Na capa, um delegado de polícia civil passeia por um corredor de corpos ensanguentados, de pessoas supostamente “envolvidas”. O título da matéria é bastante ilustrativo: “A guerra necessária para a reconstrução do Rio: o Rio de Janeiro começa a virar o jogo na maior operação de combate ao tráfico já realizada no país”. Ressalto o uso da palavra “guerra” para caracterizar a operação.

<sup>107</sup> Como tentei mostrar no capítulo anterior, a orientação da política de segurança pública tende a exercer influência direta sobre os níveis de letalidade da ação policial. Em um contexto de exclusão, em que amplos segmentos sociais encontram-se parcial ou totalmente alijados do processo de expansão da cidadania, a ordem para “combater sem tréguas o tráfico de drogas” traduz-se em números elevados de mortos em confronto com a polícia nas periferias e favelas das cidades.

socialmente estigmatizados, como os moradores de favelas e periferias. Qualquer policial, por mais jovem e inexperiente, sabe que a “polícia da zona sul é uma; a polícia da Baixada é outra”, que no “asfalto da zona sul” ele precisa adotar uma postura bem mais próxima (mesmo que ainda bastante aquém) do modelo democrático de ação policial; enquanto nas favelas e periferias ele pode ser “o advogado, o juiz e o executor das sentenças”, adotando práticas policiais sumárias<sup>108</sup>.

---

<sup>108</sup> O tema da dupla institucionalidade e do modelo de cidadania brasileiro já foi explorado por uma série de autores: Wanderley Guilherme dos Santos nos relegou uma importante contribuição para a discussão do chamado “híbrido institucional brasileiro” (1993); a metáfora visual, explorada por Kant de Lima (1989; 1992; 1995; 1997; 2001; 2004, dentre outras), da pirâmide (modelo hierárquico) encaixada no paralelepípedo (modelo igualitário), formando também um tipo de objeto geométrico híbrido; a idéia de “dilema brasileiro”, desenvolvida na clássica publicação de Roberto da Matta, “Carnavais Malandros e Heróis” (1979); e as contribuições da análise histórica de José Murilo de Carvalho, que relaciona o modelo de cidadania brasileiro contemporâneo à trajetória da construção do Estado Democrático de Direito, e da relação entre a aquisição dos direitos políticos, sociais e civis pela população brasileira. Um bom exemplo das inconsistências do processo de consolidação dos direitos no Brasil, segundo Carvalho (2002), teria sido a manutenção da escravidão negra mesmo após a proclamação da independência, em 1822. Assim, um importante avanço no que tange aos direitos políticos ocorreu a despeito da limitação dos direitos civis e sociais da parcela escravizada da população.

## CAPÍTULO 4.

### OS EVANGÉLICOS NA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

#### I – O MOVIMENTO EVANGÉLICO ORGANIZADO

##### **I.1) O SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA RELIGIOSA DA PMERJ (SAR-PMERJ)**

O início do movimento evangélico organizado da PMERJ remonta meados dos anos 50, período anterior a fusão político-administrativa entre a Guanabara e o antigo estado do Rio de Janeiro, em 1975. Evento marcante da história contemporânea da Polícia Militar, a fusão uniu trajetórias, estruturas e culturas organizacionais bastante diferentes, cujos efeitos ainda podem ser sentidos com bastante clareza no cotidiano da corporação. Dentre as diversas heranças históricas compartilhadas entre a Polícia Militar do Estado da Guanabara e a antiga Polícia Militar do Rio de Janeiro, está o surgimento dos primeiros núcleos evangélicos organizados da atual PMERJ.

Em 1956, foi criado o Serviço de Assistência Religiosa (SAR) da extinta Polícia Militar do Estado da Guanabara, na sede do 1ºBPM<sup>109</sup>, tido como a origem da estrutura de assistência religiosa da atual PMERJ<sup>110</sup>. Nessa época, a assistência social da Polícia Militar também fazia parte das atribuições do SAR, estrutura esta que se inverteu em 2001, quando o órgão passou a fazer parte da Diretoria de Assistência Social (DAS)<sup>111</sup>. Enquanto órgão oficial, o SAR tem por finalidade prestar assistência religiosa e espiritual a todos os componentes da Polícia Militar e seus familiares, bem como atender a encargos relacionados com a edificação ética profissional na corporação. Dentre as atribuições oficiais dos capelães, está a celebração de missas, cultos, casamentos coletivos, funerais, bênçãos, aconselhamentos etc. Além do SAR-PMERJ, existem outras organizações de caráter religioso, sem fins lucrativos, que acabam complementando suas atividades de

---

<sup>109</sup> Atual Quartel General da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, situado na rua Evaristo da Veiga nº.78, no Centro, entre a Lapa e a Cinelândia. As sedes da União dos Evangélicos da Polícia Militar (UEPMERJ) e do Serviço de Assistência Religiosa (SAR) ficam no mesmo endereço.

<sup>110</sup> O Serviço de Assistência Religiosa às tropas aquarteladas das Forças Armadas e Forças de Segurança encontra-se previsto na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988: “é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva” (Art.5º, VII).

<sup>111</sup> Boletim da Polícia Militar, nota nº.024, de 22 de fevereiro de 2001.

assistência: a União dos Evangélicos da Polícia Militar (fundada em 1967), a Congregação dos Policiais Militares Espíritas (fundada em 1988) e a Arquiepiscopal Imperial Irmandade de Nossa Senhora das Dores (fundada em 1881, no antigo Corpo Militar de Polícia da Corte). Destas, apenas a UEPMERJ consegue alcançar alguma capilaridade nas unidades policiais, através do suporte a criação de congregações locais.

Em quase 40 anos de existência, a Capelania do SAR contou apenas com sacerdotes católicos, não-concursados, trabalhando na assistência religiosa aos policiais militares, situação que começa a ser modificada em 1991, com a realização do 1º censo religioso da PMERJ. Essa ampla consulta possibilitou a consolidação dos primeiros números oficiais sobre a distribuição do efetivo em termos de filiação religiosa, cujos resultados subsidiaram tecnicamente a inserção institucional de grupos organizados não-católicos na corporação. Em setembro de 1994, como consequência de pressões internas por uma maior institucionalização do serviço religioso, aconteceu o primeiro concurso público para ingresso de capelães na Polícia Militar, ocasião em que foi estruturado o Quadro de Capelães Oficiais PM (QCPM), com previsão de postos para um tenente-coronel, dois maiores, três capitães e quatro primeiros-tenentes<sup>112</sup>. Neste mesmo ano, foi dado mais um importante passo no sentido da institucionalização com a publicação do Regulamento do Serviço de Assistência Religiosa da PMERJ<sup>113</sup>.

Tendo em vista a constatação de que o segmento evangélico havia se tornado bastante representativo nas fileiras da corporação, o concurso de 94 previu vagas para os primeiros representantes de denominações protestantes na Capelania, na proporção de 2 pastores evangélicos para 8 padres católicos. As vagas disponibilizadas, entretanto, não foram totalmente preenchidas, tendo sido selecionados apenas seis capelães católicos e dois evangélicos, que passaram pelo Estágio Probatório de Adaptação de Oficiais aos Quadros de Oficiais de Saúde e de Capelães por um período de seis meses. O objetivo principal do estágio é introduzir minimamente esses profissionais à disciplina e hierarquia militar, fornecendo-lhes conhecimentos básicos para o desempenho do papel de oficiais PM.

“Olha, esse concurso foi um concurso público da mesma forma que tem para os médicos; os médicos quando eles entram na Policia, eles entram num quadro específico, tem um quadro de saúde. Então, na Policia Militar começou a ter o

---

<sup>112</sup> Instituído através da lei nº 2108, de 19 de abril de 1993.

<sup>113</sup> Publicado no Boletim da Polícia Militar, nº.03, de 05 de janeiro de 1994.

quadro religioso, de assistência religiosa, inclusive, nós inauguramos esse quadro, tanto os pastores como os padres; nós fomos os primeiros a inaugurar esse quadro de concursados em 94. Então, esse concurso foi para primeiro tenente, estagiário, capelão, como teve primeiro tenente estagiário, médico, enfermeiro; então, nós compomos uma turma com o quadro de saúde, então, entraram dois pastores, seis padres mais uns 30 enfermeiros mais ou menos, e mais uma dúzia de médicos. Na mesma turma. (...) Esse treinamento é diferente do combatente, o combatente pra entrar, ele entra como soldado, praça, seis, nove meses ou ele entra como cadete para ser oficial, três anos de academia para serem oficiais. Já os especialistas, os médicos, enfermeiros e capelões, e agora os psicólogos, eles entram como primeiro tenente estagiário, durante seis meses; quando há a formatura, eles deixam de ser estagiários para ser primeiro tenente capelão, primeiro tenente médico, primeiro tenente enfermeiro; então, durante seis meses, tem um treinamento de ordem unida que é como fazer a marcha; como fazer a formatura; tem o treinamento do estatuto; como fazer as continências, ou seja, adaptação à vida militar, como um militar se comporta; então, ali são as normas básicas da vida militar; a gente aprende o estatuto do policial militar, o RDPM, que é o Regulamento Disciplinar do Policial Militar. A gente estuda aquilo tudo, além das matérias, que são as matérias que também nos ajudam a conhecer a Corporação, por exemplo, os batalhões; a estrutura da Corporação; a comunicação; a gente aprende também como fazer brochura; como ser um oficial de dia, né? Como se chama. Então, são aquelas regras mínimas do conhecimento”.

**Tenente Coronel Capelão evangélico, 51 anos de idade, 15 anos de polícia.**

Em 2001, mediante reivindicações por ampliação de vagas na Capelania destinadas aos evangélicos, foi realizado o 2º Censo Religioso da PMERJ<sup>114</sup>, que identificou um significativo crescimento dos adeptos de denominações de linha protestante nos últimos 10 anos na corporação (1991-2001):

Religião	Nº	%
Católica	20.346	62,5%
Evangélica	6.967	21,4%
Sem religião	1.538	4,7%
Não informada	1.172	3,6%
Kardecistas	1.066	3,3%
Afro-brasileiras	389	1,2%
Outras religiões	318	1%
Ateu	87	0,3%

<sup>114</sup> Publicado no Boletim da Polícia Militar, nº 161, de 27 de agosto de 2001.

Outros destinos	659	2%
<b>Total consultado</b>	<b>32.542</b>	<b>100%<sup>115</sup></b>

Comparando os números do Censo Religioso da PMERJ (2001) e os obtidos pelo IBGE (2000) para a população brasileira e para o estado do Rio de Janeiro em particular, pode-se estabelecer algumas correlações interessantes para o percentual de católicos, evangélicos e dos que declararam não possuir religião.

	<b>Brasil (2000)</b>	<b>Rio de Janeiro (2000)</b>	<b>PMERJ (2001)</b>
Católicos	73,7%	56,19%	62,5%
Evangélicos	15,4%	21%	21,4%
Sem religião	7,4%	15,8%	4,7%

A partir da tabela acima, pode-se perceber que, muito embora esteja abaixo da representatividade para a população brasileira (73,7%), o percentual de católicos na corporação policial militar (62,5%) encontra-se acima do verificado para o estado do Rio de Janeiro (56,19%), um dos menos católicos do país. Os números da PMERJ, por sua vez, equiparam-se aos registrados para o estado em relação a porcentagem de evangélicos (21%), a quarta maior do país. O que chama a atenção, entretanto, é o baixo número de policiais que afirmam não possuir religião na corporação (4,7%). Em relação à população brasileira, as diferenças entre as porcentagens daqueles que se auto-declararam “sem religião” são significativas, embora não tão discrepantes. Em relação ao Rio de Janeiro, o estado “menos religioso” do país (IBGE 2004), os resultados encontrados na PMERJ impressionam pela disparidade em relação ao perfil do ambiente social mais amplo. Além da representatividade evangélica em suas fileiras, nas duas outras categorias consideradas (católicos e sem religião) os policiais militares parecem mais inclinados a estabelecer um tipo de vinculação religiosa formal do que a população do Rio de Janeiro de modo geral.

---

<sup>115</sup> Em 2001, o efetivo total da PMERJ era de 34.881 policiais militares ativos, o que significa que 93,3% da tropa foi consultada para a realização do Censo Religioso. As porcentagens apresentadas na tabela acima, portanto, foram recalculadas, tomando por base o efetivo consultado: 32.542 policiais militares (100%).

De certa forma, este pode ser o reflexo do padrão de religiosidade dos segmentos sociais em que a PMERJ recruta seus membros, em sua maioria, representantes das classes populares urbanas. Entretanto, a partir de minha experiência de campo, é possível especular alguma relação entre essa intensidade religiosa e as especificidades da experiência profissional dos policiais militares, marcada pela exposição cotidiana ao risco e elevada imprevisibilidade.

Durante a pesquisa de campo, pude observar uma forte vinculação entre ética profissional e religião, mesmo entre os policiais militares não-evangélicos entrevistados. Certa vez, conversando com um tenente coronel não-evangélico que participou diretamente da organização do 2º censo religioso da PMERJ, pude tomar contato com algumas histórias interessantes que correram nos bastidores do processo. O censo de 2001, segundo informou-me, teria sido realizado em razão das pressões exercidas pelo movimento evangélico organizado, que pleiteava o aumento do número de vagas para capelães. Para esses representantes evangélicos, o censo comprovaria o tão alardeado aumento de adeptos da fé cristã-evangélica nas fileiras da corporação. Os resultados obtidos, entretanto, trouxeram algumas surpresas. Além de um aumento abaixo do especulado de policiais que se auto-declaravam evangélicos, o censo mostrou um aumento do segmento de pessoas atéias ou sem religião na PMERJ. Segundo este tenente coronel, pessoas diretamente ligadas ao comando geral da corporação na época chegaram a afirmar que o número elevado de desvios de conduta poderia estar relacionado ao aumento do número de policiais militares sem referenciais religiosos.

Em 2002, como reflexo dos resultados do censo de 2001, a PMERJ realizou um segundo processo seletivo, em que foi disponibilizada mais uma vaga para pastores evangélicos no quadro de capelães, que passou de dois para três postos. Nesta segunda seleção, realizada também em conjunto com os profissionais de saúde, foram incorporados mais um capelão católico e um evangélico, completando todos os postos disponíveis para a Capelania. Desde então, não foi realizada nenhuma outra consulta sobre as opções religiosas junto ao efetivo da PMERJ. Entretanto, representantes do movimento organizado especulavam números de crescimento bastante acentuados para 2007, passando de sete para nove mil evangélicos na PMERJ. Os policiais militares evangélicos entrevistados são unâmines em afirmar que esta projeção de crescimento ainda estaria bastante aquém da

realidade da corporação. Os dilemas e mazelas familiares, existenciais, financeiras e profissionais dos policiais militares e o atual quadro de crise na segurança pública carioca seriam os principais responsáveis por este crescimento acelerado.

“Hoje em dia, pra você ter uma idéia, nas Forças Armadas tem crescido muito o número de policiais evangélicos e nas forças policiais militares mais ainda; aqui no Rio de Janeiro nós temos em torno de 9 mil policiais evangélicos, e crescendo. Por quê? Pela necessidade, e a gente não prega aqui como na igreja; a gente dá assistência espiritual, mas o policial necessita e quanto mais necessitado mais procura Deus; o ser humano é assim né? Quando está tudo bem não procura Deus mas quando necessita... a vida do policial militar é, em várias áreas, a começar pelo salário, dificultosa; pelo apoio da sociedade que não tem, então, o único apoio que ele encontra é Deus, mas muitas vezes ele não consegue enxergar e só quando acontece um problema com ele é que ele vai e busca Deus e quando encontra Deus a vida dele muda, aí ele passa a ter uma visão totalmente diferente e aí muda, por isso que tem aumentando o número de evangélicos dentro da instituição. Por que o policial fica muito embrutecido o coração dele, porque é muita violência e ele, às vezes, tem que matar e se a própria família ver ele atuando vai achar que ele é um animal, mas não é... é o papel dele como policial e isso, às vezes, faz com que ele fique embrutecido e não veja a vida real; assim como acontece a mesma coisa com o bandido”.

**Dirigente evangélico, 41 anos de idade, 6 anos de polícia, 25 anos de conversão.**

Com um efetivo bastante reduzido, o SAR conta hoje com apenas 10 capelães (3 evangélicos e 7 católicos) para as atividades de assistência religiosa na corporação. Segundo os capelães entrevistados, existe um posicionamento claro dentro do SAR sobre a importância da ampliação do papel efetivo do órgão na construção de padrões ético-profissionais para a atuação policial militar. A idéia é que esta proposta seja viabilizada através da transferência de competência do ensino de ética nos cursos de formação e aperfeiçoamento para os capelães. Além disso, seria necessária uma maior presença da capelania no cotidiano dos policiais nas unidades, principalmente nas operacionais, em que o agente estaria mais exposto às pressões e inconsistências da árdua rotina das ruas. Esta exposição aos “vícios da sociedade” guardaria um caráter corruptor dos valores éticos e padrões de comportamento, provocando desvios de conduta, desestruturação familiar e aflições de ordem emocional e psicológica. Para atuar sobre estes problemas, entretanto, o SAR precisaria contar com um quadro muito maior do que o atualmente disponível.

Estas foram algumas das conclusões de um estudo técnico realizado em 2001 por quatro capelães, dois católicos e dois evangélicos, sobre a necessidade e viabilidade da ampliação do serviço de assistência religiosa na PMERJ. A pesquisa aplicou 3.000 questionários sobre o tema em unidades policiais da capital e interior, recebendo um retorno de 2.876 formulários respondidos. As perguntas realizadas buscaram identificar o grau de conhecimento dos policiais militares sobre os tipos de serviços oferecidos pelo SAR, bem como estabelecer relações entre religião, ética profissional e bem-estar emocional. Abaixo, reproduzo o quadro de perguntas e porcentagens de respostas obtidas pela pesquisa:

		SIM	NÃO	S/RESP
1. Você tem conhecimento a PMERJ conta com um Serviço de Assistência Religiosa, o SAR?		45%	50%	5%
2. Como você avalia o Serviço de Assistência Religiosa na PMERJ?	Muito Importante Pouco importante Desnecessário Outra resposta Não declaradas	70,2% 2,3% 5,0% 2,5% 20,0%	- - -	-
3. Você já participou de alguma cerimônia religiosa organizada pelo SAR-PMERJ?		29,5%	68,8%	1,7%
4. Você já teve contato pessoal com um dos capelães da Corporação?		34,6%	65,4%	-
5. Você acha importante a presença de um capelão (padre/pastor) nas OPMs <sup>116</sup> ?		82,6%	17,4%	-
6. Você considera importante para o policial militar praticar uma religião?		96%	4%	-
7. Na sua opinião, a religião influencia a pessoa para um bom comportamento moral?		92,2%	7,3%	0,5%
8. A vida religiosa ajuda o relacionamento do PM com a sua profissão?		76,1%	5,7%	18,2%
9. A religiosidade melhora o bem estar emocional do PM?		73,5%	4,8%	21,7%

Fonte: “A ampliação do Serviço de Assistência Religiosa na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro” (Aguiar, Paiva, Távora & Valter 2001:53).

A amostra desta sondagem foi aleatória, englobando quase todas as patentes, graduações, sexos, faixas etárias e credos nas unidades pesquisadas. Pode-se perceber que, embora pouco difundido internamente, o serviço de assistência religiosa é visto como um auxílio importante à atividade policial pelos respondentes. Os resultados obtidos dão indícios de uma ampla vinculação entre religião, ética profissional e suporte emocional, relação esta observada também nas entrevistas realizadas em minha pesquisa de campo. A

<sup>116</sup> Organização Policial Militar (OPM), equivale à unidade policial militar.

religião enquanto fonte de referenciais éticos funcionaria como um tipo de blindagem moral contra os possíveis efeitos degenerativos da exposição a ambientes de risco, pressão, imprevisibilidade e violência. Como mencionado no capítulo anterior, é bastante difundida institucionalmente a concepção de que a profissão policial militar envolve o contato com “o que existe de pior na sociedade”, com o que há de mais obscuro na alma humana. Muitos são os que concebem o lugar de polícia como um lugar de fronteira entre a legalidade e a ilegalidade, entre o bem e o mal. A religião aparece como um tipo de instrumento de negociação desta realidade essencialmente conflitiva da experiência policial militar, atribuindo sentido às inconsistências vivenciadas pelos sujeitos em âmbito pessoal e profissional. Segundo meus interlocutores, em última instância, a síntese religiosa da experiência policial permitiria a manutenção de padrões éticos de atuação, tendo em vista a dura rotina de trabalho a que são submetidos. Talvez em razão desse elevado potencial de enquadramento das experiências conflitivas, os entrevistados tendam a estabelecer aproximações bastante claras entre a assistência religiosa e o serviço de psicologia na PMERJ.

“Realmente a importância do movimento evangélico na PM vai no sentido de... da moral e da ética, porque se o cristão, o evangélico, seguir realmente o que diz a cartilha, que é a bíblia, ele realmente pode mudar. Se eu vejo algo que pode mudar a Policia, é o movimento evangélico dentro da Policia, entendeu? É o que eu vejo e que já tem mudado muito, é que, às vezes, muitas coisas não são divulgadas; porque, como o apóstolo Paulo falou ‘Aquele que roubava, não rouba mais; aquele que matava, não mata mais; aquele que adulterava, não adultera mais; aquele que prostituía, não prostitui mais.’ Você vai ver que o número de homicídios vai diminuir; o número de corrupção vai diminuir; o número de casamentos destruídos, lares destruídos vai diminuir, né? Então, é isso aí. Essa é a importância. Eu acho que não só do evangélico mas do trabalho espiritual dentro da Polícia, já que falta o trabalho psicológico, infelizmente, a Polícia Militar falha nisso, porque do primeiro minuto do dia 1º de janeiro até às 23:59 min do dia 31 e dezembro a Policia está em combate direto com o que sobra pra ela quando mais nada resolve, a política falha, a educação falha, a polícia tem que resolver tudo e o policial está ali no combate direto, é tiro, é uma série de coisas, o policial não pode estar psicologicamente normal. Então, eu acho que o que vem tentando suprir isso seja o trabalho evangélico, não só o evangélico mas também o católico, espírita... eu, particularmente prefiro o evangélico mas eu não discriminio ninguém já que existe essa grande falta da parte psicológica na polícia. Sem dúvida, e o que ocorre conosco da Polícia Militar, principalmente? O pessoal acha que, por termos uma estrutura militarizada, nós aqui somos robôs de guerra, e não é. O suporte aqui é nenhum e eles acham que o policial, homem ou mulher, tem que estar ali 100% no combate; pra você ver que a pessoa quando está boa ela é privilegiada no batalhão, mas quando ficam doentes, como eu que sou hipertenso, como vários outros colegas, colegas que levaram tiro, e hoje não podem mais trabalhar na

atividade fim e trabalha na atividade meio são discriminados por muitos comandantes, eles acham que o policial é só pra dar tiro, levar tiro, então, eles acham que a sociedade nos paga pra isso eu acho que não paga e se me paga, paga mal”.

**Sargento evangélico, 42 anos de idade, 22 anos de polícia, 5 anos de conversão.**

#### • A religiosidade no cotidiano policial militar

Visitando as unidades policiais pude registrar fotograficamente várias expressões de uma forte religiosidade na corporação: altares, imagens, monumentos, placas e diversas inscrições de passagens bíblicas e orações nas paredes. No 14º BPM (Bangu), por exemplo, em frente à sala da capela ecumênica existe uma estátua de São Jorge de quase dois metros de altura. Mais à diante, na parede interna da unidade, pode-se observar uma passagem do livro de Salmos: “O Senhor é a fortaleza da minha vida, a quem temerei?”, seguida do imperativo “Combate sempre!”<sup>117</sup>. Pode-se perceber aqui outros tipos de vinculações entre aspectos da cultura policial militar e elementos religiosos, em que é possível entrever sinais de valorização de um *ethos* guerreiro.

De modo geral, a situação da segurança pública no Rio de Janeiro é tradicionalmente (re)tratada de forma bastante maniqueísta, como se o poder público travasse um tipo de batalha entre as forças da ordem e do caos social. Para muitos policiais militares, imersos nessa semântica de guerra e em contato direto com cenários de conflito e imprevisibilidade, é comum que a religião seja acionada como um fator de proteção contra as ameaças e inimigos. Com sua figura guerreira, São Jorge povoa o imaginário dos combatentes, tendo se tornado o principal santo de devoção dos policiais militares.

“Gostaria de saber se algum policial militar, daqueles que minimamente já labutaram nas ruas, se algum desses não possui alguma estória que contasse com algum elemento sobrenatural. Projéteis que não saem do cano da arma do marginal, ‘avisos’ em forma de sonhos, premonições, superstições etc. Creio que isso não seja aspecto exclusivo do policial brasileiro, pois, temos até *sitcoms* americanos falando sobre o tema (*Cold Case*, por exemplo). Acima pus uma fotografia do singelo altar dedicado à S. Jorge, que aqui no Rio tem até feriado próprio, no alojamento das praças do antigo [6º]batalhão. Tem outro altarzinho menor no outro alojamento deles e um outro deste porte da foto dentro da P-2 [serviço reservado]. Além de S. Cosme e S. Damião no rancho dos praças. Fora

---

<sup>117</sup> Todo o registro fotográfico do trabalho de campo pode ser consultado na parte de anexos do presente trabalho dissertativo.

os PPMM [policiais militares] que exibem tatuagens, adesivos no carro, *wallpaper* do Nextel, e tudo mais a respeito do santo. É uma febre explicável pela poderoso apelo da imagem do Santo guerreiro.(...) É sonho de consumo de todo policial militar a invencibilidade física oferecida pela oração. S. Jorge já era venerado pelos cruzados, nas suas missões à Terra Santa. Mas para mim, que não sou religioso, essa devoção toda tem mais a ver com coisas bem materiais. O Policial Militar de serviço, muitas vezes sente-se desprotegido por quem deveria lhe dar assistência: o seu comando. Muitas vezes posto em serviços desnecessariamente arriscados, em desvantagem numérica e de armamento. Também, muitas vezes, não tem fé na sua missão. A questão deixou de ser racional. Passou a ser de “bem” contra o “mal”. Para mim, falta de garantias e perspectivas são o combustível dessa devoção. Só um santo para proteger quem é posto nessas situações de risco desnecessário. Só S. Jorge para proteger-me. Valhei-me S. Jorge”<sup>118</sup>.

Segundo a tradição católica, Jorge da Capadócia teria sido um bravo capitão dos exércitos romanos que, frente ao genocídio dos cristãos na palestina, teria se negado a abrir mão de sua fé em Jesus Cristo, pela qual foi torturado e morto pelo imperador Diocleciano. Seu testemunho de coragem e fidelidade teria encorajado os cristãos e convertido muitos romanos ao Cristianismo. Devido à sua luta tenaz para manter-se firme na fé cristã, São Jorge costuma ser retratado com seus paramentos militares, sobre um cavalo branco, subjugando satanás, representado sob a forma de um dragão vermelho. Em um dos trechos mais conhecidos de sua oração, invoca-se a proteção para os soldados contra as ameaças inimigas. Ao retomar os elementos míticos de sua figura cristã, comprehende-se um pouco melhor porque, além de muito popular, a devoção à São Jorge exerce tanto apelo junto ao público policial militar e especialmente entre aqueles agentes mais expostos a contextos de conflito armado. Abaixo transcrevo um trecho da oração dedicada à São Jorge.

“(...) Eu andarei vestido e armado, com as armas de São Jorge, para que meus inimigos, tendo pés não me alcancem, tendo mãos não me peguem, tendo olhos não me enxerguem, e nem em pensamento eles possam ter para me fazerem o mal, armas de fogo o meu corpo não alcançarão, facas e lanças quebrarão sem meu corpo chegar, cordas e correntes se arrebentarão sem o meu corpo amarrarem. (...)”.

Para os policiais adeptos de uma religiosidade mais flexível, a devoção à São Jorge pode passar por simples superstição ou simpatia dos colegas pela imagem de um santo

<sup>118</sup> Trecho do post “Aspectos sobrenaturais da Polícia Militar (Parte 1 – São Jorge)”, retirado do blog “Reflexões em Segurança”, do policial militar carioca Carlos Barrim (<http://www.carlosbarrim.com.br/archives/9>, em 03/02/2009).

guerreiro. Para os evangélicos, entretanto, aqueles que cultuam imagens praticam a idolatria e estão em pecado. Além disso, a devoção aos santos – bastante comum no catolicismo popular – foi abolida pela reforma protestante, que expurgou toda sorte de intermediações na relação entre Deus e os seres humanos. No entendimento dos evangélicos entrevistados, o imaginário vinculado a figura de São Jorge agregaria valores completamente antagônicos àqueles apregoados para uma vida cristã, indo de encontro também às suas concepções de ética profissional. Um policial devoto de São Jorge estaria sendo influenciado por forças malignas em seu modo de atuação, que o instigariam a reagir com violência excessiva as situações de crise e conflito.

Na época em que foi construída na sede do 14º BPM (Bangu), a estátua de São Jorge de pouco mais de dois metros gerou polêmica entre os policiais da unidade. O então comandante tinha mandado construir a imagem e pretendia instalá-la dentro da capela ecumênica, idéia que foi frontalmente combatida pelos policiais militares evangélicos. No 13º BPM (Tiradentes), além da estátua de São Jorge, o corredor que dá acesso ao local em que está localizada a congregação evangélica possui um altar repleto de imagens, onde os policiais acendem velas, depositam doces, rezam etc. Embora a maioria dos evangélicos entrevistados conviva bem com essas outras manifestações de religiosidade na corporação, alguns conflitos ainda acontecem, motivados, principalmente, por questões doutrinárias relativas ao culto de imagens.

“Muitas dificuldades, até porque nós sabemos que a Polícia Militar ela não é uma instituição genuinamente evangélica, já começa por aí né? Eu não sei agora, mas nós sabemos que existe um movimento forte de uma Maçonaria da qual... É uma coisa grande e esse pessoal, alguns, repudiam os evangélicos. Isso chegou ao ponto de um comandante de um batalhão querer botar uma imagem dentro da capela ecumênica, uma imagem de dois metros de altura de São Jorge. Aí o colega que é da União Evangélica chegou pro comandante ‘Está acontecendo isso e isso e a capela é ecumônica, no dia que o senhor quiser fazer um culto pode botar a imagem lá, agora ela não pode ficar lá dentro por questão de respeito a quem é evangélico como seria uma falta de respeito eu ir lá e quebrar a imagem’. Ele foi e arrumou outro lugar pra colocar a imagem, pra você ver que a resistência acontece. Eu acho até graça porque falou em São Jorge eu lembrei de quando eu era apto eu e um amigo, também evangélico, que me ajudou muito, nós fomos fazer uma operação na favela de Manguinhos, operação grande, rodamos Manguinhos todo, aí vimos um São Jorge estampado na parede. Eu falei: ‘A., olha São Jorge aqui e São Jorge no quartel..’ ‘Por isso tem muita bala perdida, vai salvar um e salvar outro e aí pega em quem? Pega na velhinha, na criança...’ Isso é uma brincadeira, a gente não está aqui querendo fazer chacota com a crença dos outros, nós somos um país em que cada um tem o poder e a

decisão de escolher o melhor caminho; mas a gente vê isso aí, por isso está essa grande barreira; uma vez eu trabalhei num lugar também que o colega tinha um Cosme & Damião...”.

**Cabo evangélico, 32 anos de idade, 10 anos de polícia, 7 anos de conversão.**

Em minhas visitas ao 24ºBPM (Queimados) tomei contato com uma história bastante parecida. O então comandante chamou-me em sua sala para conversar sobre a minha pesquisa e para saber mais sobre a opinião dos evangélicos da unidade sobre a reforma de uma imagem de Nossa Senhora da Conceição.

“(...) Ainda nessa visita ao 24ºBPM, o comandante, meu amigo de outrora, chamou-me em seu gabinete para conversar. Em determinado ponto da conversa ele me mostrou uma imagem de quase um metro de Nossa Senhora da Conceição, padroeira de Queimados, município em que está situado o batalhão. Ele perguntou sobre a minha pesquisa e explicou que gostaria de saber a opinião dos evangélicos do batalhão sobre um trabalho de restauração da santa, iniciado logo nas primeiras semanas de seu comando. A imagem está na unidade há muitos anos. Exposta às intempéries, queimada pelas velas acendidas em sua homenagem, encontrava-se muito desgastada. O comandante resolveu restaurá-la porque, segundo dizem os mais antigos, durante o período em que foi retirada da unidade, aconteceram coisas muito ruins: muitos policiais foram mortos, feridos, casos de corrupção, escândalos, etc. Segundo afirma, o ‘rádio corredor’ [fofoca] do batalhão fez chegar até ele que os evangélicos estavam descontentes com o destaque dado àquela imagem, pois, além da restauração, estava sendo construído um espaço no batalhão para recebê-la, a Praça da Reflexão. ‘Isso aqui, quando o policial chegar de cabeça quente, eu vou mandar ele pra cá! Vai refletir um pouco, policia, vai!’, afirmou o comandante. O interessante é que dois policiais evangélicos estão trabalhando na construção da tal praça. Um deles eu mesma entrevistei e nada foi mencionado sobre a estátua. Ainda segundo o comandante, ao contrário da maioria dos policiais do batalhão, os evangélicos acreditam que a estátua trará má sorte para a unidade. Da parte das pessoas com quem conversei, entretanto, nada foi comentado”.

[Trecho de anotações de campo]

Além das imagens de santos, altares etc., é bastante comum que algumas unidades ou grupos especiais possuam orações, muitas vezes de autoria desconhecida. Embora sejam pouco utilizadas na prática, as orações ilustram com muita propriedade a forma como os policiais representam as agruras, dilemas e anseios de sua atividade profissional. De modo geral, invocam imagens de incompreensão, combate e pedem a proteção para aqueles que fizeram “o juramento de proteger a sociedade com o sacrifício da própria vida”. À título de

ilustração, transcrevo abaixo uma das versões da “Oração do Policial Militar”, retirada da declaração de aspirantes da turma de oficiais da PMERJ de 1999.

“Senhor, muitos não sabem, mas Vós sabeis que não tenho dia certo, hora certa, local certo, obrigação certa, e a qualquer dia, a qualquer hora, onde houver alguém violando a lei, ali haverei de estar para fazê-la acatada e respeitada.

Senhor, Vós bem sabeis quão dura e difícil é minha missão. Quase sempre incompreendida pelos homens.

É triste, Senhor, empenhar-me no cumprimento de uma árdua missão e depois não me sentir recompensado, sendo injustamente alvo de todas as críticas, ataques e injúrias por uma imprensa apaixonada e mal informada.

É triste despedir-me do lar ao sair para um serviço e não poder, talvez, a ele retornar.

É triste, Senhor, partir alegre, feliz para o trabalho e em vez de retornar ao lar ser levado a um hospital.

Muitos não sabem, mas Vós sabeis, que num instante, numa fração de segundo, ante a iminência do perigo, terei de tomar uma decisão imediata, certa ou errada mas uma decisão que, mais tarde, calculada e friamente, na calma de um momento que não aquele, na tranquilidade acolhedora de gabinetes, será apreciada e julgada.

Muitos não sabem, mas Vós sabeis que nas Vossas noites, nas madrugadas frias, estarei sozinho, anônimo, perdido nas ruas silenciosas e desertas, mas vigilante, velando para que a população tenha um sono tranquilo, sem saber, sem ter certeza de que alguém, vela pelo sono dos que em casa ficaram.

Mas, apesar de tudo é compensador, é consolador o sentimento do dever cumprido e o que é mais importante: saber, Senhor, que sou útil à sociedade. É consolador saber que a minha simples presença evitou que um delito se consumasse. É consolador saber que o delinquente que matou, que feriu, que assaltou, que perturbou a tranquilidade alheia, não mais matará, não mais ferirá, não mais assaltará, não mais perturbará a ninguém porque foi entregue à Justiça. É consolador ver o sorriso inocente das crianças alegres seguras nas escolas, nos parques, ao atravessarem as ruas, porque ali estarei sempre atento e vigilante.

Senhor, dai-me coragem e serenidade para enfrentar o inimigo da lei e da sociedade e que nunca, Senhor, nunca, seja obrigado a usar a arma que o Estado coloca em minhas mãos e que eu possa sempre empregar o poder da palavra, da persuasão, da astúcia e da inteligência.

E quando porventura, falharem todos esses argumentos e tiver que empregar a violência, iluminai-me, Senhor, para que eu possa usar tão somente o mínimo necessário.

Dai-me, enfim, coragem, força e ânimo para renovar diariamente, o compromisso solene que prestei perante Vós, de defender a honra e a integridade da pátria e da sociedade até com o sacrifício de minha própria vida”.

## **I.2) A UNIÃO DOS EVANGÉLICOS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Em 15 de novembro de 1967, o então pastor e sargento Maurílio Gomes da Silva, reunido com outros fundadores no Hospital da antiga PMRJ, criou a União dos Militares Evangélicos do Estado do Rio de Janeiro (UMERJ). Nessa mesma época, surgiu na antiga sede do 1º batalhão a Congregação Evangélica da Polícia Militar do Estado da Guanabara, sob a direção do então tenente Paulo Cabral Saldanha. Nesse meio tempo, entre 1967 e 1975, a UMERJ desenvolveu-se enquanto organização de classe, criando seus estatutos, regulamentos e iniciando um processo de descentralização, com a criação de congregações em diversas unidades policiais do antigo estado do Rio de Janeiro. Na Guanabara, por sua vez, o núcleo evangélico manteve o formato de congregação até o advento da fusão, desenvolvendo-se menos como órgão representativo. Talvez por esse motivo, a atual União dos Evangélicos da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (UEPMERJ), criada em 1975, remonte suas origens históricas, oficialmente, à linha de trabalho e estrutura organizacional da UMERJ, fundada em 1967.

Com o lema “Ferramenta de Deus para Redenção Humana”, a UEPMERJ é hoje o principal órgão representativo evangélico, de caráter interdenominacional, dentro da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Fazendo-se presente em quase todas as unidades da PMERJ, sua missão é pregar o evangelho na corporação e prestar assistência espiritual à “família policial militar”. As atividades de evangelização e culto são totalmente descentralizadas, sendo desenvolvidas a partir do suporte à criação de congregações autônomas nas unidades policiais. Oficialmente, estas congregações são dirigidas por um(a) policial militar evangélico(a), eleito(a) pelos demais evangélicos da unidade, independente de sua vinculação denominacional, cargo, função ou posição hierárquica. Este dirigente é o responsável por manter o trabalho ativo em sua unidade, convidar os policiais militares para os cultos semanais e providenciar toda a estrutura material necessária: uma sala para as reuniões, cadeiras, ventiladores, púlpito, dentre outros subsídios. A UEPMERJ fornece Bíblias gratuitas aos policiais militares<sup>119</sup> e hinários (“Milícias Celestes”) para as congregações, adquiridos a partir da contribuição mensal dos associados, que descontam

---

<sup>119</sup> Há pouco mais de seis anos, a UEPMERJ iniciou a campanha “Uma Bíblia para cada policial militar”, cujo objetivo, segundo seu então presidente, Pastor Liodir Barreto, é “levar o conhecimento da palavra de Deus à todos os militares”. Já foram distribuídos quase 10 mil exemplares na corporação, que possui um efetivo total de quase 39 mil policiais.

em folha de pagamento um valor equivalente a 2% do soldo de cabo. Muitos policiais militares evangélicos não são associados, assim como existem também não-evangélicos que descontam em folha sua contribuição. Independentemente de qualquer vinculação formal, todos os policiais militares são potenciais beneficiários dos trabalhos da UEPMERJ; a única diferença entre um associado e um não-associado é que apenas o primeiro pode participar da eleição da diretoria da instituição, cujo mandato é de 2 anos<sup>120</sup>.

Vinculadas ao Departamento de Evangelismo da UEPMERJ, as congregações funcionam com uma margem bastante confortável de autonomia, estabelecendo sua própria agenda semanal de cultos, assistências e evangelização, adequando-se à realidade específica das rotinas e demandas de cada unidade policial. Durante os quase 7 meses de trabalho de campo, entre julho e dezembro de 2007, pude realizar visitas freqüentes às congregações do BOPE (Laranjeiras), do 5ºBPM (Saúde), do 13ºBPM (Centro), 14ºBPM (Bangu), 24ºBPM (Queimados), do 2ºBPM (Botafogo), do Hospital Central da Polícia Militar (HCPM-Estácio) e do Batalhão Especial Prisional (BEP-Benfica), acompanhando o desenvolvimento dos trabalhos, suas agruras e gratificações. Com algumas exceções, no período em que realizei as visitas, as congregações encontravam-se esvaziadas ou passando por algum tipo de dificuldade na realização dos cultos semanais<sup>121</sup>. No geral, a principal reclamação era sobre a baixa mobilização dos evangélicos nos batalhões, que não compareciam aos cultos e pouco colaboravam na organização e condução dos trabalhos das congregações.

Conversando com os dirigentes e seus auxiliares (quando existiam), foi possível identificar relatos muito interessantes sobre a dinâmica do trabalho evangélico na PMERJ. A grande maioria deles não tinha sido o responsável pela fundação da congregação, mas havia herdado o trabalho de um colega transferido para outra unidade, falecido, aposentado ou alocado no policiamento ostensivo. Nenhum dos dirigentes entrevistados havia sido eleito ou passado por qualquer processo de consulta aos evangélicos da unidade. Pelo contrário, todos assumiram a congregação tendo em vista a completa falta de candidatos ao

---

<sup>120</sup> A diretoria da UEPMERJ é formada pelo presidente, vice-presidente, primeiro e segundo secretários, primeiro e segundo tesoureiros, e por seis departamentos: departamento de evangelismo, departamento de comunicação, departamento social, departamento feminino, departamento de música e departamento patrimonial. No geral, a despeito da vigência de um mandato de 2 anos, as diretorias costumam ter uma permanência muito maior, principalmente no que se refere à figura do presidente. Em seus 41 anos de existência, a UEPMERJ teve apenas cinco presidentes.

<sup>121</sup> As congregações do BOPE, do Batalhão Especial Prisional e do Hospital Central da Polícia Militar encontravam-se em plena atividade nesse período, muito mobilizadas e com elevada freqüência de evangélicos e não-evangélicos que trabalham nessas unidades.

cargo, para evitar o encerramento das atividades de evangelização. Na ausência imediata de um sucessor, a congregação pode ficar abandonada até que seja reativada por outra pessoa ou grupo de evangélicos.

Na época em que realizei o trabalho de campo, a congregação do BOPE estava sendo reativada por um grupo de sargentos evangélicos, sob o aval do comandante da unidade, simpatizante do movimento e de família cristã-evangélica. O apoio do referido comandante foi fundamental no processo de reativação do núcleo, com a cessão de um recinto amplo e bem localizado, na liberação dos policiais para a obras, na arrecadação de materiais para a reforma etc. No dia em que a nova sala da congregação foi inaugurada, realizou-se uma grande festa, prestigiada por representantes do movimento evangélico organizado da PMERJ, pela imprensa e pelo próprio comandante. Segundo os dirigentes entrevistados, o apoio do comando da unidade é crucial para o bom desempenho dos trabalhos, porque dilui quaisquer resistências das chefias intermediárias em liberar policiais para os cultos e outras atividades. Talvez em razão deste apoio, a congregação do BOPE tenha sido um dos núcleos mais ativos visitados, com reuniões diárias, sempre lotadas de policiais evangélicos e não-evangélicos. Estes policiais estariam procurando alento para seus problemas e questionamentos existenciais, além de buscarem respostas para a dura realidade de conflitos armados constantes do Batalhão de Operações Policiais Especiais. Vendo-se impotentes na solução definitiva dos problemas sobre os quais são chamados a intervir, os policiais ficariam mais abertos à idéia de que estes conflitos transcendem sua dimensão material, sendo o reflexo de uma batalha de ordem espiritual<sup>122</sup>.

“O trabalho aqui na congregação do BOPE, é um trabalho diário, né? De cultos diários, assim na hora do almoço, entre meio-dia e uma hora da tarde, são

---

<sup>122</sup> Para mencionar mais uma referência à religião na PMERJ, a sede do BOPE chama-se “Quartel do Vale dos Ossos Secos”, remetendo à uma passagem bíblica, Ezequiel cap. 37 v. 1-14: “Veio sobre mim a mão do SENHOR, e ele me fez sair no Espírito do SENHOR, e me pôs no meio de um vale que estava cheio de ossos./ E me fez passar em volta deles; e eis que eram mui numerosos sobre a face do vale, e eis que estavam sequíssimos./ E me disse: Filho do homem, porventura viverão estes ossos? E eu disse: Senhor DEUS, tu o sabes./ Então me disse: Profetiza sobre estes ossos, e dize-lhes: Ossos secos, ouvi a palavra do SENHOR./ Assim diz o Senhor DEUS a estes ossos: Eis que farei entrar em vós o espírito, e vivereis./ E porei nervos sobre vós e farei crescer carne sobre vós, e sobre vós estenderei pele, e porei em vós o espírito, e vivereis, e sabereis que eu sou o SENHOR./ Então profetizei como se me deu ordem. E houve um ruído, enquanto eu profetizava; e eis que se fez um rebuliço, e os ossos se achegaram, cada osso ao seu osso./ E olhei, e eis que vieram nervos sobre eles, e cresceu a carne, e estendeu-se a pele sobre eles por cima; mas não havia neles espírito./ E ele me disse: Profetiza ao espírito, profetiza, ó filho do homem, e dize ao espírito: Assim diz o Senhor DEUS: Vem dos quatro ventos, ó espírito, e assopra sobre estes mortos, para que vivam./ E profetizei como ele me deu ordem; então o espírito entrou neles, e viveram, e se puseram em pé, um exército grande em extremo. (...).” Existe um grande mural no pátio do Batalhão de Operações Policiais Especiais que retrata esta passagem bíblica, em que uma caveira vai tomando corpo e torna-se um policial do BOPE (ver registro fotográfico em anexo). Para os evangélicos da unidade, o painel remonta diretamente à idéia do poder de Deus, que trouxe vida à uma pilha de ossos. Para os “bopianos” não-evangélicos, a adaptação gráfica da passagem bíblica passa uma mensagem diferente: um “caveira” já nasce “caveira”, só os vocacionados suportam a rotina de uma tropa de operações especiais.

diários; às vezes, a noite tem cultos também, dependendo da disponibilidade, do tempo dos policiais; quando não tem operação, não tem nada programado. Existem cultos à noite também; a pessoa se reúne e sempre tá buscando a Deus na palavra, né? Que tem que buscar enquanto se pode achar, invocar a Deus enquanto Ele está perto, enquanto o tempo da graça não acaba, enquanto Jesus não volta, então o homem tem que buscar a Deus mesmo. E tem policiais que quando você olha no semblante dele, na fisionomia de qualquer pessoa, você já sente quando ela tá passando por um problema, então, você já vai e chega até ela e acaba falando da Palavra, ela acaba se abrindo pra você, que tá passando por uma fase difícil no casamento ou trabalho, ou seja, problema de dívidas, e você leva uma palavra de conforto, uma palavra de Deus pra ela; convida ela pra ir na congregação e ela acaba indo, então, ela se sente aliviada, porque a palavra de Deus é um refrigério, a palavra de Deus é lâmpada para os pés do homem e luz para os seus caminhos; então, ela acaba se sentindo confortada através da palavra, a palavra fala mesmo. Agora, na congregação é um dia diferente do outro, né? Tem dia tem bastante gente na congregação, tem outros que tem menos, mas nem por isso o trabalho para, ele sempre dá continuidade; nem que venha uma alma, mas graças a Deus por isso; uma alma, nem que venha uma alma só; a bíblia fala que ‘Mais vale uma alma salva que o mundo inteiro perdido’. Então, o trabalho tá funcionando, se entrar uma alma só, uma pessoa precisando, uma pessoa carente de Deus, da palavra de Deus, o trabalho já foi gratificante, já foi recompensado. (...) A gente sabe que existem os problemas sociais, mas a gente sabe também que isso tudo que acontece aí com a segurança pública de modo geral é também espiritual. Então, o policial vê que ele tá indo pro combate todo o dia e nada melhora, nada que ele faz dá resultado. É o que a gente fala de ‘enxugar gelo’, né. Aí o policial vê isso tudo e entende que deve ter algo mais, porque não é possível! A alma dele atormentada com essas coisas e ele faz o que? Ele busca a religião, ele busca Deus, ele busca na verdade respostas que o mundo não conseguiu dar para ele. Na verdade é falta de buscar Deus; a pessoa fica na indiferença, então, ela acaba sendo alvo fácil pras obras do Maligno; ela fica na indiferença, não busca Deus, não dá crédito na palavra de Deus, não obedece a Deus, vive no mundo do pecado, então, ela acaba sendo usada, acaba sendo escrava do pecado, né? E cometendo vários... várias coisas abomináveis aos olhos dos homens aí, os casos de violência que a gente vê hoje em dia, né? Que muitas pessoas vêm aí, as pessoas depois falam que sabem como é que fizeram aquilo, estavam fora de si e tal, não lembra como é que fez; às vezes maltratou, tirou até a vida de um ente querido, do filho que ele mais ama, depois ele vem a falar que ele não sabia, que tava fora de si, né? Jamais, a gente sabe que em sã consciência, um pai não vai tirar a vida de um filho, assim por nada ou fazer uma brutalidade, mas ele dá lugar ao Diabo, não buscando a Deus, ficando na indiferença, aí o Maligno atua na vida dele”.

**Sargento evangélico, dirigente de congregação, 33 anos de idade, 10 anos de polícia, 5 anos de conversão.**

Para que consigam dedicar-se ao trabalho de evangelização e aconselhamento, os candidatos a dirigente precisam estar empregados em atividades administrativas, de modo a estarem disponíveis diariamente em suas unidades. Todas as congregações visitadas eram dirigidas por praças e não tenho notícias de nenhum oficial como dirigente. Tendo em vista que o oficialato representa apenas 8% de todo o efetivo da PMERJ, imagino que o número

de oficiais evangélicos seja ainda menor, o que diminui também as chances de encontrá-los exercendo este tipo de função. Além disso, o cargo de dirigente de congregação aproxima-se mais do tipo de função de chefia exercida por sargentos, o que explicaria o fato de a grande maioria das congregações na PMERJ serem dirigidas por representantes deste segmento hierárquico. Dentre as praças, a graduação de sargento é também aquela com maiores possibilidades para o desempenho de funções administrativas internas, situação mais ajustada à demanda de trabalho de um dirigente. Depois de mais de 15 anos de serviço, muitos sargentos adquirem mazelas de saúde ou acabam buscando um serviço mais tranquilo para encerrar a sua carreira, outros assumem a chefia ou a assistência de alguma seção, dentro do perfil funcional previsto para o segmento na estrutura hierárquica da corporação.

Independentemente disso, para os que assumem a tarefa de dirigir uma congregação, as dificuldades são grandes. Além de providenciar todo o suporte material ao trabalho, o dirigente precisa estar sempre disponível para atender os policiais que buscam o suporte da congregação. Nesse sentido, a presença diária do dirigente na unidade é de suma importância, pois grande parte de seu trabalho envolve ouvir e aconselhar colegas em dificuldade, fora do horário previsto para o culto. Inúmeros foram os casos relatados sobre policiais que buscaram membros da congregação ou outros colegas evangélicos para conversar sobre os seus problemas familiares, sobrecargas emocionais, dilemas profissionais etc. É comum ouvir, por exemplo, histórias de tentativas de suicídio que foram evitadas pela intervenção de dirigentes e outros integrantes das congregações. Ao que parece, os evangélicos constituem uma referência importante quando o assunto é ouvir e aconselhar colegas aflitos. Certa vez, durante uma visita ao 24ºBPM, estava almoçando no rancho do comandante quando um sargento que trabalhava na cozinha veio até mim espontaneamente e disse:

“Olha, eu sou católico praticante, mas eu tenho que te dizer um negócio pra você botar ai na sua pesquisa. Esse pessoal evangélico, depois que botaram essa congregação ai funcionando, foi muito bom para o batalhão, porque eles, eu sou católico tá, mas eles têm uma capacidade de ver que o colega não está bem e ajudar. Eles vão lá, chamam pra congregação deles lá e o cara fica bem. Já teve policial aqui, que por conta de dívida e tal, problema com a família, queria se matar e eles chamaram ele no culto e o policial melhorou. Bota isso ai na sua pesquisa”, afirmou taxativamente.

“Agora eu me lembrei de uma pessoa que vinha com muitos problemas e estava a ponto de se suicidar, em Petrópolis ainda, um soldado com muitos problemas e sacou a arma do coldre de um colega e quis disparar contra sua própria cabeça. Então, eu cheguei no quartel e me deparei com aquela situação e as pessoas todas correram, todo o quartel correu porque estavam com uma pessoa descontrolada, armada, e querendo dar cabo da própria vida, mas ele identificou que ali estava uma pessoa evangélica ‘Sargento R.’ E eu falei ‘Sou eu, seu amigo, e quero falar com você’ Demorou uma hora até eu chegar a ele, e ele ‘Não chega não senão eu vou disparar, eu vou disparar’ E levei uma hora para percorrer três metros para chegar perto dele, desarmá-lo e fazer com que ele me entregasse a arma porque eu não ofereceria pra ele nenhuma coisa errada, ele podia confiar em mim. Então, eu tenho certeza que a minha presença ali fez com que nenhum mal ele pudesse fazer contra a própria vida dele, porque eu era reconhecido por todos (...) e muitos até correram mas eu, pedindo misericórdia a Deus, pedindo sabedoria, que ele não fizesse nenhum mal à vida dele, pude conversar com ele, tentando desarmá-lo e consegui fazer isso não para honra e glória do meu nome mas para que o nome de Deus fosse engrandecido”.

**Sargento evangélico, dirigente de congregação, 43 anos de idade, 23 anos de polícia, 23 anos de conversão.**

Em uma outra ocasião, no 13ºBPM, pude observar que um tenente não-evangélico vinha regularmente conversar com o dirigente da congregação em seu setor de trabalho, fora do horário do culto. Mais tarde o dirigente me confidenciaria que o tenente, um jovem bem apessoado, de cerca de 28 anos, estava com problemas em seu casamento e vinha pensando em romper com os laços de matrimônio, ao que relutava por conta da filha de apenas um ano. Ainda segundo o dirigente, este jovem era dado à boemia e muito assediado pelas mulheres, possuindo várias amantes, um tipo de problema bastante comum entre os policiais, em sua opinião. Infelizmente, não pude acompanhar o desfecho desta história, mas ainda o vi procurar o dirigente da congregação algumas vezes, sendo sempre aconselhado a reatar os laços matrimoniais, resguardar a sua família e ser um pouco mais conciliador em suas atitudes, tendo em vista o temperamento difícil de sua esposa.

No 5ºBPM, um soldado não-evangélico procurou a congregação por conta dos problemas de saúde de sua mãe, que estava no leito de morte no hospital. O jovem pediu o auxílio dos dirigentes, em oração, para que a mãe saísse do hospital e viesse a falecer em casa, o que acabou acontecendo. O policial converteu-se na época, mas não tenho notícias se “permaneceu no evangelho”.

Aqui, toda a argumentação em torno da importância do trabalho religioso na PMERJ vincula-se à ineficiência da assistência psicológica e social ao policial na corporação, que estaria bastante aquém da demanda atual. Vários seriam os motivos. Em primeiro lugar, o número de psicólogos é muito pequeno, o que leva alguns profissionais a optarem pela realização de atendimentos em grupo, situação desconfortável na opinião dos policiais. Além disso, o quadro de psicologia é composto exclusivamente por oficiais, o que levanta suspeitas entre as praças sobre o sigilo de suas colocações durante o atendimento, temendo que possíveis faltas sejam reportadas aos seus superiores hierárquicos. Frente às pressões de uma rotina de trabalho extenuante, mal remunerada e socialmente mal vista, os policiais tendem a experimentar sentimentos de isolamento e voltam-se para círculos cada vez mais restritos de convívio fora da corporação. Não contando com um canal institucional para verbalizar suas inquietações e sentindo-se desconfortáveis em conversar sobre temas policiais com amigos e parentes, buscam nos colegas de farda maneiras de lidar com suas mazelas. Como vimos, os evangélicos nas unidades costumam ser bastante acionados nesse sentido, talvez em razão de uma imagem de mansidão, sabedoria, retidão moral etc; talvez porque pareçam não ser afetados da mesma forma pelos problemas comuns ao universo policial militar<sup>123</sup>.

“O maior problema é a valorização que ele não tem o cotidiano dentro da tua vida militar porque hoje os comandantes não valorizam o policial militar como deveria valorizar; e a política que influi muito e não poderia influir de tal forma como faz hoje, isso acaba afetando o policial militar pela carga horária de trabalho porque acabam aparecendo vários outros trabalhos extraordinários que não vem ser de responsabilidade policial militar e isso, devido a essa política, acaba por deixar o policial estressado porque não tem uma valorização do homem e quando ele está com problemas não chama o homem pra conversar... o policial, às vezes, está com problema psicológico. O serviço policial militar é complicado de trabalhar porque você lida com o problema da sociedade e absorve, muitas vezes, esse problema. Então, assim, você não tem resolver esse tipo de problema que acontece com o homem porque nós, policiais militares, nós somos homens, nós temos problemas. E a assistência religiosa ela é fundamental, ela evita o homem cometer um suicídio, uma loucura, ela estabiliza o lado psicológico do homem. Já vi acontecer, já ajudei, já vi colegas tentarem suicídio... Um rapaz mesmo, do BEP [Batalhão Especial Prisional], estava na igreja, mas estava com vários problemas ele se suicidou porque não aguentou os problemas do dia a dia. Esses problemas acarretam problemas maiores como o homem acaba tirando sua própria vida e cometendo loucuras que poderia ter, não só na religião, na instituição um órgão psicológico que hoje tem de uma forma muito velada, muito branda, que poderia ser maior isso aí. Ele era evangélico e

---

<sup>123</sup> A relação entre o trabalho evangélico e as lacunas da assistência psicológica e social na PMERJ foi observada por De Paula (2002), em sua monografia sobre os policiais militares evangélicos do 24º BPM, em Queimados.

não suportou enfrentar a pressão de ser policial militar. O próprio hino diz ‘Ser policial é razão de ser, é enfrentar a morte, mostra-se um forte no que acontecer’. Mas para isso acontecer ele tem que ter um apoio”.

**Soldado evangélico, 35 anos de idade, 12 anos de polícia, 10 anos de conversão.**

“Então, aí o policial por sua vez, ele toma ciência que naquela favela tem uma arma que derruba até helicóptero. Ele toma ciência que naquela favela, ou naquela comunidade, melhor dizendo, tem uma arma que, é fura colete a prova de bala. Quem é que vai entrar naquela comunidade? Ou como é que esse homem vai entrar naquela comunidade? Como é que esse chefe de família fica o estado emocional dele? Como é que ele volta pra casa? Será que ele tá bem pra tratar a família dele com carinho?”.

**Cabo evangélico, 48 anos de idade, 16 anos de polícia, 9 anos de conversão.**

“Pô, a gente fica revoltado, né? A gente fica revoltado. A gente vai... vai pra algum lugar, encontra com alguma pessoa de fora, a gente começa... fica empolgado com a nossa nova filosofia de vida – vamos dizer assim –, a gente começa a se empolgar, querer falar, as pessoas começam a desconversar, não ficam muito satisfeitas com o assunto, não gostam muito de ouvir a gente comentando muito assunto policial. O pessoal gosta de... o pessoal do meio gosta mais de dizer que está com... só gosta de conversar com a gente, falar sobre policial quando eles estão precisando, quando está com documento... o carro atrasado, quando está sem habilitação, que é parado na rua, aí lembra de ligar pra gente. Agora, quando a gente está numa... É como eu te falei, quando eu chego nas festas de família, eu fico isolado, ninguém senta pra conversar comigo, não, ninguém vem bater papo comigo, e quando vem é pra criticar, pra falar: ‘Pô! O PM lá roubou R\$ 50,00 do meu sobrinho, um PM não sei o quê, me multou, pediu um cafezinho pra mim’, o pessoal gosta muito de falar isso. Mas quando eu chego... pra conversar comigo... E porque também eu tenho outros assuntos pra falar, mas o meu principal é isso aqui, porque eu vivo isso aqui. Já me sinto discriminado; na rua então, pior ainda; mas aí eu me junto no... fico com o que gosta de... eu vou aonde o pessoal gosta do assunto, quer dizer, que é os simpatizantes, sabe?”

**Capitão, 33 anos de idade, 10 anos de polícia, não-evangélico.**

Além do aconselhamento, os dirigentes de congregação são responsáveis por conduzir os cultos, que acontecem, normalmente, de uma a duas vezes por semana, no horário do almoço. Com duração de cerca de 45 minutos, os cultos nos batalhões contam com todos os elementos de uma cerimônia fora do ambiente policial militar: é realizada uma oração de abertura, em que os participantes pedem a orientação de Deus para os trabalhos e proteção

para os demais colegas policiais militares; em seguida são entoados louvores do hinário “Milícias Celestes”, escolhidos segundo a intuição dos participantes; o dirigente da congregação ou um pastor convidado faz uma reflexão em cima da Bíblia, sempre relacionando questões mais amplas do universo cristão com a realidade do movimento na PMERJ; são entoados mais louvores; o dirigente pode trazer uma mensagem adicional sobre o tema do culto, realizando a oração de encerramento ou pedindo para que um dos presentes o faça. Pode ocorrer também de algum participante, ou o próprio dirigente, querer dar o seu testemunho sobre a exposição principal. Os apelos por novos conversos só ocorrem quando há pessoas sabidamente não-evangélicas assistindo aos cultos. À título de ilustração, transcrevo abaixo um trecho de minhas anotações de campo, que descrevem um culto realizado na congregação do 13ºBPM, na Praça Tiradentes, no dia 21 de novembro de 2007.

“O culto transcorreu normalmente, como aqueles observados fora do âmbito policial; apesar de mais curto, por se realizar na hora do almoço, entre 12:00h e 13:00h. Acontece toda uma preparação, com muitos louvores antes da oração, que clamam pelo *guiar de Deus* para a *ministração da palavra*. Dentre os louvores, em princípio, nenhum tinha por tema essa coisa dos *exércitos do senhor*, ou *Jesus nosso general, soldados de Cristo*, nada que remettesse a uma linguagem militarista, ou que remeta a um contexto de enfrentamento. Existem muitos hinos que utilizam essas categorias no hinário Milícias Celestes, mas que talvez não tenham sido escolhidas por acaso. As canções e invocações daquele dia, anteriores à *pregação da palavra*, falavam de situações de crise, atribulações diversas, cuja solução se encontra no reconhecimento de Jesus como salvador. Isso me parece uma continuidade muito forte do discurso Cristão, seja na primeira fase da pesquisa, seja agora, no campo dentro da PMERJ: uma forte ênfase nas atribulações, conflitos, problemas, dificuldades, angústias, inquietações humanas e na grande solução, Jesus Cristo.

A congregação fica localizada numa sala bem pequena, na garagem das viaturas, próxima ao setor de manutenção. Apesar de muito pequena (só cabem 10 cadeiras enfileiradas), a sala conta com um púlpito, dois belos arranjos de flores e um móvel de arquivo da congregação, tudo bem conservado, pintado. Nesse dia, o culto não contou com nenhum policial da ativa do 13ºBPM, com exceção do SGT C. e do SGT M., que dividem a direção do culto, embora o SGT C. seja o dirigente oficial. Fora esses dois, estavam presentes a esposa do SGT C., o SGT reformado S., dois moradores de rua e um bêbado, que fica por ali por perto do batalhão. Para o SGT C., este é um grande problema do trabalho evangélico na PMERJ, pelo menos a partir da sua experiência na congregação do 13ºBPM, onde sempre serviu. Os policiais, mesmo os Cristãos, não participam das atividades da congregação.

A palavra foi pregada pelo SGT S., que selecionou o Evangelho de Marcos, capítulo 16, versículos 15-16: “E disse-lhes: Ide por todo o mundo, pregai o evangelho a toda criatura. Quem crer e for batizado será salvo; mas quem não crer será condenado”. Como de praxe, a pregação consistiu num esforço em

atualizar para a experiência dos sujeitos o intenso potencial significativo dos versículos da Bíblia. A forma testemunhal costuma ser muito utilizada para isso. O testemunho do SGT S. foi sobre a conversão de sua esposa, relatando uma grave crise familiar, regada à bebida, amantes, violência intra-familiar e freqüência a centros de umbanda e candomblé. Estes elementos, que configuram um ambiente de caos familiar, reúnem-se e são organizados em uma narrativa construída a partir da aquisição de um novo entendimento. “Não existe palavra jogada ao vento”, disse ele, referindo-se ao esforço de evangelização que empreendeu para a conversão da esposa, que era freqüentadora assídua de terreiros de umbanda e candomblé. Quando casaram, ela com 19 anos, ele já era policial militar, homem vivido, experiente. Ele possuía muitas amantes e era um pai / marido ausente, sempre ocupado com o serviço e com as seguranças (os vulgos “bicos”). A esposa começou a beber para lidar com a solidão, não gostava de ficar sozinha em casa. ‘O maligno é sorrateiro, ele é baixo; ele vem para roubar, matar e destruir’, disse S., referindo-se à ação do demônio na fraqueza da esposa, para destruir o seu lar. Com o tempo, S. teve que começar a buscar a esposa nos bares, onde ia beber ‘até desmaiar’. Muitas brigas, violências na presença dos filhos.

Indo de encontro a uma tendência nos relatos de conversão, foi o marido que se converteu primeiro e levou a esposa, bem como o restante da família. S. se emociona muito relatando a história, chegando quase às lágrimas várias vezes. Durante nove meses o ‘lar estava dividido’, a esposa no candomblé, ele indo ao culto toda a semana. Deixou as amantes, procurava voltar mais para a casa; só o vício do jogo foi sendo abandonado aos poucos, com o apoio dos colegas da congregação do 13ºBPM. Essa situação gerou muitos conflitos, mas S. buscou o aconselhamento com cristãos mais antigos, pois ele, como *novo convertido*, não tinha maturidade para identificar a *ação do maligno* no seu casamento. A partir deste aconselhamento, S. trocou uma postura de enfrentamento pela compreensão, pautada no seu testemunho de vida, de uma vida transformada pelo poder de Deus. Vendo essas transformações, sua esposa certamente buscaria a conversão.

Certo dia, quando ia para o culto, a esposa pediu para ir com ele. Ela foi cinco vezes antes de se converter. Faltava a filha, que gostava muito de dançar pagode e funk. A esposa, *nova convertida*, queria reprimir, proibindo-a de ouvir as músicas de seu gosto, pelo menos em casa. S., um pouco mais experiente, tendo em vista ter passado pela mesma situação com a esposa, aconselhou-a a ter calma e orar, como ele fez, ‘que o agir de Deus tem o seu tempo’. Passado um período, convidada por um primo para ir a um congresso de jovens evangélicos, a filha também se converteu e hoje lidera o grupo de louvor da igreja. O esforço de S. foi recompensado. Ele cumpriu o mandamento contido em Marcos cap.16 versículos 15-16. Antes de pregar o evangelho ao mundo, o cristão tem que unificar a sua casa, pois a família é o sustentáculo da vida cristã. Ele, que chegou a levar a esposa e a filha para os terreiros de umbanda e candomblé, mesmo já sendo cristão, teve seu esforço recompensado.

Depois da palavra, mais louvor, uma oração de encerramento e foram finalizados os trabalhos daquela tarde”.

[Trecho de anotações de campo]

O testemunho do sargento S. traz elementos bastante interessantes e recorrentes nas entrevistas realizadas em campo. Evangélicos e não-evangélicos são unâimes em apontar a desestruturação da vida familiar como uma das grandes fontes de tensão e instabilidade para o policial militar. Muitos seriam os fatores de afastamento do policial do ambiente doméstico. Alguns agentes escolhem trabalhar no policiamento ostensivo por afinidade, mas também em razão das escalas de serviço, em que o policial trabalha 24 horas direto e folga dois dias seguidos<sup>124</sup>. Em seus dias de folga, o agente costuma desempenhar uma atividade complementar (“bico”), normalmente de segurança privada, em que pode ficar até mais 12 horas sem dormir. Em seu único dia de folga efetivamente, o policial procura repousar ou tenta divertir-se de alguma forma, restando pouco tempo para sua família. Além disso, os relatos recolhidos costumam mencionar uma vida boêmia e bastante agitada entre os policiais militares, regada à muita bebida, farras e amantes. No testemunho do sargento S., a conversão, inicialmente, teria trazido mais um elemento complicador para o já conturbado contexto familiar: um “lar dividido”, a divergência de orientações religiosas entre os membros do núcleo familiar. Novato no evangelho, o sargento é orientado por colegas mais experientes da congregação a tentar converter seu lar a partir do testemunho de uma vida transformada, quando ele passou a dedicar mais tempo à família e deixou de lado a boemia<sup>125</sup>. Vendo as mudanças no estilo de vida do marido, a esposa o acompanhou, levando à reboque a filha do casal.

O testemunho como fator de conversão é muito enfatizado nas narrativas dos policiais militares evangélicos entrevistados. Para os dirigentes de congregação, os cultos nas unidades seriam pouco eficazes em seus propósitos proselitistas, pois contam com uma baixa adesão mesmo entre os evangélicos que trabalham dentro do batalhão. Muitos preferem freqüentar os cultos em suas igrejas, fora do ambiente profissional, utilizando o horário de almoço para descanso; outros vêem limitações doutrinárias no formato interdenominacional da congregação, ou entendem que os dirigentes enfatizam a doutrina desta ou daquela igreja<sup>126</sup>. Além disso, parece ser bastante raro que um policial não-evangélico se interesse em participar dos cultos sem que tenha sido objeto de alguma

<sup>124</sup> Existem duas opções de carga horária para o policial, o trabalho no expediente (atividade-meio), em que cumpre o horário de 8 h às 17 h, diariamente; e o trabalho em escala (atividade-fim), em que a mais comum é a de 24/48.

<sup>125</sup> A busca pela santificação, por se tornar “um policial ungido”, segundo De Paula (2002) envolveria transformações profundas no padrão de masculinidade dos policiais militares, que passariam a cultivar uma vida familiar mais intensa.

<sup>126</sup> No 14ºBPM, única congregação conduzida por uma sargento feminina, havia ainda um forte elemento de gênero na baixa freqüência aos cultos, pois os membros de algumas denominações mais ortodoxas não aceitam o papel da mulher no sacerdócio.

abordagem anterior ou passado por alguma atribulação em sua vida. Por sua vez, quando o policial trabalha na rua, a probabilidade de ele estar na unidade no horário previsto para o culto é quase nula.

Em razão destas limitações, a congregação parece exercer um papel de referência, estando à disposição dos policiais que buscam aconselhamento e alívio para seus problemas pessoais e profissionais. Para além de sua existência física, a congregação representa os evangélicos da unidade, em seu propósito conjunto de, através do testemunho, trazer os colegas para Cristo. A transformação de vida dos evangélicos chamaria a atenção dos demais colegas para alternativas de realização profissional e familiar, abrindo caminho para um trabalho de evangelização mais aprofundado.

“Existe este problema porque dentro das igrejas existe uma ética interdenominacional, Assembléia de Deus, Batista, as igrejas pentecostais e existem outros tipos de igreja que por orientação dos seus pastores eticamente não é conveniente que se participe de um culto que não seja da própria denominação. Então, dentro dos batalhões nós também temos esta dificuldade mesmo sendo um culto eclético. Então, temos muito mais evangélicos dentro do batalhão e muitos poucos participantes dentro da congregação. Nós vemos até no Livro de Críticas, que quando existe um comandante cristão nós temos um número aumentado dentro das congregações tá? Mas nós temos um número básico freqüente, ao longo dos anos, de pessoas que resistem mesmo quando um comandante não é... até mesmo nunca houve um comandante que não esteja de acordo com as reuniões; há comandantes que não vem às reuniões mas todos eles, mesmo que veladamente alguns, deram apoio ao funcionamento da congregação. Com o pessoal que tá na rua tem problema por causa da defasagem da hora, é uma hora de almoço geralmente, entendeu? Quando eles têm chance aparecem e quando tem algum evento atípico pedem ao comandante e sempre o comandante está disponível a permitir; quando há um evento extra, de um vulto maior, ele nunca dificultou e se alguém quiser freqüentar o culto o Comandante vai adequar isso aí”.

**Sargento evangélico, 45 anos de idade, 26 anos de polícia, nascido em lar evangélico.**

“Nós vemos aqui a carência que tem um soldado, entra, dorme um pouquinho, sai de um serviço e vai pra segurança, tem uma vida atribulada, uma vida... família longe; aí nós nos aproximamos dele (...) nos aproximamos, fazemos um tipo de uma abordagem, paramos pra conversar, da maioria nós sabemos as falhas deles, onde chegar o ponto que vamos começar e mostramos a eles qual a nossa vida, procuramos testemunhar bastante, que é o principal nosso... às vezes falar muito não resolve, mas o testemunho... eu sair com um colega pra rua, pra trabalhar com o colega na rua e não fazer o que ele faz, ele vai ver a diferença e vê a diferença, ele nota a diferença que ele se deixou, sem a ajuda de Deus, sem tá com o coração voltado pra Deus, ele se deixou se levar, se subornar, porque é

um imã atraindo, é um imã atraindo. O policial tem muitas oportunidades e ele escorrega de um, foge de outro, mas acaba caindo; e também se torna um vício, um elemento ganhar R\$ 600,00 ou R\$ 700,00, passa a arranjar mais R\$ 200,00 ou R\$ 300,00 como sempre foi, ele passa a depender de tudo aquilo, ele não consegue mais controlar só o pagamento dele e aí corre pra segurança, corre pra oportunidades que surgem na rua, e se vê preso, se vê preso como um viciado, igual como se fosse um viciado, ele tá preso, quer fugir, mas... o nosso trabalho é esse. O colega crente que vai trabalhar com um colega na rua, nós sempre adiantamos o caminho, quando estamos juntos ‘Olha você tem que dar testemunho, você tem que dar... tem que ser diferente’. Quando há qualquer coisa, qualquer problema, nós orientamos para que não sejamos nós os crentes, o primeiro a se queixar, o primeiro a murmurar, porque o elemento tá na rua e quando ele perde o que ele tem, ele murmura então nós estamos sempre por perto. Outra coisa nós oramos muito é quando vemos um colega que, às vezes, tá de serviço com a gente e começa a arranjar outros casos de amor na rua, nós procuramos orientar, combater, mas combater mesmo, e tem uma hora que a gente tem que parar porque eles ficam aborrecidos; ninguém quer conselho, o elemento quer fazer o que ele quer, ninguém quer obedecer; o elemento tá vendo que tá fazendo coisa errada, que tá prejudicando o outro. É o nosso papel, a nossa finalidade como congregação, como crente”.

**Sargento evangélico reformado, dirigente de congregação, 58 anos de idade,  
30 anos de polícia, 20 de conversão.**

Mas quais seriam os elementos de um testemunho de vida cristã no ambiente policial? Em primeiro lugar, na concepção dos entrevistados, o evangélico seria um profissional mais ético, comprometido com a obediência às leis, procedimentos e aos superiores hierárquicos. Pode até guardar algum gosto por situações de enfrentamento, mas abandonaria o uso de violência, arbitrariedades e ilegalidades em seu proceder diário. Seria um profissional mais confiável, motivo pelo qual cairia nas graças de muitos comandantes, que prefeririam alocar policiais evangélicos em funções que exigem correção e compromisso<sup>127</sup>. A vida desregrada seria substituída por um convívio familiar mais intenso, o abandono dos vícios, dos casos extraconjugais e dos excessos de modo geral. Em seu testemunho diário, ele busca demonstrar a positividade destas transformações em sua vida, que viabilizariam novas maneiras de lidar com as pressões e problemas comuns ao cotidiano policial militar, que parecem não afetá-lo da mesma maneira que aos demais. Além disso, suas escolhas

---

<sup>127</sup> Pude verificar alguma correspondência empírica para esta afirmação no 14ºBPM, em que a sargento feminina responsável pela congregação foi alocada na Subseção de Justiça e Disciplina pelo comandante, setor responsável por averiguar desvios de conduta, pelos processos disciplinares e investigações sigilosas sobre os policiais da unidade. Segundo a sargento, o fato dela ser evangélica teria sido crucial para a escolha do comandante, versão confirmada por um cabo evangélico do batalhão, que também trabalha em um setor estratégico.

profissionais e postura diferenciada se traduziriam na baixa representatividade evangélica entre os policiais mortos ou presos na PMERJ.

“Eu fui colocado pra trabalhar neste serviço de rua porque precisavam de uma pessoa com caráter, o perfil de uma pessoa honesta e com credibilidade no Comando, tanto é que eu fui trabalhar na Barra da Tijuca, num novo tipo de policiamento que o governador Garotinho implantou na Barra da Tijuca, que as viaturas ficavam ao longo da Avenida das Américas, né? E eu fui junto com o pessoal e depois eu fui colocado para trabalhar como sargentante de mais de 100 policiais militares. Então, Deus me honrou de uma simples guarnição de três ou quatro pra tomar conta de 110 policiais militares. Então o perfil de uma pessoa que tinha credibilidade era esse, então, eu junto aos meus comandantes eu tinha esse perfil, de uma pessoa com caráter, uma pessoa honesta, que eu podia ter toda confiança de que se eles estivessem ali ou não tudo ia fluir da melhor maneira possível porque eles sabiam que tinha uma pessoa de responsabilidade, de caráter, de uma pessoa honesta, que iria fazer com que a engrenagem funcionasse, entendeu? Talvez não fosse assim se fosse uma pessoa desleixada, uma pessoa que não tivesse compromisso com seus comandantes né?”.

**Sargento evangélico, dirigente de congregação, 43 anos de idade, 23 anos de polícia, 23 anos de conversão.**

“O Policial Militar que é evangélico ele é acima de tudo mais responsável, mais cumpridor de ordem por que a Bíblia diz, ensina assim, que nós temos que tratar nossos patrões, sejam eles bons ou maus, como se fossem o próprio Deus; por que se ele está sob, se eu estou sobre a autoridade dele é por que Deus instituiu autoridade sobre mim. Então eu desafiar a autoridade do meu chefe é o mesmo que eu estivesse desafiando a Deus. Deu pra entender esse *linkzinho*? Então, primeira coisa, o Policial evangélico é muito responsável com suas obrigações, com seus horários. Lógico, toda regra tem a sua exceção. Eu estou falando em via de regra; são mais responsáveis, são mais amáveis, mais prestativos. Por que o que acontece muito no meio Policial é a troca de favores. Você me dá isso eu te dou aquilo. Já o Policial evangélico não. Ele faz simplesmente pelo fato de querer realmente ajudar. E nas ocorrências te pauta dentro da lei ou que se aproximam o máximo possível da lei, por que ninguém é muito certo, muitas vezes a gente tentando até acertar a gente erra, mas dentro do que está previsto o Policial Militar é mais coerente, ele é menos truculento, arruma menos problemas. É muito mais fácil você lidar com o Policial Militar evangélico do que um Policial que não é evangélico”.

**Sargento evangélico, 50 anos de idade, 26 anos de polícia, 10 anos de conversão.**

“Então, com uma semana que eu tava na rua na PM, um elemento descarregou uma pistola perto de mim, a pistola toda, não me matou porque tava viciado e Deus não deixou. Então, isso é uma prova, uma coisa que a gente tenta mostrar, que o Cristo liberta do vício. Nós estamos aqui dentro orando por eles que estão na rua, nós estamos orando por eles, pelos coronéis e pelos oficiais que nos dão total apoio. Eles sabem que também ajuda o comando deles; eles têm que

disciplinar a tropa, eles estão com a tropa ali indisciplinada, mas quando mandam vir aqui assistir o culto com a gente estão dando oportunidade antes de punir. Já aconteceu isso comigo no 13º, o coronel antes de punir alguém me chamava ‘Chame o dirigente da congregação’ Aí ‘Olha, veja o que você faz com esse elemento que por mim eu vou punir ele e botar na rua’ Nós orávamos e levávamos o elemento pra Deus e orávamos entregava ele ao coronel outra pessoa, se fosse desviar mais tarde ou não nós não sabemos, porque aceitar Cristo é uma coisa e caminhar com Cristo é outra. Então, ele ouvindo, nos ouvindo, nós insistimos uma ou duas vezes, oramos”.

**Sargento evangélico reformado, dirigente de congregação, 58 anos de idade, 30 anos de polícia, 20 de conversão.**

“Você observa ali, deve ter observado que não tem nenhum evangélico preso ali. Hoje todos são evangélicos, mas foram evangélicos depois de presos. Presos nós não temos. É um dado incontestável. Raríssimo o policial evangélico que ele fica preso. Isso é por causa do zelo que ele tem com a palavra de Deus. Por causa do esforço que ele faz pra cumprir o papel de servo de Deus, de crente dentro do quartel; no desempenho de suas funções, fora também; então, isso faz diferença. O policial que não teme a Deus, ele não tem amor a ninguém, ele quer usufruir vantagens, seja qual for, e essas vantagens muitas vezes o levam ao xadrez, se não levar ao cemitério, não é? Então, graças a Deus, nós constatamos isso, que o evangélico dentro da PM, essa assistência espiritual dentro da PM, também ela não só converte esses homens que falharam, num novo homem, como também não deixa que aumente o número desses infratores; porque como eu disse, nós temos pouquíssimos policiais evangélicos indiciados em qualquer tipo de delito, não é no crime não, não é no roubo não, em qualquer tipo de delito, o número de participantes evangélicos é muito reduzido; como também nós temos outra benção, esses cento e poucos policiais falecidos em um ano, vamos pensar assim, o numero de falecidos evangélicos também é quase zero, é quase zero. ‘Ah mas o policial crente ele é melhor do que os outros?’. Não, não, mas muitas dessas mortes são decorrências do tipo de vida que o policial leva, não é errado ou certo não. Homens que não confiam em Deus, na hora do perigo quem vai o livrar? Quem vai o livrar? Se ele não confia em Deus, e nós temos muitos policiais que tiveram cruzamentos, tiveram cruzamentos ante os perigos e Deus os livrou, Deus os livrou, Deus guardou, bala passou aqui, bala passou aqui, o bandido caiu, quer dizer, é o livramento que Deus permite; nós não temos militares evangélicos assassinados, raramente, mas raramente isso ocorre, não é, como digo, qualificação do policial evangélico não, é bênçãos de Deus o livrando, então, se o policial não se preocupa de buscar a Deus e andar na vontade de Deus, na hora dos perigos, ele também que se defenda. Nós temos visto na vida de muitos deles, não é?”.

**Subtenente evangélico reformado, ex-dirigente da UEPMERJ, 70 anos de idade, mais de 50 anos de convívio institucional, 57 anos de conversão.**

Muito embora esta seja uma percepção generalizada no meio evangélico, não existem estatísticas institucionais que corroborem a afirmação de que o número de policiais militares evangélicos mortos e presos seja insignificante em relação aos demais. Entretanto,

a porcentagem de adeptos da fé cristã-evangélica na corporação e as características de suas opções profissionais, tendem a corroborar a idéia de que estes agentes acabam expondo-se menos à situações de risco de vitimização ou corrupção. Quando submetida a situações conflituosas do ambiente institucional mais amplo, a moral dicotômica evangélica talvez nos diga mais sobre os dilemas e vivências dos policiais militares em geral do que dos evangélicos em particular. Os anos de trabalho e pesquisas sobre a PMERJ permitiram-me identificar algumas destas questões candentes do universo policial militar. Nas seções abaixo tentarei mostrar como o ideal de policial militar evangélico, construído pelos relatos de meus interlocutores, reage a essas situações.

## **II – EM BUSCA DA SANTIFICAÇÃO: EXPERIÊNCIAS EVANGÉLICAS ACERCA DO UNIVERSO POLICIAL MILITAR**

### **II.1) CONVERSÃO**

Segundo os policiais evangélicos entrevistados, existem duas maneiras de se iniciar uma vida cristã: *pelo amor* ou *pela dor*. Aqueles que iniciam *pelo amor* costumam caracterizar sua conversão como um processo de sensibilização e convencimento, sem grandes rupturas, em que seu coração foi sendo “aquebrantado” pelo convívio com parentes e amigos evangélicos. Os que iniciam sua vida cristã *pela dor* podem ser chamados através de um *livramento* ou pela vivência de um período de intensas atribulações, seja em âmbito pessoal ou profissional. A partir do sofrimento, as pessoas seriam levadas a indagar-se sobre seu modo de vida atual, abrindo-se também para questionamentos sobre sua existência material e espiritual. O *amor* e a *dor* seriam caminhos diferentes para um mesmo fim, ou seja, tornar o indivíduo receptivo à mensagem cristã. Retomando uma parábola do livro de Mateus, muito utilizada por meus interlocutores, é importante que a mensagem do sacrifício redentor de Jesus Cristo caia em solo fértil para que possa dar bons frutos:

“Tendo Jesus saído de casa, naquele dia, estava assentado junto ao mar/ E ajuntou-se muita gente ao pé dele, de sorte que, entrando num barco, se assentou; e toda a multidão estava em pé na praia./ E falou-lhe de muitas coisas por parábolas, dizendo: Eis que o semeador saiu a semear./ E, quando semeava, uma parte da semente caiu ao pé do caminho, e vieram as aves, e comeram-na / E outra parte caiu em pedregais, onde não havia terra bastante, e logo nasceu, porque não tinha terra funda / Mas, vindo o sol, queimou-se, e secou-se, porque

não tinha raiz./ E outra caiu entre espinhos, e os espinhos cresceram e sufocaram-na./ E outra caiu em boa terra, e deu fruto: um a cem, outro a sessenta e outro a trinta./ Quem tem ouvidos para ouvir, ouça” (Mt 13, 1-9).

“A minha esposa é evangélica desde pequena e a gente freqüentava a igreja, mas eu nunca tinha me decidido e chega uma hora que é mais forte do que você, daí eu digo que é o sobrenatural de Deus (...) O mais interessante é que muitas conversões se dão através do livramento ‘Fulano foi vítima de um assalto...’. E começa a colocar Deus na frente de tudo, enfim, Deus tem uma experiência única com cada um. A minha, independente de não ser um livramento, uma coisa física, visível, o ser humano questiona porque eu existo, porque Deus existe, pra que? Porque eu tenho um vazio, uma angústia, alguma coisa desse tipo que tem que ser suprida por Deus. Então, as coisas me angustiavam a ponto de eu precisar de alguma coisa que suprisse essa carência, essa dificuldade, e, graças a Deus, eu alcancei quando eu fui pra igreja. (...) Porque Jesus foi lá e fez tudo para que nós não precisássemos fazer nada, a não ser que a gente o aceitasse como nosso Salvador. E será que não muda nada? Muda. Pessoas que fumavam param de fumar. Eu nunca tive vício nenhum, meu vício era o que a maioria dos homens têm, de prostituição, de você achar que você é homem, de cultura mesmo, o que não deixa de ser um vício porque qualquer coisa que domine o homem é um vício. Então, tem coisas que você quando se converte você pede a Deus pra mudar e tem outras que Deus muda sem que você peça”.

**Major evangélico, 37 anos, 15 anos de polícia, 10 anos de conversão.**

“Logo no inicio da minha cadeia, que o pastor Liodir veio me visitar, ele disse-me assim: ‘Tu tá preso, né?’ Eu cheio de ódio no coração falei: ‘Tô!’. Ele falou: ‘Eu tô feliz com a tua cadeia’. Que raiva que vontade de bater nele, que me deu. E ai ele me explicou: ‘Sabe por quê?, Porque agora você tem tempo pra ouvir o evangelho. Antes você não tinha. Agora você tem tempo’. Hoje graças a Deus, eu entendo. Sou grato a Deus e a ele, por ter sido usado por Deus para direcionar-me essas palavras, até sábias. E quando eu também tava aqui fora trabalhando ele também tinha já essa preocupação comigo, já me apascentava. Ele e tantos outros também queriam me evangelizar, e eu não queria saber de Jesus. Como um ditado popular um provérbio que se usa, de que não foi pelo amor foi pela dor, tá na bíblia então é verdade. Porque muitas pessoas num momento de dor, num momento de tristeza o coração tá mais aquebrantado e aí se abre a essas verdades de Deus. Então o pastor Liodir foi varias vezes levar apostila para mim, levou folheto, ele me deu a bíblia também de presente, só que não tava adiantando porque eu não queria nada. E ai sondando com esse companheiro ele me deu essa palavra, para esse dia. Nesse dia é que eu precisava ouvir. E ele disse-me assim: ‘Olha, provai e vede que o senhor é bom, faça um teste com Jesus, e Jesus vai mudar a tua vida’. E ai eu provei, ele me deu um testamento eu guardei e graças a Deus, eu reconheci que para mudar a minha vida, só Deus, só Deus para mudar a minha vida. Porque no momento que o companheiro me entregou essa palavra, conforme o meu lado, o meu interior se abriu para essa verdade. Provai e vede que o senhor é bom, que está escrito no salmo 34 verso 1”.

**Ex-cabo evangélico, 52 anos de idade, 16 anos de polícia, 13 anos de conversão.**

“Existem vários tipos de Deus chamar as pessoas, tem gente que vai num leito de dor, né? Mas tem outros que Deus vai trabalhando, vai trabalhando na palavra, a palavra vai entrando, vai como uma semente, vai criando, vai geminando até o dia que você tem o seu entendimento aberto, o dia que você toma posição com Deus mesmo; e não pode ficar na indiferença, ou tudo ou nada, tudo pra Deus e nada pro mundo, tem que tomar posição. Minha conversão se deu assim, no âmbito familiar, né? Eu convivia com a minha família, não tinha casado ainda, não tinha saído ainda do seio da família, e eu via acontecer coisas, problemas espirituais assim na família, né? Tinha uma família tranquila, pacata. Aí começou a vir problema dentro da família de ordem espiritual, e eu sabia que esses problemas de ordem espiritual só poderiam ser resolvidos com Jesus, não adiantava um médico; um médico tem o seu valor, tem o seu papel, mas eu sabia que ali, num problema espiritual, um médico não cura, só Jesus. Então, eu começava a passar essa responsabilidade, o que eu sentia ali, que era problema espiritual, pra minha mãe, pro meu pai, mas eles não davam muito ouvido não, eles falavam que não, que tinha que procurar um psicólogo, um psiquiatra; e começou a ser acometido de problema de loucura, meu pai e meu irmão mais novo. Eu ficava ali percebendo aquele problema espiritual e passava a responsabilidade pra minha mãe, mas ela não tinha a mesma visão que eu estava tendo, que era problema espiritual. Então, eu comecei a querer buscar em Deus a resposta, ficava vendo programas evangélicos em casa, mas eu não tinha sentido meu coração de nenhuma igreja evangélica. Foi quando um policial, percebendo que eu tava assistindo ultimamente a programas evangélicos, me passou o endereço de uma igreja e o número de uma rádio, passou o número dessa rádio e eu fiquei escutando em casa, tive fé de ir lá buscar nessa igreja e Deus me deu vitória; comecei a caminhar aí e Deus me deu vitória, pra mim e pra minha família”.

**Sargento evangélico, 33 anos de idade, 10 anos de polícia, 6 anos de conversão.**

Neste sentido, os relatos recolhidos durante a pesquisa de campo permitem organizar o processo de conversão em um período variável de *sensibilização*, em que o indivíduo, por algum motivo, torna-se receptivo à mensagem cristã; o momento de *aceitação*, quando a pessoa aceita a mensagem de salvação e oficializa publicamente sua nova condição em um espaço de culto; e a busca pela *santificação*, em que o cristão procuraria conhecer melhor os aspectos doutrinários de sua nova fé, exercitando a correção constante de suas atitudes e pensamentos.

## **II.2) O CAMINHO DA SANTIFICAÇÃO**

A busca pela santificação é caracterizada como um processo diário e reversível, que só chega ao seu termo com a morte ou o advento do juízo, quando Jesus Cristo retornará para arrebatar os salvos para o reino dos céus. Sem saber quando se realizará o tempo

profético do livro de Apocalipse, o cristão precisa guardar sua condição de salvo e administrar o fato de ainda possuir um corpo carnal, foco de desejos e paixões mundanas. Na luta entre Deus e o diabo pelas almas humanas, esta dupla condição torna-o suscetível às artimanhas do “senhor deste mundo”, que se utiliza das fraquezas humanas para levar o cristão ao pecado. Segundo meus interlocutores, o pecado seria algo quase inevitável, para o qual não se aplicam escalas de grandeza: “não existe pecado grande ou pequeno, um pecado é um pecado aos olhos de Deus, quem rouba um real peca tanto quanto quem rouba um milhão”, afirma um experiente dirigente de congregação.

O verdadeiro cristão, entretanto, confessa os seus pecados, busca o perdão de Deus e a contenção dos ímpetos, esforçando-se sempre em não cometer os mesmos erros e aprimorar sua disciplina e auto-controle. Segundo os evangélicos entrevistados, é preciso vigiar palavras e atos com minúcia, pois o “senhor deste mundo” é sorrateiro e se utiliza de estratégias silenciosas para fazer com que o cristão afaste-se progressivamente do caminho da santificação.

“A conversão é diária, independente de você dizer ‘Me converti no dia tal’. Aquilo foi uma aceitação, mas a conversão é diária; hoje você erra, amanhã erra de novo e depois de amanhã você vai continuar errando. Como o PM costuma ser relacionado ao que não presta ‘Ah, eu não vou mais pra igreja...’. O problema é você ter ou não ter o prazer em pecar, antes quando você não tem compromisso nenhum é uma coisa banal pecar ou não pecar; a partir da sua conversão você tem uma coisa chamada Espírito Santo e ele te cobra quando você erra ‘Puxa, você atingiu aquela pessoa’. Enfim, são coisas com que é você é incomodado, você vai continuar pecando?”.

**Soldado evangélico, 33 anos de idade, 6 anos de polícia, 2 anos de conversão.**

“É...por que é difícil falar sobre as coisas materiais e as coisas espirituais, tá? Até porque elas não se fundem. A própria Bíblia fala que existe uma guerra entre o espírito e a carne. Uma quer uma coisa, a carne quer os prazeres desse mundo e o espírito já pensa numa vida vindoura. Aquelas questões todas. E Jesus falou: ‘o mundo pertence ao maligno; o princípio desse mundo é o diabo’. É o diabo, então é complicado. As práticas pecaminosas, que são práticas que você... são falhas humanas que você tem e continua cometendo porque ninguém é perfeito, e essas falhas humanas você lida com elas até a morte, que é a ruptura final. Então, a Bíblia explica que é o novo Homem em Cristo né? Então, com essa ruptura final virá a ressurreição e você ganhará um corpo que é carne mas é uma carne celestial. É nesse momento que o Homem ganha seu estado definitivo, sem falhas. Em qualquer religião existem os que estão num estágio superior que os pentecostais chamam de ‘segunda benção’, os católicos de ‘Espírito Santo’ e nós batistas chamamos de ‘plenitude de espírito’, quer dizer, nós atingimos um certo nível espiritual que você não fica caindo toda hora naquele erro, você já está na

maturidade cristã. Mas você continua pecador, você continua falho, só que essas falhas já são menos constantes. É um processo que passa dias e dias ‘Eu não falhei, eu não caí mais naquilo...’ É a disciplina. Isso acontece onde você está que vai te purificando e o Espírito Santo purifica mas ele usa as contingências naturais, ele utiliza a força do grupo da igreja, ele utiliza as suas experiências na sua vida. Você errou foi por causa de Deus? Foi você mesmo, quem mandou você errar? Agora você vai ter que arcar com as consequências; você agiu dessa forma? Agora vai ter que arcar com as consequências. Isso vai te purificando também, a disciplina através das experiências cotidianas. E o seu contato com a palavra de Deus, seja no culto ou na leitura pessoal, aquilo vai o que? Formando em você uma nova disciplina, onde você muda sua mente aos poucos e depois, mudando sua mente, você muda o seu comportamento. Como diz Paulo, inspirado por Jeremias: ‘Miserável é o homem que sou, quando me livrarei desse corpo?’ A ruptura final né. ‘Porque aquilo que eu desejo fazer isso eu não faço, mas aquilo que não desejo fazer isso eu faço. Miserável é o homem que sou’. É uma confissão bem aberta, né? E eu acho que todo cristão tem que se mirar nesse exemplo de Paulo, Paulo um apóstolo, um santo, e a gente fica naquela capa de santidade e enquanto a gente fica naquela capa de santidade a gente não se abre pra Deus e Deus não opera na gente, não cura a gente. A nossa natureza nos pega pelo calcanhar e quando a gente menos espera cai outra vez, a nossa natureza humana nos pega pelo calcanhar ‘Enganoso é o coração’. Então, nos resta a Graça e a misericórdia de Deus, porque o que Ele quer de nós é confissão, é reconhecimento pra que Ele possa, então, nos ajudar a melhorar”.

**Tenente-coronel evangélico, 37 anos de idade, 15 anos de polícia, 10 de conversão.**

Entre os policiais militares evangélicos, em seu ambiente profissional, a busca pela santificação envolveria o evitamento de certas trajetórias institucionais, consideradas fontes de tentação, pecado e contaminação. Durante o trabalho de campo no presídio Ary Franco e no Batalhão Especial Prisional<sup>128</sup>, pude realizar 10 entrevistas com ex-praças evangélicos. Coincidemente, todos os entrevistados tinham se convertido antes de entrar para a PMERJ e desviaram-se do evangelho na corporação, a partir do engajamento em certos tipos de serviços de rua. Diferentemente dos oficiais, que estabelecem uma relação bem mais pontual com as rotinas diárias do policiamento ostensivo, as praças as vivenciam intensamente desde seu primeiro dia como soldados. De modo geral, a juventude é uma época bastante conturbada na trajetória de muitos evangélicos, quando os apelos mundanos podem desviá-lo do caminho da salvação. Quando esses jovens evangélicos tornam-se soldados de polícia militar e são apresentados ao cotidiano de policiamento de uma grande

---

<sup>128</sup> No Batalhão Especial Prisional ficam detidos os policiais militares sob investigação criminal, à disposição da justiça comum. Caso sejam condenados, estes policiais são expulsos da corporação, passando a cumprir pena no presídio Ary Franco, no Complexo Penitenciário de Água Santa.

cidade como o Rio de Janeiro, muitos ficariam deslumbrados e envolveriam-se de cabeça na realidade das ruas. Entre os policiais militares evangélicos entrevistados é bastante comum a percepção de que a rua oferece uma série de perigos e armadilhas, que podem levar o cristão ao pecado: o assédio feminino, a corrupção, a violência, a possibilidade do confronto armado etc.

O relato transcrito abaixo é a história de Fernando<sup>129</sup>, ex-cabo da polícia militar, preso há cerca de três anos no presídio Ary Franco, acusado de participar da chacina que matou 29 pessoas em dezembro de 2005, na Baixada Fluminense. Nascido em lar evangélico, aceitou o “sacrifício redentor de Jesus Cristo” logo cedo, mas só veio a firmar-se na fé aos 18 anos, quando servia ao Exército, por influência de familiares e colegas. Fernando relaciona o seu desvio ao intenso engajando em determinadas atividades do policiamento ostensivo, cujas exigências físicas, mentais e emocionais são capazes de desestabilizar a grande maioria dos policiais em atividade. Dependendo do perfil da área de abrangência de um batalhão, o policial de rádio patrulha ou de patamo pode ser exposto a uma rotina quase diária de troca de tiros, incursões, perigo de vida, companheiros mortos etc. Para reagir a esse tipo de ambiente, os policiais que se propõem a trabalhar nestas condições tendem a criar mecanismos de blindagem emocional e ideológica, cujos efeitos perversos costumam ser a indiferença e a banalização da vida, como valor e direito fundamental. Foi esse o caso de Fernando que, na época em que foi preso, já tinha mais de 110 autos de resistência confirmados em sua ficha – fora as mortes que “não existem”, ou seja, que não foram registradas oficialmente.

Hoje Fernando entende que, a partir de um determinado ponto de sua trajetória institucional, precisava contar com algum suporte psicológico, de modo a refreá-lo em seu ímpeto “operacional”. Ao contrário disso, ele encontrou na instituição policial e no poder público estadual estímulos para continuar trabalhando dessa forma. Na época em que entrou para a polícia, em 1996, vigorava a chamada “premiação faroeste”, em que o policial recebia um bônus de R\$ 500,00 em seu salário e pontos para promoção mediante a realização de “atos de bravura”. Fernando foi um dos primeiros a receber esta premiação em sua unidade, em razão de seu trabalho na patamo do comandante, cargo de alta confiança ocupado pelos policiais mais “operacionais” de um batalhão. Na opinião do

---

<sup>129</sup> Nome fictício.

entrevistado, sua prisão teria sido obra de Deus para contê-lo antes que morresse em pecado. Na época em que o entrevistei, Fernando ainda lutava contra o “sangue azul” que corria em suas veias e afirmava a impossibilidade – pelo menos para ele – de conciliar a atividade policial e a busca pela salvação. Em seu relato, pode-se perceber com bastante clareza como a sua trajetória profissional na PMERJ – os batalhões em que trabalhou, os tipos de serviço que desempenhou, as gratificações e reconhecimentos – influenciou seu afastamento dos princípios da fé cristã-evangélica.

“Quando eu entrei pra polícia, que eu saí do CEFAP, eu fui trabalhar direto no trânsito, que é até uma atividade tranquila, é só aplicar o Código Nacional de Trânsito, você não cria inimizade, pelo contrário, você faz muita amizade com comerciante, com os moradores da localidade. Você faz até um serviço social mesmo, com a comunidade ali. Foi depois dessa ocorrência de assalto à banco que eu reagi no setor que eu trabalhava, que eu matei lá os dois marginais, me destaquei aquilo ali e o comandante me chamou pra eu fazer outro tipo de serviço. Uma vez que também era perigoso eu ficar ali parado sozinho depois de ter participado de uma ocorrência desse tipo, né. Ai fui parar na RP [rádio patrulha], que a gente diz que é a escola da polícia né, porque ali se atende todo o tipo de ocorrência possível. Ali eu comecei a conhecer o tráfico de drogas, invadir favelas, abordagem de saída de favelas, várias trocas de tiro, autos de resistência, depois de fazer alguns autos de resistência eu fui convidado pra trabalhar na Patamo, por causa do meu desempenho, que eu era um cara que a gente diz ‘operacional’. Ai quando você cai na Patamo já é o fim do mundo, você já está absolutamente desviado. Eu não tinha como ser evangélico. Apesar de eu estar desviado, eu sabia que aquilo ali que eu fazia estava errado, mas uma força maior não permitia que eu voltasse para aquela minha origem inicial. Fui convidado pelo comandante para acompanhar ele para um outro batalhão, o que eu fiquei muito orgulhoso, porque eu era da patamo do comandante, que são os homens de confiança dele. Aí o trabalho da patamo, foram mais autos de resistência, mais autos de resistência. O meu batalhão da época foi o primeiro a receber essa gratificação lá de 500 reais e eu fui o primeiro policial a receber esse prêmio de 500 reais. Naquele ponto a Polícia Militar já tinha entrado no meu sangue. (...) Tem gente que fica trinta anos dentro da polícia, fica interno [trabalha no administrativo] e sai normalmente, como se fosse outra profissão qualquer. Você pode ver que na ficha [disciplinar] dele não tem nada. Eu tive essa condição quando eu saí da formação, mas eu optei pela área operacional mesmo. Apesar de eu ter curso de informática e naquela época tinha muito valor...sei lá, parece que eu não nasci para aquilo (...) Quando eu fui preso pela primeira vez, por conta de um auto de resistência. Aí eu já tinha me separado, me separei, conheci a minha atual companheira hoje. Em Itaguaí mataram um sargento do batalhão, que tava de licença especial e foi levar os filhos na escola e os filhos reconheceram por fotografia o matador do pai deles e como ele já tinha passado pela polícia por porte de armas, tráfico de drogas, a gente também sabia a localidade em que ele já tinha sido preso. Eu fui rodar nesse morro, um tal de Morro do Matador, em Itaguaí, onde que eu me deparei com ele, houve um confronto e ele veio a falecer. Depois de cinco, seis dias, teve uma manifestação em Itaguaí dizendo que eu tinha ido vingar a morte do policial, negócio de corporativismo. Aí eu fui preso. Fiquei 90 dias preso judicialmente no 24 [24ºBPM]. Como o batalhão tem uma igreja em frente, eu escutei o culto dali, fiquei orando, pedindo direção, pedindo perdão aos meus pecados, até os que eu

pensei que não estava cometendo. Fiquei conversando ali com Deus e eu teria uma audiência no dia seguinte, aí eu fiz um voto com Deus: ‘Deus, se você me tirar daqui nessa audiência que vai ter amanhã eu volto pra tua casa, abandono tudo e volto a seguir teus passos, volto a ser um servo fiel’. Aí fui na audiência no dia seguinte e Deus me concedeu essa benção, ele me livrou da prisão. Eu respondo esse processo até hoje, mas em liberdade. Isso foi em 2004. Aí depois eu peguei uns dias pra ficar em casa, o comandante e o chefe da P2 [serviço reservado] me deram uns dias em casa, mas antes mesmo de terminar os dias de folga eles me chamaram de volta o mais rápido possível, pois a criminalidade tava crescendo muito no município de Queimados. Que eu tinha que resolver vários problemas e acabou que eu voltei, abandonei minha família mais uma vez. Não cumpri aquilo que Deus tinha me concedido, o voto que eu tinha feito. E aí, marcando no relógio certinho, dia 31 de março de 2004 foi quando eu fui preso, 90 dias me soltou. Dia 31 de março de 2005, um ano depois, teve uma chacina onde eu tava baleado, tava de licença médica. E o meu nome foi logo anunciado como o principal suspeito de ter participado dessa chacina. Ali Deus falou comigo. Eu tinha falado até na época: ‘Deus, se eu não andar nos teus caminhos você pode me mandar coisa 10 vezes pior do que ta acontecendo comigo’. Aí ele foi e me abençou e ele me mandou trinta vezes pior, porque eu tava respondendo por um homicídio e hoje eu responde por trinta, porque foram 29 homicídios e uma tentativa. Voltei a responder os processos arquivados. Fiz um voto com Deus e não cumpri e agora estou sendo suspeito de uma chacina, na qual eu estava baleado. Eu acredito hoje que a minha prisão tenha sido espiritual mesmo. Me freou totalmente. (...) Eu também não tenho mais vontade nenhuma de ser polícia, mas também ainda não consegui neutralizar esse sangue de polícia dentro do corpo. (...) Eu acho que essa prisão mesmo nossa serviu mais para o lado espiritual, ela foi muito importante. Triste, né, doloroso, afastado da família, mas nós estamos tendo uma outra chance. Não adianta ter essas liberdades, mordomias, sem ter a paz de Deus no coração. E hoje a gente conseguiu ter essa paz em Cristo, mas tem um preço, o preço que a gente ta passando é esse ai. Saudade da família, a revista aqui é constrangedora. (...) Eu creio no milagre, para Deus nada é impossível. O plano do homem...a gente pode não entender o plano de Deus. A gente pode clamar né. Mas eu ..é o tempo de Deus mesmo. Todo o tempo é de Deus. Eu creio que Deus ta movendo meus inimigos hoje, eles estão morrendo, estão sendo destruídos e eu to aqui guardado. Deus ta me livrando. Talvez se Deus tivesse me colocado solto, pela velocidade que eu vinha trabalhando por essa polícia, eu já estaria morto. Dez anos de polícia com mais de 110 auto de resistência, fora aqueles que não existem, é um número muito grande. Mas Deus me colocou aqui. Eu não sei o plano que ele tem comigo, se é aqui dentro ou se é do lado de fora. Eu tô preparado, o que ele me der agora eu tô preparado, espero que ele me dê uma oportunidade ainda nessa geração, pr’eu fazer a obra dele, voltar a sociedade. Não quero mais trabalhar mais pra ninguém, só pra Deus mesmo. Quero servir só ao Senhor. Acabou. Levar a palavra dele, mostrar o poder dele. Não quero nada, só o Senhor trabalhar pra ele, pelo livramento que ele tem me dado, a minha família, apesar de que todos eles são evangélicos. A minha companheira, a família dela é toda evangélica. Ela já era evangélica...Ela lutou muito pra me trazer pra igreja...é que Deus me trouxe mesmo no estreito né... Eu me reconciliei, nem sei se essa é a palavra certa. De lá pra cá eu sirvo ao Senhor. Na minha cela ali ninguém orava, hoje de 10, 5 já oram. Na minha galeria é a única cela que ora. A galeria que moro não tem igreja, só na C. (...) A nossa luta hoje não é mais contra a carne, nem mais contra o espírito, é contra os principados e potestades do mal. Então ainda que na veia ainda corra o sangue azul, que não sai da noite pro dia, mas Deus me dá forças pra suportar aqui dentro. Eu ainda não consegui me adaptar... (...) Eu conheci vários evangélicos enquanto eu estava na polícia, mas nenhum deles trabalhava na tropa. Só no administrativo. É

inviável trabalhar na rua e ser evangélico. É impossível. O cara vai te dar um montão de tiro, vai se render, ai você, tudo bem, tá preso em nome de Jesus. Agora você vai ter...no calor dos acontecimentos... Os evangélicos que eu conheci me falavam: ‘sai dessa vida, pede para trabalhar interno aqui, você sabe informática, tu sabe trabalhar com isso’...Eu falei, ‘não, depois eu vou’...Hoje tô aqui, já fui a julgamento, fui absolvido, e agora tô aqui nesse processo da chacina. Eu acho também que esse negócio também de entrar pra polícia com 18 anos, eu acho que não devia, porque o cara entra lá muito imaturo. O amadurecimento faz diferença, hoje eu com a minha idade e a minha experiência, com 33 anos, eu faria tudo diferente. Eu começaria fazendo diferente, a primeira coisa que eu faria, é trabalhar interno, ficar interno, auxiliar quem tá na área operacional com dados e informações. Tem serviço externo que é tranquilo, tipo trabalhar no fórum, no hospital, que não te leva a risco nenhum. Ainda que possa acontecer um problema, ainda é pequeno, do que você sentar num patamo e subir o Morro do Dendê, subir a Providência, Mangueira, é onde que sobe é bala comendo de 5 horas da tarde a 5 horas da manhã, é 12 horas de troca de tiro. Várias pessoas baleadas, mortas. Tu fica meio louco. E a polícia não faz um tipo de tratamento, um tipo de assistência psicológica. Pelo contrário, te dá uma medalha, te dá um elogio, vai te incentivando a fazer mais uma vez isso. Ainda que tenha que condecorar, mas vamos afastar ele e colocar num serviço psicológico, pra ver se ele tá ali em condições psicológicas de voltar às ruas, mas não a polícia não quer isso, ela que botar o policial na rua. E a instituição policial é muito...Nos Estados Unidos é outro mundo. Tu é baleado hoje, tu é escalado amanhã. Tu é baleado...Tá logo com raiva. (...) A polícia embrutece as pessoas, principalmente as que trabalham na operacionalidade, com a família, com os amigos (...) Meu negócio era porrrada, tiro e bomba. Quiseram colocar um seqüestro na minha conta, mas foi o que eu te falei, é que nem bombeiro tacar fogo. Polícia é polícia, bandido é bandido. É que nem água e óleo, não se misturam. Até pela minha criação também. Não tem isso, não aceita isso. Qualquer denúncia desse tipo não procede. Agora, se falar que eu matei o bandido tal, o vagabundo tal, até procede, pode ser...Ainda que eu não seja réu confessso, pode haver ali alguma verdade...Fizeram mais isso ai pra denegrir a minha imagem...Mas são coisas que eu realmente participo, é o jogo de polícia e ladrão, então eu na condição de polícia estou indo ao tribunal do júri, de cabeça erguida, realmente fiz, se eu for condenado por isso. Se eu me excedi em acertar e acabei errando, ou fiz uma atitude errada no que está escrito na lei, pois nada vai fazer voltar. Eu fiz no intuito de acertar, dentro do meu interior. Apesar de que hoje eu sei que a gente não tem poder de tirar a vida de ninguém, mas Davi era ‘homem de Deus’ e lutou muito e pelejou muito ali e era o segundo homem no coração de Deus...”.

**Ex-cabo evangélico, 33 anos de idade, 10 anos de polícia militar, 15 anos entre a aceitação e o que considera sua verdadeira conversão.**

O impressionante testemunho de Fernando resume emblematicamente os esforços dos sujeitos em tornarem viáveis suas vinculações identitárias, negociando realidades muitas vezes conflitantes entre a sua opção religiosa e experiência profissional. O processo de construção dessas sínteses, como bem demonstra o relato acima, é árduo, tenso e altamente criativo. Evidentemente, nem tudo no cotidiano de um policial militar tenciona a

experiência evangélica e vice-versa. Entretanto, existem aspectos do universo policial sobre os quais estruturam-se vastos campos de controvérsias entre evangélicos e não-evangélicos na corporação. Ao expor os sujeitos a essas controvérsias, a partir das entrevistas, busquei explorar o intenso potencial criativo acionado pelas dimensões conflitivas de suas experiências.

Nas seções abaixo, procuro desenvolver alguns destes tópicos, em torno dos quais pode-se recolher uma série de relatos muito interessantes sobre os dilemas entre o exercício da autoridade, a função policial, a busca pela santificação e a adesão à proposta de salvação cristã-evangélica.

#### **• Entre a “rua” e o “expediente”**

Mesmo antes de iniciar meu trabalho de campo na PMERJ, eu já tinha ouvido falar sobre a suposta preferência dos policiais militares evangélicos pelos tipos de serviços administrativos ou de expediente. Ao permanecerem internos nas unidades, esses policiais evitariam tomar contato com uma série de situações críticas, peculiares ao universo das ruas, como a possibilidade de utilizar sua arma de fogo ou as ofertas de suborno, por exemplo. A hipótese de que os evangélicos cultivam uma preferência por atividades internas veio a se confirmar durante a pesquisa, o que não significa que não possamos encontrá-los também nas ruas. Como mencionei em capítulos anteriores, os soldados e cabos, enquanto tropa de execução, são majoritariamente empregados no policiamento ostensivo, sejam evangélicos ou não. Trata-se de uma diretriz institucional. Além do que, existem policiais evangélicos que efetivamente têm predileção por tipos de serviço de rua e não vêem nenhuma incoerência entre sua vocação profissional e sua fé. Muito pelo contrário, afirmam ser mais fácil e produtivo trabalhar com evangélicos, pois eles tendem a ser mais profissionais, comprometidos, corretos e obedientes.

Muito embora tenha-se confirmado rapidamente a preferência de muitos evangélicos pela atividade-meio, as razões para tal predileção permaneceram confusas por algum tempo. Em princípio, com base na idéia de santificação, conclui que os policiais evangélicos buscavam com isso evitar o contato com circunstâncias que pudesse submetê-los aos perigos da tentação e do pecado. Essa primeira hipótese parecia ser

confirmada por algumas entrevistas realizadas com policiais evangélicos que trabalham no policiamento ostensivo. Para esses entrevistados, existem os evangélicos que trabalham no expediente por vocação, outros por problemas de saúde e aqueles que buscam um esconderijo para a fraqueza de sua fé. Em razão de sua falta de convicção, esses últimos tentariam evitar situações que submetam seus padrões éticos à prova, para que não caiam em pecado.

“Eu tenho certeza que muitos preferem ficar no anonimato, ficar dentro de uma seção, por temer ser usado por Deus e essa é uma escolha que pode fazer, querer ou não querer ser usado por Deus. Aquele que coloca Deus na frente ‘Senhor, seja feita a sua vontade eu sei que Tu vais me honrar e colocar teus anjos acampados ao meu redor’ E Deus coloca os anjos para até, se for possível, desviar os fuzis do servo Dele; e isso eu tenho visto, que a mão do Senhor tem sido colocado onde eu estou, entendeu? Seja na rua, seja no confronto, seja no enfrentamento de arma de fogo. O Senhor tem me honrado. Em 92 quando teve aquela reunião dos países lá estava eu e nós enfrentamos uma guerrilha na Ilha do Governados e nós fomos adidos aos fuzileiros navais e nessa época nós não andávamos dentro de viaturas, como se vê na rua, mas nós subfâmos a favela do Dendê de carro tanque dos fuzileiros navais para que as potentes armas não nos pudesse atingir e não nos lesionasse. Eu optei por ouvir a voz do Senhor porque eu sei que o Senhor tinha uma grande missão na minha vida, e eu disse ‘Senhor, eis-me aqui’. Eu não podia me esconder e ficar ali escondido na barriga do peixe igual Jonas, né? Mas eu me lancei para que o Senhor fizesse sua vontade na minha vida e eu tenho sido engrandecido e a palavra de Deus muito mais, porque eu tenho à disposição pra fazer com que o nome Dele cresça, e não o meu, em todos os lugares onde estou. (...) Depende muito do perfil de cada um, é igual ao chuchu porque o chuchu ele não tem sabor, se você botar ele com o camarão fica com gosto de camarão, se botar com o frango fica com gosto de frango, ele não tem personalidade; mas o fiel Servo do Senhor ele tem que ter personalidade e ele pode mudar até uma guarnição toda se ele tiver o perfil de fiel servo do Senhor. Eu era conhecido, trabalhando sozinho ou em guarnição, como ‘Ali vai um servo do Senhor, ali vai um crente’. Quando eu estava trabalhando em Petrópolis, no 26º, que eu apitava no trânsito, trabalhando sozinho, muitos motoqueiros que vinham com moto errada, habilitação errada, eles sabiam que ali tinha um crente que não aceitava corrupção e quando eles vinham oferecer eu, muitas vezes, advertia e falava pra eles que se eles falassem novamente aquilo que eles estavam tentando fazer eu daria voz de prisão e levaria pra delegacia. Este é o perfil. Tem aquele que quer servir a Deus e aquele que quer ser esconder no Evangelho, entendeu? Então, o verdadeiro crente mostra ao que veio. Muitos são os que querem se esconder dentro do Evangelho, entendeu? Então, muitos motoqueiros que vinham com moto errada, habilitação errada, sem placa, muitas vezes, preferiam dar a volta no quarteirão pra não passar ali porque sabiam que ali tinha um cristão que não aceitava corrupção, que não aceitava que nada estivesse errado, porque sabiam se passassem por ali e ali estivesse um policial cristão eles teriam a legislação colocada pra eles. Agora muitas vezes as coisas se tornam erradas porque as pessoas não sabem que lado do muro vai ficar, a pessoa tem que saber de um lado ela vai ficar... se de um lado ou do outro, nunca ficar em cima do muro, se ela souber que ela vai atrapalhar ali eu tenho certeza que a mão de Deus vai fazer com que as pessoas pensem duas vezes antes de fazer coisas erradas porque a pessoa optou por não

negar a palavra de Deus. ‘Eu sou cristão na administração, na saúde, na doença, no sol, na chuva, guarnição ou sozinho’. Ele é cristão. Isso não é o vernáculo de alguém que nunca passou por isso, isso é um testemunho de alguém que já vivenciou isso, de alguém que já esteve na guarnição com mais de 100 homens, muitos deles com as vidas muito erradas, muitos deles não tão cristãos assim porque não sabiam de que lado do muro estavam, então, ali precisava de alguém de pulso forte, pulso firme. Eu posso dizer que fui ameaçado quando eu fui ludibriado por uma guarnição que tentou fazer coisas erradas e eu cheguei e falei ‘Olha, vocês vão fazer certo e desfazer o que estavam fazendo de errado e restituir o que tiraram daquelas pessoas’. E dentro de um quartel eu fui ameaçado por colegas de farda ‘Sargento, a única coisa que eu sei fazer é dar tiro’ ‘Isso não me intimida, onde vocês aprenderam a atirar eu também passei por lá’. Eu tenho certeza que saber de que lado você vai estar é importante. Eu tenho certeza de que o nome de Deus foi glorificado porque eu não me dobrei e tudo aquilo que eles tiraram de outras pessoas e até de outras instituições e tiveram que desfazer todo o emaranhado para que o nome Dele fosse glorificado.

**Sargento evangélico, 43 anos de idade, 23 anos de polícia, 23 anos de conversão.**

Com o tempo, comecei a perceber que a pergunta sobre a preferência dos policiais evangélicos pelo trabalho administrativo causava certo incômodo em alguns entrevistados, que tratavam de negar enfaticamente tal associação. Essa reação, entretanto, pareceu-me um claro reflexo de uma concepção bastante generalizada na corporação, que afirma o policiamento ostensivo como o “verdadeiro serviço de polícia”. Nesse contexto, preferir trabalhar no administrativo representa a antítese de todo imaginário de coragem e ousadia vinculado aos serviços de rua e, em última instância, a própria profissão policial militar. Procurei incorporar essa constatação em minhas entrevistas posteriores, de modo a esclarecer possíveis imprecisões sobre aquilo que eu assumia e generalizava sob o rótulo “serviços de rua”. O que queriam dizer-me os policiais militares evangélicos ao afirmar, enfaticamente, sua presença nas ruas cariocas? Essa pergunta, entretanto, só começou a ser respondida a partir de uma entrevista realizada por meu assistente de campo, Sargento Carlos Fernandes, com um outro colega de farda, também sargento. Foi nessa conversa entre dois amigos e antigos companheiros de trabalho que surgiu, pela primeira vez na pesquisa, a categoria “pista”.

Ao que parece, o emprego dessa categoria estabelece uma importante diferenciação nos tipos de serviços de rua. As atividades consideradas “mais pista” são também as mais problemáticas, no sentido de que podem expor o policial a situações de violência, conflito armado e risco de morte. A Rádio Patrulha, a Patamo e alguns Destacamentos de

Policamento Ostensivo (DPOs) seriam modalidades de policiamento mais próximas da noção de “pista”, pois – dependendo da área da cidade em que forem realizadas – podem expor os policiais a contextos bastante tensos de atuação. Por outro lado, o trabalho no policiamento de trânsito, no policiamento a pé, nas cabinas etc. são considerados serviços “menos pista”, portanto, mais tranqüilos.

Abaixo transcrevo um trecho do diálogo entre o Sargento Carlos Fernandes e o Sargento M., ocasião em que tomei contato com a categoria “pista” pela primeira vez. A forma como o entrevistado utilizou o termo chamou a atenção e despertou minha curiosidade. A partir de então, com a ajuda de meu assistente de campo, passei a trabalhar melhor a sua aplicação nas entrevistas que se seguiram a esta, desdobrando outras questões bastante interessantes sobre o universo das ruas.

**“Entrevistador:** Existem pessoas que afirmam que o policial evangélico prefere trabalhar no expediente. é verdade? **Sargento M.:** Não. **Entrevistador:** Não é verdade? **Sargento M.:** Eu posso citar nomes? **Entrevistador:** Pode. **Sargento M.:** O Sargento N. e o Sargento F., eles não estão na pista totalmente mas fazem um serviço que também se expõe, é um serviço de escala...**Entrevistador:** Atividade fim, né. **Sargento M.:** Eu estou trabalhando aqui porque Deus me colocou interno, evangélico peguei três serviços na rádio patrulha e voltei pra seção. Estou estudando, então se fosse a vontade de Deus eu estar na rua, ele me colocou aqui porque tem um propósito aqui, eu preferia estar de adjunto e estar na rua. **Entrevistador:** Então não há nenhum problema...? **Sargento M.:** Não, a maioria do pessoal que está interno não é cristão. **Entrevistador:** No caso dessa unidade? **Sargento M.:** Nessa unidade não e vou te dizer com firmeza, não é porque o camarada é cristão que vai trabalhar na burocracia e tratar todo mundo legal não, você pode juntar ser cristão e ser polícia, aí juntou, já que eu tenho esse dom eu tenho que permanecer. Não é isso?”.

**Sargento evangélico, 42 anos de idade, 22 anos de polícia, 8 anos de conversão<sup>130</sup>.**

Dentre os policiais militares evangélicos entrevistados nenhum afirmou gostar de tipos de serviço considerados “pista”, em razão dos efeitos de sua maior exposição a

---

<sup>130</sup> O Sargento M. é taxativo ao negar a imagem do evangélico como um tipo de “burocrata legal”, incapaz de agir com firmeza e que não gosta de trabalhar na rua. A ênfase e o modo como o sargento defende a compatibilidade entre “ser cristão e ser polícia” pode estar relacionada ao seu pouco tempo de conversão, se comparado aos seus 22 anos de atuação na PMERJ. Possivelmente, a proporção entre anos de conversão e anos de serviço exerce uma forte influência sobre os termos de negociação desta síntese identitária. Um exemplo diametralmente oposto é fornecido pelo Sargento R., que tem 23 anos de polícia e 23 anos de conversão. Em suas declarações sobre o tema, o Sargento R. procura conciliar o “ser policial e ser evangélico” de forma a valorizar as contribuições da experiência evangélica para a atividade policial, principalmente no que se refere à ética e ao profissionalismo. O Sargento R. é o autor do trecho de entrevista anterior ao aqui referenciado. Nessa declaração pode-se perceber como o “ser evangélico” acaba pautando as reflexões sobre suas experiências como policial militar.

contextos de confronto armado, risco de morte e níveis elevadíssimos de estresse físico e psicológico. Segundo afirmam, este tipo de vivência da atividade policial tende a brutalizar os agentes, tornando-os insensíveis, exaurindo-lhes progressivamente a capacidade de demonstrar empatia pelos dramas humanos e sociais com que se deparam. Além disso, minhas reflexões sobre o uso da categoria “pista” conduziram a mais um desdobramento sobre a relação entre os evangélicos e o policiamento ostensivo. Pude perceber que os serviços de rua considerados tranqüilos tendem a ser também os mais solitários, não só os menos expostos à violência armada, por exemplo. Por outro lado, o trabalho na “pista” tende a englobar atividades normalmente executadas por guarnições, em que o grupo precisa estar muito afinado em torno de uma determinada forma de trabalho. Quando um policial não se ajusta ao perfil de atuação da guarnição, ele tenta conseguir a sua transferência para um outro grupo, com o qual guarda maior afinidade. Em certos casos, entretanto, essa discordância pode tornar-se perigosa. Entre os policiais evangélicos com quem pude conversar, aqueles que já trabalharam em guarnições costumam contar histórias sobre pressões ou ameaças motivadas por desacordos quanto ao padrão de atuação do grupo.

Quando o dissidente é um soldado ou um cabo a tendência é que ele deixe o grupo e busque encontrar uma guarnição mais afinada com o seu modo de trabalho. Então fica a pergunta: o que define o padrão de atuação de uma guarnição? A estrutura de guarnição é típica do policiamento ostensivo regular, sendo formada por um número variável de praças – em sua maioria, soldados – e comandada por um sargento. O que define a linha de atuação de uma guarnição, portanto, são as orientações do sargento comandante. Se ele segue uma linha mais tradicional, de uma polícia mais dura, assim será a sua guarnição, pois o sargento é o responsável por selecionar os componentes do grupo. Se ele é evangélico, sua guarnição será selecionada entre aqueles policiais de sua unidade que com ele guardam afinidade doutrinária e profissional.

Na relação com o grupo, existe ainda mais um aspecto que afastaria o policial evangélico dos serviços de guarnição, principalmente quando seus colegas não seguem as mesmas orientações que ele: se um componente erra, todos são punidos. Isso significa que, mesmo que o policial evangélico não compactue com os procedimentos da guarnição, ele ainda sim pode ser punido pelos equívocos cometidos por seus colegas.

“Essa questão de problemas psicológicos isso só quem pode responder é quem está na pista. Eu já trabalhei na pista, mas quando eu trabalhei Deus me orientou e alguns colegas também me orientaram e eu acabei ficando interno. Porque o policial evangélico não quer expor a determinadas coisas que acontecem aí fora, na pista; aí pra não se expor a isso, pra não passar por certas coisas, ele prefere trabalhar interno, escondido. Porque não gostam de se envolver em confrontos, porque ele faz tudo pra não ir contra a nossa Instituição. Quando você trabalha na rua, muitas coisas a gente não lembra, ou não sabe e vai depender de um colega que saiba e que desse colega a gente possa ter uma amizade, vai depender muito da amizade dele. E não dá para ter amizade de pessoas que fazem coisas que você não concorda. Agora, acontece de o grupo não te querer ali. Já aconteceu comigo e o que eu fiz foi o seguinte: eu orei a Deus e pedi pros colegas pra sair, ‘Olha companheiros, eu vou pedir pra sair, porque eu sou cristão, não vou fazer as mesmas coisas que vocês, sou cristão’. Conversei com eles pra não ficar suspeita de que eu ia cagüetar. Que passa a ser suspeito, né. Eu vou pedir pra sair, vou trabalhar no quartel por um tempo, depois volto pra rua de novo. ‘Fiquem tranqüilos que eu não vi nada, só que vocês estão trabalhando errado, isso aí é errado; e por ser crente, se eu aceitar qualquer coisa, eu estou errado também. E já que aqui eu estou atrapalhando vocês, eu vou orar por vocês fora daqui’. E chegava no batalhão e, muitas vezes tinha até que contar entendeu? Eu tive várias experiências, eu tive até que contar pro comandante, ‘Comandante, eu sou cristão e não quero passar por certas coisas que eu vi aí...’ ‘Mas o que é?’, ‘Certas coisas que eu vi. Eu queria pedir ao senhor que me tirasse e me botasse em outro serviço, até sozinho, seja onde for’. Porque Deus guarda a gente em qualquer lugar, agora, também tenho que fazer a minha parte. Se eu tô junto com os colegas, tô vendo, tô vendo, eu sou humano, pô, daqui a pouco o cara arranha R\$ 100, R\$ 200, aí o cara ‘Segura \$10 aí’. E depois que ele me deu uma vez, pronto. E ele vai fazer tudo pra atender o inimigo, pra atender ele. (...) Os serviços mais problemáticos são aqueles que trabalham muito policial junto. Você manda na sua cabeça, mas não manda na dos outros, aí quando vê tá pegando pra você também e você vai segurar uma coisa que não tem nada a ver contigo”.

**Cabo evangélico, 34 anos de idade, 10 anos de polícia, nascido em lar evangélico**

“Com certeza, você faz parte de uma guarnição onde todo mundo é diferente daquilo que você escolheu como verdade absoluta, então, peraí, ali você é só mais um e era motivo de eu ser escarnecid...Eu era soldado. Todo mundo escarnecia ‘Meu irmão, não pode isso, não pode aquilo’. Como se eu não soubesse né? ‘Não pode pegar isso não’. Eles faziam e ‘Você não pode participar não, não sei o que...’. Até aí eu levava na flauta, mas o convívio era ruim porque numa guarnição você faz parte dela e se algo acontece ali está todo mundo enrolado, independente do que for, você não foi o ativo mas vai junto. ‘Você não tomou atitude nenhuma não?’. Era complicado. Uma guarnição toda evangélica seria mais fácil com certeza. Então, existe até comandantes que preferem, veladamente, colocar cristãos em certos lugares pra ver se eles controlam os índices de corrupção. Na minha opinião, se for um cristão que ele colocar lá e for o mais antigo, se for o comandante, vai melhorar. Teve uma época... o Liodir [ex-diretor da UEPMERJ] estava falando aqui que teve um

coronel de um batalhão que experimentou fazer uma RP [rádio patrulha] com dois evangélicos; vou fazer uma guarnição com duas RP, quatro pessoas, todos evangélicos, e eles apresentavam mais ocorrências do que, digamos assim, as convencionais. Porque ou o cara faz o certo ou ele não faz. Se você não faz o certo prevarica, se não faz... ‘Não, as pessoas não estão acostumadas a que digam não à elas’. Estão cansadas de saber que não pode, mas quem tem que falar que não? É o pessoal que está na rua trabalhando. Então, com certeza, melhoraria muito. (...) Agora um policial evangélico numa guarnição convencional realmente vai trazer conflitos de interesses. Por que o policial evangélico não vai aceitar que haja desvio de condutas, que haja isso; principalmente se ele for superior aos outros. Se ele for um grau hierárquico inferior ele vai pedir pra sair ou até a guarnição não vai aceitá-lo. O verdadeiro evangélico não vai se corromper e se eu sou um sargento, comandante de Patamo e sou evangélico eu não vou me corromper e eu vou procurar botar pessoas que pensem igual a mim, porque se eu sou sargento e comandante da guarnição eu boto quem está dentro da minha filosofia de pensamento. Hoje na minha condição de antigo se botarem um garoto desses na minha mão ele vai ter que fazer o que eu quero, então a gente é que tem um dinamismo, uma liderança, é o elo entre o oficialato e a praça. Você consegue como graduado até conduzir quatro, seis homens... mas no serviço de rua tu vai se indispor muito, tem muitas pessoas teimosas entendeu? A dificuldade é ter uma guarnição pra me acompanhar na minha linha de raciocínio e fidelidade, não é isso?’.

**Sargento evangélico, 37 anos de idade, 11 anos de polícia, 10 de conversão.**

Independente do tipo de serviço de rua com o qual o policial se envolva, inevitavelmente ele tomará contato com toda sorte de inconsistências que envolvem o lugar da polícia na organização do Estado: um lugar de fronteira, em que a estrutura estatal formal, igualitária, encontra o mundo das práticas sociais concretas, desiguais e hierárquicas. Na tentativa de equacionar os desajustes entre a letra da lei e as expectativas sociais em torno de seu trabalho, o policial está mais sujeito a cometer erros, desagradar alguém e ser punido. Por exemplo, durante uma blitz de trânsito o policial apreende uma moto, desconsiderando as ameaças do jovem condutor, que afirma ser filho de um vereador; depois da operação, ao voltar para sua unidade, ele descobre que será punido, pois o pai do rapaz ligou diretamente para o seu comandante pedindo a sua prisão disciplinar em represália.

Em dezembro de 2008, um dos policiais militares acusados pela morte do menino João Roberto, de apenas três anos, atingido na cabeça por um estilhaço de bala na Tijuca, durante uma perseguição policial, foi inocentado pelo júri popular. Os membros do júri acataram o argumento da defesa, que afirmou que os policiais estavam “em estrito cumprimento do dever” quando alvejaram o carro em que estava o menino com 17 tiros de

fuzil. Embora pareça um absurdo total, o parecer favorável ao policial militar diz muito sobre o lugar da polícia em nossa sociedade, especialmente no Rio de Janeiro. Como, em princípio, os policiais militares estavam perseguindo um grupo de “marginais”, justifica-se o uso excessivo da força (17 tiros de fuzil!) contra o veículo suspeito. A absolvição do réu indica que o principal equívoco dos policiais não teria sido o procedimento adotado, mas a fatalidade de terem acertado a pessoa errada. Caso fossem realmente bandidos em fuga, não haveria nenhum clamor popular em torno do caso e os policiais talvez não sofressem qualquer sanção disciplinar ou criminal pelas mortes. A mesma “sociedade” que legitima a banalização da vida e da violência policial, pede a punição exemplar dos policiais militares responsáveis pela morte de uma criança de apenas três anos, sem questionar-se sobre sua própria parcela de contribuição para o trágico desfecho.

Os policiais militares conhecem bem as diversas armadilhas produzidas pelo funcionamento desta estrutura esquizofrênica e muitos – não só os evangélicos – procuram evitar seus desdobramentos dando preferência aos serviços internos (administrativo). Entretanto, os policiais militares que continuam trabalhando nas ruas podem reagir de diversas formas à situação: alguns passam a demonstrar certa imobilidade, evitando tomar contato com as ocorrências; outros recorrem à métodos violentos ou ilegais para fazer movimentar o sistema (ou tirar vantagem dele), apesar de suas lacunas e inconsistências.

“É porque, eu poderia responder de forma hipócrita e dizer que a gente tem que ser crente em qualquer situação, eu estaria sendo hipócrita; nós devemos ser cientes em todas as situações. Porém, às vezes, nós não conseguimos por causa de diversas barreiras que são colocadas, até mesmo do comando, né? Vem de cima, o fato do ter que fazer algumas coisas, até mesmo corruptas, até mesmo ilegais, mas que até pra sociedade é uma coisa boa, até pra sociedade é uma coisa boa, é tipo você matar um marginal, né? Aceitar uma propina, até a comunidade, a sociedade, ela aceita isso até de forma tranquila, porque ela chega e faz assim ‘Matou, era vagabundo e tem mais é que morrer’. Pago R\$ 50,00 pro guarda que é meu amigo, pra não anotar o meu carro. Só que isso tudo é errado. E isso coloca o policial num vício, num vício que te leva a uma doença, e essa doença pode te levar a morte, ou a morte física ou a morte espiritual, onde muitos se deixaram levar; porque eles não começaram, não começaram lá no P.O. [policíamento ostensivo à pé] roubando ou fazendo coisas erradas. Eles foram aos poucos, até que chegou o momento que entrou o pecado, entrou o erro e eles se acostumaram com aquilo. Aos pouquinhos, aos pouquinhos...Então, o que é que a gente tem que fazer, no meu modo de ver? Tentar o máximo possível se afastar desse tipo de pessoa, porque o salmo 1º diz isso, você tem que andar com quem é da luz, não com os escarnecedores; se afastar na medida do possível, e se não podendo se afastar manter o seu testemunho fiel; porque se nós tivermos medo da morte, talvez não retrocedemos, porque muitos dos

evangélicos são até ameaçados de morte dentro de uma Patamo, dentro de um DPO [Destacamento de Policiamento Ostensivo] para fazer uma coisa ilícita, essa é a realidade, sem hipocrisia”.

**Major evangélico, 39 anos de idade, 16 anos de polícia, 10 de conversão.**

“A Polícia, na realidade, é o instrumento de Deus para que haja paz na cidade porque é uma instituição que existe para salvaguardar a sociedade da própria sociedade, dos próprios membros dessa sociedade, então é um instrumento de Deus nesse aspecto, independente da condição religiosa. Então, ser policial é isso, é proteger, às vezes com o sacrifício da própria vida, e, às vezes tendo que matar outras pessoas para que haja paz na cidade. Então, esta é visão empírica do policial e de qualquer tipo de autoridade, não é só da Polícia Militar. Agora, qual é a visão que a população tem da Polícia? Por causa da prática policial, na prática a polícia mata bandido, corre atrás da população e na nossa sociedade, por causa da carência, tem muita gente que mora em favelas onde um pequeno grupo domina a todos, e todos são carentes. Então, entra droga entra grana e se entra grana o que eles fazem? Compram a comunidade e eles ficam como escudo. Então, nas comunidades carentes porque o Estado não entra lá? Porque há um descaso de anos e anos do nosso Estado, por isso que não entra lá, as favelas crescem por causa disso a gente vê, como policial militar a gente passa nas ruas, um barraquinho ali, outro ali, e vai crescendo, crescendo ninguém faz nada. Depois que já está o problema instalado ‘E agora, o que a gente faz?’ Não vou entrar nem na exploração econômica que tem. Mas o que acontece? Na visão da população o policial entra na favela pra correr atrás dos bandidos e matar, só que muitos desses que hoje estão envolvidos com o tráfico são filhos dessa pessoa carente que não teve outra alternativa na vida a não ser enveredar por esse caminho, que é o caminho mais fácil, onde ele pode ter dinheiro não precisa ter profissão, não tem nem como ter profissão porque a situação educacional está falida. Então, a população pensa que a polícia entra pra matar, pra bater, pra prender; e a pessoa pensa que isso não condiz com a pessoa evangélica, mas quem diz que não condiz? A lei foi criada pra cercear os erros da sociedade e Deus está nisso, se a gente for olhar a lei bíblica muitas vezes ela é dura. O amor muitas vezes não é firme? A pessoa tem uma visão distorcida do que é cumprir a lei. O Estado é pago pela população pra que haja paz e ele não está ali pra matar, ele está ali para cumprir a lei... mas, muitas vezes, ele tem que matar. A violência do jeito que está, os armamentos que os bandidos estão utilizando, e isso é culpa também da sociedade aí faz com que a população tenha uma visão distorcida. Aí tem uma questão histórica, tem outras questões no Brasil, principalmente no Rio de Janeiro, que influencia mais porque em outras partes do mundo, pelo contrário, as pessoas respeitam o policial e aqui não, aqui tem medo porque o policial quando entra é para acabar com o problema”.

**Capelão evangélico, 41 anos, 5 anos de polícia, 25 anos de conversão.**

No que se refere à relação do evangélico com o policiamento ostensivo – tema da presente seção – é importante destacar que as questões mencionadas acima não se restringem ao universo cristão, mas afligem qualquer policial que não opere segundo

algumas das gramáticas dominantes nas ruas. A principal diferença é que, por operar sob uma lógica dicotômica e maniqueísta, o evangélico é afetado por essas inadequações de forma mais crítica.

### • O exercício da autoridade policial, o uso da arma e o “não matarás”

Em novembro de 2007, foi inaugurada a congregação evangélica do Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE), localizado em Laranjeiras, um bairro nobre da zona sul do Rio de Janeiro. Fui informada sobre o evento pelo Pr. Liodir, ex-diretor da UEPMERJ, que me convidou em razão do ótimo trabalho que estava sendo desenvolvido pelos evangélicos da unidade, o que, segundo ele, me ajudaria em minhas pesquisas. Confesso que fiquei muitíssimo interessada na possibilidade de tomar contato com a congregação, tendo em vista as características do batalhão, reconhecido por sua tropa altamente qualificada, mas também pelo “Caveirão” (veículo blindado) e pelas cenas de violência do filme “Tropa de Elite”. Possivelmente pela mesma razão, havia uma equipe de reportagem do jornal O Dia cobrindo a inauguração<sup>131</sup>. A jornalista responsável pela matéria cunhou o termo “caveiras de cristo” para se referir aos evangélicos do BOPE e acabou chamando a atenção do público para o tema, que foi amplamente comentado em diversos websites<sup>132</sup>. Dentre os tópicos em debate, algumas questões inquietavam os internautas: como é possível um evangélico tirar a vida de uma outra pessoa? Como pode conciliar as expectativas em torno de uma postura cristã – mansidão, amor ao próximo, humildade etc. – e a energia e agressividade necessária a um policial do BOPE?

Certamente, o fato de se tratar do Batalhão de Operações Policiais Especiais torna a situação ainda mais pitoresca aos olhos de cristãos e não-cristãos de modo geral. Afinal, quem poderia imaginar evangélicos portando fuzis, vestidos de preto, com uma imagem de caveira como símbolo? Entretanto, a situação traduz com bastante propriedade a condição dos policiais militares evangélicos na corporação, que precisam lidar com expectativas conflitantes em torno de seu comportamento como evangélico e como policial. Como pude

<sup>131</sup> A matéria “Caveiras de Cristo” foi publicada no Jornal O Dia de 04 de novembro de 2007 e pode ser consultada em [http://odia.terra.com.br/rio/htm/caveiras\\_de\\_cristo\\_unidos\\_pela\\_oracao\\_132515.asp](http://odia.terra.com.br/rio/htm/caveiras_de_cristo_unidos_pela_oracao_132515.asp) (em 08/02/2009).

<sup>132</sup> Motivada pela reportagem do jornal O Dia, a revista Galileu também publicou uma matéria sobre o tema, “Evangélicas Customizadas”, na edição de fevereiro de 2008, podendo ser consultada em <http://revistagalileu.globo.com/Revista/Galileu/0,,EDG81266-7942-199,00.html> (em 08/02/2009).

identificar, são bastante comuns manifestações de incompreensão acerca das razões para que um evangélico sinta-se atraído pela profissão policial; ou, ao contrário, que um policial venha a converter-se ao Evangelho. Para aqueles que nutrem uma imagem da PMERJ como uma instituição corrompida e violenta, a descrença quanto a existência de “verdadeiros cristãos” na corporação parece acentuar-se.

Se junto ao público externo o policial evangélico luta para desvincular-se da imagem de truculência associada a sua profissão, afirmado-se como cristão; internamente é incitado a demonstrar que pode exercer sua autoridade com energia, afirmado-se como policial militar. Muitos de seus colegas de farda teriam uma imagem do policial evangélico como um pacifista, que reluta em utilizar sua arma e evita expor-se a situações de conflito, e que por isso manter-se-ia afastado dos serviços de rua. Quando se deparam com um evangélico cujo comportamento não se enquadra neste estereótipo, alguns chegam a colocar em dúvida sua seriedade como cristão. Por outro lado, quando o policial procura seguir muito à risca os fundamentos cristãos, pode passar a ser questionado em seu “profissionalismo”, pois não estaria conseguindo separar sua religião das exigências de sua profissão.

“Quando eu trabalhava na rua? Conheci. O primeiro policial evangélico que marcou até hoje, que eu conheci dentro da corporação, foi o... não lembro o nome dele, mas ele fazia parte do meu pelotão de formação, a gente não era nem formado ainda; ele fez o curso todinho, fez o curso muito bem feito, passou por aquilo tudo; um dia antes da formatura, ele pediu pra sair porque era evangélico, e não ia conseguir dar tiro em ninguém; ele pediu... não se formou, ele fez o curso todinho e um dia antes da formatura pediu pra sair; ele era evangélico e eu conheci. E tantas vezes mais a gente trabalha com alguns policiais evangélicos; nesse período todo, nesses anos todos, eu trabalhei com alguns policiais evangélicos. É... De repente, depende, não são todos, mas alguns, como é que se diz? Na atividade até a decisão, a demora dele tomar uma decisão num momento de perigo, eu acho que influencia um bocado, entendeu? Eu acho que influencia sim; é tipo aquela coisa, você tem que até na agressão, no disparo de tiro e tal, se você não se liga muito na doutrina evangélica, você é capaz de ter uma reação mais rápida de puxar o revolver e revidar. Acho eu que o evangélico, ele reluta um pouquinho. Ele reluta e nesse relutar aí ele pode se dar bem como pode se dar mal também. Ele tenta evitar e isso pode lhe custar a vida. Nós temos histórias de... aqui no 6º batalhão tinha um que ele também pediu pra sair, não ia pra rua, ele não ia armado pra rua... Isso não pode! Várias histórias dessas, então, quer dizer, o cara, tem que ser evangélico e tem que saber que na realidade o policial militar, ele é um soldado de Deus, ele tá ali pra combater o mal, entendeu? Mesmo que ele, às vezes, tenha que tirar a vida de alguém, mas é em defesa da própria ou da vida de outros; e o evangélico, ele reluta nisso. Como é que o cara vai pra rua sem arma? Como é que o cara vai pra rua com o revolver sem munição? Tá botando a vida dele em risco e a dos outros. Então, em alguns

casos de alguns evangélicos, eu acho que atrapalha e bastante; depende muito da atitude do cara; se ele for um evangélico que não souber realmente qual é o serviço dele, que ele tá fazendo ali, ele pode se complicar e complicar a vida dos outros; vai deixar de salvar uma vida e vai perder a vida pelo fato de achar que o evangélico não pode portar arma; tem esse que eu citei que deu baixa; tinha um aqui no batalhão que ele ia pra rua desarmado; uma vez o capitão obrigou ele a andar armado e acabou morrendo, ele até ia pedir baixa esse, trabalhei muitas vezes com ele; ele ia pedir baixa e acabou morrendo num assalto aqui na Conde de Bonfim. Tava armado porque foi obrigado. Tava de serviço. Tava de serviço? Tava de segurança, segurança de uma joalheria. Então, acho que atrapalha assim, dependendo do perfil do evangélico, entendeu? Porque existe evangélico e evangélico; tem aquele cara que ele é evangélico tipo fanático, entendeu? Como tem em todas as religiões. Muito radical. Esses caras radicais assim, realmente num serviço de polícia, fica meio difícil. Porque ai fica naquela ‘Vou fazer, não vou fazer, puxo ou não puxo?’ Acaba que ele corre da situação, a realidade é essa; aí caça um serviço de expediente ou outro tipo de serviço qualquer”.

**Sargento, 45 anos de idade, 22 anos de polícia, não-evangélico.**

“Dificuldade eu não vou dizer que não, porque tem, ou seja, eu não dizer que não vou agir como evangélico mas vou botar essa dificuldade pra quem está no mundo natural, pra quem não é, que acha que por você ser evangélico tem certas atitudes que você não pode tomar, ou seja, de dar um dura nele, chamar atenção, repreender então, de repente, dar certas broncas, ou seja, uma orientação até mais dura, dependendo do delito que o camarada cometeu, ele achar que a gente não deveria falar dessa forma, o policial acha que desde o momento que você passou a ser evangélico tu tem que ser mais... não é manso, mas ele não quer essa mansidão e você me desculpa o termo que eu vou usar tem que ser um cara ‘panaca’ e se tomar uma atitude mais forte ‘Você não é cristão?’. A única dificuldade é essa, se eu fosse trabalhar na rua tinha que trazer o camarada pra trabalhar de acordo com... Com os colegas... Não é que eu veja dificuldade em ser policial e evangélico e sim... eu não digo... não vou generalizar, o camarada que não é cristão ele acha ele não leva em consideração que você seja um ser humano, entendeu? O cara sabe que eu não vou xingar de ‘Seu filho daquilo’ ou ‘Vai tomar naquele lugar’. Às vezes dá vontade de chutar o balde e sair da Graça, não tem paciência não é isso? Mas tem situações que tem que bota o cara ‘Meu irmão vai trabalhar’ Ele acha que tem que ser na hora que ele quer, acha que o cara ser cristão é fazer tudo na hora que ele quer, não é isso? Pelo contrário, eu tenho que estar à disposição do meu Criador, a minha vida está na mão Dele, seja feita a vontade Dele na minha vida; eu não digo que não vou amar meu semelhante, eu vou... mas a autoridade tem que ser pra todos”.

**Sargento evangélico, 39 anos de idade, 20 anos de polícia, 10 de conversão.**

Em relação ao público não-policial, o principal questionamento sobre os evangélicos na corporação tende a recuar sobre a aparente incoerência entre o porte de arma e o mandamento “não matarás”. Para os policiais evangélicos entrevistados, algumas pessoas

acham inviável que um verdadeiro evangélico possa exercer a profissão policial em razão da possibilidade de tirar vidas<sup>133</sup>. Esse era também o maior foco de curiosidade sobre o tema de minha pesquisa entre amigos e parentes. Pesquisando na *internet*, deparei-me, surpreendentemente, com alguns fóruns de debate sobre o mesmo tema. No yahoo respostas, um dos usuários colocou a pergunta: “você acha certo um evangélico ser um policial?”<sup>134</sup>. Alguns dos comentários encontram-se transcritos abaixo. Podemos perceber que as opiniões se dividem bastante.

#### “VOCÊ ACHA CERTO UM EVANGÉLICO SER UM POLICIAL?

**Moderador:** Bom! Um policial usa uma arma na cintura, e mata alguém se preciso for não é mesmo? Se os evangélicos são seguidores de Cristo, deveriam tentar agir como Cristo, e Cristo não usava uma arma na cintura.

**Participante 1:** Concordo com o que você disse, por exemplo, se você soubesse que seu professor não gosta de que cole em provas, se você colasse, você esperaria agradar aquele professor? É lógico que não. Portanto se sabemos que Deus odeia todo e qualquer tipo de violência, ou o próprio uso de armas, será que nos utilizámos dela(arma) mesmo no trabalho esperando também agradar a Deus. Não. Então se quisermos agradar a Deus temos de agir da forma que ele age. E outra existem centenas de profissões, podemos procurar qualquer outra, desde que não viole as leis de Deus.

**Moderador:** Olá amigo li tanta besteira que estou estarrecido, quando você encontra com um evangélico ele fanaticamente te diz tantas coisas que acabam se confundindo. Mas eu só queria saber como uma pessoa prega paz e amor ‘com uma arma na cintura’. Seria como uma prostituta pregar pra você e depois ir trabalhar!!!

**Participante 2:** Olá! Creio que o evangélico poderá exercer essa profissão, desde que se espelhe no bom policial: aquele que simplesmente defende a sociedade sem exigir nada em troca. É uma profissão que demanda muito sacrifício de quem a segue, mas sempre traz suas compensações quando é bem executada. Um policial honesto e íntegro, seja ele evangélico ou não, é o que sempre a sociedade cansada de corrupção e mentiras espera.

**Participante 3:** Vivemos (todos nós, inclusive evangélicos) num mundo material e de expiação, ser policial é uma profissão terrena e nada tem a ver com religião, aliás os evangélicos não são os únicos cristãos. Há também outras religiões... É preferível um religioso com uma arma na mão do que certos policiais que vemos todos os dias.

---

<sup>133</sup> A autoridade do policial militar é reconhecida no arbítrio e mediação dos conflitos diários em razão dele encarnar a violência legítima do Estado em seu mandato de uso da força, cuja expressão mais visível é o uso da arma. O policial está autorizado legalmente à aplicar níveis de força proporcionais às exigências do contexto e suas análises de risco de cada situação. Dentre as opções disponíveis, está o uso da força letal, ou seja, a possibilidade de imobilizar ou ferir mortalmente seu oponente, mediante a ameaça iminente à vida de terceiros ou do próprio policial. Esta prerrogativa chama-se, em termos jurídicos, legítima defesa e a morte ocasionada é classificada como auto de resistência.

<sup>134</sup> <http://br.answers.yahoo.com/question/index?qid=20080923060844AADNLxi> (em 08/02/09).

**Participante 4:** Por que não? Então todos os soldados vão para o inferno, inclusive boa parte dos personagens da Bíblia que mataram com um objetivo, mesmo depois dos 10 mandamentos: Davi matou Golias e era um homem segundo o coração de Deus. Ah! Mas isso é Velho Testamento, pode pensar você, mas no Novo Testamento Jesus disse que é considerado homicida qualquer um que odiar o seu próximo! Por isso, o homicídio que é pecado, é quando é em vingança própria. Se é no cumprimento do seu dever, é aceito por Deus, claro. (...)".

Lidando com expectativas conflitantes sobre seu comportamento – dentro e fora da Polícia Militar –, os policiais evangélicos entrevistados parecem acostumados aos questionamentos sobre a suposta incoerência entre o exercício da autoridade policial, o uso da arma e os padrões de vida cristã. Sobre isso, desenvolvem uma argumentação muito interessante, que articula a figura jurídica da legítima defesa, personagens bíblicas e a idéia de outorgação divina das autoridades terrenas. Com base nas Escrituras, os policiais militares evangélicos entrevistados foram unâimes em invocar a passagem de Romanos (13:1-4) para demonstrar-me os precedentes bíblicos para a atuação policial, mesmo quando essa envolve a necessidade de tirar a vidas.

“Toda a alma esteja sujeita às potestades superiores; porque não há potestade que não venha de Deus; e as potestades que há foram ordenadas por Deus. Por isso quem resiste à potestade resiste à ordenação de Deus; e os que resistem trarão sobre si mesmos a condenação. Porque os magistrados não são terror para as boas obras, mas para as más. Queres tu, pois, não temer a potestade? Faze o bem, e terás louvor dela. Porque ela é ministro de Deus para teu bem. Mas, se fizeres o mal, teme, pois não traz debalde a espada; porque é ministro de Deus, e vingador para castigar o que faz o mal” (Romanos 13:1-4).

“Eu acho que é por causa do tipo de serviço que é praticado, tem muita gente que não conhece a lei por falta de entendimento bíblico, e até mesmo do Código Penal, eles não lêem e não sabem que o policial, tal como outro, pode prender em flagrante delito e também qualquer pessoa pode se defender matando a outra na sua defesa, legítima defesa. Na bíblia tem várias ocorrências do Antigo Testamento de batalhas onde morreram muitas pessoas e todas eram servos do Senhor. A tomada de Canaã foi à base de muitas mortes. Então, aquelas pessoas não foram julgadas, na época, por causa disso porque elas estavam em obediência. Nós quando invadimos um morro ou quando a gente investe contra um meliante qualquer, nós, além de estarmos em obediência ao próprio serviço em si, nós estamos defendendo a população que é um juramento que se faz quando se entra. A população tem que ter conhecimento de que a gente, além de matar pra defender ela, corre o risco de morrer por ela. Inicialmente, as pessoas não aceitam porque não conseguem desvincular que nem todo policial é corrupto

e imaginam que todos estão no mesmo saco de batatas podres e é difícil ver uma batata boa ali dentro, e se tiver uma batata boa eles dão um prazo pra ela se estragar, entendeu? E não é o que ocorre. A bem da verdade eu nunca participei de nenhum evento que eu tivesse que tirar a vida de alguém, mas nós não tínhamos esta violência, na hora do conflito, daquele caos todo, que a gente está vendo, que está na eminência... que a gente está vendo que o bandido vai aparecer e que você vai ter que eliminar ele. Naquela hora passa na sua cabeça a mãe, o filho, irmão, entendeu? Pode ser um cristão que está afastado que está naquele mundo e está na beira de sair e você vai tolher ele, porque ele vai aparecer ali na brecha e você vai ter que combater ele. Isso é muito difícil, foge ao controle e a obrigação vem em primeiro lugar, mas se você não atirar nele ele vai atirar em você. Aí você passa você a pensar nos filhos, na mãe, na parentela toda. Então, você acaba compensando esta frustração que você sente na hora, esse receio, essa sensação estranha, compensando com o que se não for ele vai ser você. Só não pode começar a gostar disso. Você se torna disponível para tirar a vida dos outros quando você na sua folga ou no seu serviço tem este tipo de pensamento, porque você, antes de qualquer coisa, tem que imaginar que tem solução para aquela crise ali; se você tentar atirar na perna dele vai estar fazendo uma grande coisa, vai quebrar o joelho... tem muitos casos que você poderia evitar a fatalidade e a gente, realmente, não evita. O que eu sempre escutei é que se você tomar gosto pela coisa vai passar na rua e ter vontade de fazer. A própria Bíblia dá o exemplo de Davi<sup>135</sup> que guerreou, lutou, ia a favor dos ideais religiosos da época e não tinha problema nenhum. Então, o policial militar ele pode usar a arma desde que ele trabalhe dentro da verdade e da legalidade. As pessoas acham que não tem como ser fiel ao Evangelho pelo fato de portar uma arma. Isso é pelo fato do desconhecimento. A sociedade está acostumada a tudo ser resolvido dentro da forma mais fácil, tudo com o “jeitinho” e você sendo evangélico e trabalhando dentro da verdade não tem “jeitinho”, porque o errado é errado e o certo é o certo. A verdade é essa, não tem como o errado virar certo. O “Não Matarás” quando você se defende você não pode ter o dolo de matar a pessoa, você não vai matar ninguém, simplesmente, você está se defendendo contra uma justa agressão contra você; a própria Bíblia tem uma passagem de Jericó que morreu muita gente porque eles estavam a vontade de Deus. Então, quando você está numa ocorrência que o marginal está atirando em você ele está contra a verdade, Jesus fala ‘Dai a César o que é de César’. Se ele está atirando em você e você está se defendendo você está cumprindo a lei, a lei é pra ser cumprida independente de você ser evangélico ou não; você está sofrendo a justa agressão e a justa agressão você está revidando. O certo é se rendeu e entregou a arma você leva pra delegacia, você não vai atirar nele com a arma abaixada porque aí você está cometendo um crime, você não vai matar ele porque quer, infelizmente, ele morreu porque houve uma troca de tiros. Depois que eu me converti, eu primeiro eu comecei a ver a outra pessoa como irmão. Por que, quando policial, muitos policiais erram muito, por que eles acham que estão fazendo cumprir a lei. As coisas erradas que o policial faz, ele acredita que está fazendo o certo. Eu por exemplo, quando entrei pra Polícia, eu tinha aquele negócio: o fazer cumprir a lei. Mas muitas vezes você fere a lei tentando fazer cumpri-la. É ‘cumprir a lei a qualquer custo, a qualquer preço’. E como as autoridades não mantêm preso aquele que a gente prende, não é isso? Aí o que

<sup>135</sup> O Rei Davi é uma das figuras bíblicas mais emblemáticas do Antigo Testamento, cuja trajetória é constantemente retomada no discurso Cristão (e dos policiais evangélicos) como exemplo das tentações que podem acometer um indivíduo que ocupa um lugar de poder. Inspirado por Deus a combater pela consolidação de um reino unificado para os israelitas, Davi substituiu Saul como segundo rei de Israel. Antes mesmo de tornar-se rei, já era popular por suas habilidades musicais e guerreiras. Em uma das narrativas bíblicas mais famosas, Davi teria vencido o gigante filisteu Golias com apenas uma funda e algumas pedras. A Bíblia relata, entretanto, que seu temperamento o teria levado a sucumbir frente às tentações do poder e da lascívia. Para esconder o adultério com Bate-Seba, esposa de um de seus mais valorosos soldados, Davi teria orientado suas tropas a abandoná-lo no campo de batalha, o que acarretou a sua morte. Alertado pelo profeta Natã sobre o julgamento que sobre ele se abateria em razão de seus pecados, Davi admitiu sua culpa e implorou pelo perdão de Deus, buscando restabelecer sua relação com Ele.

acontece? Muitos policiais ultrapassam né, partem pra caminhos violentos, inclusive cometem homicídios, assassinatos, essas questões. Graças a Deus eu não me recordo de tê-lo feito. Mas eu tinha um grau de perversidade muito grande por que eu imbuído da posição de policial militar, então eu achava que todas as pessoas tinham que me respeitar a qualquer preço por que eu era o representante do Estado. Então era uma afronta muito grande as pessoas que chegavam pra mim de forma desrespeitosa. E como não me respeitava eu normalmente também não os respeitava. Então aquela lei da recíproca é verdadeira. E eu me recordo de ter feito algumas coisas que verdadeiramente não eram de acordo com a lei. Por que a lei diz prendeu, conduziu a justiça, o juiz julga. Essa era a função. Mas muitas vezes eu me excedia né? Entendeu? Eu era violento, violento aos extremos. Graças a Deus nunca matei assim, homicídio. Só em troca de tiro...de repente né? Mas nunca assim de chegar e fazer realmente um homicídio. Mas depois que eu aceitei Jesus, eu comecei a entender que aquela pessoa é um igual. E nós aprendemos que nossa luta não é contra carne nem contra sangue, mas contra Principados e Potestades. Potestades são poderes; Principados são principais, ta? Demônios! São Demônios. E nós brigamos muito com Demônios e eu passei a entender isso. Que aquele irmão que está me atacando ele não está me atacando por que ele quer me atacar. Ele está sendo induzido a fazer aquilo. O traficante, aquelas pessoas que estão à margem da lei, eu comecei a ver comecei a aprender, comecei a ser revelado pelo Espírito Santo que aquilo são potestades, são Demônios que atuam naquelas pessoas. Quando nós fomos criados, a bíblia fala, nós recebemos o fôlego de vida. Então quem nos deu a vida foi Deus. Então nós não podemos tirar se a vida pertence a ele. E a parte boa de Deus está dentro de todos nós. Só que uns deixam florescer mais as coisas do mundo. E aí eu comecei a entender isso e isso me mudou radicalmente. Aqueles meus princípios de legalidade, aquelas coisas todas, eu acho que praticamente foi extirpado de mim. Agora o que é legal, é o que está certo, é o que está dentro da lei.

**Cabo evangélico, 34 anos de idade, 10 anos de polícia, 6 anos de conversão.**

A partir do relato acima, pode-se perceber o esforço de negociação dos aspectos conflituosos da relação entre a profissão policial e a doutrina cristã-evangélica, resolvidos nos discursos de meus interlocutores de modo intrigante e criativo. Enquanto agente da autoridade – policial e divina –, o policial militar evangélico, ao revidar uma injusta agressão, estaria em obediência ao preceito legal e ao fundamento bíblico. Para preservar a sua vida ou a de terceiros, esgotadas todas as alternativas de uso da força disponíveis, o policial está autorizado a utilizar a sua arma para atentar contra a vida de seu agressor em legítima defesa. Entretanto, o fato de estar respaldado não torna as circunstâncias de confronto armado menos tensas e eticamente conflituosas para o evangélico – ou para qualquer policial que guarde, minimamente, alguma empatia com os dramas alheios. Submetido a uma situação de vida ou morte, o policial militar evangélico entende que, ao

tirar uma vida, ele está privando uma alma da salvação e entregando-a nas mãos de satanás. Enquanto evangélico, ele sabe que sua principal batalha é espiritual e que seus oponentes são pessoas que se deixaram usar pelas forças do mal. A morte, nesse sentido, representa o fracasso da missão evangelizadora do povo cristão, que não conseguiu trazer aquela alma para Deus em tempo – mas também a falência do Estado Democrático de Direito, em trazer aquele indivíduo novamente para a legalidade em vida.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A expansão evangélica é um fenômeno tipicamente urbano, que mobiliza as classes populares das regiões pobres das cidades brasileiras, mais afetadas pelas chamadas “crises metropolitanas”. Quanto maior a percepção de violência, entre outros indicadores de caos urbano, maiores são as chances de uma pessoa gravitar para fora da órbita católica e aproximar-se de uma religião evangélica, principalmente de linha pentecostal (FGV/IBRE, CPS, 2007). No Rio de Janeiro, quanto mais pobre a área, maior é a densidade de templos evangélicos por habitante e por domicílio, coincidindo também com os piores desempenhos para os indicadores de renda e escolaridade (FERNANDES, 1994, 1998). Diversas pesquisas sobre o tema aproximam-se bastante ao caracterizar a mensagem cristã-evangélica em sua receptividade entre segmentos sociais mais vulneráveis e ambientes de crise. Em grande parte, isso se deve ao elevado grau de enquadramento explicativo e ao caráter totalizante da religiosidade evangélica, cujo potencial de transformação das experiências conflitivas engloba não só o campo das coisas divinas, mas os aspectos seculares da vida cotidiana. A introdução de uma ética dualista – que estabelece uma divisão clara e não-mediada entre bem e mal, certo e errado –, marca diacriticamente o clima cultural destes bairros populares, transformando os padrões de relacionamento com a família, a vida profissional e o trabalho, o corpo, o sexo, o uso do tempo e o preenchimento das horas de lazer, a aparência física etc. A diferença em relação ao “campo católico brasileiro” – em que a ética cristã regula apenas parcialmente as decisões cotidianas e a vida secular de seus adeptos – acaba chamando a atenção para o estilo de vida diferenciado adotado pelos “crentes” (Sanchis, 1994).

Embora não existam estatísticas oficiais públicas sobre o local de moradia dos policiais militares, sabe-se que grande parte do efetivo da PMERJ mora em bairros populares da zona oeste do Rio de Janeiro e dos municípios da Baixada Fluminense. De

modo geral, quanto mais baixa a graduação ou patente, mais baixa a remuneração e, consequentemente, menos privilegiada é a região de moradia do policial militar. Durante a pesquisa, um sargento, morador de uma favela da zona norte do Rio, relatou-me seu drama, ao ter sido direcionado para um batalhão situado na mesma região em que mora com a família. Por medo de ser reconhecido e sofrer alguma represália, o sargento evitava ao máximo trabalhar no policiamento ostensivo e mantinha sua identidade em sigilo na vizinhança. Moradores de bairros populares, periferias e favelas, muitos policiais militares acabam compartilhando as agruras da realidade social daqueles a quem são chamados a reprimir.

De modo geral, os policiais entrevistados retratam sua experiência profissional de maneira aparentemente ambígua. Ao mesmo tempo que falam orgulhosos sobre a coragem e ousadia necessárias para o exercício da atividade policial, declarando sua paixão pelos temas candentes deste universo, sentem-se desvalorizados pelos baixos salários, pela falta de estímulo profissional e de reconhecimento público. Muitos experimentam sentimentos de incompreensão e isolamento social, privilegiando círculos de amizades mais restritos, compostos por policiais e simpatizantes. Outros adquirem diversas mazelas ocupacionais, desencadeadas pelas exigências físicas e psicológicas da atividade policial e agravadas pela ausência de uma política estruturada de saúde preventiva e valorização profissional na corporação.

Representantes do movimento evangélico organizado especulam que o crescimento dos “crentes” na corporação esteja diretamente relacionado com a árdua rotina de trabalho e a atribulada vida pessoal dos policiais militares. As estatísticas institucionais mais atualizadas sobre a distribuição religiosa do efetivo datam de 2001, e apontam para a existência de quase 7 mil evangélicos na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Em 2007, quando realizei o trabalho de campo, falava-se em 9 mil evangélicos na corporação, número estimado com base no cadastro de contribuintes e de Bíblias distribuídas pela UEPMERJ. Na ausência de estatísticas mais recentes, especula-se muito sobre a relação entre o crescimento evangélico e o agravamento da crise na segurança pública carioca. Embora não se possa traçar tendências claras para o fenômeno – principalmente em razão da baixa qualificação dos dados, que não contemplam recortes de gênero, hierarquia, modalidades de policiamento etc. – é possível especular alguma relação entre intensidade

religiosa e as especificidades da experiência profissional dos policiais militares, marcada pela exposição cotidiana ao risco e elevada imprevisibilidade.

Durante o trabalho de campo na corporação, o contato com os policiais militares evangélicos deixava claro o espectro de tensões a que são submetidos os sujeitos entre suas opções religiosas e profissionais. Isso se deve ao fato de ambos os modelos de adesão serem eticamente totalizantes, extrapolando seus campos de influência imediatos e alcançando todos os aspectos da vida de seus adeptos. O hino da Polícia Militar do Rio de Janeiro possui uma estrofe que afirma que “ser policial é sobretudo uma razão de ser”. Quando escreveu essa frase, o autor do hino, CEL Horsae, não buscava a mera formalidade ritual, mas capturar o forte sentimento de pertencimento compartilhado pelos policiais militares, cujos efeitos não se restringem ao ambiente institucional. Trata-se de um grupo extremamente auto-referenciado, que blinda seus acessos às apreensões não-vivenciais de sua profissão, afirmando que só um policial poderia falar com propriedade sobre a polícia. Essa característica tende a fortalecer a identificação e a solidariedade entre pares, um sentido de irmandade entre aqueles que compartilham experiências comuns. Essa dimensão vivencial do conhecimento também parece constituir um forte traço da religiosidade evangélica. Muitos entrevistados perguntavam se eu era convertida e, frente à minha negativa, diziam-me que eu nunca conseguiria apreender as verdades que eu buscava sem a experiência concreta do Evangelho. Como me disse um soldado evangélico certa vez, durante uma entrevista no 24º BPM:

“O verbo se fez carne e Jesus veio para saber o que nós sentíamos ‘Tenho que me fazer carne pra saber o que é dor, angústia, o que é calúnia’. E Ele teve que passar por tudo aquilo, entendeu? É por isso que eu só aceito que fale da polícia quem é policial, quem é engajado no meio, porque fala com propriedade. Assim como fez Jesus. Então, Ele sabia o que falar ao ser humano que é cheio de falhas e limitações. ‘Eu não vim pra buscar o justo não, é esse pecador cheio de arrependimento todo errado que eu quero’, ‘Mas ele é PM ele anda com arma na cintura!’, ‘Mas esse é o que eu quero’. Ele é Deus e a quem aprovou fazer o bem Ele faz o bem e Ele amaldiçoa quem Ele quer amaldiçoar”.

**Soldado evangélico, 27 anos de idade, 6 anos de polícia, 7 anos de conversão.**

A idéia de que o demônio é responsável pelas falhas de caráter e comportamentos inadequados, como a promiscuidade, crimes, uso de drogas etc. varia de intensidade nos

discursos dos cristãos-evangélicos das denominações visitadas na primeira etapa da pesquisa. Muito embora com ênfases doutrinárias e rituais diferenciadas, todos os entrevistados concordam que, em última instância, existe uma batalha de ordem espiritual sendo travada entre o bem e o mal, que se reflete nas escolhas e no estilo de vida adotado pelos seres humanos. Essa lógica maniqueísta é transposta para o ambiente policial militar e apropriada com muita intensidade, em grande parte devido às concepções de bem e mal que já circulam nesse universo, bem como no debate público sobre segurança. Não é incomum que os policiais desenvolvam uma visão degenerada do mundo, um tipo de desconfiança sistemática sobre as pessoas, sempre em busca do mal escamoteado pela aparente normalidade e respeitabilidade dos indivíduos<sup>136</sup>. O mal que se esconde no íntimo de cada um é caracterizado como uma fraqueza inerente, vinculada à existência física/biológica dos seres humanos, podendo manifestar-se em graus variáveis ou permanecer latente. Trata-se de uma concepção de mal como potencial humano, cujo espectro recobriria desde a falha de caráter mais inofensiva, até o comportamento mais perverso e inaceitável socialmente. Afinal, pode-se esperar tudo de todos a qualquer momento.

Gerada no âmbito do conturbado relacionamento entre a polícia e as camadas pobres urbanas cariocas, fortaleceu-se no debate público sobre segurança uma concepção de mal como anomalia social, um lugar ocupado hoje majoritariamente pela figura do tráfico de drogas e da violência urbana em geral (Santo-Sé, 1997; Zaluar, 1997). Em um campo semântico altamente maniqueísta, “o traficante” encarnaria o poder nefasto e desagregador das forças do mal, que estabelecem o caos social; em oposição encontrar-se-iam os policiais, representantes dos esforços do bem em restabelecer a ordem pública. Na prática, entretanto, sabe-se que essas dicotomias não se sustentam com clareza, servindo apenas para polarizar discursos e atitudes em torno do tema. No que se refere à apreensão cotidiana

---

<sup>136</sup> Certa vez, um policial militar do 24º BPM contava-me algumas histórias sobre casos de pedofilia que ele já tinha tomado contato e que esse tipo de ocorrência era mais comum do que as pessoas gostariam de imaginar. Comentando sobre o perfil dos autores, afirmou ter ficado espantado com duas características: a proximidade com a vítima e o fato de muitas categorias respeitáveis da sociedade – como médicos, professores, advogados etc. –, figurarem entre os autores. Segundo ele, foi difícil voltar a olhar as pessoas na rua sem ver nelas potenciais pedófilos. “Porque pode ser qualquer um, isso é que é o mais triste, você pensa que o cara é uma pessoa respeitável e ele comete esse tipo de barbaridade; pra todo mundo que eu olhava eu pensava: será que ele é pedófilo? Sei lá o que a pessoa faz na vida privada, né”, afirmou, em linhas gerais, o policial.

das pessoas sobre o fenômeno do aumento da insegurança, não é incompreensível que se refiram à situação nestes termos. Entretanto, analisando as políticas de segurança pública adotadas pela gestão estadual desde 1983, percebe-se que a demonização do crime tem sido utilizada como embasamento ideológico para uma série de violações perpetradas contra segmentos marginalizados da sociedade, como os moradores de favelas e periferias. As ações arbitrárias e violentas da polícia são legitimadas pelo medo de uma sociedade que erigiu a segurança pública como um fim em si mesmo, independente dos meios e custos humanos.

A partir da conversão, os policiais militares evangélicos adquirem um novo entendimento para a situação atual da segurança pública no Rio de Janeiro, e que se fundamenta na idéia de batalha espiritual. Em razão de suas vivências, os policiais tendem a desenvolver um sentido aguçado para os problemas sociais, políticos e estratégicos implicados em sua ação cotidiana. Entretanto, o que diferencia os evangélicos de seus demais colegas de farda é o entendimento transcendente de que o agravamento destes problemas reflete a disputa entre Deus e o diabo pelas almas humanas, que finalmente estaria chegando ao seu termo. O tempo profético do juízo, previsto no livro de Apocalipse, é iminente, o que produziria a intensificação das estratégias ardilosas do demônio, empenhado em afastar o máximo de almas possível das graças de Deus antes de sua inevitável derrota.

Para os policiais evangélicos, os riscos, perigos e tentações do cotidiano da atividade-fim apresentam-se sob a ótica da batalha entre as milícias celestes e as odes demoníacas, cujos desdobramento atualizar-se-iam nas escolhas sobre os procedimentos adotados em cada ocorrência concreta atendida. Revelada pela conversão, essa realidade transcendente parece informar a construção de padrões éticos evangélicos de atuação policial, em que os conflitos cotidianos são encaminhados como expressões visíveis da influência nefasta do demônio, responsável pelo crime, devassidão e toda sorte de comportamentos socialmente reprováveis. Conversando com um soldado evangélico do BOPE durante uma de minhas

visitas à congregação, fui agraciada com uma explicação sobre as hierarquias territoriais envolvidas no jogral de influências demoníacas. Segundo ele, Copacabana seria território de um potestade de demônios da prostituição e que por isso existiriam muitas ocorrências envolvendo travestis e prostitutas nessa área de atuação policial.

Em princípio, poder-se-ia imaginar que esta visão de mal exterior e personificada conduziria a ação policial para uma lógica de combate e eliminação daqueles que atuam sob a égide das forças demoníacas. Entretanto, não cheguei a tomar contato ou ouvir falar de policiais evangélicos que tenham assumido esse tipo de posicionamento. Pelo contrário, o entendimento de que os cenários de crise são expressão do fim dos tempos pareceu acionar posturas passivas em relação ao papel do policial na produção de soluções, seja para a violência e criminalidade, seja para os problemas estruturais de sua corporação. O principal foco de ação do policial evangélico é a conversão de almas e a expansão do campo da salvação. Transformações mais abrangentes em seus contextos de atuação seriam reflexos das mudanças nos padrões éticos individuais, lógica que se encontra presente na idéia de um “Brasil para Cristo”, por exemplo, em que as transformações necessárias ao país estariam vinculadas à consolidação de uma nação evangélica, em que o povo passaria a orientar-se pelos princípios da ética cristã.

Compreende-se assim a forte vinculação entre ética profissional e religião, estabelecida por meus interlocutores evangélicos, bem como o empenho do Serviço de Assistência Religiosa da PMERJ em engajar-se mais intensamente no ensino do tema e no resguardo da ética na corporação. Pareceu-me não existir uma preocupação direta na transformação da instituição policial, pois isso envolveria uma postura crítica em relação às suas diretrizes, o que vai de encontro à lógica evangélica de respeito às autoridades constituídas<sup>137</sup>. Mesmo entendendo que existem demandas importantes no campo da

---

<sup>137</sup> Certa vez, durante a primeira fase do trabalho de campo, proferi uma palestra sobre cidadania em um pequeno grupo da Igreja Adventista. Depois de duas horas de apresentação, tendo me esforçado imensamente em transmitir todo o sentimento de indignação que o tema me suscita, a responsável pelo pequeno grupo encerra os trabalhos da noite com a seguinte colocação, em linhas gerais: “então, muito obrigada pela palestra, a situação da cidadania é muito difícil, mas se Deus instituiu os políticos, as autoridades responsáveis pelas

valorização profissional e no controle dos desvios de conduta policial, estas transformações institucionais são buscadas com foco nos indivíduos e na assimilação dos referenciais éticos cristãos.

A concepção de religião como fonte de padrões éticos é amplamente compartilhada pelos policiais militares, que tendem a relacionar a assistência religiosa à edificação ética e ao suporte emocional necessários ao desempenho da função policial. Muito embora a relação entre religião, ética e saúde mental não seja restrita ao universo pesquisado, ela parece ser intensificada por ambientes de crise e imprevisibilidade, geradores de estresse físico e mental entre os policiais militares. Dependendo do tipo de função ou modalidade de policiamento com a qual se envolvam, pode-se perceber uma variação proporcional entre os níveis de tensão e desgaste aos quais estão submetidos os policiais militares. As atividades “de rua” tendem a constituir fontes mais acentuadas de tensão, principalmente quando envolvem confrontos armados ou mesmo no policiamento de rotina, em que o policial precisa lidar com as inconsistências práticas entre as concepções formais de cidadania, os posicionamentos institucionais e as expectativas sociais conflitantes em torno de sua ação<sup>138</sup>.

Talvez por isso, seja bastante comum a presença de elementos religiosos dispersos pelas unidades da PMERJ, uma característica do modelo de adesão flexível e não-exclusiva da chamada “cultura católico-brasileira”, que não implica em grandes transformações para vida cotidiana de seus adeptos (Sanchis, 1994): citações bíblicas, imagens (principalmente de São Jorge), altares e orações fazem parte deste universo<sup>139</sup>. Em termos estatísticos, a importância atribuída à religiosidade no ambiente policial militar traduz-se na porcentagem de pessoas que se auto-declararam “sem religião” no último Censo Religioso da PMERJ em 2001 (4,7% do efetivo), um valor muito abaixo do percentual estadual (15,8%) e nacional

---

leis, é porque Ele tem algum propósito para nossa vida e para vida deles. Deus sabe todas as coisas. Vamos orar”. Fiquei um pouco frustrada com o desfecho, mas entendi o ponto de vista do grupo..

<sup>138</sup> A situação é agravada pela falta de respaldo institucional ao processo decisório do policial nas ruas, constantemente desautorizado pela corporação, que o vê – principalmente a praça – como um mero cumpridor de ordens, não priorizando a construção e difusão de procedimentos que embasem a tomada de decisão.

<sup>139</sup> Ver anexo: registro fotográfico do trabalho de campo.

(7,4%). As disparidades entre os números para o estado e para o efetivo da Polícia Militar dão indícios importantes sobre as características específicas da religiosidade em ambientes marcados pela crise, tensão e imprevisibilidade. Possivelmente, a vivência específica das dinâmicas de violência e criminalidade propicie condições que influenciam a busca por algum nível de transcendência, seja como amuleto de proteção contra os malefícios, como forma de explicação para a crise na segurança pública, como instrumento de transformação de vidas, de suporte psicológico, como referência ética etc.

Em termos estruturais, a correlação entre ética profissional e religião parece ser reforçada pela própria maneira com que a corporação aborda a questão dos valores e do comprometimento individual com a missão institucional. Não existem mecanismos internos cujo objetivo seja a internalização desses referenciais através da ação articulada entre formação, controle, ascensão profissional e gratificações, estimulando os policiais a atuarem segundo os padrões definidos pela instituição. De modo geral, a questão da ética na corporação acaba recaindo quase totalmente sobre os valores individuais e trajetórias pessoais, incorporados pela PMERJ, mas gerados fora dela: no seio da família, nas convivências de bairro, na religião. As estratégias de formação e treinamento, isoladas, tendem a produzir efeitos limitados nesse sentido. É preciso transmitir os valores institucionais através dos mecanismos formais de ensino, mas é fundamental que esses sejam reforçados na prática, com a criação de procedimentos policiais alinhados com estes princípios e o auxílio de estratégias de controle, supervisão e valorização profissional.

Para aqueles policiais que adotam a fé cristã-evangélica na corporação, a conversão desencadeia transformações radicais nas relações familiares, nos padrões de divertimento, de masculinidade, no modo de encarar os dilemas da atividade policial e suas idéias sobre profissionalismo. De modo geral, esses policiais afirmam ter abdicado de um estilo de vida boêmio, de muitas amantes, vícios e amizades masculinas, em nome da intensificação do convívio familiar e de rotinas de vida mais saudáveis. Em termos profissionais, a conversão tende a modificar a relação com as formas de exercício da autoridade policial, com a arma

(e a possibilidade de tirar vidas) e com o policiamento. Pude observar também o movimento contrário, de pessoas evangélicas que ingressaram na Polícia Militar e acabaram desviando-se do “caminho da salvação” pelo contato com a árdua rotina de trabalho. Principalmente entre as praças, em que o soldado sai direto da escola de formação para policiar as ruas da cidade, pude recolher diversos testemunhos sobre os impactos de algumas modalidades de policiamento ostensivo sobre a trajetória cristã dos agentes.

Os policiais militares evangélicos entrevistados desenvolvem uma argumentação complexa e muito interessante para justificar a coerência entre o uso da arma e os valores cristãos. Retomando o princípio bíblico da outorgação divina das autoridades e a categoria jurídica da legítima defesa, afirmam a legalidade e a proporcionalidade de seus atos como parâmetros de diferenciação entre homicídio e auto de resistência. Como as leis seculares derivam das leis de Deus, pois foram elaboradas pelas autoridades constituídas, ao revidar uma agressão armada para defender a sua vida ou de terceiros (legítima defesa), o policial militar evangélico estaria “em obediência”, não infringindo, portanto, o mandamento de “não matarás”. À título de ilustração, acionam diversos exemplos retirados do Antigo Testamento, em que heróis bíblicos como o Rei Davi travaram batalhas épicas em nome do Deus cristão.

Por vias tortuosas e heterodoxas, os princípios de ética e profissionalismo dos policiais militares evangélicos com quem pude conversar aproximam-se bastante dos padrões desejáveis de atuação para as forças policiais em regimes democráticos, principalmente no que refere ao uso da força letal (arma). Em uma democracia constituída, as diferenças entre violência e uso da força residem na legalidade, legitimidade e proporcionalidade das intervenções policiais. Isso significa que o processo de tomada de decisão policial deve considerar as leis, regulamentos e procedimentos, bem como as expectativas sociais em torno da medida de aplicação de força em sua ação (Mesquita Neto, 1999; Muniz, Proença Jr. & Diniz, 1999). Quando os policiais militares evangélicos reivindicam conexões entre legítima defesa e autoridade divina para justificarem uma

proposta de uso da força em conformidade com os padrões de vida cristã, fornecem um importante foco de reflexão sobre a diversidade de referenciais éticos implicados na ação policial concreta. Como demonstra a linha argumentação evangélica, a religião pode desempenhar um importante papel no processo de tomada de decisão policial sem, entretanto, invalidar suas articulações complexas com os aspectos racionais-legais que pautam as forças policiais em regimes democráticos. O lugar da religião no exercício discricionário, embora tenda a produzir efeitos indiretamente democratizantes, diz muito sobre a sutil fronteira entre o arbítrio e a arbitrariedade policial, nem sempre negociada em termos formalmente reconhecidos. Ao que parece, quanto menos institucionalizados os parâmetros de atuação profissional e ética, mais obscuro se torna o processo de tomada de decisão do policial, ocultando mecanismos perversos de construção da suspeita e de inscrição de indivíduos, grupos e territórios em seu campo de vigilância.

## **REFERÊNCIAS CITADAS:**

- ADORNO, Sérgio (2002). Exclusão socioeconômica e violência urbana. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 4, nº 8, jul/dez , p. 84-135
- ALBUQUERQUE, C. F. L. de (1999). Escola de Bravos – Cotidiano e Currículo numa academia de polícia militar. Dissertação de Mestrado em Sociologia, apresentada na Universidade Federal da Bahia (UFBA).
- ALMEIDA, Ronaldo & MONTEIRO, Paula (2001). “Trânsito religioso no Brasil”. São Paulo em Perspectiva, vol.15, nº.3, p.92-100.
- AMORIM, Carlos (1993). Comando Vermelho: a história secreta do crime organizado, 5<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro, Record.
- BENEDETTI, L. R. (1994). “Propostas teóricas para entender o trânsito religioso”. *Comunicações do ISER*, nº.45 (13), p.18-23.
- BIRMAN, Patrícia (1994). “Destino dos Homens e Sacrifício Animal: interpretações em confronto”. *Comunicações do ISER*, nº. 45 (13), p.35-43.
- \_\_\_\_\_ (1996). "Cultos de possessão e pentecostalismo no Brasil: passagens", *Religião e Sociedade*, 17, p.90-109.
- BRETAS, M. L. (1988). A Guerra das Ruas: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro. Dissertação de mestrado em Ciência Política, apresentada no Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ).
- \_\_\_\_\_ (1997). Ordem na cidade: o exercício da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907-1930. Rio de Janeiro: Rocco.
- \_\_\_\_\_ (1998). A Polícia carioca no Império. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 12, n. 22, p. 219-234.
- CALAZANS, M. E. (2004). Mulheres no policiamento ostensivo e a perspectiva de uma segurança cidadã. São Paulo em Perspectiva. vol.18 nº.1 São Paulo Jan./Mar.
- CAMPOS, Leonildo Silveira (1999) A Igreja Universal do Reino de Deus: um empreendimento religioso atual e seus modos de expansão (Brasil, África e Europa). *Lusotopie*, p.355-367.
- CARDOSO, Vânia Zikán (2007). Narrar o mundo: estórias do "povo da rua" e a narração do imprevisível. *Mana*, vol.13, nº.2, p.317-345.
- CARUSO, Haydée Glória Cruz (2004). Das práticas e dos seus saberes: A construção do “fazer policial” entre as praças da PMERJ. Dissertação de Mestrado em Antropologia.

Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Ciência Política. ICHF. Universidade Federal Fluminense. Niterói.

CARVALHO, José Murilo (2002). Cidadania no Brasil: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

CAVALCANTI, H. B. (2001) O Projeto Missionário Protestante no Brasil do Século 19: Comparando a Experiência Presbiteriana e Batista. Revista de Estudos da Religião. PUC (SP) nº.4, p.61-93.

CERQUEIRA, C. M. N. (1996). “Remilitarização da segurança pública: a operação Rio” in: Discursos Sediciosos – Crime, Direito e Sociedade, Ano 1. Rio de Janeiro. Relume & Dumará.

COIMBRA, C. (2001). Operação Rio – o mito das classes perigosas: um estudo sobre a violência urbana, a mídia impressa e os discursos de segurança pública. Niterói: Ed. Oficina do Autor e Intertexto.

CONDE, Emilio (2000). História das Assembléias de Deus no Brasil. 2ª edição, Rio de Janeiro: CPAD.

COSTA, A. T. M. (2004). Entre a lei e a ordem: violência e reforma nas polícias do Rio de Janeiro e Nova York. Rio de Janeiro: FGV Editora.

CRUZ-NETO & MINAYO (1994). “Extermínio: Violentação e Banalização da Vida”. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, 10 (supl. 1), p. 199-212.

DAMATTA, Roberto (1979). Você sabe com quem está falando? In: Roberto DaMatta, Carnavais, malandros e heróis. Rio de Janeiro: Zahar.

DE PAULA, Robson (2002). A Formação do Policial Ungido. Monografia de graduação em Ciências Sociais. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (IFCH-UERJ).

DUARTE, L. F. D. (1983). “Pluralidade religiosa nas sociedades complexas e “religiosidade” das classes trabalhadoras urbanas”, Boletim do Museu Nacional, nº 41: Três ensaios sobre a pessoa e modernidade. Rio de Janeiro, p.1-69.

\_\_\_\_\_ (2005). “Ethos privado e racionalização religiosa. Negociações da reprodução da sociedade brasileira”. HEILBORN, Maria Luiza; DUARTE, Luis Fernando  
DUARTE, L. F. D. & GIUMBELLI, E. (1994). “As concepções de pessoa cristã e moderna: paradoxos de uma continuidade”, Anuário Antropológico 93. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

DURÃO, S. (2004). Quando as mulheres concorrem e entram na polícia: a óptica etnográfica. Etnográficas, vol VIII (1), p.57-78.

FERNANDES, Rubem C. et al. (1998). Novo Nascimento – Os Evangélicos em Casa, na Igreja e na Política. Rio de Janeiro, ISER/MAUAD.

FRESTON, Paul "Breve história do pentecostalismo brasileiro", in A. ANTONIAZZI, ed., Nem anjos nem demônios: interpretações sociológicas do pentecostalismo, Petrópolis, Vozes, 1994, p.131-159.

FRY, P. & HOWE, Gary N. (1975). Duas respostas à aflição: umbanda e pentecostalismo. Debate & Crítica nº.6. São Paulo, p.75-94.

HOLLANDA, C. B. (2005), Polícia e direitos humanos: Política de Segurança Pública no Primeiro Governo Brizola (Rio de Janeiro: 1983-1986). Rio de Janeiro: Revan.

KANT DE LIMA, Roberto (1989). A cultura jurídica e as práticas policiais. Revista Brasileira de Ciências Sociais, nº.10, vol.4.

\_\_\_\_\_ (1992). Tradição inquisitorial no Brasil, da colônia à República. Religião e Sociedade. Rio de Janeiro, ISER.

\_\_\_\_\_ (1995). A polícia da cidade do Rio de Janeiro: seus dilemas e paradoxos. Rio de Janeiro, Forense.

\_\_\_\_\_ (1996). A administração de conflitos no Brasil: a lógica da punição. In: Velho, Gilberto e Alvito, Marcos (org.) A cidadania e a violência, p.165-177 (BGG/NUFEP).

\_\_\_\_\_ (1997). Polícia e exclusão na cultura judiciária. Tempo Social. São Paulo, vol.9, nº.1.

\_\_\_\_\_ (2001). Administração de conflitos, espaço público e cidadania: Uma perspectiva comparada. Civitas - Revista de Ciências Sociais, ano 1, nº.2.

\_\_\_\_\_ (2003), “Direitos Civis, Estado de Direito e ‘Cultura Policial’: A Formação Policial em Questão”. Revista Brasileira de Ciências Criminais, ano 11, nº 41, p. 241-256.

\_\_\_\_\_ (2004). Direitos civis e Direitos Humanos: uma tradição judiciária pré-republicana?. São Paulo em Perspectiva. vol.18, nº.1, p.49-59.

KRAMER, Eric W. (2003) A expansão da Igreja Universal do Reino de Deus nos Estados Unidos. Civitas, Porto Alegre, v. 3, nº 1, p. 69-96.

LEITE, M. P. (2000). Entre o individualismo e a solidariedade: dilemas da política e da cidadania no Rio de Janeiro. Revista Brasileira de Ciências Sociais, Outubro, vol.15, nº.44, p.43-90.

LIMA, W. S. (1991). Quatrocentos contra um: uma história do Comando Vermelho. Rio de Janeiro: ISER.

MACHADO, Maria das Dores Campos; MARIZ, Cecília Loreto (1994). "Sincretismo e trânsito religioso". *A Dança do Sincretismo – Comunicações do ISER*, ano 13, n. 45, p. 24-34.

MACHADO, M. D. C. (1999). "SOS Mulher: a identidade feminina na mídia pentecostal. Ciências Sociais e Religião, Porto Alegre, ano 1, nº.1, p.167-188.

MACHADO, M. D. C. (2005). Representações e Relações de Gênero nos Grupos Pentecostais. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, 13(2). p. 387-396.

MAFRA, Clara (1998a). Gênero e estilo eclesial entre os evangélicos. In: FERNANDES, Rubem César (ed.). *Novo Nascimento: os evangélicos em casa na Igreja e na política*. Rio de Janeiro: ISER.

\_\_\_\_\_(1998b). "A Dialética da Perseguição". *Religião e Sociedade* 19 (1), p.59-84.

MARIANO, Ricardo (1999a) Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil. Edições Loyola. São Paulo.

\_\_\_\_\_(1999b). O futuro não será protestante. *Ciências Sociais e Religião*, Porto Alegre, ano 1, nº.1, p.89-114.

\_\_\_\_\_(2004) Expansão pentecostal no Brasil: o caso da Igreja Universal. *Estudos Avançados* 18 (52), p.121-138.

MARIZ, Cecília & MACHADO, Maria das Dores (1996). Pentecostalismo e Redefinição do Feminino. *Religião e Sociedade*, vol.17 (1-2), p.140-59.

MARIZ, Cecília & MACHADO, Maria das Dores (1997). "Mulheres e práticas religiosas – um estudo comparativo das CEBS e Comunidades Carismáticas e Pentecostais". In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 34. São Paulo: ANPOCS, p.71-87.

MESQUITA, P. (1999). Violência policial no Brasil: abordagens teóricas e práticas de controle. In: CARVALHO, J. M. et al. *Cidadania, justiça e violência*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

MINAYO, Maria Cecília de Souza & SOUZA, Edileuza R (2003). *Missão investigar: entre o ideal e a realidade de ser policial*. Rio de Janeiro: Garamond.

\_\_\_\_\_(2005). Policial, Risco como profissão: morbimortalidade associada ao trabalho. *Ciência e Saúde Coletiva*, 10(4), p. 917-928.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SOUZA, Edileuza Ramos de & CONSTANTINO, Patrícia (2007). Riscos percebidos e vitimização de policiais civis e militares na (in)segurança pública. *Cadernos de Saúde Pública*, vol.23, nº.11, p. 2767-2779.

MONTEIRO, P. & ALMEIDA, R. (2000) O campo religioso brasileiro no limiar do século: problemas e perspectivas. In: RATTNER, H. (org.). Brasil no limiar do século XXI.

MUNIZ, J. (1999). “Ser Policial é sobretudo uma Razão de Ser”: cultura e cotidiano da Polícia Militar do Rio de Janeiro. Tese de doutorado em Ciência Política, apresentada no Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro (IUPERJ).

\_\_\_\_\_. (2001). A Crise de Identidade das Polícias Militares Brasileiras: Dilemas e Paradoxos da Formação Educacional. Research and Education in Defense and Security Studies. CENTRER FOR HEMISPERIC STUDIES. Washington – DC. MAY 22-25.

\_\_\_\_\_. (2002). Análise das ocorrências do COPOM – 190 (PMERJ). Coordenadoria de Segurança, Justiça, Defesa Civil e Cidadania. Núcleo de Pesquisa e Análise Criminal (NUPAC).

MUNIZ J., MUSUMECI B.(1998). Mapeamento da vitimização de policiais no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Centro de Estudos de Segurança e Cidadania.

MUNIZ, J., PROENÇA JR., D e DINIZ, E.(1999). “Uso da Força e Ostensividade na Ação Policial”. Conjuntura Política. Boletim de Análise nº6. Departamento de Ciência Política – UFMG; pp 22-26.

NEDER, Gizlene et alli (1981). A Polícia na Corte e no Distrito Federal, 1831 - 1930. Rio de Janeiro, Série Estudos nº. 3, PUC/RJ.

NERI, Marcelo Cortes (coord.) (2000). Economia das Religiões. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS.

NOVAES (2004). Os jovens “sem religião”: ventos secularizantes, “espírito de época” e novos sincretismos. Notas preliminares. *Revista de Estudos Avançados* 18 (52), p.321-330.

NUMMER, F. V. (2004). Ser polícia, ser militar: o curso de formação na socialização do policial militar. Niterói: Eduff.

ORO, Ari Pedro; CORTEN, André; DOZON, Jean-Pierre (org.) (2003). Igreja Universal do Reino de Deus: os novos conquistadores da fé. São Paulo: Paulinas (Coleção religião e cultura).

ORO, Ari Pedro (2004). A presença religiosa brasileira no exterior: o caso da Igreja Universal do Reino de Deus. *Revista de Estudos Avançados*, vol.18, nº.52, p.139-155.

PERALVA, A. (1997). Democracia, violência e modernização por baixo. Revista Lua Nova, São Paulo: Cedec, n. 40/41.

\_\_\_\_\_. (2000). Violência e democracia. O paradoxo brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

RABELO, Miriam; MOTTA, Sueli & NUNES, Juliana (2002). Comparando experiências de aflição e tratamento no candomblé, pentecostalismo e espiritismo. Religião e Sociedade, v.22, nº1, p.93-121.

ROLIM, F. (1994) "A propósito do transito religioso". In: Comunicações do ISER 45. Rio de Janeiro, ISER, p.13-17.

SÁ, L. D. de (2002). Os filhos do Estado: auto-imagem e disciplina na formação dos oficiais da Polícia Militar do Ceará. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

SANCHIS (1994). O repto pentecostal a cultura católica brasileira. In.: A. ANTONIAZZI, ed., Nem anjos nem demônios: interpretações sociológicas do pentecostalismo, Petrópolis, Vozes, p.34-63.

SANTOS, Wanderley G. (1993). O Híbrido Institucional Brasileiro. In: Razões da Desordem, Ed. Rocco, Rio de Janeiro.

SCHUNEMANN (2003). A Inserção do Adventismo no Brasil Através da Comunidade Alemã. Revista de Estudos da Religião, nº.1, Ano 3, PUC-SP.

SENTO-SÉ, João Trajano (1997). “Criminalidade, Violência e Imagens do Rio de Janeiro”. In: BIRMAN, NOVAES e CRESPO (orgs.). O mal à brasileira. Rio de Janeiro, EdUERJ, p. 135-146.

SILVA, J. da (1990). Controle da Criminalidade e Segurança Pública na Nova Ordem Constitucional. Rio de Janeiro: Ed Forense.

SILVA, A. J. (2002). Praça Velho. Um estudo sobre a socialização Policial Militar. Dissertação de mestrado em Sociologia, apresentada na Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal de Goiás (UFGO).

SIMMEL, Georg ([1903] 2005). As grandes cidades e a vida do espírito (1903). Mana, vol. 11, nº.2, p. 577-591

SOARES, Luis E. (1993). A guerra dos pentecostais contra os afro-brasileiros: dimensões democráticas do conflito religioso no Brasil. Comunicações do ISER nº.44, p.43-50.

\_\_\_\_\_. (2000). Meu casaco de General: 500 dias no front da Segurança Pública do Rio de Janeiro. São Paulo: Companhia das Letras.

SOARES, L. E. & SENTO-SÉ, J. T. (2000) “Estado e segurança pública no Rio de Janeiro: dilemas de um aprendizado difícil”. Projeto “Reforma do Estado e Proteção Social: os setores de saúde e segurança pública no Rio de Janeiro”, Subprojeto 3 – ”Segurança Pública”.

SOUZA, Ednilsa Ramos de *et al* (2007). Sofrimento psíquico entre policiais civis: uma análise sob a ótica de gênero. *Cadernos de Saúde Pública*, vol. 23, nº.1, p. 105-114.

STEIL, C. A (2001). Pluralismo, modernidade e tradição: transformações do campo religioso. *Ciências Sociais e Religião*, Porto Alegre, p.115-129.

TEIXEIRA, Faustino; MENEZES, Renata *et al* (2006). As Religiões no Brasil: Continuidades e Rupturas. Petrópolis: Vozes.

VELHO, Otávio. (1997) Globalização: antropologia e religião. *Mana*, vol.3, nº.1, p.133-154.

\_\_\_\_\_. (1998). Comentários de Otávio Guilherme Velho. In.: “Novo Nascimento: os evangélicos em casa, na igreja e na política. ISER, p.169-180.

Verani, Sérgio (1996). *Assassinatos em nome da lei*. Rio de Janeiro: Ed Aldebarã.

ZALUAR, Alba (1997). O Crime e a Não-Cidadania: os males do Brasil. In: BIRMAN, NOVAES e CRESPO (orgs.). *O mal à brasileira*. Rio de Janeiro, EdUERJ, p. 109-134.

\_\_\_\_\_. (2007). Democratização inacabada: fracasso da segurança pública. *EstudOS Avançados*. vol.21 no.61 São Paulo Sept./Dec.

A Ampliação do Serviço de Assistência Religiosa da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Trabalho final apresentado à Escola Superior de Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro como exigência parcial do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais/2001 – QCPM.

A Bíblia Sagrada. Almeida Corrigida e Revisada Fiel.

Alternativas para a construção de uma sociedade sustentável. São Paulo: EDUSP & FAPESP.

Diagnóstico Institucional para Novo Plano Diretor da Polícia Militar do Rio de Janeiro (PMERJ). Relatório Final. Programa de Ações em Segurança Pública, Viva Rio. Dezembro de 2006. [documento de circulação restrita].

Educar (2002). O movimento missionário e educacional protestante na segunda metade do século XIX: para cada igreja uma escola. Editora UFPR, Curitiba, nº.20, p.185-207.

Impunidade na Baixada – Relatório 2005, Comissão de Direitos Humanos e Minorias, Câmara dos Deputados, Brasília (2006).

PERDAS E DANOS. A política do confronto e a segurança pública no estado do Rio de Janeiro (Julho de 2008). CESeC.

Pesquisa de Condições de Vida e Vitimização/ISP (2007)

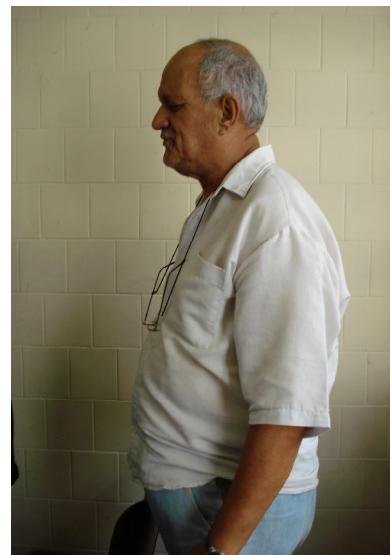
Tendências Demográficas: uma análise dos resultados da amostra do censo demográfico 2000. Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica, nº13. Rio de Janeiro, 2004.

# **ANEXOS**

## **ANEXO 1 13º BPM**



Entrada da sala da congregação evangélica do 13º BPM, ao lado da oficina da unidade.



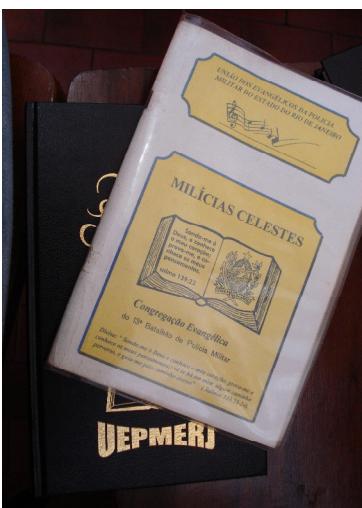
Sargento dirigente da congregação do 5º BPM, em visita ao culto do 13º BPM.



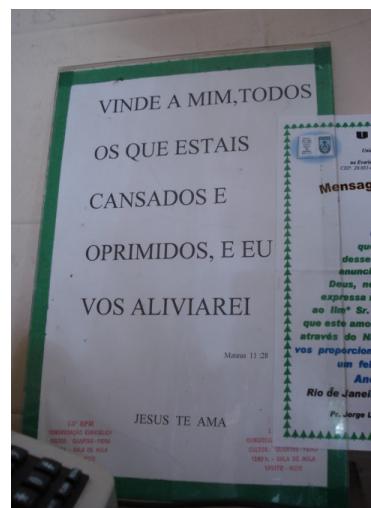
Sargento dirigente do 13º BPM orando pela abertura do culto.



Dirigente trazendo uma palavra inicial para o culto.



Hinário “Milícias Celestes” e Bíblia Sagrada distribuída pela UEPMERJ



Quadro com passagem bíblica na sala da congregação do 13º BPM



Três sargentos que participavam do 13ºBPM culto orando.



Monumento de homenagem à Bíblia Sagrada do 13ºBPM.



Altar que fica no corredor de acesso da oficina, onde está situada a congregação.



Frontal do altar do 13ºBPM, mostrando o panteão de entidades.

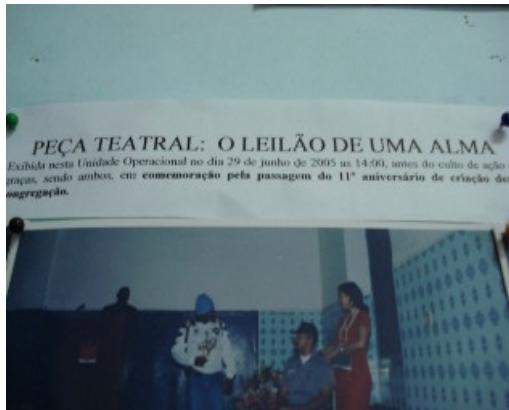


Quartel do 13ºBPM, na Praça Tiradentes.



Quartel do 13ºBPM, na Praça Tiradentes.

## ANEXO 2 5º BPM



“Leilão de uma Alma”, peça encenada na sede da congregação do 5ºBPM sobre as tentações que atormentam o policial em seu trabalho diário, como as ofertas de corrupção.



Caracterização do ambiente que o policial trabalha na rua, em que seria assediado pela “sociedade corrupta”.



O “inimigo” tentando o policial para que caia nas “armadilhas” da rua.



Antigo dirigente da congregação do 5ºBPM narrando a peça.



Jesus entra na vida do policial militar.



Momento em que o policial aceita Jesus em sua vida.



Momento de louvor final, após a apresentação da peça.



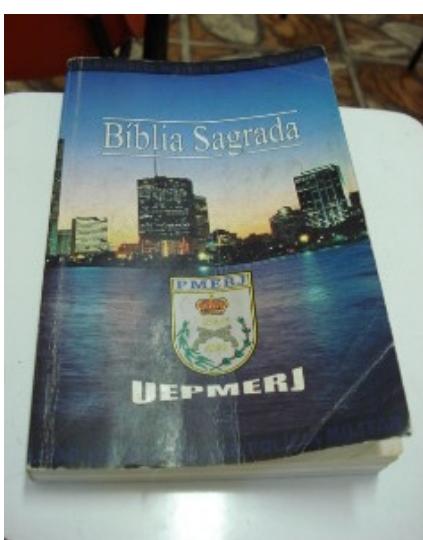
Reunião de culto no 5ºBPM, com a presença do sargento dirigente.



Sargento dirigente e visitantes durante um culto no 5ºBPM.



Sargento visitante traz uma palavra na congregação do 5ºBPM.



Primeira edição da Bíblia Sagrada da UEPMERJ

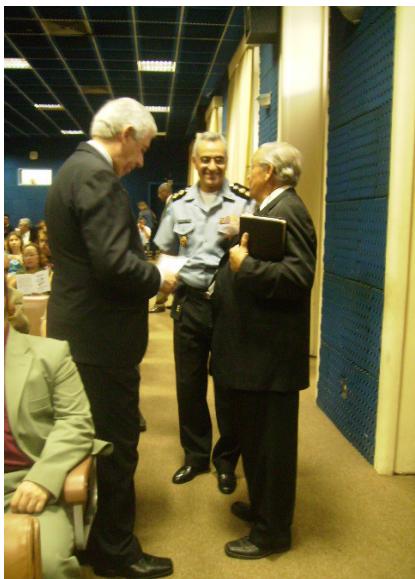
**ANEXO 3**  
Aniversário  
da UEPMERJ



Convidados chegam ao culto em homenagem ao  
40º aniversário da UEPMERJ.



Convidados chegam ao culto em homenagem ao  
40º aniversário da UEPMERJ.



Tenente Coronel Távora, capelão-chefe do Serviço de  
Assistência Religiosa da PMERJ.



Pastor Liodir, diretor da UEPMERJ na época.



Medalhas distribuídas aos colaboradores e figuras da história  
da UEPMERJ



Medalhas distribuídas aos colaboradores e figuras da história  
da UEPMERJ



Primeira fileira do culto de aniversário da UEPMERJ, com os homenageados e a mesa.



Capelão-chefe do SAR, Tenente Coronel Távora, e o diretor da União Espírita, Coronel Rabelo.



A banda da PMERJ se prepara para acompanhar os louvores do culto.



O diretor da UEPMERJ à época, Pr. Liodir, e o diretor atual, Capitão Lacerda.



Composição da mesa da cerimônia.



Convidados aguardando a composição da mesa.



Sargento com cartazes de um evento.



Maestro da banda da PMERJ conduz o hino nacional.



Maestro da banda da PMERJ conduz um louvor.



Platéia acompanha o louvor.



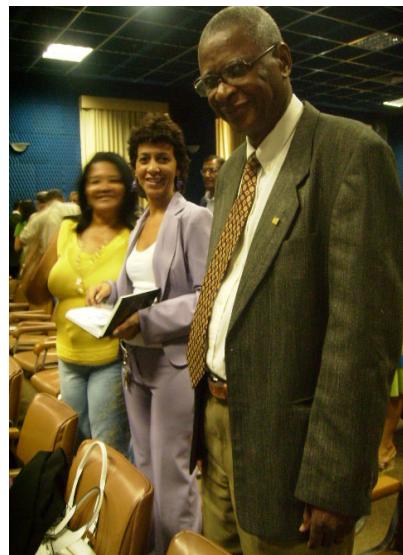
Maestro da banda da PMERJ conduz o hino nacional.



Oficial evangélico do Corpo de Bombeiros convidado.



Capitão Lacerda durante a oração.



Funcionários da UEPMERJ.



Participantes em oração.



Participantes em oração.



Pastor convidado conduzindo a oração final.



Participantes em oração.



Participantes em oração.



Participantes em oração.

## **ANEXO 4**

### **BOPE**



Vista do quartel do BOPE.



Vista do quartel do BOPE.



Vista do quartel do BOPE.



Vista do quartel do BOPE.



Culto na congregação do BOPE, no terraço, com policiais da unidade e convidados.



Culto na congregação do BOPE, no terraço, com policiais da unidade e convidados.



Policiais evangélicos do BOPE participam do culto da congregação da unidade.



Policiais evangélicos do BOPE participam do culto da congregação da unidade.



Policiais evangélicos do BOPE participam do culto da congregação da unidade.



Cantor de uma igreja evangélica visitante conduzindo o louvor.



Símbolo do BOPE estampado na blusa de um dos policiais evangélicos no culto.



Sargento Monteiro, um dos responsáveis pela congregação do BOPE, trazendo a palavra inicial do culto.



Sargento pregando para os presentes.



Sargento acompanha o culto com um exemplar da Bíblia Sagrada em linguagem contemporânea.



Policiais do BOPE acompanham o louvor.



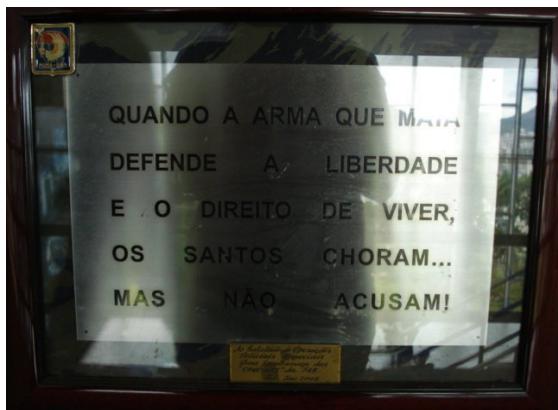
Policiais do BOPE orando.



Painel da sala da congregação do BOPE.



Sala da congregação do BOPE.



Placa presenteada ao BOPE por uma força policial que visitou a unidade em treinamento.



O violão da congregação.



No detalhe o adesivo da congregação do BOPE no violão.



Faixa do “Bope Noel” pendurada na escada de acesso ao segundo andar do quartel.



Painel do “Vale dos Ossos Secos”, nome do quartel do BOPE, inspirado na passagem de Ezequiel cap. 37 v. 1-14 .



Painel do “Vale dos Ossos Secos”, nome do quartel do BOPE, inspirado na passagem de Ezequiel cap. 37 v. 1-14 .



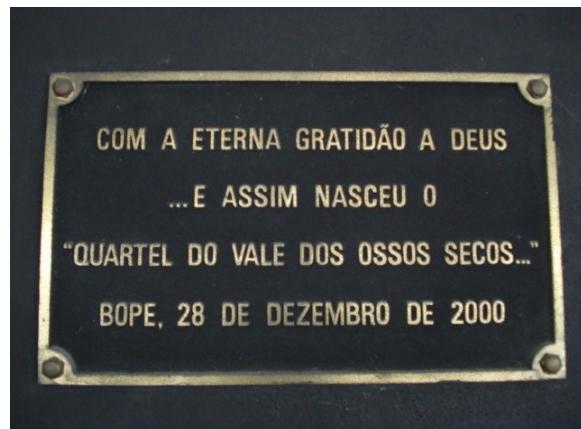
Detalhe do painel do “Vale dos Ossos Secos”, em que a pilha de ossos começa a ganhar vida.



Detalhe do painel do “Vale dos Ossos Secos”, em que a pilha de ossos começa a ganhar vida.

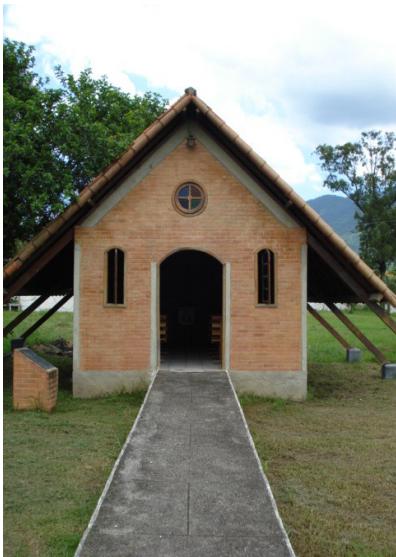


No detalhe, a pilha de ossos conclui seu processo de transmutação em policiais do BOPE, enfatizando a idéia de vocação, de que o indivíduo nasce para fazer parte de uma tropa especial.



Placa comemorativa de inauguração do Quartel do vale dos Ossos Secos, do BOPE.

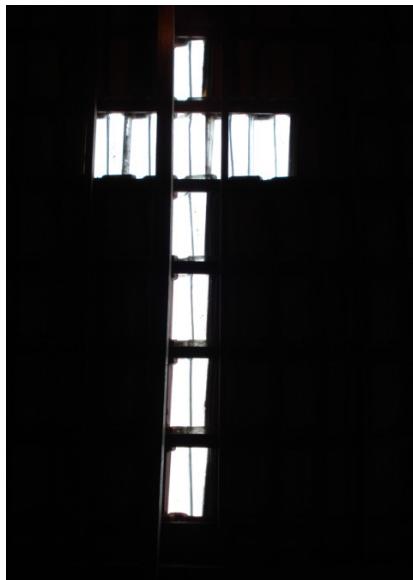
**ANEXO 5  
14º BPM**



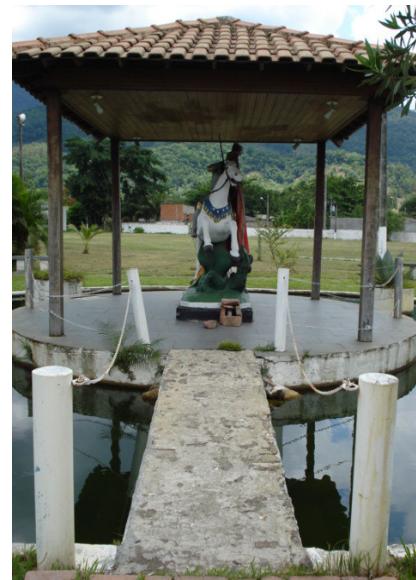
Capela ecumênica do 14ºBPM, em que são realizados os cultos da congregação.



Interior da capela ecumônica do 14ºBPM.



Cruz vazada no teto da capela ecumônica do 14ºBPM, feita com telhas transparentes.



Estátua de São Jorge de cerca de dois metros, colocada em local de destaque na sede do 14ºBPM.



Estátua de São Jorge, ao fundo vê-se a capela ecumônica.



Estátua de São Jorge.



A Sargento Joceli, dirigente da congregação, inicia o culto, tendo apenas uma outra sargento como ouvinte.



Passagem bíblica pintada na parede interna do 14ºBPM, ao lado da congregação.

This document was created with Win2PDF available at <http://www.daneprairie.com>.  
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.